

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
PUC-SP

Arturo Benito Hartmann Pacheco

A reformulação globalizada do espaço e da violência na
Palestina: o mecanismo político global-local dos Acordos de Oslo

Doutorado em Relações Internacionais

São Paulo
2020

Arturo Benito Hartmann Pacheco

A reformulação globalizada do espaço e da violência na
Palestina: o mecanismo político global-local dos Acordos de Oslo

Doutorado em Relações Internacionais

Tese apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Doutor em Relações Internacionais sob a orientação do Prof. Livre-Docente Reginaldo Nasser Mattar e do Prof. Dr. Ilan Pappè (Exeter Universty).

São Paulo

2020

Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho"
Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais – Biblioteca
Graziela Helena Jackyman de Oliveira – CRB 8/8635

Pacheco, Arturo Benito Hartmann.

P116 A reformulação globalizada do espaço e da violência na
Palestina : o mecanismo político global-local dos Acordos de Oslo /
Arturo Benito Hartmann Pacheco. – São Paulo, 2020.

297 f. : il.; 30 cm.

Orientador: Reginaldo Mattar Nasser.

Co-orientador: Ilan Pappè.

Tese (Doutorado em Relações Internacionais) –
UNESP/UNICAMP/PUC-SP, Programa de Pós-graduação em
Relações Internacionais San Tiago Dantas, 2020.

1. Palestina – História – Séc. XX. 2. Construção da paz –
Aspectos políticos. 3. Acordos pacíficos para conflitos internacionais.

I. Título.

CDD 956.9405

Arturo Benito Hartmann Pacheco

A reformulação globalizada do espaço e da violência na
Palestina: o mecanismo político global-local dos Acordos de Oslo

Doutorado em Relações Internacionais

Tese apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Doutor em Relações Internacionais sob a orientação do Prof. Livre-Docente Reginaldo Nasser Mattar e do Prof. Dr. Ilan Pappè (Exeter University).

Banca Examinadora

Prof. Livre-Docente Reginaldo Mattar Nasser _____
(Pontifícia Universidade Católica de São Paulo)

Prof. Titular Ignacio Alvarez-Ossorio _____
(Universidad Complutense de Madrid)

Prof. Doutor José Arbex Jr. _____
(Pontifícia Universidade Católica de São Paulo)

Prof. Titular Martín Alejandro Martinelli _____
(Universidad Nacional de Luján)

Prof. Titular Sebastião Velasco e Cruz _____
(Universidade Estadual de Campinas)

São Paulo, 15 de dezembro de 2020

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

O presente trabalho foi também realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – através do Programa de Doutorado Sanduíche no Exterior, processo 88881.189831/2018-01, realizado no Instituto de Estudos Árabes e Islâmicos da Universidade de Exter, no Reino Unido.

AGRADECIMENTOS

Inicialmente, gostaria de agradecer o apoio da Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), como justificado acima, sem o qual o esforço de pesquisa não teria sido possível.

Devo também apontar a contribuição dos membros do Geci (Grupo de Estudos sobre Conflitos Internacionais da PUC-SP), especialmente no início da pesquisa, que, em meio às discussões de textos e trabalhos, me ensinaram muito, além de mostrar a necessidade de burilar melhor o corpo teórico que iria utilizar. Claro, aqui um agradecimento especial a meu orientador, prof. Reginaldo Nasser, que foi um grande apoio em meio a atribulações teóricas e burocráticas.

Quero agradecer imensamente também a todas e todos que me receberam no Instituto de Estudos Árabes e Islâmicos, na Universidade de Exeter, durante meu período de doutorado-sanduíche. A colegas que, nos seis meses em que estive lá, tornaram a convivência, acadêmica e pessoal, extremamente prazerosa. Especial agradecimento a Nadia Najjab, que compartilhou suas memórias e conhecimento sobre a 1ª Intifada na Palestina, e Ilan Pappè, meu orientador em Exeter, um acadêmico extremamente generoso que compartilhou seu conhecimento sobre a história da Palestina e suas impressões sobre o processo de paz.

Devo também agradecer a Geraldo Campos e Ahmed Zoghbi, dois irmãos que caminham já algum tempo ao meu lado e coordenam o que talvez seja hoje no Brasil uma das experiências mais transformadoras sobre estudos de Oriente Médio, com o Centro de Estudos Árabes e Islâmicos na Universidade Federal de Sergipe. É com extrema honra que participo dessa iniciativa.

Um agradecimento mais que especial vai também para Helena Manfrinato, Maura Silva, Henrique Sanchez e Mouhammad

Othman, pessoas com quem compartilhei os mais recentes anos da minha vida e estiveram presentes sempre, nos bons e maus momentos. Irmãs e irmãos que caminham juntos, que compartilham e apoiam, sem os quais não haveria tese.

Claro, nem todos vou poder listar aqui. Mas devo agradecer Juliana Sada, grande amiga que, na reta final, deu apoio indispensável. Bruno Huberman e Anna Mariutti, com quem dividi o período fora em longas conversas em Londres.

Também devo apontar o dedicado trabalho feito no Programa San Tiago Dantas e agradecer o apoio dado por Giovana Vieira, Isabela Silvestre e Samuel Soares. Na PUC-SP, Paulo Pereira e Flávia Campos.

Cinco anos é um período longo, então claro que há aqueles e aquelas que perdemos no meio do caminho, porque laços se rompem, ou porque a vida muitas vezes pesa mais do que imaginamos. A todas e todos, onde estejam, devo-lhes muito nesta tese.

Por fim, devo agradecer a mãe, Silene Hartmann, e pai, José Benito Pacheco, pelo apoio que me deram por toda a vida. E pelos legados que, sem dúvida, estão impressos nessas páginas. Ironia, mas quando escrevia as páginas sobre a intervenção de Reagan na Palestina, não me veio imediatamente a lembrança de que na mesma época ele sustentava o bombardeio na Nicarágua de meu pai. E que muitas noites na década de 1980 foram gastas para sabermos se familiares estavam bem.

Sem dúvida, todas experiências de alguma forma impressas nestas páginas. Agradeço, claro, aos que se aventurarem a ler este trabalho. Boa sorte.

RESUMO

O presente trabalho procurou compreender como agentes internacionais, estatais e não-estatais, envolvidos na construção de paz na Palestina entrelaçaram-se às dinâmicas do confronto colonial local. O objetivo do estudo foi inserir-se nos debates mais recentes sobre impactos dos Acordos de Oslo, passados quase 30 anos de sua assinatura, para as possibilidades políticas no interior do que se convencionou chamar de questão palestina. Isso foi feito, em um primeiro momento, pela análise do quadro histórico das dinâmicas espaciais e de violência do confronto local, junto a tentativas de realização de processos de paz nos anos 1970 e 1980. Em seguida, rastreamos diferentes momentos-chave do presente processo por meio da análise de documentos e dinâmicas políticas que formataram os envolvimento de agentes locais e globais. Por fim, na observação da junção de políticas econômicas de governança global neoliberais e de ações militares israelenses mais recentes, foi possível observarmos dinâmicas de fragmentação dos territórios da Faixa de Gaza, de Ramallah e do Vale do Jordão, detectando o papel da comunidade internacional na reformulação do espaço e da violência no confronto colonial na Palestina. Assim foi possível concluir que, na configuração específica do caso observado, a intervenção mais ampla de aparatos de ajuda internacional distorceu-se em um mecanismo político produtor de uma geografia do desastre. O trabalho espera abrir reflexões sobre os dilemas e possibilidades de resolução de conflitos na atual ordem global.

Palavras-chave: Palestina; Israel; confrontos coloniais; processos de paz; *peacebuilding*; *statebuilding*; violência global; neoliberalismo

ABSTRACT

The present research aims to understand how state and non-state actors involved in the peacebuilding process in Palestine ended up interlocking themselves in the dynamics of the local colonial confrontation. The study's objective is to insert itself in the more recent debates about the impact of the Oslo Accords, after almost 30 years of its signature, over the political possibilities in what we know as the Palestinian question. That was made, in a first step, with the analysis of the historical picture of the dynamics of space and violence of the local confrontation, together with the first attempts to advance a peace process, in the 1970 and 1980s. After that, we traced different key moments of the present process through the analysis of documents and political dynamics that framed the involvement of local and global agents. Finally, through the observation of the junction of neoliberal economic policies and more recent Israeli military actions, we were able to observe the dynamics of fragmentation of the territories of the Gaza Strip, Ramallah, and Jordan Valley, capturing the role of the international community in the reformulation of space and violence in the colonial confrontation in Palestine. This way, we could conclude that, in the configuration acquired in the specific case observed, the more broad intervention distorted into a political mechanism producing a geography of disaster. The research aims to open reflections about dilemmas and possibilities of conflict resolution in the current global order

Key words: Palestine; Israel; colonial; peace process; *peacebuilding*; *statebuilding*; global violence; neoliberalism.

RESUMEN

La presente tesis ha buscado comprender cómo los agentes internacionales, estatales y no estatales, involucrados en la construcción de la paz en Palestina se conectan a las dinámicas del confronto colonial local. El objetivo del estudio fue inserirse en los debates más recientes acerca de los impactos de los Acuerdos de Oslo, pasados casi 30 años de su firma, para las posibilidades políticas dentro de lo que se suele llamar de cuestión palestina. Esto ha sido realizado, en un primer momento, por el análisis del cuadro histórico de las dinámicas espaciales y de violencia en el confronto local, junto a los intentos de realización de procesos de paz en los años 1970 y 1980. En seguida, rastreamos distintos momentos claves del presente proceso por medio del análisis de documentos y dinámicas políticas que plasmaron los agentes locales y globales. Por fin, en la observación de la junción de políticas económicas de gobernanza global neoliberales y de acciones militares israelíes más recientes, ha sido posible constatar dinámicas de fragmentación de los territorios de Franja de Gaza, de Ramallah y del Valle del Jordán, detectando el rol de la comunidad internacional en la reformulación del espacio y de la violencia en el confronto colonial en la Palestina. De esta manera ha sido posible concluir que, en la configuración específica del caso observado, la intervención más amplia de aparatos de ayuda internacional se ha distorsionado en un mecanismo político generador de una geografía del desastre. Este estudio espera abrir reflexiones acerca de los dilemas y las posibilidades de resolución de conflictos en el presente orden global.

Palabras-clave: Palestina; Israel; confrontos coloniales; procesos de paz; peacebuilding; statebuilding; violencia global; neoliberalismo

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Mapa 1	O Plano Allon.....	56
Mapa 2	O mapa da ocupação israelense depois de 1967.....	60
Mapa 3	A Palestina do Mandato Britânico, 1920.....	66
Mapa 4	O plano Sharon.....	89
Mapa 5	A divisão de território e autoridade de Oslo II.....	128
Mapa 6	O mapa da proposta de Barak em Camp David.....	169
Mapa 7	O desenho no espaço da Operação Escudo Defensivo..	176
Figura 1	O valor de uso da terra.....	185
Mapa 8	A “Matriz” sobre a Cisjordânia, 2018.....	190
Mapa 9	O desenho do Desengajamento israelense de Gaza.....	192
Figura 2	Nova arquitetura de governança nos TPO // AHLC e grupos setoriais.....	221
Figura 3	A antiga arquitetura de governança nos TPO.....	223
Mapa 10	A Marcha o Retorno, números de casualidades.....	234
Figura 4	Proporção de membros do corpo alvejados pelo exército israelense nas operações na Faixa de Gaza em 2019.....	236
Figura 5	Números absolutos de membros do corpo alvejados pelo exército israelense nas operações na Faixa de Gaza em 2019.....	237
Mapa 11	A parte norte do Vale do Jordão, distrito de Tubas.....	240
Mapa 12	A parte sul do Vale do Jordão, distrito de Jericó.....	241
Foto 1	O assentamento de Ro’i (à esq.) e a comunidade de al-Haddidyiah.....	242
Foto 2	A comunidade de al-Haddidyiah em detalhe.....	243
Foto 3	O assentamento de Ro’i ao fundo.....	243
Mapa 13	A superposição do Plano Allon (à esq.) aos termos de Oslo.....	247
Mapa 14	O mapa japonês para o Vale do Jordão.....	256
Mapa 15	As fases do projeto “Corredor da Paz”.....	257
Mapa 16	Ramallah e seus arredores.....	263

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Cenários desengajamento produzidos pelo Banco Mundial.....	194
Tabela 2	Indicadores socioeconômicos, 1994-2005.....	196
Tabela 3	Maiores doadores nos Territórios Ocupados (de 1994 a 2000).....	199
Tabela 4	Alocação de subvenções e empréstimos por setor nos TPO.....	200
Tabela 5	Distribuição de gastos, PRD, 2008.....	216
Tabela 6	Histórico dos principais doadores do Comitê de Assistência de Desenvolvimento (DAC) da OCDE (2005-2011) (em US\$ milhões).....	219
Tabela 7	Histórico de doações dos principais doadores do Comitê de Assistência de Desenvolvimento (DAC) da OCDE (2012-2018) (em US\$ milhões).....	220

LISTA DE SIGLAS e ABREVIACOES

IVCG	IV Convenção de Genebra
AC	Administração Civil
BM	Banco Mundial
FDI	Forças de Defesa de Israel
FMI	Fundo Monetário Internacional
GMR	Grande Marcha do Retorno
IHRL	Lei internacional de direitos humanos
IHL	Lei internacional humanitária
JICA	Agência Japonesa de Cooperação Internacional
OCDE	Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico
OLP	Organização pela Libertação da Palestina
ONU	Organização das Nações Unidas
PIB	Produto Interno Bruto
PNB	Produto Nacional Bruto
PRDP	Plano de Reforma e Desenvolvimento Palestinos
TPO	Territórios Palestinos Ocupados
WA	Associação de Bem-Estar

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	14
1.1	Metodologia: <i>Assemblages</i> para ler encaixes na era da globalização.....	15
1.1.1	O conceito de governança global: uma autoridade compartilhada.....	21
1.1.2	<i>Peacebuilding</i> e <i>statebuilding</i> : as tecnologias de inserção global	24
1.2	Os recortes de autoridade, violência e espaço: os elementos da análise.....	33
1.2.1	Violência global: debates sobre o imperialismo na era da globalização.....	34
1.2.2	O problema da definição de violência: uma tipificação a partir de Galtung.....	41
1.2.3	A violência local: a lógica do confronto colonial.....	44
1.2.4	Produção do espaço: os mapas como cartografia da mudança na Palestina contemporânea.....	49
1.3	Mapa da pesquisa.....	52
1.3.1	Uma nota sobre as entrevistas de campo.....	53
2	O NÃO-X: A CONFIGURAÇÃO DOS TPO ANTES DE “OSLO”.....	54
2.1	A ocupação dos Territórios: a elaboração do espaço colonial no contexto da Guerra Fria.....	55
2.1.1	Resolução 242, a “representação do espaço” internacional no fim dos anos 1960.....	57
2.1.2	A política de assentamentos israelense: lidando com o dilema território e demografia.....	64
2.1.2.1	A chave “integração e exclusão”: a economia como mecanismo da colonização.....	72
2.1.2.2	O sistema de violências israelense na colonização dos TPO.....	78
2.2	O primeiro processo de paz: Camp David (1978) como o padrão de intervenção dos EUA.....	81
2.3	O projeto da Liga das Vilas: a tentativa israelense de impor uma autonomia.....	87
2.4	A ajuda internacional na Palestina nos anos 1970 e 1980: uma presença ainda incipiente.....	92
2.4.1	A política de Reagan: a lógica do mercado como tática de intervenção.....	96
2.5	Espaço representacional palestino: a Intifada de 1987.....	100
3	OS ACORDOS OSLO: O MOLDE DE UMA NOVA RELAÇÃO LOCAL-GLOBAL.....	110
3.1	Os termos do Acordo: caminho para a paz ou um novo enquadramento do confronto colonial?.....	120
3.1.1	Os Acordos Gaza/Jericó e Oslo II: novos princípios de autoridade e espaço para os TPO.....	124
3.1.2	A “segurança” de Israel como condicionante da autonomia palestina.....	127

3.2	A lógica dos doadores e a entrada no “poder civil” dos TPO.....	134
3.2.1	A “Lei Básica” da ordem econômica: o Protocolo de Paris.....	138
3.2.2	O imperialismo do capital: a “indústria da ajuda”.....	142
3.3	Os impactos e dilemas para a sociedade palestina.....	150
3.4	“Oslo” como a base de uma pólis-global de risco.....	153
4	O FIM DA “PAZ” NO PROCESSO: DE VOLTA AO CONFRONTO COLONIAL.....	160
4.1	O início da elaboração definitiva de espaço e violência: a <i>konceptzia</i> israelense.....	165
4.1.1	A violência colonial e a contraviolência do nativo: a 2ª Intifada como a “Guerra de Oslo”.....	171
4.2	“Adeus, Arafat!”: a política de mudança de regime de Bush chega à ANP.....	178
4.3	A possibilidade de consolidar o acúmulo colonial israelense: as últimas políticas de Sharon.....	182
4.3.1	O Desengajamento como a definitiva solução para Gaza.....	191
4.4	A ajuda internacional se molda no interior da violência dos 2000.....	194
5	ASSEMBLAGE COLONIAL: AS FRAGMENTAÇÕES NA PALESTINA PRODUZIDAS GLOBALMENTE	204
5.1	O “plano nacional” de Sallam Fayyad: a abertura para a produção global do confronto colonial.....	210
5.1.1	Políticas de austeridade para recuperar a ANP.....	212
5.2	Faixa de Gaza: O governo pela catastrofização e a necropolítica.....	223
5.2.1	A Grande Marcha pelo Retorno: matar uma mosca com um tanque.....	231
5.3	Vale do Jordão: entre a fronteira colonial e a “indústria de ajuda.....	238
5.3.1	Zonas Industriais: o plano Allon globalizado.....	251
5.4	A “bolha” de Ramallah: a produção do desmonte da resistência.....	257
6	CONCLUSÃO E CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	270
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	278

1 INTRODUÇÃO

O conjunto teórico e de investigação constituído nesta pesquisa busca compreender o impacto que agentes atuantes nos Territórios Palestinos Ocupados (TPO), no interior das dinâmicas do processo de paz, tiveram sobre a reformulação do espaço e da violência local. O objetivo é criar um **recorte** para observar o papel assumido por uma gama de agentes da comunidade internacional - governos e suas representações, entidades financeiras e organizações não-governamentais (ONGs) - no mecanismo de fundo do confronto colonial entre palestinos e israelenses a partir da estrutura montada pelos Acordos de Oslo, assinados em setembro de 1993.

Tal papel foi elaborado, em uma fase inicial, por meio de um conjunto de procedimentos de construção de paz (*peacebuilding*), que observaremos mais atentamente no capítulo 3. No caso da Palestina, os agentes que formularam e comandaram as políticas destinadas a produzir a resolução do confronto enquadraram a intervenção externa em forma de programas de desenvolvimento e ajuda humanitária para incentivar o mecanismo político-econômico dos Acordos.

Em uma fase posterior, a partir de 2003, diante da nova postura do governo dos EUA de George W. Bush e do novo contexto da “guerra global ao terror”, ganham força políticas baseadas em conjuntos de procedimentos de construção de Estado (*statebuilding*), já com o intuito de moldar o funcionamento da entidade palestina criada em “Oslo” para governar as zonas autônomas. Isso observaremos com mais atenção no capítulo 4.

Assim, na compreensão precisa da articulação de dinâmicas globais, informadas por uma nova racionalidade político-econômica pós-Guerra Fria, com as dinâmicas do confronto colonial local, espera-se destrinchar o **nexo de interações** que remodelou tanto a reconfiguração do espaço como a produção da violência na Palestina contemporânea. Esse será o objeto do capítulo 5.

O problema de pesquisa surge da percepção difundida de que o processo de paz na Palestina provocou uma mudança irreversível nas possibilidades de ação dos agentes locais envolvidos, israelenses e palestinos. Isso porque colocou em curso uma estrutura de resolução por meio de 2 Estados que se torna o molde de referência para os debates sobre os mais diversos aspectos da questão palestina. Debruçar-se de forma mais profunda sobre característica e impacto dos

Acordos de Oslo, após mais de 27 anos de seu início, tem o objetivo de colaborar para a compreensão dos efeitos políticos e sociais que ele legou a um dos confrontos coloniais mais cacofônicos da era contemporânea.

A hipótese inicial da pesquisa é que a compreensão do impacto das políticas legitimadas desde Oslo sobre a sociedade palestina e, conseqüentemente, sobre suas possibilidades políticas de autodeterminação, torna possível rastrear a construção de uma nova relação de poder, e assim novas formas de exercício da violência, de agentes externos sobre agentes locais. O recorte epistemológico do estudo será feito por meio do rastreamento de configurações de território, autoridade e violência que fazem convergir os esforços israelenses de tomada de terras com as políticas e programas formulados por agentes externos sob rubricas de **desenvolvimento e ajuda humanitária**.

Este capítulo inicial será dividido em duas partes. Na primeira, abordamos o molde teórico-metodológico mais geral da pesquisa, centrando em elaborações específicas do construto das *Assemblages* nas Relações Internacionais junto a debates sobre os conceitos de governança, *peacebuilding* e *statebuilding*. Na segunda parte, delineamos o aparato investigativo mais específico, uma **Assemblage** própria para moldar a análise de produção de espaço e violência. Para isso, vamos transitar tanto entre modos de **violência global**, a partir de literatura crítica de operações de paz e do neoliberalismo, quanto pelas lógicas próprias da **violência local** do confronto colonial palestino-israelense. Desse modo, acreditamos montar um caminho para lermos com mais precisão a característica das dinâmicas de interação do conjunto de agentes externos com a Palestina a partir de Oslo.

1.1 Metodologia: Assemblages para ler encaixes na era da globalização

A perspectiva de entrada para a investigação parte do conceito metodológico das *Assemblages*, especialmente das formulações feitas nos campos das Relações Internacionais, notadamente por Sassen (2006, 2007, 2008) e Corry (2013, 2014). Antes, um breve panorama do conceito.

Sua origem é encontrada em Deleuze e Guattari, notavelmente, em “Mil Platôs” (2000). Ainda que nessa obra fosse mais um conjunto de termos para reflexões filosóficas do que um conceito epistemológico em si (DELANDA, 2016,

p. 1), sua elaboração pavimentou o caminho para que, em diferentes campos de pesquisa, da teoria da arte às ciências sociais, fossem formulados moldes das *Assemblages*. (ACUTO, CURTIS, 2014; BUEGER, 2014; DELANDA, 2016). Entre as reflexões que fizeram, Deleuze e Guattari criaram uma análise linguística que conjuga cadeias semióticas de leitura de signos com “[...] outros modos de codificação [...]”, como “[...] cadeias biológicas, políticas e sociais.” Em outras palavras, a análise de regimes de signos junto a diferentes esferas de fenômenos demanda, por um lado, “modos de agenciamento (*assemblages*)” híbridos de interpretação, por outro, a consideração na análise de “[...] tipos de poderes sociais particulares”. (DELEUZE, GUATTARI, 2000, p. 14).

O conceito, portanto, legou, a partir de sua origem filosófica, um conjunto de suposições ontológicas que carrega o **hibridismo**, ou seja, a consideração de uma **multiplicidade de elementos**, na análise de temas sociais. As **Assemblages** são, assim, menos uma estrutura que enquadra a análise, e mais um conjunto díspar e heterogêneo de táticas analíticas do qual se serve no caminho. A multiplicidade é bem vista por seus autores com a justificativa de que abstrações conceituais reificadas dificultam análises de crises contemporâneas. (ACUTO, CURTIS, 2014; COLLIER, ONG, 2005; DELANDA, 2016; SASSEN, 2006).

Tais crises se serviriam melhor de um campo teórico-metodológico mais aberto a híbridos de “[...] componentes materiais, biológicos, sociais e tecnológicos [...]”, delineando assim caminhos de investigação de temas, como a biotecnologia, as ciências climáticas e as operações dos mercados financeiros, que impactam a vida social no cenário da globalização. (ACUTO, CURTIS, 2014, p. 2, tradução nossa). Delanda, por exemplo, entende que a aplicação do conceito em uma prática metodológica é realizada por meio de um agenciamento que inclui não apenas indivíduos e artefatos, materiais e simbólicos, de comunidades e organizações, mas também a “[...] **arquitetura de prédios** [...]”, as “[...] **fontes de comida, água e eletricidade** [...]” e os “[...] **muitos símbolos e ícones com os quais expressam sua identidade.**” (DELANDA, 2016, tradução nossa p. 20, grifo meu).

Um exemplo desse *hibridismo* estaria na obra de Braudel¹, cuja investigação histórica seria feita, na visão de Delanda (2016, p. 14, tradução nossa), por meio

¹ Deaecto e Secco, em prefácio à edição brasileira de “O Mediterrâneo e o Mundo Mediterrâneo na Época de Filipe II”, apontam como o historiador procura olhar para elementos geográficos, como o mar

de um “conjunto de conjuntos”, distanciando a leitura da agência histórica de “generalidades reificadas”, como o “Mercado”, que não se configura como uma “entidade aceitável” para a explicação de fenômenos históricos. Já os “mercados e bazares” presentes em todo grande centro urbano desde a Antiguidade, e em cada cidade europeia desde o século XI, podem ser considerados entidades individuais que atuam nas realidades socioeconômicas na Europa do século XI.

A implicação direta das suposições ontológicas das *Assemblages* sobre o campo de **Relações Internacionais (RI)** conduz a elaborações que evitem conceitos reificados, como *Estado, global, sistema internacional* ou *cultura global*. Em vez disso, seria mais apropriado assumir a justaposição de diversas dimensões de elementos da realidade. (ACUTO, CURTIS, 2014; BUEGER, 2014; SASSEN, 2006, 2007). A contribuição potencial mais óbvia seria excluir uma reificação como o “Estado” (ou uma abordagem Estado-centrista) para colocar no lugar “[...] histórias concretas de processos pelos quais entidades são formadas e feitas para durar.” (ACUTO, CURTIS, 2014, p. 7, tradução nossa).

A prática metodológica das *Assemblages*, portanto, lida com a análise de elementos heterogêneos configurados por seus momentos históricos. Para Acuto e Curtis (2014, p. 10, tradução nossa, grifo meu), isso ocorreria por “processos de composição e decomposição”, “montagem e desmontagem”, de modo que seja possível identificar “[...] como diferentes **formas espaciais, processos e ordens** mantêm-se combinados.” Já Bueger (2014, p. 65, tradução nossa), considera as *Assemblages* um “[...] vocabulário que oferece um sistema contingente de interpretação que permite fazer afirmações empíricas [...]”, ou seja, oferece o molde de abordagem que precisa ser “[...] definido no trabalho empírico.”

Collier e Ong (2005, p. 11, tradução nossa), por exemplo, na sua construção do conceito de uma *Assemblage global*, partem da reflexão de que “fenômenos globais” têm uma capacidade distinta de “descontextualização” e “recontextualização” em diversas situações sociais e culturais. Dessa maneira, o que é captado das formas globais é sua ação no momento em que se assimila “a novos ambientes”, codificando “[...] contextos heterogêneos e objetos em termos

ou as montanhas, como componentes ativos dentro da interação com outros elementos, não reduzidos a “[...] um palco inerte.” Assim, um fenômeno como a transumância (migração), por exemplo, só pode ser lido na interação da circulação humana com planícies e mares. Desse modo, uma unidade geográfica não apenas faz parte de uma estrutura inerte, mas adquire uma característica específica no conjunto de um “**espaço-movimento**”. (DEAECTO, SECCO, 2016, p. 32).

receptivos a controle e valoração”. Ou seja, podem ser percebidas pelo modo como são “[...] limitadas ou delimitadas por infraestruturas técnicas específicas, aparatos administrativos ou regime de valores.”

Já em Sassen, a transformação promovida pela globalização só pode ser captada na interação de fenômenos globais com a “arquitetura institucional” mais tradicional e “[...] mais complexa jamais produzida: o Estado nacional.” (SASSEN, 2006, p. 1, tradução nossa). Isso porque a autora argumenta que a gama de instituições globais existentes ainda são subdesenvolvidas se comparadas com os domínios públicos e privados de qualquer Estado soberano em algum nível de funcionamento. O método, portanto, para enxergar as dinâmicas da economia global, ainda elusivas se comparadas às do Estado, é aproveitar-se do fato de que precisa ser implementada, reproduzida, servida e financiada por uma gama de funções altamente especializadas. (SASSEN, 2006).

A chave de análise de Sassen tem como base um conjunto de três componentes trans-históricos presentes em todas as sociedades, **Território, Autoridade e Direitos (TAR)**, na sigla em inglês). A partir da compreensão de como estes se configuram em diferentes formações históricas, com suas próprias capacidades materiais e simbólicas, ela busca entender a lógica que moldou tal agenciamento. A premissa é que “[...] grandes mudanças em sistemas complexos não podem ocorrer *ab novo* [...]”, sendo, portanto, geradas a partir de “[...] capacidades desenvolvidas em períodos anteriores”. O argumento, no caso da globalização, é que houve uma mudança de como experienciamos os elementos do **TAR**: não mais por meio exclusivo da condição unitária do “Estado nacional soberano”, mas por meio de uma nova condição “desnacionalizada” global. (SASSEN, 2006, p. 404, tradução nossa).

Tal método de leitura leva em conta que na compreensão de **(x)**, a globalização, não devemos nos restringir ao estudo das **características de (x)**, as especificidades dos processos e instituições globais. Para ela, debruçar-se sobre um fenômeno atendo-se apenas a suas características intrínsecas seria uma “armadilha de endogeneidade” metodológica. Nesse **molde x/x**, a globalização é lida como um fenômeno do poder de corporações transnacionais, da formação de instituições globais, do declínio do Estado nacional e da implosão de fronteiras e da compressão do espaço-tempo por novas tecnologias de telecomunicações. Mas isso conjugaria apenas uma **descrição** da globalização, não uma **explicação** mais

profunda dela. Sassen sugere, então, um tipo de análise que explica (**x**) em função do **não-(x)**, o que implica não apenas rastrear o caminho que levou de **não-(x)** a (**x**), observando mecanismos e processos que produziram a nova condição, como ter em conta a diferença na configuração de ambas. (SASSEN, 2006, p. 4).

Podemos considerar, por exemplo, as Instituições de Bretton Woods, Banco Mundial (BM) e Fundo Monetário Internacional (FMI), criadas em 1944. Para Keohane, constituíram o compromisso pós-2a Guerra Mundial para concretizar uma “globalização econômica” através de uma regulação de abertura de mercados nacionais, balanceada com a garantia aos Estados de “alguma autonomia doméstica”. (KEOHANE, 2002, p. 214, tradução nossa). Williams e Young, nesse sentido, detectam que mesmo nas décadas de 1970 e 1980 jamais foi ultrapassado qualquer limite do que chamam de um “modelo da soberania”, ainda que Estados já fossem impactados por políticas de empréstimos externos demandando “ajustes estruturais mais intrusivos” do que no período de 1960-1970. (WILLIAMS, YOUNG, 2009, p. 107, tradução nossa). Em suma Bretton Woods era um sistema que ensaiava um caráter interventor se comparados a hoje, mas limitado à governança de setores específicos da política mundial, principalmente à regulação de taxas de comércio e controle de fluxos de capital internacional. Uma característica constante do período foi que muitos Estados continuaram a administrar e coordenar economias com enormes setores públicos. (KEOHANE, 2002; SASSEN, 2006, RITZEN, 2005).

Um sinal da mudança para um novo tipo de governança pode ser captado na “[...] explosão contemporânea de indicadores [...]” de intervenção, como abertura econômica, desenvolvimento humano, empoderamento de gênero, democracia, corrupção, transparência orçamentária, governo da lei, fragilidade do Estado e inumeráveis outros conceitos e clichês políticos. (BHUTA, MALITO, UMBACH, 2018, p. 7, tradução nossa).

Ou seja, se antes o BM e o FMI estavam equipados para proteger o sistema de Estados nacionais (configuração do **não-x**) no contexto de uma disputa bipolar da Guerra Fria, agora trabalham invadindo e desmontando esses locais de autoridade (**x**). Assim, por meio da análise específica da configuração do sistema de capital internacional por meio das capacidades de instituições de Bretton Woods, detecta-se a nova lógica organizacional que reposiciona o conjunto do Estado em um campo mais amplo de poder. (SASSEN, 2006, p. 68).

Assim chega-se a uma interação mais complexa da globalização (**x**), no qual percebe-se que o capital financeiro global só se realiza com recursos materiais e mecanismos legais do Estado. Em outras palavras, as dinâmicas da economia global transitam tanto na forma da hipermobilidade da circulação do capital e dos ativos financeiros desmaterializados quanto da fixidez do capital nacional. É nesse nexo de produção da economia global que Sassen enxerga a construção de uma nova “**geografia externa de poder**”, um campo de forças que inclui uma gama de atores não-estatais muito mais ampla em relação a qualquer momento anterior, sob o “surgimento de **novas ordens normativas**” além das do Estado-nação, como aquelas ligadas, por exemplo, a redes internacionais de ONGs ou ao regime internacional de direitos humanos. (SASSEN, 2006; 2008, tradução nossa, grifo meu).

Corry (2013, 2014), por sua vez, cria o aparato metodológico da *pólis-global* para dar sentido a interações contemporâneas. Esse seria um molde sistêmico de leitura para investigar associações de governança global sobre territórios geográficos, como o Afeganistão, ou de campos específicos, como a indústria farmacêutica.

O critério formal para definir a existência de uma *pólis-global* é haver um conjunto de agentes orientados à administração de um território ou de um campo vistos como passíveis de operacionalização e manipulação, constituindo assim um *objeto-governança*. (CORRY, 2013, 2014). O “Afeganistão”, por exemplo, seria uma *pólis-global* porque agentes como “[...] a Otan, o Talibã, o Paquistão, grupos uzbeques e outros grupos étnicos [...]” compartilham a compreensão de que o ‘Afeganistão’ é uma entidade real, delimitada, maleável em algum grau, governável e relevante para eles.” (CORRY, 2014, p. 54, tradução nossa).

São dois os fatores que possibilitam que uma entidade se torne governável, de acordo com Corry. Em primeiro, a existência da “[...] disponibilidade de tecnologias de governança [...]”, como o “desenvolvimento de estatísticas”, a “ciência da economia” ou o “[...] crescimento de uma vasta máquina de aparatos, instituições e teorias para monitorar e afetar o clima global.” Um segundo ponto é o fato de o objeto-governança carregar uma “saliência política”, ou seja, tornar-se um objeto de desejo de administração. O clima, por exemplo, “[...] apenas tornou-se um objeto-governança quando foi visto como ‘algo’ significativo e maleável[...]”,

percebido como importante para ser governado. (CORRY, 2013, p. 88, tradução nossa).

A inferência aqui é que um método sistemático e coerente de intervenção internacional ganha corpo a partir do momento que a governança de um objeto é vista como **possível e necessária** por conjuntos de atores. Isso nos importa na medida que nossa investigação se debruçará sobre mecanismos e tecnologias de *peacebuilding* e de *statebuilding* aplicadas à governança e administração dos Territórios Palestinos Ocupados (TPO). Os Acordos de Oslo, portanto, foram uma elaboração que se deu a partir da **possibilidade e da necessidade** de administrar o confronto colonial ali contido. Para entendermos como isso se concretiza, a partir do molde proposto por Sassen, no capítulo 2, vamos abordar dinâmicas locais e globais que se deram na Palestina nas décadas de 1970 e 1980, para entendermos como o processo as impactou, eliminando-as ou incentivando-as.

1.1.1 O conceito de governança global: uma autoridade compartilhada

A articulação de dinâmicas globais contemporâneas é muitas vezes elaborada por meio do conceito de **governança global**, que, em uma definição mais geral compartilhada por diferentes autores (DUFFIELD, 2001; KAHLER, 2009; KEOHANE, 2002; SASSEN, 2006), seria um conjunto **de agentes interconectados**, em cooperação ou conflito, que agora se inserem em políticas de provisão de bens públicos e serviços anteriormente vistas como associadas exclusivamente ao Estado. A composição de tal conjunto de agentes inclui instituições financeiras (como BM e FMI), organizações intergovernamentais (IGOs), firmas privadas, organizações não-governamentais (ONGs), governos locais e indivíduos.

Kahler (2009) delinea uma definição a partir de três tipos de redes: a governança em “[...] organizações internacionais formais com **Estados** membros [...]”, como a ONU, em “[...] redes transgovernamentais e transfronteiriças de **agências de governos** [...]”, como a OCDE, e em “[...] redes **privadas ou de ONGs** em áreas-temas particulares [...]”, como direitos humanos. (KAHLER, 2009, p. 17, tradução nossa). No entanto, o autor imagina que tais redes ganham forma não pela imposição de qualquer uma das partes, mas sim a partir das capacidades e atributos de cada agente dentro do campo de interações com outros agentes. Isso porque, em tais interações, teríamos “[...] tipos mais familiares de colaboração

intergovernamental [...]” ou processos em que governos poderiam “[...] delegar ou barganhar dentro dessas redes de governança.” (KAHLER, 2009, p. 3, tradução nossa).

Corry vai por um caminho semelhante, já que pensa na agência das unidades no seu molde da *pólis-global* não como atores com a “[...] habilidade de comandar recursos [...]”, ou reivindicar o monopólio da força, mas condicionada por sua posição dentro do arranjo da pólis. (CORY, 2013, p. 82, tradução nossa).

Para o autor, a única compreensão compartilhada no interior de uma *pólis-global* é que um objeto “pode e deve ser governado”, sem qualquer implicação de “afinidade” sobre como será operado. (CORY, 2013, p. 87). A pólis implica um consenso de “[...] princípios explícitos, normas, regras e procedimentos de tomadas de decisão [...]”, mas não uma definição *a priori* do nível de antagonismo ou cooperação entre os agentes. Mesmo uma pólis que contenham relações antagônicas pode adquirir normas e regras explícitas. Corry exemplifica como pólis institucionalizadas “em antagonismo” o “conflito Israel-Palestina” e a “Guerra Fria”. (CORY, 2013, p. 98, tradução nossa).

A implicação dessa forma de enxergar as novas relações globais é que ocorreria um desmonte de monopólios associados ao Estado. Keohane, por exemplo, destaca dinâmicas de privatização de bens públicos e internacionalização da economia nessa nova arquitetura da governança, o que faz com que com governos locais sejam uma subunidade não obrigatoriamente necessária no exercício de uma gama de políticas públicas. (KEOHANE, 2002, p. 202).

Um dado importante na definição de Keohane é que os processos e instituições, formais e informais, ali contidos “[...] guiam e **restringem** as atividades coletivas de um grupo.” Podemos dizer, então, que na arquitetura da governança há uma tensão inerente, o que abre debates sobre mecanismos de distribuição de poder em seu interior. (KEOHANE, 2002, p. 210, grifo meu, tradução nossa). Entre outras coisas, porque a governança se daria na contradição de uma “**variedade de incentivos perversos**” com ações “**de espírito público.**” (KEOHANE, 2002, p. 16, grifo meu, tradução nossa)

Os debates de governança trazem contribuições importantes sobre a mudança da autoridade e da política pública no interior de redes globais, mas peca ao diminuir a possibilidade de um Estado ou um corpo político mais forte comandar

a direção que essa governança pode tomar ou dar-lhe uma ordem. Voltaremos a esse debate mais adiante.

Duffield (2001), por exemplo, aponta que nesse deslocamento de autoridade os processos de tomada de decisão sobre economia, sociedade e bem-estar também se deslocam, já que agora são exercidos não só pela autoridade nacional transformada, mas pelos complexos estratégicos de governança global mais amplos compostos por agentes externos. As pressões e incentivos nesses complexos atenuam a competência do Estado-nação, agora empurrado para o interior de redes de tomada de decisão multiníveis e cada vez mais não-territoriais.

Aqui, podemos nos servir da reflexão de Dardot e Laval (2016) sobre a governança contemporânea, que para ambos constitui a palavra-chave da dinâmica organizada de um novo modo de exercício do poder em escala mundial. Mais especificamente, veio a ser uma estratégia de difundir mundialmente princípios da **disciplina neoliberal**, que convergem em uma nova **“racionalidade neoliberal** que lida com a alteração “radical” nas regras operantes do capitalismo, manifesta de forma mais geral na sua globalização e financeirização. (DARDOT, LAVAL, 2016, p. 190, grifo meu).

Para Arantes (2016), em cima da elaboração de Dardot e Laval, o que se consolida na passagem dos 1980 para os 1990 não é propriamente uma ideologia, nem apenas uma política econômica a devolver “[...] aos mercados o que o Estado lhes roubara durante o breve parênteses do *Welfare State* [...]”, mas sim “uma racionalidade antes de tudo política, mais precisamente, ‘governamental’”. Esta se materializaria em “[...] um conjunto de discursos, práticas e dispositivos que determina um novo modo de governo (...) segundo **o princípio universal da concorrência** [...]”, que por sua vez enseja duas grandes novidades para leituras político-sociais. A primeira é que tal princípio da “concorrência” de mercado se impõe como uma lógica social e um novo modo político de pensar, agora organizado em um sistema de regras que guia a administração governamental de uma variedade de temas em diversas esferas da vida. A segunda novidade é que o governo sob tal princípio, para se realizar, necessita do “[...] consentimento ativo e participativo dos que assim são governados [...]”, de modo que se conformem por si a certas normas. (ARANTES, 2016, p.374n30, grifo meu).

O que Dardot e Laval afirmam é que o espraiamento dessa nova racionalidade para além da esfera econômica, integrando “[...] todas as dimensões

da existência humana [...]”, é feita coesa pelo sucesso normativo do corpo de ideias de mercado, que agora ganham consenso como “**razão-mundo**”. Um impacto avassalador das práticas moldadas por essa racionalidade, por exemplo, no campo social, é visto na “[...] **individualização** das relações sociais às custas das solidariedades coletivas [...]” e na “[...] polarização extrema entre ricos e pobres”. (DARDOT, LAVAL, 2016, p. 16, grifo meu).

Podemos inferir que essa reestruturação mais geral da autoridade e da política pública, moldada pela razão-mundo, muda o caráter da relação entre governantes e governados, manifesta no funcionamento do Estado não mais dentro de um “tempo-espço burocratizado”, mas agora em um “tempo-espço privado acelerado”. Isso, na prática, quer dizer que, diante da privatização da esfera pública e da internacionalização da economia, o Estado deixa de funcionar no “tempo burocratizado do **escrutínio público**”, passando a seguir o “[...] tempo acelerado de ordenamento privado, inclusive externo ao molde da lei nacional [...]” e “[...] não passível de **fiscalização** [...]” popular. (SASSEN, 2006, p. 384; SASSEN, 2008, p. 71, tradução nossa).

Nesse sentido, Dardot e Laval apontam que autoridades públicas dos Estados agora são colocadas sob a supervisão “[...] da comunidade financeira internacional, de organismos de *expertise* e de agências de classificação de riscos [...]”, como gerentes vigiados por “[...] acionistas no âmbito da governança corporativa”. (DARDOT, LAVAL, 2016, p. 276n9).

Na economia, por exemplo, de acordo com o estudo Palgrave indicadores, notas e rankings são meios externos de atuar sobre a autoridade local, como “[...] juízes ao classificar e rotular o desempenho de Estados”. Os efeitos desse julgamento sobre a conduta do Estado nacional, que podem ser diretos ou indiretos, dependem do “poder e influência da entidade avaliada” e da “autoridade e legitimidade do produtor do indicador”. (BHUTA, MALITO, UMBACH, 2018, p. 10, tradução nossa).

1.1.2 *Peacebuilding* e *statebuilding*: as tecnologias de inserção global

No caso específico desta tese, as “tecnologias” de intervenção externa na Palestina ganharam forma por meio dos conjuntos de ***peacebuilding*** e

statebuilding, que formaram o consenso desse conjunto de atores inseridos na formulação de políticas públicas na Palestina.

No início dos 1990, as intervenções de operações de paz vieram a ser definidas como “[...] paz multidimensional de ‘segunda-geração’”, sustentadas por uma racionalidade política de “mandatos e **capacidades multidimensionais** [...]”, em geral “[...] atrelada a acordos de paz negociados”. (BARANYI, 2008, p. 5, tradução nossa).

Podemos dizer que tal paz multidimensional era composta por três práticas - a produção de paz (*peacemaking*) e manutenção de paz (*peacekeeping*) clássicas da Guerra Fria, e a construção de paz (*peacebuilding*), que ganhava uma nova elaboração nos 1990 diante de novas possibilidades de intervenção em um mundo não mais bipolar. A taxonomia desse conjunto foi feita em dois documentos - *Uma Agenda para a Paz*, de 1992, e o *Suplemento à Agenda para a Paz*, de 1995 - apresentados pelo então secretário-geral das Organizações das Nações Unidas (ONU), Boutros Boutros-Ghali. (BARANYI, 2008; CHANDLER, 2017; PARIS, 2004; VON DER SCHULENBURG, 2017).

O *peacemaking* seria “[...] a ação de trazer partes hostis a um acordo por meios pacíficos, previstos no Capítulo VI da Carta das Nações Unidas” de 26 de junho de 1945 (NAÇÕES UNIDAS, 1992, *para20*, tradução nossa). A Carta diz em seu Artigo 33, parágrafo 1:

As partes em uma controvérsia, que possa vir a constituir uma ameaça à paz e à segurança internacionais, procurarão, antes de tudo, chegar a uma solução por negociação, inquérito, mediação, conciliação, arbitragem, solução judicial, recurso a organismos ou acordos regionais, ou a qualquer outro meio pacífico à sua escolha. (NAÇÕES UNIDAS, 1945, *para33*, tradução nossa).

De forma geral, podemos equalizar o *peacemaking* a um processo de paz, ou seja, defini-lo como a tentativa de prevenção e administração de um conflito interestatal ou intraestatal por meio de negociações. O critério mais geral para configurar a existência de tal esforço seria a inclusão das partes do conflito, a negação do uso da força e a abordagem dos pontos-chave da disputa, mas não demanda nada além de uma simples remissão da violência. (DARBY, MCGINTY, 2008; TONGE, 2014).

A manutenção de paz (*peacekeeping*), por sua vez, envolveria “[...] a alocação de equipe da ONU em campo [...]”, incluindo militares, equipes de polícia

e também oficiais civis, com a “anuência das partes envolvidas”. (NAÇÕES UNIDAS, 1992, *para20*). Como exemplos de operações clássicas, tivemos as **Forças de Emergência da ONU** (UNEF, sigla em inglês), a primeira das grandes operações de *peacekeeping*, que supervisionou a partida das forças estrangeiras invasoras - Grã-Bretanha, França e Israel - do território egípcio em 1956, e a **Força Interina no Líbano** (Unifil), de 1978, que fez o mesmo para monitorar a retirada de forças israelenses do território libanês. (PARIS, 2004, p. 14, tradução nossa).

A terceira categoria da taxonomia de operações de paz, o *peacebuilding*, tomaria a “[...] forma de projetos cooperativos concretos [...]” entre “[...] dois ou mais países em empreendimentos mutuamente benéficos [...]”, que por sua vez contribuiriam “[...] para o desenvolvimento econômico e social [...]” e o fortalecimento “[...] da confiança fundamental para a paz.” O documento imaginava que isso se daria por meio de projetos conjuntos entre Estados “[...] para desenvolver a agricultura, melhorar transporte ou utilizar recursos de água ou eletricidade que precisem compartilhar”. (NAÇÕES UNIDAS, 1992, *para55*, tradução nossa).

Selby (2008, p. 13, tradução nossa) aponta uma diferença quando, por um lado, falamos de dinâmicas de “processos de paz” (ligados ao *peacemaking*) e, de outro, de “construção de paz” (*peacebuilding*). A primeira seria protagonizada por elites locais em confronto, informadas tipicamente por “[...] políticas de poder agudamente realistas”. Já o segundo teria como “primeiros agentes da paz” organizações internacionais ocidentais, o que configura uma espécie de “[...] missão civilizatória neocolonial [...]”, um “[...] exercício liberal [...]” como “[...] tentativa de transplantar estruturas democráticas liberais para sociedades pós-conflito”.

Paris (2004), de fato, define uma fórmula típica de *peacebuilding* composta por variáveis políticas e econômicas manipuladas a partir de uma visão liberal. Do ponto de vista político, isso implicava processos de promoção de “[...] direitos civis e políticos [...]”, como liberdades de expressão e de imprensa, e a “[...] redação de constituições nacionais que codificassem [...]” esses mesmos direitos. Mas isso estava predicado na participação de atores externos, que, entre outras coisas, proveriam treinamento “[...] de oficiais da polícia e da justiça em comportamentos apropriados [...]” a uma “[...] democracia liberal”. (PARIS, 2004, p. 19, tradução nossa). Essa característica supostamente liberal da intervenção seria traduzida

pelo apoio externo a uma agenda com foco especial “[...] em normas de direitos humanos, na sociedade civil e no contrato social via representantes de instituições entrincheiradas no governo da lei.” (RICHMOND, POGODDA, 2009, p. 8, tradução nossa).

Já do ponto de vista econômico, o elemento central da “fórmula” de Paris era o encorajamento tanto do “[...] desenvolvimento de economias de mercado livre [...]”, derrubando “[...] barreiras ao fluxo livre de capital e bens [...]”, de modo a reduzir o papel do Estado na economia. (PARIS, 2004, p. 19, tradução nossa).

Para Darby e Macginty (2008), essa aceitação de normas econômicas neoliberais, concretizadas em políticas prescritas pelo BM e FMI, como a privatização, corte do setor público e abertura da economia a forças econômicas internacionais, era o elemento-chave da paz apoiada por intervenções de países ocidentais. (DARBY e MCGINTY, 2008, p. 5).

O *peacebuilding*, portanto, como um esforço pós-conflito realizado por meio de programas de construção de capacidades e instituições idealizado em conceitos ocidentais de democracia liberal, veio a ser visto como um conjunto de atividades técnicas de estabilização de situações pós-acordo de paz. A lógica por trás dessa ideia era que o sucesso do Estado liberal, na política e na economia, automaticamente criava uma situação em que as partes beligerantes de um conflito ganhavam benefícios que os afastavam do incentivo a combater. (VON DER SCHULENBURG, 2017, p. 124).

Um modo de ação positivo para conduzir à concretização dessa prática ganhou elaboração na *teoria da maturação*, de William Zartman. Esta era, dentro dos estudos de processos de paz, um modo de criar um caminho interpretativo para detectar o momento possível da produção de paz, quando “[...] líderes ou povos de países antagonistas mudassem de uma percepção de conflito para outra de cooperação.” A consequência disso é que se tornava possível prover um “incentivo à cooperação” por uma combinação de pressões de conjunturas e eventos internacionais sobre dinâmicas internas. (SELIKTAR, 2009, p. 8, tradução nossa).

Já Chandler problematiza o entendimento do conceito de paz liberal atrelada ao *peacebuilding* que emerge nos 1990. Ainda que tal esforço fosse de fato elaborado como um “[...] campo de intervenção política com a intenção de assistir Estados pós-conflito ou tendentes ao conflito a construir uma paz sustentável na

base de moldes de instituições liberais [...]”, o que se viu na prática foram moldes de intervenção *ad hoc* não necessariamente liberais. (CHANDLER, 2017, p. 3). Isso fica mais claro na transição dos 1990 para os 2000, com o crescimento de uma abordagem de *statebuilding* (construção de Estados) na prática de operações de paz.

Paris e Sisk (2009) entendem que assumir práticas de abordagem do *statebuilding* foi a “[...] mais importante mudança no nível macro na estratégia de *peacebuilding* [...]”, momento em que as agências atuantes em processos de construção de paz começaram a enfatizar “[...] o fortalecimento de instituições de governo legítimas em países emergindo de conflito civil”. A premissa central era que a conquista de **segurança e desenvolvimento** nessas sociedades dependia, em parte, da existência de instituições de governo capazes, autônomas e legítimas. (PARIS, SISK, 2009, p. 1, tradução nossa).

Para Paris, a mudança parte do diagnóstico de que os agentes envolvidos na prática do *peacebuilding* subestimaram “[...] os efeitos das reformas políticas e econômicas exaltadas como o remédio para a violência civil”. A liberalização política, com “[...] eleições e respeito a liberdades civis [...]”, e liberalização econômica, com um “[...] modelo econômico orientado para o mercado [...]”, na verdade “[...] renovaram competição e violência”. A causa do fracasso, para ele, foi a falta da construção de “[...] estruturas institucionais básicas [...]” para que “[...] a democracia e a economia de mercado funcionassem bem”. O remédio estava nos filósofos liberais do século XVIII, como John Locke, Immanuel Kant e Adam Smith. A partir deles, a lição era que, “[...] para colher os benefícios da liberalização, era necessário a existência de **instituições de Estado** funcionando para administrar o potencial destrutivo inerente à ideia da liberalização política e econômica”. (PARIS, 2004 apud PARIS, SISK, 2009, p. 10, tradução nossa).

Esse “potencial destrutivo”, que afetaria qualquer país passando por uma transição para “[...] democracia de mercado, democratização e mercantilização [...]”, era produzido, de acordo com Paris, por uma série de “**patologias**” que minavam processos de liberalização. Entre elas, o autor elencava “uma má sociedade civil”; “o risco de eleições” que podem “[...] servir como pontos focais para competição societal destrutiva”; o perigo de sabotadores, “[...] que se escondem sob o manto da democracia, mas buscam miná-la”; e os “[...] efeitos

disjuntivos e indutores de conflito da liberalização econômica”. (PARIS, 2004, 159, tradução nossa, grifo meu).

Na verdade, o que estava se moldando era uma transição do conjunto de “valores liberais”, expostos no **Agenda para Paz**, em 1992, para a “defesa mais intervencionista” contida no **Responsabilidade de Proteger**, de 2001. (RICHMOND, 2014, p. 21, tradução nossa).

O **Responsabilidade de Proteger**, (“*Responsibility to protect*”, de 2001), produzido pela Comissão Internacional sobre Intervenção e Soberania do Estado, lidava com as “novas realidades e desafios” que emergiam dez anos depois do início de ações de intervenção de paz. (ICISS, 2001, p. 3). A justificativa declarada era refletir sobre as falhas em casos com o de Rwanda, palco de um genocídio mesmo diante do conhecimento de membros do Conselho de Segurança e de forças da ONU em solo, que tinham estratégias “[...] disponíveis para prevenir, ou pelo menos mitigar em grande parte, o massacre”; ou da Bósnia, cuja “[...] falha da ONU e de outros em prevenir o massacre de milhares de civis [...]” em Srebrenica, em 1995, era outro acontecimento de “[...] grande impacto sobre o debate da política contemporânea sobre intervenção para propósitos de proteção humana.” (ICISS, 2001, p. 1, tradução nossa).

Já que a reflexão ali era sobre as omissões, e não sobre as ações, o tipo de intervenção que se desenhava era a de uma “[...] ação tomada contra o Estado e seus líderes [...]”, sem necessariamente qualquer consentimento. Reconhecendo que a mais controversa dessas ações era a militar, os autores do relatório preocupam-se com alternativas, “[...] incluindo todas as formas de medidas preventivas, e medidas de intervenção coercitivas - sanções e processos criminais - que chegam próximo à intervenção militar.” (ICISS, 2001, p. 8, tradução nossa).

O *statebuilding*, portanto, encaixava-se em um momento mais assertivo e amplo de intervenções, inclusive pós-9/11. Paris e Sisk, por exemplo, diziam que o esforço devia ser o de construir e fortalecer “**instituições de governo legítimas**” em países emergindo de conflitos. A produção externa envolvida na abordagem deveria montar uma “maquinaria do Estado”, com cortes e legislaturas, “provisão de **segurança**” junto a um “sistema de polícia e justiça”, além da “[...] capacidade pelo menos rudimentar de formular e implementar planos orçamentários e de coletar receitas por meio de taxaço”. (PARIS, SISK, 2009, p. 15, tradução nossa, grifo meu).

Essa formulação pode sofrer uma primeira crítica diante da contradição, apontada por Richmond, de que no *statebuilding* neoliberal o Estado a ser construído seria equipado com “[...] competências nas áreas de governo da lei, taxaço, desenvolvimento, ambiente e serviços públicos. [...]”, mas teria que refletir uma preferência neoliberal pela arquitetura diminuída do Estado, ancorada, entre outras coisas, numa ideia de mercado como crucial para prover “[...] acesso a recursos e oportunidades”. A lógica colocava em choque discurso e prática da intervenção, já que prescrições neoliberais minavam qualquer abordagem desenvolvimentista e democratizante proposta. (RICHMOND, 2014, p. 66-67, tradução nossa).

Aqui podemos nos aprofundar na crítica de Chandler sobre o problema de atribuir uma concepção liberal clássica à abordagem de *peacebuilding* contemporâneo. Os Estados ou as estruturas políticas erigidas a partir desses “projetos e intervenções pós-conflito” não se concretizavam em termos liberais, munidos de autodeterminação e autonomia política, como “[...] um ator autossuficiente em termos ‘westfalianos’”. Na verdade, tais Estados assemelhavam-se mais a um “[...] mecanismo de coordenação e regulação [...]” com os agentes externos produtores de políticas regulatórias de intervenção e *peacebuilding*, sendo limitados a um nível administrativo sem qualquer soberania. (CHANDLER, 2017, p. 34, tradução nossa).

O que temos então não é a negação da soberania, mas a sua redefinição como peça de um sistema de intervenções elaborado a partir dos 2000. O conceito legal de soberania como independência constitucional garantiria a um Estado soberano não ser subordinado a outro soberano, e sim “[...] necessariamente igual a ele perante a lei internacional”. O mais importante para nossa discussão é que “quando um país é soberano, é independente categoricamente: não há nenhuma **condição intermediária.**” (JACKSON, 1990, p. 32 apud CHANDLER, 2017, p. 76, tradução nossa, grifo meu). Com o *statebuilding* há uma redefinição soberania não como um estado indisputável, mas como uma variável ligada à ideia de “capacidade do Estado”, ou seja, condicionadas a questões técnicas de se eram capazes de implementar soluções para problemas de segurança, desenvolvimento e direitos humanos. (CHANDLER, 2006).

O documento do ICISS de fato sugere essa redefinição do conceito de soberania a partir de uma recharacterização da normativa da Carta da ONU. Esta,

“[...] ao ceder o *status* de membro [...]”, faz o Estado ser aceito pela comunidade internacional, mas condicionado a aceitar “[...] responsabilidades de membro que vêm com a assinatura.” Ou seja, o documento sugere que a “[...] soberania como controle [...]” passe a ser “[...] soberania como responsabilidade tanto em funções internas como em deveres externos.” A chave de tal dinâmica tinha três encaixes: um, as autoridades eram responsáveis pela vida e bem-estar de seus cidadãos; dois, agentes de Estado devem prestar contas por atos, seja de comissão ou de omissão; e, terceiro, e aqui está a novidade, as autoridades políticas nacionais seriam responsáveis tanto diante de seus cidadãos quanto da comunidade internacional, através da ONU. (ICISS, 2001, p. 13, tradução nossa).

Ghani e Lockart, elaborando a partir dessa lógica, criaram o conceito de “fenda da soberania”, a diferença “[...] entre a suposição *de jure* de que todos os Estados são ‘soberanos’, não importando seu desempenho na prática [...]” e “[...] a realidade *de facto* de que muitos são Estados que mal funcionam ou estão colapsados, [...] onde o conjunto recíproco de direitos e obrigações não é uma realidade.” Por essa leitura, esses colapsos surgiam a partir de falhas e limitações sempre internas e inerentes ao Estado. E tinham uma localização geografia abrangente mas dirigida, o que os autores definiam com “arco de crise”, constituído por um grupo de quarenta a sessenta países que “[...] se estende da África através do Oriente Médio, até a Ásia Central e do Leste”. A função “governança”, portanto, seria colocar em curso “[...] um processo ordenado para [...] implementar decisões em relação a bens coletivos” e, assim, reconstituir essa “fenda”. (GHANI, LOCKART, 2008, p. 21, tradução nossa).

A brecha das missões internacionais de *statebuilding* estaria no seu próprio caráter privatizado. Isso porque às agências internacionais eram cedidas funções do Estado, de modo que era o elo crítico de prestação de contas e responsabilização entre Estado e cidadãos. Os agentes externos então se “entrincheiram” nesse papel de autoridade supostamente temporário, mas que no fim pode significar que “[...] a ONG, o contratante ou a agência fará lobby por financiamento para continuar a desempenhar aquela função.” Para Ghani e Lockart, a única forma para que uma “ocupação permanente possa ser evitada” era “fechar a fenda de soberania”, de modo que o “Estado se torne autossuficiente” (GHANI, LOCKART, 2008, p. 28, tradução nossa).

Chandler apontou para esse “dilema do statebuilding”, o “[...] impor práticas políticas de boa governança, supostamente no interesse de todos”, ao mesmo tempo que “[...] restringe a importância da esfera política local”. O problema era não prever um procedimento para o caso de fracasso de missões de intervenção, ou seja, no caso de elas fazerem dano. No fim, formular uma preocupação para que as agências não permaneçam indefinidamente era o negativo para a perpetuação da presença externa. No fim, o “[...] desequilíbrio de poder entre atores interventores e os locais [...]” produzia a “[...] marginalização da esfera política doméstica.” (CHANDLER, 2006, p. 53, tradução nossa).

O caso da Bósnia nesse sentido é ilustrativo. Chandler pensava que a única existência do Estado bósnio, dentro das redes de governança moldadas pelo *statebuilding*, era na parceria que tinha com a União Europeia. Para ele, o Estado bósnio na verdade funcionava como uma peça de transmissão “das prioridades políticas da UE”, invertendo a ideia do Estado soberano. O problema era que, “[...] em vez de representar a expressão política coletiva dos interesses bósnios [...]”, o Estado realizava “[...] uma agenda externamente guiada.” (CHANDLER, 2017, p. 89, tradução nossa).

Aqui, há duas implicações decisivas para o nosso estudo. Por um lado, como no caso acima, o Estado objeto de intervenção não tem qualquer independência ou existência autônoma fora da relação com agentes internacionais, já que burocratas e administradores estrangeiros têm a palavra final sobre o fazer de políticas públicas. Já os políticos locais, como mediadores das políticas externas, subordinados a prescrições de instituições internacionais, não têm reconhecimento ou legitimação como personificação de uma expressão coletiva de suas sociedades. É isso que Chandler chama de “**Estado fantasma**” (CHANDLER, 2006, 2017). Afeganistão, Iraque e Bósnia, por exemplo, podem ter uma soberania formal reconhecida e governos eleitos por processos democráticos, mas sua relação com a dependência externa significa que a esfera política interna não serve para legitimar as autoridades políticas ou fazer coesa a sociedade local. (CHANDLER, 2006, p. 44). O caso da Palestina difere, entre outras coisas, porque a observação recai sobre um confronto colonial com características muito específicas. No entanto, ainda que jamais tenha adquirido soberania formal, uma entidade de governo, a Autoridade Nacional Palestina, foi criada, tornando-se o elo de ligação com um conjunto externo de agentes de governança.

Já a segunda implicação é que, diante da indefinição dos limites entre espaços doméstico e internacional da nova definição de soberania, produz-se a impossibilidade de atribuir responsabilidade ou exigir prestação de contas dos internacionais. (CHANDLER, 2006, p. 8). O *statebuilding*, para Chandler, acabou se constituindo na “[...] mudança na linguagem da projeção de poder ocidental [...]”, refletindo tanto “[...] as novas relações de subordinação com o fim do mundo bipolar [...]” quanto o “[...] desejo de instituições ocidentais de rejeitar prestação de contas direta de ‘zonas de instabilidade’”. (CHANDLER, 2006, p. 32, tradução nossa).

1.2 Os recortes de autoridade, violência e espaço: os elementos da análise

Agora, nos dedicamos a delinear o aparato teórico-metodológico que proverá o recorte de análise do caso palestino. Partimos da “tática de análise” de Sassen do **TAR**, mas com algumas modificações. A *território, autoridade e direitos* vamos adicionar a **violência** como elemento que informe a análise da modificação provocada pelo processo de Oslo sobre a questão palestina. Isso surge a partir de um discernimento de que talvez a questão mais central, ainda pouco explorada nos estudos do encontro do global e do local, é como a comunidade internacional se acopla ao exercício da violência na Palestina contemporânea.

Assim, nesta segunda metade do capítulo, vamos procurar definir um conceito de violência global, a partir do debate sobre o imperialismo ensejado entre Hardt e Negri (2002) e David Harvey (2003). Em seguida, nos voltamos à tipificação de violência, contraposta à teoria de *peacemaking*, elaborada por Galtung (1969). Em ambos os casos, vamos observar comentários e elaborações de Byung-Chul Han (2017), a partir de sua própria topologia da violência. Como terceiro item, vamos especificar as dinâmicas e características próprias do confronto colonial na Palestina, ou seja, como se configura o choque entre israelenses e palestinos. Por fim, refletimos como podemos nos aproveitar da contribuição de Lefebvre na leitura do espaço como manifestação e, portanto, evidência da produção social mais geral no território, especificamente dentro do recorte proposto. É assim que ambicionamos, por meio de diferentes leituras da produção do espaço e do exercício da violência, atribuir as características de agentes externos dentro dessa **pólis-global**.

1.2.1 Violência global: debates sobre o imperialismo na era da globalização

Quando apresentou seu *Agenda para a Paz*, em 1992, Boutros-Ghali não só detalhava um conjunto técnico, mas exaltava uma nova realidade política, o início de um novo tempo, “um fenômeno global”, no qual “regimes autoritários” davam “[...] lugar a forças mais democráticas e governos mais responsivos”. (NAÇÕES UNIDAS, 1992, *para9*, tradução nossa).

A ordem global no qual o ***peacebuilding*** se encaixava era o resultado do fim da oposição de superpotências da Guerra Fria, que abria caminhos a visões como o “fim da História” de Francis Fukuyama. Por esta, estaria se criando um “[...] consenso extraordinário [...]” a respeito da democracia liberal como um sistema de governo livre de “[...] contradições internas [...]” que caracterizavam, por exemplo, o governo comunista que colapsou no fim dos anos 1980. (FUKUYAMA, 1992, p. xi, tradução nossa). O consenso que emergia levaria a uma ***paz*** ampla universal, com “[...] o fim das guerras e revoluções sangrentas [...]”, todas esvaziadas porque “[...] nenhuma grande causa [...]” permanecia para ser disputada e a humanidade havia “[...] abolido a injustiça de forma bem-sucedida”. Daquele ponto em diante, todos estaríamos “[...] satisfeitos em [nossas] necessidades por meio da atividade econômica [...]”, não tendo que “[...] arriscar [nossas] vidas em batalhas.” (FUKUYAMA, 1992, p. 311, tradução nossa).

O fato é que a partir de então haveria não só um único padrão de sistema político-econômico global, mas também um conjunto maior de organizações dispostas a implementá-lo. Ou seja, temos aqui os dois principais critérios para definir a formação de uma *pólis-global*: um conjunto de tecnologias disponíveis para intervir em um conflito internacional, *peacebuilding* e *statebuilding*, e uma saliência política que surge do fim da bipolaridade da Guerra Fria, abrindo possibilidades de ação externa.

Para Tonge, o termo *processo de paz* passa a ser uma moeda corrente, dando significado a um aparato de estabelecimento e implementação de paz definida a partir do modelo minimalista *Uppsala*, como ausência da violência por mais de um ano. No final da década de 1990, 23 acordos de paz haviam sido alcançados. (TONGE, 2014, p.11, tradução nossa).

De acordo com uma base de dados da ONU levantada por Christine Bell (2006, 2008), desde 1990, “[...] cerca de 50% das guerras terminaram em acordos

de paz [...]”, mais do que a proporção dos dois séculos anteriores, quando “[...] um a cada cinco resultaram em acordos negociados.” (BELL, 2006, p. 373; BELL, 2008, p. 27, tradução nossa).

Para Duffield, a lógica de fundo do que Boutros-Ghali apresentava era a de uma paz liberal que questionava “[...] o conflito violento como um veículo legítimo de mudança social.” Isso porque o mundo que emergia do fim da Guerra Fria era enxergado como “[...] a melhor mistura possível de relações sociais, estruturas econômicas e instituições políticas [...]” que o mundo poderia ter. Consequentemente, essa lógica estabelecia as “regras do jogo” exigindo um determinado tipo de “[...] comprometimento e comportamento [...]” no interior das redes formais da governança global. (DUFFIELD, 2001, p 130). Podemos buscar definir essa nova ordem mundial, ou as “regras do jogo”, como disse Duffield, por meio do debate iniciado na virada para os 2000 a partir da proposta contida em *Império*, de Hardt e Negri (2002).

O molde ideológico do “fim da História” de Fukuyama, para Hardt e Negri (2002), seria o soar de tambores de um **novο poder soberano** conectado ao capital, agora em espaços e fronteiras não claramente definidos. Isso significava que forças não circunscritas a centros de poder estatais que animavam esse capital se expandiriam sobre todo o globo. A mudança essencial nas relações globais de poder era que os “Estados-nação capitalistas” não mais exerciam propriamente um “[...] domínio imperialista sobre outras nações e regiões do globo.” (HARDT, NEGRI, 2002, P. 27)

Lênin, como o autor da elaboração clássica do conceito, entendia o imperialismo como a fase mais adiantada do capitalismo, ou seja, já na fase monopolista e com o predomínio do capital financeiro. Era quando adquiria importância central a exportação de capitais por associações internacionais monopolistas, o que organizava em linhas de competição os Estados ligados a elas. Assim, na virada do século XIX para o XX, o imperialismo capitalista alinhavava uma política colonial traduzida em “[...] luta das grandes potências pela partilha econômica e política do mundo”. A divisão de mundo, na definição de Lênin, envolveria os países que possuem colônias, as próprias colônias e países “[...] dependentes que, dum ponto de vista formal, político, gozam de independência, mas que na realidade se encontram envolvidos nas malhas da dependência financeira e diplomática.” (LÊNIN, 2011, p. 212).

Podemos considerar o passo mais decisivo para a definição do conceito quando, no início do século XX, há a entrada de “Alemanha, Itália, EUA e Japão no jogo imperial” até então dominado pela Grã-Bretanha. Assim, o imperialismo torna-se de fato “[...] uma forma de política de poder em um nível global.” (YOUNG, 2015, p, 60).

Teríamos ainda a subdivisão em império formal e império informal. O primeiro refere-se às formas que incorporam “[...] negação de direito de autogoverno [...]”, sendo análogo à “[...] negação de direitos formais civis e democráticos na esfera doméstica.” O alicerce desse domínio se daria por meio da “[...] força e coerção em vez de consenso”. Já o império informal, na elaboração de Immanuel Wallerstein, operaria a “[...] esfera econômica das relações de mercado, nas quais Estados subdesenvolvidos da ‘periferia’ e da ‘semiperiferia’ são dependentes e explorados pelas nações desenvolvidas industrializadas do ‘centro’”. Aqui, o domínio não ocorre por coerção, mas por uma “liberdade” de ação econômica, de modo que a reprodução das relações sociais capitalistas realize a subordinação por meio da compulsão de mercado, e não pelo uso direto de poder governante. (CHANDLER, 2006, p. 11, tradução nossa).

Foi no interior dessas dinâmicas que, por exemplo, Kwame Nkrumah, ativista e primeiro presidente de Gana pós-independência, percebeu que a conquista de libertação e soberania apenas serviu para mostrar a ele e seus colegas políticos que estavam sujeitos a forças econômicas maiores, mercados e companhias multinacionais controlando preços de cultivos, taxa de investimento e habilidade de emprestar. Não por coincidência, esses poderes eram administrados pelos mesmos países que antes eram seus governos coloniais. (YOUNG, 2015, p. 118, tradução nossa).

No entanto, para Hardt e Negri, a novidade a partir dos 1990 é que, ainda que pudessem ser detectadas “[...] verdadeiras linhas de continuidade [...]” do imperialismo, estaríamos diante de outro estado de coisas, centralmente que a “[...] competição entre diversas potências imperialistas foi [...] substituída pela ideia de um poder único [...]”, poder em constante desestabilização por dinâmicas flexíveis, móveis e desterritorializadas de fluxos de capital. Consequentemente, estaríamos diante de “[...] um novo registro de autoridade e um projeto original de produção de normas e de instrumentos legais de coerção que fazem valer contratos e resolvem conflitos.” (HARDT, NEGRI, 2002, P. 27).

Eles afirmam que há uma transição para o fim de grandes conflitos interestatais, o que tornaria inapropriado olhar para as guerras em geral por uma chave imperialista. A violência, nesse novo cenário, seria exercida por uma gama de agentes variados inseridos no universo aberto do capitalismo financeiro, de tendência centrífuga, que ignorava fronteiras e envolveria todo o globo em uma concepção territorial do espaço imperial modificada. A implicação sobre a definição de imperialismo era que os meios de violência na nova realidade não seriam controlados e impulsionados exclusivamente por interesses de Estados poderosos. (HARDT, NEGRI, 2002).

No universo das operações de paz que começam nos 1990, isso significou que no novo cenário de poder desterritorializado houve o apagamento da fronteira entre **desenvolvimento e segurança**, com a incorporação de estruturas de guerra, operada por complexos estratégicos de autoridade que incluíam “[...] ONGs internacionais, governos, *establishments* militares, instituições financeiras internacionais, companhias de segurança privadas, [e] setor de negócios”. (DUFFIELD, 2001, p 12, tradução nossa).

Halper (2015) investigou esses nexos que conjugam securitização e indústria da guerra, alimentados por uma lógica de “[...] pacificar a humanidade torna-se a única forma de remover a guerra”. O problema, para ele, é que o empreendimento é, em si, “[...] violento, sem fim, totalitário [...]”, configurando uma “[...] guerra com meios ilimitados, com fins ilimitados”. Ou seja, as dinâmicas contemporâneas do capitalismo engendravam um “[...] governo global moldado por um compromisso inerente à guerra e uma constante preparação para guerra.” (HALPER, 2015, p. 29, tradução nossa).

Hardt e Negri, de fato, pensavam o “fim da história” dessa forma, não como uma era de paz, mas como uma grande guerra imperial que ganharia concretude em guerras civis ou em ações policiais em centros urbanos, de “[...] Los Angeles e Granada a Mogadíscio e Sarajevo [...]”, tornando a separação dos braços internos e externos do poder (exército e polícia) cada vez mais vaga e indeterminada. (HARDT, NEGRI, 2002, p. 209).

Han aponta para a contradição no molde de guerra imperial de Hardt e Negri que se daria, a partir de então, entre duas forças contrapostas, o império descentralizado e desterritorializado contra a multidão como “[...] totalidade de

singularidades que se comunicam mutuamente através de rede e agem em conjunto.” (HAN, 2017, p. 242).

As energias da multidão surgiriam dos processos de constituição de um “novo proletariado”, que congregaria todos “[...] cujo trabalho é explorado pelo capital”. Isso porque a produção do capital no Império fazia convergir dinâmicas do trabalho contemporâneo, fosse trabalho produtivo, intelectual ou físico, ou então apagava a separação entre “[...] o tempo de trabalho e o tempo de lazer”. (HARDT, NEGRI, 2002, p. 426). Essa indistinção implica um contraponto, já que tornaria a força de trabalho “[...] cada vez mais coletiva e social [...]”, o que levaria a um só proletariado. (HARDT, NEGRI, 2002, p. 427).

Os autores investigavam a possibilidade dessa multidão proletária tornar-se sujeito político nesse novo contexto do Império, agora que os conflitos entre a “máquina de comando” imperial e “o conjunto de todos os explorados e subjugados”, a multidão, ocorriam sem qualquer mediação, criando nesse contexto um potencial maior para a revolução. (HARDT, NEGRI, 2002, p. 417).

O problema, para Han, estava em uma contradição no interior da própria obra de Hardt e Negri. (HAN, 2017, p. 242). Isso porque se no Império não há qualquer interação fora do sistema capitalista, se todos são impelidos pela necessidade de uma produção biopolítica, então a exploração alheia, ainda que exista, deixa de ser “[...] o modelo fundamental da manutenção dos sistemas”. (HAN, 2017, p. 243).

Han desenvolve, então um conceito da violência que jogue luz as relações do capitalismo contemporâneo. Ele elabora o que chama de “violência da positividade”, que não funciona na chave da “[...] negatividade do impedimento, da recusa, da proibição, da exclusão e da subtração [...]”, mas se manifesta pelo “[...] exagero e desproporção, como excesso, exuberância e exaustão, como superprodução, superacumulação, supercomunicação e superinformação.” A *invisibilidade e não-percepção* dessa violência surge por ocorrer numa incentivada ação de trabalho constante e “positividade do tudo-poder.” (HAN, 2017, p. 169).

O conceito faria parte de modalidades de violência internalizadas, que se servem do “automatismo do costume” e de “[...] modelos de percepção e de comportamento que se tornaram hábito.” A *violência da positividade* entra naquelas categorias que oferecem as condições para a manutenção de “relações de domínio” sem emprego de dano físico, relações que se realizam agora como parte

de um “**sistema de violências**” mais amplo e mais variado. (HAN, 2017, p. 23) O *sujeito político*, imerso na multidão que exige a produção biopolítica, torna-se na verdade o “sujeito de desempenho”, livre para realizar projetos, sujeito não somente a uma “coerção exterior”, mas também uma “autocoerção”, que leva à depressão e ao *burnout*. (HAN, 2017, p. 24).

Arantes identifica a violência neoliberal ao olhar para o novo “trabalho”. O mecanismo não deixa de seguir as linhas gerais acima. Diante da razão-mundo como racionalidade política, que espalha a lógica do mercado a todas as esferas da vida humana, “[...] o novo mundo do trabalho [...]” se transforma em um “[...] imenso campo de experimentação e difusão da crueldade social”. A fragmentação e desarticulação da “linha de montagem fordista” agora generaliza condutas injustas, mau-caratismo, numa formulação própria do problema da alienação e da semântica do mal presente, como fez Hannah Arendt na sua leitura do “escândalo político e moral provocado pelo caso Eichmann”. O trabalho seria agora “[...] gerador de infelicidade, alienação e doença mental [...]”, o que explicaria as estratégias de defesa individuais entranhadas em “[...] comportamentos de aceitação do mal [...]”, uma forma de se adaptar ao sofrimento acarretado pelo medo, o “[...] principal combustível das tecnologias neoliberais de poder.” (ARANTES, 2014, p. 109).

Também Harvey, mesmo reconhecendo a contribuição de Hardt e Negri como impulso para repensar a forma como o imperialismo é analisado, rebate a ideia de que aspectos tradicionais da interpretação imperialista seriam colocados em uma posição secundária. (HARVEY, 2003).

Ele inspirou-se em Arrighi, que de fato via um “[...] uso anacrônico do termo imperialismo [...]” diante do “[...] ruído sobre o entendimento da nova conjuntura do capitalismo”. Para ele, tal processo teria se iniciado a partir do estabelecimento de uma hegemonia dos EUA já na 2ª Guerra, erodindo o “[...] significado das teorias clássicas do imperialismo [...]”, segundo as quais “[...] a competição intercapitalista [...] transformava-se num estado aberto e generalizado de guerra.” Nos termos de Arrighi, tal processo teria solapado o “[...] caráter isolado e mutuamente exclusivo dos estados-nação que as teorias clássicas do imperialismo tinham como premissa”. (ARRIGHI, 2003, p. 13).

Harvey, por sua vez, produz a síntese teórico-conceitual do “capitalismo imperialista”, uma “[...] fusão contraditória [...]” de duas dimensões: a lógica de

Estado e de administração, um campo conceitual de análise mais ortodoxo do capitalismo “[...] baseado no comando de um território e na capacidade de mobilizar os recursos humanos e naturais em direção a objetivos políticos, econômicos e militares”; e a lógica do capital, que se realiza por “[...] processos moleculares da acumulação do capital [...]”, no qual “[...] fluxos de poder econômico em um espaço contínuo [...]” transpõem unidades territoriais, sejam elas Estados ou blocos regionais, “[...] por meio de **práticas diárias**, comércio, fluxos de capital, transferências, trabalho migrante, transferência de tecnologia, especulação de moeda, fluxos de informação e impulsos culturais” (HARVEY, 2003, p. 28, tradução nossa, grifo meu,). Essas duas dimensões seriam independentes, já que o autor admitia que nem sempre os processos em ambas podiam ser controlados, ainda que os EUA pudessem, por exemplo, orquestrar a abertura de mercados por meio de operações do FMI e da OIT (Organização Internacional do Trabalho), resultando em vantagens financeiras para si. (HARVEY, 2003, p. 32, tradução nossa).

Já Chandler enxerga na verdade uma reconfiguração de poder e exercício de violência a partir do fim da Guerra Fria. O mundo da era da globalização toma o lugar do “[...] mundo pluralista pós-2ª Guerra Mundial [...]” da Carta da ONU, com uma nova hierarquia de poder ocidental não formalizada como no passado. Para ele, uma nova estrutura de dominação era construída na base do que ele chama de “**império em negação**”, pelo qual o exercício da violência se dava no interior da “[...] negação do poder e responsabilidade ocidental.” Isso era traduzido em discursos de administradores imperiais sobre “[...] desenvolver relações de ‘parceria’ com Estados subordinados [...]” ou exaltando “[...] uma ‘liderança africana’, ao mesmo tempo que instituíam novos mecanismos de dominação e controle.” (CHANDLER, 2006, p. 9, tradução nossa).

No lugar da “[...] linguagem de dominância e superioridade ocidental [...]” entram “[...] discursos de ‘construção de capacidade’ e ‘empoderamento’ na causa do Outro não-ocidental [...]”, publicizando não “[...] uma coerção externa [...]” que denotaria a intervenção imperial, mas sim debates técnicos de temas de “[...] assistência administrativa para a boa governança ou a capacidade institucional”. (CHANDLER, 2006, p. 26, tradução nossa). Era assim que o debate técnico de eficiência, transparência e anticorrupção era aplicado a políticas de alcance normativo, como uma estratégia mais geral de mercado de difusão de uma **disciplina neoliberal** daquela razão-mundo mais ampla.

1.2.2 O problema da definição de violência: uma tipificação a partir de Galtung

O debate sobre possibilidades de um processo de paz tornar-se um mecanismo de violência passa muito por entender a lógica de definições vagas sobre os conceitos que o compõem, ainda mais porque é a partir deles que tal processo é moldado. A começar, como aponta Bell ao olhar para registros da lei internacional, pela limitação “em [...] identificar um conflito ou guerra”. A lei internacional ofereceu inicialmente uma divisão tradicional entre “conflitos armados internacionais” e “conflitos armados internos”, que, por sua vez, ganharam subdivisões por níveis e tipos à medida que a própria lei internacional era emendada. (BELL, 2008, p. 48-49, tradução nossa).

Por exemplo, a IV Convenção de Genebra de 1949 (IVCG), em seu Artigo 3, delineava apenas termos gerais para “[...] conflitos armados que não sejam de um caráter internacional [...]”, apenas definido como um conflito que ocorre no interior das fronteiras de um Estado. (IVCG, 1949, tradução nossa). Já o Protocolo I, de 1977, nas suas provisões gerais, como suplemento à IVCG, incorporava a conflitos internacionais, na sua cláusula 4, “[...] conflitos armados nas quais povos estão lutando contra dominação colonial e a ocupação estrangeira e contra regimes racistas no exercício de seu direito à autodeterminação”. (PROTOCOLO I, 1977, tradução nossa).

Outro problema é a definição do limite de violência aceitável em um conflito já inserido em procedimentos e mecanismos de um processo de paz, o que implica também definir qual é o *status* final (*endgame*) ambicionado. Aqui, temos duas possibilidades, entre elas a **resolução do conflito**, que é um “[...] resultado final potencial para o processo de paz”, mas não mandatário. Outra possibilidade é a “administração” do conflito, o estágio anterior à resolução que “[...] pode ser suficiente para o sucesso ser reivindicado [...]”, como o “[...] o limite do que é possível conquistar.” (TONGE, 2014, p. 27, tradução nossa). Aqui temos então uma primeira clivagem: o “[...] conceito de paz como controle ou eliminação da guerra [...]” ou uma definição “[...] mais ampla e positiva, ou seja, como prevenção da guerra e avanço dos direitos humanos e justiça.” (TONGE, 2014, p.10, tradução nossa).

Galtung apontava que o problema começa com uma definição rasa do conceito de violência, que por sua vez leva a um conceito raso de paz. Isso leva a uma distorção, em que “[...] ordens sociais altamente inaceitáveis [do ponto de vista da violência] ainda [são] compatíveis com paz.” (GALTUNG, 1969, p. 168, tradução nossa).

Ele desenvolve, então, uma tipologia da violência tendo como cerne o conceito de *violência estrutural*. Uma primeira diferenciação é identificar se existe um indivíduo que age e comete a violência, o que implicaria violência “pessoal ou direta”, ou se tal agente não pode ser identificado na ação, o que configura violência “estrutural ou indireta”. No primeiro caso, a ação atinge outro indivíduo, de modo que ele “[...] pode ser morto ou mutilado, atingido ou machucado”. No segundo, o sujeito é atingido por manipulação de “estratégias de *stick and carrot*.” (GALTUNG, 1969, p. 170, tradução nossa).

A medida de *violência estrutural* nas estratégias de *stick and carrot* seria identificada nas variações entre um *nível potencial de realização*, que pode ser atingido com um dado nível de conhecimentos e recursos, e o *nível real e corrente de realização*. A violência surge quando um grupo ou classe monopoliza esses conhecimentos e recursos, utilizando-os para outros propósitos, de modo que o *nível real e corrente de realização* é menor que o *nível potencial* mínimo. A violência indireta também incluiria formas de dano físico, como quando os “meios de realização” são diretamente destruídos. (GALTUNG, 1969, p. 169, tradução nossa).

Aplicado a um arranjo de sistemas, como de um processo de paz, o método seria observar quanto cada agente participante retira desse sistema. Ou seja, para Galtung a “distribuição de valor” define se tal estrutura tende a distribuições “igualitárias” ou “desiguais”, o que, neste caso, ao mecanismo de dano da violência estrutural. (GALTUNG, 1969, p. 176, tradução nossa).

Isso torna-se relevante para este estudo, já que muitas das teorias de análise de processos de paz ou de governança global não prevê a possibilidade de detectar formas de violências sistêmicas ou estruturais. Para Richmond, por exemplo, “[...] as relações de poder ao redor do *peacebuilding* e do *statebuilding* replicam uma forma sutil de violência estrutural [...]” porque acabam se moldando como formas específicas de manutenção de hierarquia local/internacional do imperialismo informal. A racionalidade que informa esses processos confere

autoridade e garante a governos, burocratas de instituições, como ONU, Banco Mundial e FMI, e doadores estatais que se arroguem status e posicionalidade no topo da hierarquia, baseados no poder de seu país ou no prestígio de sua função. (RICHMOND, 2014, p. 5, tradução nossa).

Para Galtung (1969, p. 170-171), a posição de um agente no interior do sistema pode lhe dar o poder tanto para punir outro agente que tomar uma atitude errada aos seus olhos, como para recompensá-lo ao agir na linha. A conclusão é que a realização da violência não depende de uma clara relação sujeito-ação-objeto, como durante um cerco a uma cidade ou território, mas pode ocorrer em uma relação menos tangível, **como no modo de organização de relações econômicas**.

O conceito de “violência estrutural” de Galtung teria possibilitado, de fato, com a incorporação de “[...] formas de discriminação endêmica de acesso a recursos, criminalização e maiores taxas de mortalidade [...]”, a ampliação de possibilidades de definição de um acordo de paz, como, por exemplo, “[...] acordos contemporâneos que emergiram entre Estados e povos nativos.” Tais acordos seriam dedicados a contextos onde não haveria luta ou combates físicos, mas que respondiam a “[...] reivindicações de autodeterminação e de terra [...]” ligados a episódios “[...] passados, incluindo genocídio e problemas contemporâneos descritos como violência estrutural.” (BELL, 2008, p. 50, tradução nossa).

Já Tonge aponta para o fato de que definições emancipatórias de paz, que surgiram na esteira da reflexão de Galtung, “[...] têm sido acompanhadas por programas de retificação de desigualdade e injustiça social.” Em tais formulações, a busca por uma paz transformativa é conduzida em meio à percepção de que muitas guerras de libertação nacional ou anticoloniais se originam do mau tratamento de uma população nativa por um poder colonial. (TONGE, 2014, p.12, tradução nossa).

Han, por sua vez, faz duas críticas à teoria de Galtung. Por um lado, seu conceito de violência era amplo e genérico, de modo que não “[...] distingue de outras situações sociais ou estados negativos.” Por exemplo, o fato de crianças da classe trabalhadora terem menos oportunidades de formação do que crianças de classes mais elevadas constituiria injustiça, não violência. (HAN, 2017, p. 160). O segundo problema é que Galtung corre o risco de confundir *violência e poder* ao conectar sua definição à desigualdade de hierarquias, já que, podemos assumir, o

domínio pode ser “exercido sem violência”. A “violência estrutural” de Galtung se configuraria, assim, mais como uma técnica de domínio, discreta mas eficiente. (HAN, 2017, p. 161).

Podemos observar que Galtung não limita sua definição de violência estrutural a uma arquitetura de hierarquias desiguais, mas também busca identificar como valores e recursos transitam dentro desse sistema e, a partir daí, detectar efeitos danosos sobre capacidades. De qualquer forma, a crítica de Han contribui com uma adição à definição de Galtung.

Para Han, uma dominação exercida sem uso da violência (aqui entendida por ele como violência direta) ocorreria por meio de uma “[...] dimensão simbólica do poder [...]”, ou seja, por uma “[...] confirmação pré-reflexiva [...]” produzida simbolicamente. Quanto mais efetivamente exposta ela for, menos necessário será a “violência explícita.” Inversamente, quanto menos efetiva for a “mediação simbólica” da dominação, maior a necessidade de violência explícita. (HAN, 2017, p. 163).

Ou seja, para Han, não haveria tanto uma violência estrutural, mas uma distância entre a potencialidade de exercício de uma violência direta e sua realização concreta. Se observarmos o próprio conceito de “violência da positividade” de Han, esta é realizada quando o sistema de poder implica um dano, como o caso da depressão e do *burnout*. Voltaremos a esse debate nos capítulos seguintes quando olharmos tanto para as formas de violência israelense sobre a população palestina, como para os efeitos de agentes internacionais inseridos no sistema do processo de paz.

1.2.3 A violência local: a lógica do confronto colonial

A sugestão é iniciar a leitura do confronto colonial na Palestina a partir do aparato epistemológico conceitual do “**encontro contrapontual**” criado por Edward Said (1993). O autor estava preocupado em interpretar como experiências do encontro entre o europeu colonizador, movido por um desejo de domínio, e os nativos de diferentes geografias não-europeias, impelidos a resistir, eram refletidas na literatura.

O conceito empresta sua lógica da teoria musical para propor uma estrutura de interpretação de momentos históricos vistos, muitas vezes construídos, como

conjuntos de interações caóticas e incompreensíveis. Diz Said que no “[...] contraponto da música clássica ocidental, vários temas são tocados um sobre o outro [...]”, sem que qualquer um deles tenha um privilégio claro e destacado, apenas provisional e momentâneo. Mesmo justapostos, os temas musicais resultam em uma “polifonia” que apresenta “[...] concerto e ordem, uma interação organizada”. Ele, então, transpõe essa lógica para produzir a leitura contrapontual, que seria entender, por exemplo, romances ingleses como parte do engajamento britânico com a Índia, ou seja, moldados, mesmo determinados, “[...] pela história específica da colonização, da resistência e do nacionalismo nativo.” (SAID, 1993, p. 51, tradução nossa). Assim, ler um texto contrapontualmente seria compreender o que está “[...] envolvido quando um autor representa, por exemplo, uma plantação colonial de açúcar como importante para o processo de manter um estilo de vida particular na Inglaterra.” (SAID, 1993, p. 66).

Said, em determinado trecho, recorre à leitura da oposição maniqueísta elaborada por Frantz Fanon em “Condenados da Terra”. Por essa oposição, Fanon teria enxergado, no território palco do colonialismo, o confronto de dois conjuntos de agentes em uma disputa de natureza conflitiva, na qual “[...] a violência do regime colonial e a contraviolência do nativo se equilibram e respondem a cada uma em extraordinária homogeneidade recíproca”. (FANON, 2004 apud SAID, 1993, p. 267).

Wolfe (2006) se debruçou sobre a lógica do colonialismo israelense por meio de uma elaboração do *settler-colonialism* (colonialismo de povoamento). Este seria a junção de duas práticas: uma negativa, “[...] a dissolução das sociedades nativas [...]”, e uma outra positiva, a de erigir “[...] uma nova sociedade colonial sobre a base de terra expropriada”. No nexo dessas duas práticas está a premissa do molde de análise de Wolfe: “[...] invasão [como um esforço colonizador] é uma estrutura, não um evento.” Isso porque, na visão do autor, a “[...] eliminação torna-se **o princípio organizacional** da sociedade de colonos de povoamento (*settler-society*) [...]”, coordenando atividades que podem ir desde a aniquilação até políticas positivas, como encorajamento da miscigenação e cessão de cidadania nativa. (WOLFE, 2006, 388, tradução nossa, grifo meu).

O sionismo teria desencadeado dois movimentos simultâneos. Um foi o processo formação do Estado e da nação judaicos, enraizados em uma noção de exclusividade étnica, uma variante própria do nacionalismo da Europa do Leste

que ganhara forma no encontro de correntes socialistas antimarxistas e antirreformistas com um nacionalismo étnico, cultural e religioso. O outro processo um exemplo tardio da expansão europeia ultramarina. (STERNHELL, 1996 apud CYPEL, 2006, p. 110; SHAFIR, 1996, P. 8).

Abulof (2014) elaborou a chave didática de uma “securitização profunda” para analisar o mecanismo das políticas de Israel no território. Para o autor, “Israel” deve ser entendido como a sociedade judaica “[...] que, de forma avassaladora, subscreve ao sionismo [...]”, ou seja, “[...] ao direito de o povo judeu fundar e sustentar um Estado judeu independente”. (ABULOF, 2014, p. 398, tradução nossa). A partir daí, os movimentos dessa “Israel” podem ser desvendados no enquadramento de um **“triângulo de securitização profunda”**², tendo como vértices a demografia (a maioria judaica étnica no território), a geografia (os limites de expansão do território daquela “Israel”) e a democracia (mais como um conjunto de procedimentos específicos do que guiada por ideais liberais). (ABULOF, 2014, p. 397, tradução nossa).

A partir desses elementos, a lógica prevalente do sionismo pode ser elucidada no debate posto no artigo de 1907 intitulado *The Hidden Question* (A Questão Oculta), de Yitzhak Epstein, um professor russo que havia migrado para a Palestina na virada do século. O autor abordava as atitudes dos judeus europeus recém-chegados em relação aos habitantes nativos. Mais especificamente, expunha no artigo os problemas da política sionista de compra e estabelecimento na terra. (MASALHA, 1992. p. 8; SHAPIRA, 1992, p. 45; SHLAIM, 2001, p. 1).

No texto, diz Epstein, entre os “[...] temas relacionados ao renascimento de nosso povo na nossa terra, um pesa mais do que outros: nossas relações com os árabes.” O debate girava em torno de definir uma atitude nos procedimentos de fundação de assentamentos e colonização na Palestina. O problema, para ele, é que havia uma postura prevalente pela qual os sionistas ignoravam o fato de que “existe todo um povo” no país, e que a ele “jamais ocorreu sair”. (EPSTEIN, 1907, tradução nossa). Epstein argumentava contra a política de compra de terras levada

² Ele parte de uma teoria de securitização para aí aprofundá-la no caso de Israel, que significa que este apresentaria elementos da teoria mais destacados: um **discurso (ato de fala)** que, produzido no interior de uma **coletividade social e política**, declara um **objeto referente** como **ameaçado ‘existencialmente’**. O passo seguinte seria esse discurso ganhar saliência política suficiente de modo a gerar uma nova realidade social e política por meio de medidas de emergência. (ABULOF, 2014, p. 396; BUZAN, HANSEN, 2009, p. 214; GUZZINI, 2011, p. 330; SJÖSTEDT in, 2020, p. 30)

adiante pela Agência Judaica, que envolvia expulsões e alimentava uma relação conflituosa com a população local. (KHALIDI, 1997; SHAFIR, 1996).

Arthur Rupin, figura central na primeira fase da colonização, foi um dos arquitetos dessa política. Já em 1911, em carta ao Executivo Sionista, defendia algum tipo de transferência limitada de populações de camponeses árabes. (MASALHA, 1992. p. 11). Mais tarde, em 1930, opinava que os sionistas estavam obrigados, “[...] em cada caso de compra de terras e de seu assentamento, a remover os camponeses que cultivavam [...]” por conta não mais haver “[...] terras aráveis que não estivessem ocupadas na Palestina”. (KHALIDI, 1997, p. 102; MASALHA, 1992. p. 11, tradução nossa).

A elaboração mais notória do dilema colonial do ponto de vista sionista foi a **Muralha de Ferro**, de Wladimir Jabotinsky, desenvolvida em dois artigos em 1923 (LUSTICK, 1996; SHLAIM, 2001). A premissa central tinha base na visão do autor de que o “[...] povo nativo [...] resistirá a colonos estrangeiros enquanto verem qualquer esperança de se livrar do perigo de uma colonização estrangeira.” Isso aplicava-se aos árabes da Palestina na medida que tiverem qualquer esperança de “[...] prevenir que a ‘Palestina’ se torne a ‘Terra de Israel’”. Tendo isso claro, o esforço de assentamentos sionista só poderia seguir sob a proteção de uma força militar que os palestinos não conseguissem destruir, conceitualizada na Muralha de Ferro. (JABOTINSKY, 1923 apud SHLAIM, 2001, p. 13).

Na prática, o contínuo confronto moldado por essa força indestrutível tinha o objetivo de, no longo-prazo, eliminar grupos resistentes à colonização. O passo seguinte era se aproximar de moderados com quem se pudesse negociar. A conclusão reveladora de Jabotinsky, diante da perspectiva histórica que temos hoje, era que “[...] a única forma de conquistar um acordo no futuro é evitar por completo todas as tentativas de chegar a um acordo no presente.” (JABOTINSKY, 1923 apud SHLAIM, 2001, p. 14, tradução nossa). Para Jabotinsky, diante de um movimento nacional palestino enfraquecido, os sionistas deveriam oferecer um acordo incluindo “direitos civis e nacionais”. Ainda que ele não deixasse claro a que “direitos nacionais” se referia, Shlaim deduz, por outros pronunciamentos do autor, que estes configurariam uma “[...] **autonomia política** [...] dentro do Estado judeu.” (SHLAIM, 2001, p. 15, tradução nossa, grifo meu). A elaboração de Jabotinsky, como forma pragmática de lidar com o problema central da colonização israelense, constitui-se em “[...] uma articulação formal do que veio a ser a racionalidade

dominante das políticas e atitudes sionistas em relação aos árabes da Palestina dos anos 1920 até os anos 1980.” (LUSTICK, 1996 apud SHLAIM, 2001, p. 16).

Os palestinos entenderam cedo a lógica do projeto dos europeus que migravam para a Palestina sob o guarda-chuva do sionismo. O historiador Rashid Khalidi (1997) destaca um estudo não-publicado, concluído por volta de 1912, intitulado “Sionismo ou a Questão Sionista”, de Ruhi al-Khalidi, palestino eleito como deputado do Parlamento otomano em 1908 e em 1912. No texto, o autor entendia o objetivo do movimento como o de “[...] estabelecer um Estado judeu na Palestina, ao qual todos os judeus que sofrem perseguição denominada antissemitismo emigrariam [...]”, criando assim “[...] um lar nacional apenas para eles [...]”, reconhecido “[...] pelas nações civilizadas”. (KHALIDI, 1997, p. 82). A prática política elaborada sobre tal objetivo então era percebida como a de “[...] reprimir e destituir pessoas influentes no país, trazer a sua extinção, e então ganhar a mente dos camponeses, [...] usá-los para cultivar sua terra enquanto tomam posse dela, vila por vila”. (KHALIDI, 1997, p. 84, tradução nossa).

A vila de al-Fula foi um caso documentado das dinâmicas iniciais do confronto colonial no contexto de novos contornos traçados para a questão da terra ainda no interior do Império Otomano. Em um processo de modernização trilhado que começa em 1858, o governo de Istambul avançou um conjunto de reformas, o Tanzimat, que, entre outras coisas, definiu um novo regime de terras para os territórios sob seu controle. Entre os objetivos estava aumentar a receita de taxas e estimular a produção, o que seria alcançado com o estabelecimento da emissão de título para cada pedaço de lote produtivo, o que também transformava a terra em um ativo comercial. Isso permitiu a prósperos mercadores urbanos de fora, como Beirute e Damasco, adquirir títulos de grandes áreas de terras férteis na Palestina. (HOURANI, 2005; KIMMERLING, MIGDAL, 2003; KHALIDI, 1997).

Foi assim que uma rica família de mercadores de Beirute, os Sursuq, compraram, em 1872, um extenso lote de terras que incluía al-Fula. Lote este que, em 1910, seria vendido ao Fundo Nacional Judaico, a instituição, dirigida por Rupin, que coordenava a política de compra de terras criticada por Epstein no artigo de 1907. (KHALIDI, 1997, p. 107; SAYIGH, 2007, p. 36). A desconexão dos camponeses palestinos da terra de al-Fula foi oficializada por uma ordem emitida da capital Istambul, que confirmou a venda e ordenou a expulsão dos camponeses. Ali surgia a cidade israelense de Merhavia, que, no decorrer de 1911, continuou a

sofrer ataques daqueles que ainda esperavam a reversão de sua expulsão (KHALIDI, 1997, p. 108, tradução nossa).

Este é um exemplo de como os camponeses palestinos experimentavam as primeiras experiências de expulsões, às quais a “[...] resposta espontânea e imediata foi recorrer à resistência violenta” (SAYIGH, 2007, p. 36, tradução nossa). Já a liderança judaica, diante dos crescentes confrontos com camponeses locais, estabeleceu uma organização paramilitar armada chamada *Ha-Shomer* (“o guardião”), que tinha função de vigiar e proteger campos nesses novos assentamentos de terras na Galileia, como no caso de al-Afula. (SHAFIR, 1997, p. 105)

Este é o molde mais amplo da violência local, que iremos destrinchar no decorrer da tese. Ou seja, um **encontro contrapontual** onde há uma sobreposição de temas, o da conquista colonial contraposto pelo da resistência do nativo, “[...] cansado da lógica que o reduz, da **geografia** que o segrega, da ontologia que o desumaniza, da epistemologia que o despe a uma essência não-regenerativa.” (GRIFO MEU) (FANON apud SAID, p. 267, tradução nossa, grifo meu).

1.2.4 Produção do espaço: os mapas como cartografia da mudança na Palestina contemporânea

Said alerta que, em qualquer estudo do imperialismo e do colonialismo, devemos levar em conta que estão em jogo os termos de “territórios e possessões”, ou seja, “geografia e poder.” Afinal, as dinâmicas da *polifonia imperial* enxergada por ele envolvem processos de “[...] pensar, assentar e controlar terras que não se possui [...]” em contraponto às atitudes daqueles que ali vivem e, sim, a possuem. Isso se torna inevitável na medida que não há mais espaços inabitados, ou seja, ninguém está “fora ou além da geografia” ou “completamente livre da luta pela geografia.” (SAID, 1993, p. 7, tradução nossa).

No nosso caso, estamos sugerindo descrever, fazer compreender, uma *polifonia local-global*, na qual interagem temas de uma *geografia externa de poder* sobreposta ao choque do confronto local, informando assim uma convergência de lógicas coloniais contemporâneas na Palestina. A tarefa de pesquisa será, portanto, ler a conexão de diferentes campos de ação de modo a expor os encaixes que produzem a **violência** no **território**.

Olhar para a Palestina contemporânea é, de fato, experimentar um caleidoscópio de fronteiras produzido pela justaposição do confronto local com intervenções estrangeiras, a começar pelo enraizamento que se dá na transformação de colonos sionistas europeus em israelenses. Mas a polifonia de temas sobre o território da Palestina também foi produzida pelos impactos e respostas do Império Otomano à influência capitalista que atingia todo o Levante no período de 1846 a 1917; pelo Mandato Britânico como um esforço imperial-colonial que acabou por produzir as fronteiras e as bases de realidades societal, econômica e política que anima muitos dos debates sobre o confronto até hoje (1920-1947); pelo plano de partição da ONU, que sancionou um desenho geográfico de separação, acelerando processos gestados na fase inicial da colonização sionista, resultando, entre outras coisas, na expulsão de $\frac{2}{3}$ da população palestina (cerca de 800 mil pessoas) no período de 1947 a 1949; e pela Guerra Fria, que teve influência decisiva no molde do conflito entre Israel e os Estados árabes dos anos 1950 aos 1970. (HANDEL, 2009; PAPPE, 2006; SAID, 2011; SHAFIR, 1996; YIFTACHEL, 2011).

Lefebvre, na sua elaboração da *produção do espaço*, considerava que teríamos incontáveis mapas para lidar “[...] exaustivamente com um dado espaço, codificar e decodificar todos os seus significados e conteúdos”. (LEFEBVRE, 1991, p. 85). Isso porque as realidades espaciais não se sucedem, mas se sobrepõe na medida que mudam códigos e legendas que permitem sua leitura, e também “[...] os objetos representados, as lentes por meio das quais eles são vistos e as escalas usadas.” De fato, ele nos alerta que, quando olhamos para um espaço social, na verdade estamos vendo o legado de uma “[...] multiplicidade ilimitada ou um conjunto de incontáveis conjunto de espaços sociais”. (LEFEBVRE, 1991, p. 86, tradução nossa).

A primeira esfera na tríade conceitual da produção do espaço de Lefebvre é a **prática espacial**, conjugada em uma **racionalidade imanente** que organiza sequências de ações orientadas para a produção de um objeto. Essa organização “[...] impõe uma ordem espacial e temporal [...]” sobre as operações e atividades relacionadas, na qual formam-se composições de corpos (mãos, olhos, sentidos), de materiais (pedra, madeira) e equipamentos (instrumentos, armas, linguagem, instruções). As relações de produção assim entendidas obedecem a uma ordem sequencial de **elaborações intelectuais** em um determinado **plano físico**.

(LEFEBVRE, 1991, p. 71, tradução nossa, grifo meu). É assim que toda atividade produtiva se insere no **movimento mais geral de um todo coerente** para alcançar um objetivo, ou seja, qualquer conjunto de atividades, seja mover uma pedra ou caçar, funciona sob uma **determinada lógica** dirigida a satisfazer uma necessidade **em determinada formação social**. (LEFEBVRE, 1991, p. 72, grifo meu).

A produção social do espaço de Lefebvre ainda abarca outras duas esferas na interação com a prática espacial. A segunda seria a das **representações do espaço**, ordens impostas pelas relações de produção, ou seja, o conhecimento, os signos, os códigos produzidos por cientistas, planejadores, urbanistas, tecnocratas e **engenheiros sociais**, que fazem o que é vivido e percebido no espaço ser seja identificado como uma concepção de **visão de mundo**. (LEFEBVRE, 1991, grifo meu).

Para Lefebvre, a elaboração dessa esfera torna-se um instrumento operacional de análise da relação das sociedades com o local que ocupam, pois aí está o encontro indistinguível entre **ideologia e conhecimento** que afeta (e molda) a prática espacial. (LEFEBVRE, 1991, p. 45).

Por fim, Lefebvre recorre também ao que chama de **espaços representacionais**, a materialização de “[...] simbolismos complexos, algumas vezes codificados, outras vezes não, ligados ao lado clandestino ou *underground* da vida social”. (LEFEBVRE, 1991, p. 33, tradução nossa). Tal esfera é a evidência de que ali há uma relação de poder, já que os espaços representacionais respondem às esferas acima por meio de significantes não-verbais, como música, pintura, escultura, arquitetura e teatro, que além de textos abarca gestos, máscaras, costumes, *misen-scene*, em resumo, o próprio uso do espaço, em geral, de um modo não codificado. (LEFEBVRE, 1991, p. 62).

Levine, na sua análise da formação do espaço complexo de “[...] interação transcultural, comunicação e dominação [...]” de Jaffa-Tel Aviv na transição da Palestina otomana para a do Mandato Britânico, assume que o **“espaço representacional”** lefebvriano torna-se instrumento de interpretação para libertar os espaços clandestinos “[...] vividos diretamente por judeus e árabes que diariamente desafiavam os **‘espaços de representação’** das fronteiras legal-administrativas e ideológico-nacionalistas que os separavam”. (LEVINE, 2005, p. 25, tradução nossa, grifo meu).

Para nós, interessam as formas com que Israel elabora e codifica a colonização, o discurso técnico de *peacebuilding* e *statebuilding* como tecnologias de intervenção que deixam suas marcas no território, além das elaborações dos palestinos que denotam sua agenda, seus desejos, suas visões para o futuro. Na identificação das racionalidades imanentes de tais produções, queremos encontrar as mudanças no exercício da violência que, em um confronto colonial, implica uma profunda reformulação do espaço.

1.3 Mapa da Pesquisa

No capítulo 2 (1967-1987), vamos desenhar uma perspectiva histórica inicial, em busca do *(não-x)*, com a leitura de aspectos específicos do legado da ocupação dos Territórios Palestinos de Cisjordânia e Faixa de Gaza a partir de 1967, depois da Guerra dos Seis Dias, para o processo de paz. O cerne do capítulo vai procurar compreender como elaborações de Israel em termos de autoridade, espaço e violência a partir do fim dos anos 1960, e a resistência palestina a elas, criaram os dilemas e contradições que explodiram na 1ª Intifada e, conseqüentemente, levaram ao processo de Oslo. Parte da análise será descrever o impacto da ação de ONGs e atores internacionais sobre essa fase do confronto colonial. Assim podemos mudanças e continuidades que ocorrem a partir de Oslo.

O capítulo 3 (1990-1996) faz uma leitura do delineamento básico dos Acordos de Paz de Oslo em termos da distribuição e organização de espaço, autoridade e violência. Aqui, vamos procurar entender como o contexto histórico, com a prominência de uma nova inserção dos EUA, mas também da nova-razão mundo neoliberal, informou a confecção do processo de paz entre palestinos e israelenses. Central aqui será a leitura dos termos dos documentos, que acabam se constituindo em uma “Lei Básica” *de facto* que a partir de então regraria o confronto colonial, então inseridas no que viria a ser uma *pólis-global*.

O capítulo 4 (1997-2006) vai abordar um reajuste que ocorre nas dinâmicas do processo de paz e, conseqüentemente, do exercício da violência atrelado a ele. Centralmente, uma nova postura israelense dentro dos Acordos a partir de 1999, uma nova atitude de política externa dos EUA a partir de 2001 e a resposta palestina diante das frustrações do período anterior, que teve seu auge na 2ª Intifada, remodelaram o confronto local e a intervenção externa. A implicação mais

decisiva é que agentes internacionais ganharam um papel mais profundo no sistema de gestão de recursos e autoridade nesse contexto.

No capítulo 5 (2007-2017), vamos observar como formas de violência local e global agora se entremeiam na produção do espaço na Palestina, ou seja, como agentes externos se inseriram no confronto colonial que supostamente deveriam desmontar. Vamos centrar a análise em três espaços fragmentados pela ação da lógica do processo, que agora estavam sob distintas políticas do nexo de agentes locais-globais: a Faixa de Gaza, o Vale do Jordão, e a cidade de Ramallah.

Por fim, no capítulo 6, as reflexões finais e observações de conclusão.

1.3.1 Uma nota sobre as entrevistas em campo

Ainda como última observação, ressaltamos que, devido ao período no doutorado-sanduíche na Universidade de Exeter, foi possível, com aprovação da Capes, realizar um breve período de pesquisa de campo. Assim, foram realizadas 22 entrevistas, das quais 11 foram usadas, com diferentes atores no espectro de participação do confronto local e da ajuda internacional. As entrevistas foram feitas de forma semiestruturada, com perguntas comuns feitas a respeito do efeito da ajuda internacional sobre o confronto colonial, mas também abordava as especificidades do espaço de cada entrevistado. Por fim, em alguns casos, devido à posição delicada de algumas das pessoas entrevistadas, foi pedido que não revelasse o nome, o que será indicado a cada caso.

2 O NÃO-X: A CONFIGURAÇÃO DOS TPO ANTES DE OSLO

Aqui, desenhamos uma contraprova de análise do quadro de interação de agentes locais e internacionais no período anterior às implementações dos Acordos de Oslo (1993). O foco maior recairá sobre dinâmicas centrais que afetaram os elementos **território, autoridade e violência** no intervalo de vinte anos, do início da ocupação de Cisjordânia e Faixa de Gaza, em junho de 1967, até a explosão da **Intifada**, um levante contra a presença israelense nesses mesmos territórios, em dezembro de 1987. Essa elaboração política coletiva palestina marca o final do capítulo porque expôs, na época, as contradições do nexo de dinâmicas próprias do confronto colonial, ao mesmo tempo que impulsionava uma nova atitude de agentes internacionais envolvidos em Palestina/Israel no contexto do término da Guerra Fria.

Localmente, vamos observar as lógicas de configuração dos elementos de recorte por meio da análise de mecanismos criados por Israel nos campos da **economia e de autoridade** para configurar o **território** da maneira que desejava. O conjunto de políticas econômicas israelenses constituíram um sistema produtor não só de **dependência**, mas também do que Roy (1991, 1996) conceituou como *des-desenvolvimento*. Já no campo político, Israel buscou ordenar uma política nativa colaborativa com os esforços da colonização ao mesmo tempo que impedia a construção de uma pólis nacional palestina, cuja manifestação menos desejável aos israelenses era a formação de um Estado. Um dos esforços mais significativos nesse sentido foi a política da **Liga das Vilas**.

Sobre as atitudes externas, vamos nos debruçar sobre a Resolução 242 do Conselho de Segurança da ONU para entendermos o contexto político internacional do momento e como ele contribuiu para a elaboração do espaço em termos de **território e direitos**. Em um segundo momento, vamos observar as atitudes da política externa dos EUA dirigidas ao território na transição do governo Jimmy Carter, fim dos 1970, para o de Ronald Reagan, década de 1980, momento em que se inserem dois aspectos centrais para o nosso debate: a implementação do molde restritivo do processo de paz aplicado ao Oriente Médio, além de uma noção embrionária de desenvolvimento aplicada a conflitos, que afeta também a atuação de ONGs e agências de ajuda envolvidas na questão palestina.

2.1 A ocupação dos Territórios: a elaboração do espaço colonial no contexto da Guerra Fria

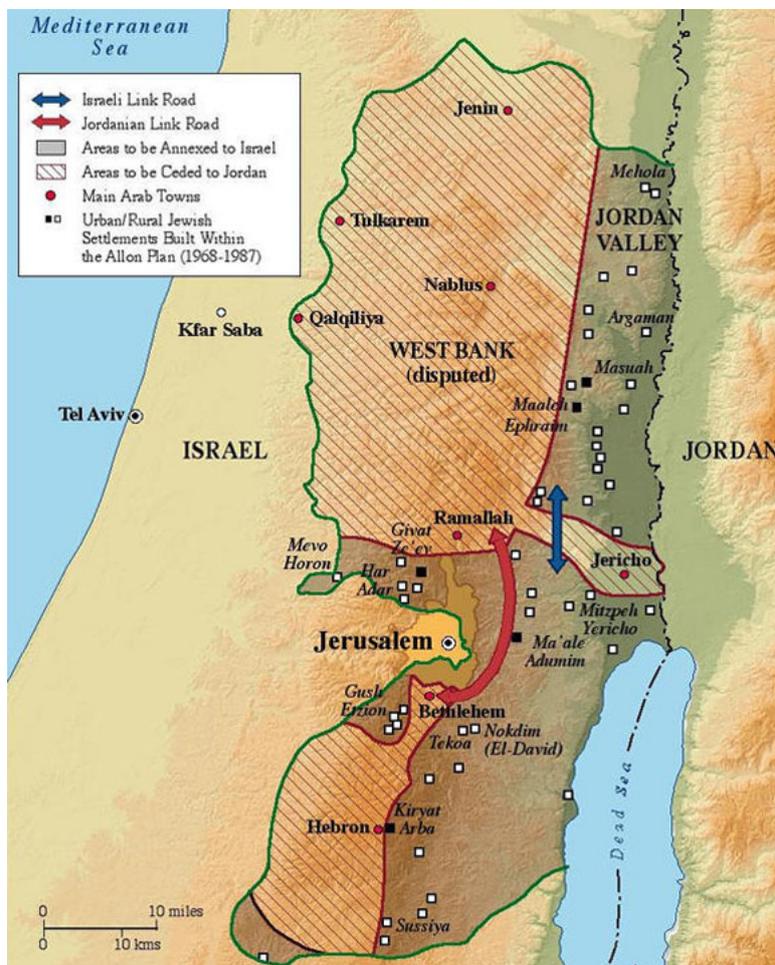
A elaboração israelense mais notória para controlar Cisjordânia e Faixa de Gaza, logo após a Guerra dos Seis Dias de 1967³, foi o *plano Allon*. Esta conceptualização do **espaço colonial** foi apresentada em uma primeira versão em 26 de julho de 1967, resultado de deliberações feitas nos dois meses anteriores, logo após o exército israelense invadir os territórios palestinos que, antes de junho de 1967, eram governados por Jordânia e Egito, respectivamente. (RAZ, 2012, p. 67).

Em linhas gerais (*ver mapa 1*), desenhava-se a incorporação de uma faixa, junto à fronteira leste com a Jordânia, de largura entre 10 e 15 km, começando no norte da Cisjordânia, passando por todo o vale do Jordão, tomando parte dos distritos de Tubas, Nablus e Jericó, chegando até o sul, onde abarcava parte dos distritos de Bethlehem e Hebron, incluindo a margem oeste das águas do Mar Morto. Em uma versão emendada em 1970, Allon expandiu a largura da faixa para 20km, e assim englobou os declives leste das montanhas da Cisjordânia, o que significava imaginar a anexação de metade de seu território a Israel. Já a Faixa de Gaza, perderia 75% de suas terras. (BENVENISTI, 1986a, 1986b; GAZIT, 2003; PAPPÈ, 2017; RAZ, 2012; SHLAIM, 2001).

A cidade de Jerusalém, diferentemente, teve um processo de anexação formal acelerado e sem qualquer hesitação. O Knesset aprovou uma lei de urgência, que deu entrada dia 27, em dois dias, dando ao ministro do Interior a autoridade de expandir limites municipais. Já em 29 de junho, Israel incorporou Jerusalém oriental e territórios mais a leste, inserindo uma cunha que ensaiava a fragmentação da Cisjordânia em norte e sul, como elaborado no desenho de Allon. (GAZIT, 2003, p. 245).

³ A Guerra dos Seis Dias ocorreu em junho de 1967, explodindo no dia 4 daquele mês. A historiografia atual dá conta que esta foi uma guerra indesejada por todas as suas partes, especialmente entre os dois principais disputantes, Israel e Egito. Um outro impulso teria sido ela ocorrer no contexto de alianças da Guerra Fria (Egito-Síria/URSS e Israel-EUA), especialmente quando registramos a participação de Moscou no seu incitamento, quando alerta Nasser sobre a concentração de forças israelenses na fronteira com a Síria. Além disso, tiveram papel na ocasião fatores locais, como a necessidade de o Egito ser visto como líder da causa árabe e de Israel provar o seu poder dissuasivo dentro de uma lógica militarista (SHLAIM, 2001; GORENBERG, 2006).

Mapa 1 – O Plano Allon



Fonte: Allon, Y. Maps of the Palestinian Territories: The Allon Plan. Jewish Virtual Library, <https://www.jewishvirtuallibrary.org/jsource/History/allonplan.html>, Jewish Virtual Library 1967.

As implicações da “nova realidade geopolítica” para a geografia-demografia da Palestina eram claras para os ministros israelense tomando decisões sobre os destinos de Cisjordânia e Gaza. Ainda que muitos dos membros do Gabinete israelense fossem veteranos das políticas de 1947-1949⁴, Pappè reconhece que em 1967 o governo tinha um fórum maior, incluindo aqueles que fizeram oposição a um novo plano de expulsão do ponto de vista moral. Além disso, entre os contra-argumentos a uma nova “limpeza étnica” pós-1967 estava o risco de “despertar uma consciência ocidental” (PAPPE, 2017, p. xxiv, tradução nossa).

⁴ Desde tomadores de decisão, como Ben-Gurion, até os “generais ou oficiais” que implementaram as políticas em campo, como Yigal Allon, Moshe Dayan e Yitzhak Rabin. (PAPPE, 2017, p. xxiv).

O **plano Allon**, portanto, entre o que imaginava ser anexado por Israel e o que deixava como território controlado temporariamente mas não-incorporado, ou seja, eventualmente a ser devolvido, expunha as restrições às políticas israelenses que vinha de pressões nos âmbitos doméstico (da falta de consenso do molde do domínio colonial sobre os palestinos), regional (da relação com os países vizinhos e de seu *status* no Oriente Médio) e internacional (por um lado, dos limites do que era possível no contexto da Guerra Fria e, de outro, de demandas legitimadas por normativas internacionais que regravam aspectos da questão palestina, especialmente a Resolução 242 e a IV Convenção de Genebra).

2.1.1 Resolução 242, a “representação do espaço” internacional no fim dos anos 1960

A correlação de forças internacionais e locais no pós-junho de 1967 resultaram no “[...] mais significativo pronunciamento internacional sobre a disputa [...]”, a **representação do espaço** formatada na Resolução 242, que definiu os caminhos de um novo consenso de como o território seria moldado, entendido e manipulado. Primeiro, definiu um processo pelo qual as fronteiras de Israel seriam reconhecidas por seus vizinhos árabes, que viam o Estado judeu contido em meras linhas de armistício recortando partes da Palestina. Já Israel, teria que contentar-se com ditas linhas como suas fronteiras, devolvendo os territórios retidos em 1967. Em suma, propunha um molde para um acordo no qual Israel conseguiria paz em troca de retornar os territórios aos Estados árabes. (SHLAIM, 2001, p. 260, tradução nossa).

No nexos da Guerra Fria, o sucesso estrondoso de Israel contra os “clientes soviéticos” regionais, fez com que a Guerra dos Seis Dias provocasse uma “[...] convergência de interesses entre EUA e Israel [...]” quase completa, marcando o “[...] começo de uma relação especial entre os dois países”. (GERGES, 2018, p. 146, tradução nossa). A percepção era a de que Israel tornava-se, a partir de então, “[...] o obstáculo mais efetivo ao poder da União Soviética [na região]”. (WESTAD, 2005, p. 197, tradução nossa).

Os EUA tanto passavam a ser o principal fornecedor de armas do Estado judeu, substituindo a França, quanto agiam no campo diplomático de modo a prover aos israelenses um poder de negociação para normalizar sua relação com os países da região. A potência, no entanto, equilibrava tal apoio com a

preocupação de não alienar seus aliados árabes no Oriente Médio, especialmente Arábia Saudita e Jordânia. (ERAKAT, 2019, p. 72; YAQUB, 2016, p. 18).

A URSS, por sua vez, realinhava sua política desde a Guerra do Suez, nos anos 1950, ao aproximar-se de regimes de tendência de esquerda, como Egito, Síria, Argélia e Iraque, provendo armas e ajuda econômica. Foi nesse realinhamento que os soviéticos passaram a apoiar as reivindicações diplomáticas dos países árabes contra Israel. (KHALIDI, 2009, p. 178; YAQUB, 2016, p. 17). Imediatamente após os combates de 1967, começaram a reconstruir os exércitos destruídos de Egito e Síria e a assistir na defesa de alvos estratégicos, com equipes militares soviéticas enviadas a Cairo e Damasco. (GERGES, 2018, p. 148; YAQUB, 2016, p. 18). Entre períodos longos ou curtos, entre 1969 e 1970, Moscou enviou cerca de 20 mil oficiais para servir no Egito, incluindo pilotos e atiradores que se engajaram em luta contra posições israelenses. (WESTAD, 2005, p. 199).

Isso para dizer que a política por trás da Resolução 242 era central para configurar o que sua letra dizia, o que é visto na diferença de interpretações entre a época em que é produzida e aquelas elaboradas nos anos subsequentes, como veremos mais adiante.

Já em 7 de novembro de 1967, os EUA apresentaram um documento oficial com sua proposta para a resolução do impasse posto em 1967 no qual pediam o cumprimento dos requerimentos da Carta da ONU, de modo que uma “[...] paz justa e duradoura no Oriente Médio [...]” englobasse, entre outras coisas, “[...] a retirada de forças armadas de territórios ocupados [...]” e o “[...] respeito mútuo pelo direito de todo Estado na área a uma existência soberana, integridade territorial (e) independência política”. Na equação **paz = retirada de territórios + respeito à existência soberana**, os EUA afirmavam a necessidade de “[...] garantir a inviolabilidade territorial e independência política de cada Estado”. (NAÇÕES UNIDAS, 1967, S/8229, tradução nossa). No fim, o dispositivo que Johnson queria inserir na Resolução buscava tanto dar a Israel um elemento de barganha para ter o reconhecimento de Egito, Síria e Jordânia quanto impedir a imposição de uma retirada incondicional das terras conquistadas baseada em normas internacionais, como pressionaram a URSS e países árabes. (ERAKAT, 2019, p. 72).

Os soviéticos, por sua vez, em documento apresentado no dia 20 de novembro, marcaram posição enfatizando que, para “[...] restaurar a paz e estabelecer condições normais no Oriente Médio [...]”, era necessário, por um lado,

que as partes do conflito “**imediatamente**” retirassem “suas forças a posições” anteriores a “5 de junho de 1967” sob o “[...] princípio de que a **tomada de territórios** como um resultado de guerra é **inadmissível**”; por outro, “[...] todos os Estados membros da ONU na área devem imediatamente reconhecer que cada um deles tem o direito de existir como um Estado nacional independente e a viver em paz e segurança [...]”, com sua “[...] independência política e a integridade territorial [...]” respeitadas. (NAÇÕES UNIDAS, 1967, S/8253).

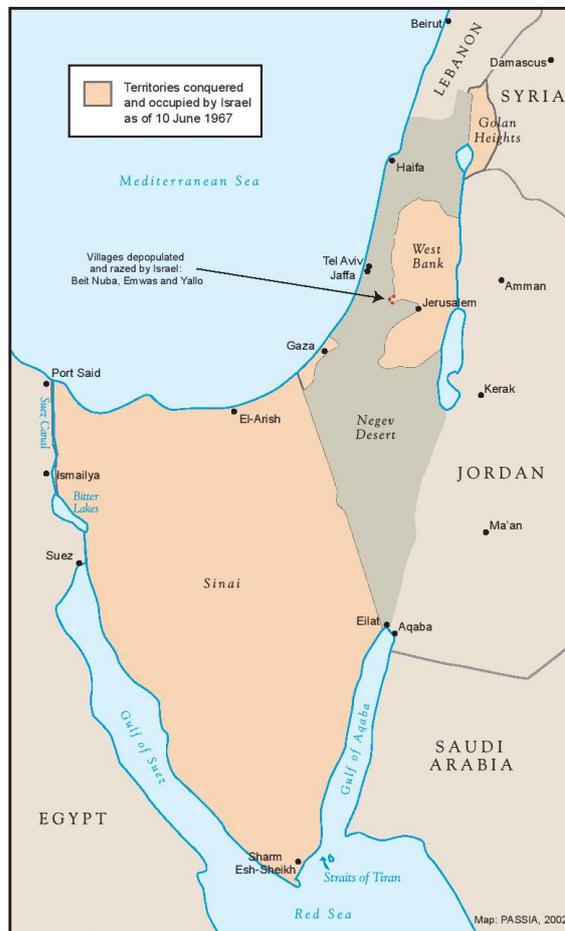
Sabendo que suas respectivas propostas não ganhariam apoio da maioria, as superpotências cederam espaço a uma versão produzida pela Grã-Bretanha, que acabou resultando na Resolução 242, com apoios dos EUA, da URSS, Jordânia e Egito. (ERAKAT, 2019, p. 74; SHLAIM, 2001, p. 260)

A Resolução de 22 de novembro de 1967 deu forma normativa às novas realidades estratégicas e diplomáticas que surgiram do encontro da Guerra Fria com as disputas regionais. Ela também se adiciona como uma nova camada sobre o território da Palestina, ressignificando no mapa as linhas do armistício de 1949. Além disso, configura uma nova partição do território, sendo a fundação-base para a solução de 2 Estados como consenso internacional, a partir de então exercido em um conjunto de rituais de intervenção externa de processos de paz (*peacemaking*), como ocorreria na década de 1970, no Acordo Egito-Israel e, nos anos 1990, no Acordo entre o governo de Israel e a OLP. (HAMMOND, 2016, p. 74; GERGES, 2018, p. 139).

O documento, no seu preâmbulo, enfatizava a “[...] **inadmissibilidade de aquisição** de território **pela guerra** e a necessidade de trabalhar por **uma paz justa e duradoura** em que cada Estado na área possa viver **em segurança**”. (NAÇÕES UNIDAS, 1967, S/RES/242, grifo meu). Seguindo esse molde inicial, a implementação da paz se daria por duas cláusulas principais:

- i) Retirada das forças armadas israelenses dos territórios ocupados no recente conflito;
- ii) Término de todas as reivindicações de beligerância e respeito e reconhecimento da soberania, integridade territorial e a independência política de cada Estado na área, e de seu direito a viver em paz dentro de fronteiras seguras e reconhecidas, livres de ameaça e atos de força (NAÇÕES UNIDAS, 1967, S/RES/242, tradução nossa).

Mapa 2 – O mapa da ocupação israelense depois de 1967



Fonte: Passia, 2002. <http://www.passia.org/maps/38>

Um primeiro conjunto de problemas que a Resolução legou estava no fato de que tanto deixava uma brecha sobre os “territórios” específicos dos quais Israel deveria se retirar como falhava em especificar **se a retirada precederia ou sucederia** um reconhecimento árabe. (HAHN, 2005, p. 55; SHLAIM, 2000, p, 260).

Em relação à especificação dos territórios, a referência na Resolução, na sua cláusula (i), era pela “retirada das forças armadas de Israel de territórios ocupados no recente conflito;” (“*Withdrawal of Israel armed forces from territories occupied in the recent conflict;*”, no original em inglês). (NAÇÕES UNIDAS, 1967, S/RES/242).

A omissão do artigo “os” (‘the’) antes de territórios teria sido deliberada, refletindo uma visão compartilhada de EUA e Grã-Bretanha sobre a necessidade

de criar um espaço de manobra para pequenas retificações nas linhas de armistício de 1949, com o intuito de formatar fronteiras “viáveis”. Mas, para garantir que essa brecha “[...] não fosse lida como sanção à expansão territorial israelense [...]”, e assim não alienar o apoio árabe (e soviético), Lord Carandon, o embaixador britânico na ONU e autor da redação do texto de consenso, enfatizou o contrapeso da cláusula de “[...] inadmissibilidade de aquisição de território pela guerra”. (ERAKAT, 2019, p. 76; SMITH, 2012, p. 185).

Um segundo conjunto de problemas, consequência do primeiro, refere-se ao enquadramento dessa presença temporária israelense nos territórios. A origem disso está nos debates da Resolução 242, quando soviéticos e árabes pressionam por uma condenação da “guerra como um ato de ‘agressão’ e de uso injustificado da força, demandando de Israel a retirada imediata dos territórios que ocupou sem qualquer condição.” Foi isso que os EUA evitaram que acontecesse. Esse é um dado central, visto que se a ONU tivesse enquadrado o “[...] ataque inicial ao Egito como um ato de agressão, Israel estaria legalmente obrigado a retirar-se imediatamente dos territórios”. Da forma como ocorreu, a ausência da qualificação do ato como agressivo não sanciona qualquer conquista israelense, mas permite o molde de **ocupação** dos territórios. (ERAKAT, 2019, p. 72, tradução nossa).

Vale notar que Israel já se preparava para a ocupação de territórios fora da demarcação das linhas de armistício de 1949 desde pelo menos 1961, quando o Procurador Militar chefe produziu o guia “Autoridades Militares em um Território Ocupado”. Este incluía os textos das “Convenções de **Haia e de Genebra**” e uma análise de “[...] diferentes problemas que poderiam aparecer para o exército em um território ocupado.” Um dos princípios observados era que “[...] o território ocupado estaria sujeito às leis internacional e militar”, em oposição ao que ocorria nos “territórios israelenses, sujeitos à lei israelense”. (GAZIT, 2003, p. 18, tradução nossa).

De fato, logo no primeiro dia da invasão israelense, ainda em junho, o comandante militar emitiu uma proclamação, declarando que “[...] assumia todos os poderes de governo na área [...]”, e um conjunto de Ordens de Provisões, que, entre outras coisas, instituíam que a administração da Justiça nos TPO deve “[...] observar as provisões da Convenção de Genebra de 12 de agosto de 1949 Relativa à Proteção de Pessoas Civis em Tempos de Guerra”. Mais além, dizia que em qualquer conflito entre a Ordem Militar israelense e “[...] a dita Convenção, as

provisões da Convenção devem prevalecer.” (KRETZMER, 2002, p. 32, tradução nossa).

Mas meses depois, em outubro de 1967, a IV Convenção de Genebra (IVCG) deixava de servir como regra para o aparato de governo. Isso porque tornava-se claro para muitos políticos israelenses que seus interesses eram **incompatíveis** com a estrutura de “**territórios ocupados**” delineada por dita Convenção. (AZOULAY, OPHIR, 2013 p. 26; GAZIT, 2003, p. 18; KRETZMER, 2002, p. 32).

Os argumentos legais de Israel para não adotar a IVCG foram apresentados em artigo do professor Y Blum, publicado em 1968, sobre o *status* legal de Israel na Cisjordânia”. O principal argumento era que, logo após a Guerra de 1948, quando a Jordânia toma o controle e anexa a Cisjordânia, não houve qualquer “[...] reconhecimento internacional [...]” dessa posse. Assim, no momento da invasão de Israel, tal território não era “[...] soberano de outro Estado”. A conclusão, portanto, é que Israel não estaria obrigado àquelas “[...] partes da lei de ocupação beligerante cujo objeto era proteger os direitos soberanos do regime anterior, ainda que estivesse obrigado a obedecer aos aspectos humanitários da lei de ocupação beligerante.” (KRETZMER, 2002, p. 33, tradução nossa).

Meir Shamgar, Advogado Geral do Exército, transformou essa linha de argumento na política legal de Israel para os TPO, ao aconselhar o governo a reconhecer a aplicação da IVCG *de facto*, e não *de jure*, sobre os TPO. Isso se traduzia em respeitar provisões humanitárias *ad hoc*, sem especificar quais e quando “essas provisões deveriam ser respeitadas. (GORDON, 2008, p. 26; GROSS, 2017, P. 144).

A Quarta Convenção de Haia, de 1907, formulada para proteger o soberano de um território, trazia, em seu Artigo 43, um conflito de interesses entre a população e o poder ocupante, já que investia este de autoridade para, por um lado, garantir suas próprias “necessidades de segurança” e, por outro, manter a “vida civil” local. A IVCG, de 1949, expandiu a proteção dada aos habitantes locais em uma estrutura de ocupação de territórios. O conjunto de obrigações de um poder ocupante passava a incluir “[...] respeitar pessoas, honra, vida em família, convicções religiosas e costumes”, além de proibir “[...] discriminação, [...] punição corporal, experimentos médicos, punição coletiva, pilhagem, repreensões, infligção

de sofrimento físico, tomada de reféns, deportações”. (GROSS, 2017, p. 26, tradução nossa).

A abordagem seletiva de Israel, em aceitar a Convenção de Haia *de jure*, servia ao controle e colonização do território, já que a lei de ocupação que Israel de fato reconhecia “[...] autorizava o comandante militar a agir nos TPO”. Portanto muito da **violência** exercida sobre os palestinos, incluindo as regulações extensas das ordens militares requerendo permissões para “[...] transações comerciais de terra ou propriedade [...]” ou “[...] instalação de qualquer equipamento para extração de água [...]”, faziam parte de um regime estabelecido pelo exército israelense sob poderes legitimados a uma força ocupante. Em suma, Israel aproveitou-se do controle assegurado pela lei da ocupação, enquanto negava os deveres e restrições impostas por essa mesma lei. (GROSS, 2017, p. 151, tradução nossa).

Por outro lado, outro uso mais decisivo da lei de ocupação foi na **política de assentamentos**, já que as Convenções de Haia não dizem nada sobre o tema de assentamento civil em território estrangeiro, de modo que “[...] não colocam qualquer impedimento a objetivos expansionistas de Israel.” (ERAKAT, 2019, p. 84, tradução nossa).

Ainda assim, naquele momento, era **consenso da comunidade internacional entender a Cisjordânia e Gaza como territórios ocupados**, ou seja, ver a presença israelense sancionada pelo conteúdo normativo da lei de ocupação, uma forma tanto de se colocar diante de ambições territoriais de Israel como de montar uma estrutura legal com a intenção de prevenir a criação de uma relação colonial entre Israel e os Territórios Palestinos Ocupados. (ERAKAT, 2019, p. 64; FARSAKH, 2009, p. 383).

No entanto, diante da “ambiguidade” das normativas e da indefinição de termos para regular sua implementação, o que tivemos, concretamente, tanto no caso egípcio-israelense, de 1979, quanto no caso palestino-israelense, de 1993, foi a correlação de forças, regional e internacional, definindo o quanto de terras Israel devolveria dentro dos respectivos acordos de paz. Especificamente no caso palestino, a lei tornou-se um modo de traduzir os interesses de colonização em políticas expansionistas no território, como veremos adiante. Um procedimento central foi aproveitar-se da chave da Resolução 242, que permitiu que a ocupação continuada desse território fosse vista como essencial para o que considera

preocupações legítimas de segurança, algo que impacta até hoje a lógica de interações no território. Ainda assim, qualquer argumento legal feito por Israel em favor de legitimar tomadas de território só se tornou efetivo com a intervenção dos EUA, especialmente a partir dos Acordos de Oslo. (ERAKAT, 2019, p. 64; FARSAKH, 2009, p. 383; GROSS, 2017, p. 36).

2.1.2 A política de assentamentos israelense: lidando com o dilema território e demografia

A política de assentamentos nos TPO obedeceu a dois movimentos mais gerais. O primeiro, de acordo com Pappè (2017), foi reconhecer a inconveniência de **anexar** oficialmente os territórios a partir de preocupações com as restrições internacionais que vimos acima. O segundo, consequência do primeiro, era encontrar uma fórmula para Israel manter os territórios que desejava negando qualquer status ao povo que passava a dominar, ao mesmo tempo que “[...] salvaguardava sua imunidade diante **da condenação e reprimenda internacional**”. (PAPPE, 2017, p. xxv, tradução nossa).

O problema central para os sionistas a partir da ocupação era que “[...] a maioria judaica clara de Israel dentro das fronteiras relativamente bem reconhecidas de 1949 foi erodida pela guerra de 1967 e seus ganhos territoriais.” (ABULOF, 2014, p. 405, tradução nossa). O que de fato importava para tomadores de decisão, fosse por motivações de segurança, históricas, religiosas ou ideológicas, era manter o máximo de território com o mínimo de população. Nos debates do Gabinete, ao explicar porque não anexar o território, o primeiro-ministro Levy Eshkol lembrava a todos que “[...] os habitantes de Nablus e Jenin são numerosos como oliveiras”. E ilustrava o problema com a seguinte analogia: com a guerra, Israel havia ganho “um dote gordo”, junto a uma “esposa - os palestinos - ‘que nós não queremos’”. (RAZ, 2012, p. 162, tradução nossa).

Yigal Allon não era alguém estranho aos debates domésticos sobre a relação da demografia com o território. Em 1967, ele era ministro do Trabalho e parte do Gabinete de Segurança formado no contexto da Guerra de junho que definiu, em grande parte, o destino dos territórios então ocupados (SEGEV, 2007; SHLAIM, 2001). Mas vinte anos antes, no contexto do final do Mandato Britânico, quando o espaço na Palestina ganhava uma nova configuração a partir da violência

decisiva do intervalo de 1947-1949, ele era o “lendário” comandante do Palmach, unidade de elite paramilitar sionista, depois sendo nomeado, em outubro de 1948, o comandante das forças do sul no então recém-criado exército israelense. (MORRIS, 2004; PAPPÈ, 2006).

Uma das características das operações que comandou nos anos 1940 era a preocupação com a definição de **território e fronteiras**. Um episódio pode dar clareza de como isso se traduz em termos de ação prática. No fim de abril de 1948, depois da operação que levou à expulsão de palestinos de Tiberias, o então comandante do Palmach visitou a região da Galileia Oriental, no que hoje é a fronteira nordeste de Israel. Após análise de situação em campo, Allon recomendou a “[...] agressão a Beit Shean (i.e, Beisan) para aumentar a fuga a partir dela ... (e) a agressão à Safad árabe para acelerar a sua evacuação.” (MORRIS, 2004, p. 221) Como ambas eram cidades de fronteira sensíveis, Beisan a cinco quilômetros da Jordânia, Safad a doze da Síria, “[...] Allon não queria deixar centros populacionais palestinos imediatamente atrás do que seriam as linhas de frente do (HIS) Haganah”. (MORRIS, 2004, p. 464, tradução nossa).

Já o que se desenhava em 11 de junho de 1967, no quarto dia da Guerra, era que, a partir daquele momento, Israel tinha “[...] o controle de toda a Palestina histórica e governava cerca de um milhão de palestinos na Cisjordânia e 450 mil palestinos na Faixa de Gaza, dos quais 315 mil eram refugiados de 1948”. (PAPPE, 2017, p. 45, tradução nossa). Isso porque, ainda que medidas de expulsão⁵, que se estenderam por pelo menos um ano após o início da ocupação, tivessem sido executadas, não surtiram o mesmo efeito de 1948. Se tomarmos a estimativa mais alta de palestinos expulsos, 300 mil, ela fica longe dos números de expulsos do intervalo de 1947-1949, algo em torno de 750 mil e 800 mil expulsos. (PAPPÈ, 2017; SEGEV, 2007).

⁵ É possível considerar isso com base nas investigações históricas de Pappè (2017) e Segev (2007). Pappè admite que são poucas as “fontes que registram” a violência nos primeiros momentos da tomada de Cisjordânia e Gaza, mas um conjunto de minutas de reuniões do governo israelense e um relatório da ONU de 1971# nos informam sobre ações sistemáticas de expulsão logo no pós-junho de 1967 (PAPPE, 2017, p. 116). Desse conjunto, centralmente, surgem evidências de cinco casos: a demolição de um grande número de casas em Qalqilya; a deportação de habitantes de Tulkarem; a deportação de cerca de 50 mil pessoas de uma área ao redor da cidade de Jericó; a destruição de três vilas na área de Latrun; e a demolição completa de duas vilas na área de Hebron. (PAPPE, 2017; SEGEV, 2007).

Mapa 3 – A Palestina do Mandato Britânico, 1920



Fonte: Passia, 2002. <http://www.passia.org/maps/38>

Diante desse quadro, a racionalidade estratégica do **plano Allon** era separar a presença israelense das áreas da Cisjordânia povoadas por palestinos, o que se traduziu em um desenho de território no qual judeus e árabes não ocupassem os mesmos espaços urbanos. (GAZIT, 2003, p. 149-150, tradução nossa). A preocupação de fundo era desenhar a “colonização judaica” de modo evitar que Israel tivesse qualquer “[...] **fardo** de responsabilidade em administrar a vida dos palestinos da Cisjordânia [...]”, ao mesmo tempo que estabelecia “as fronteiras defensivas” israelenses junto ao rio Jordão. (GAZIT, 2003, p. 252,

tradução nossa). Shlaim afirma que o objetivo do plano era “[...] incluir o menor número de árabes possível na área a ser reivindicada por Israel [...]” enquanto “ambicionava construir assentamentos permanentes e bases do exército nessas áreas.” (SHLAIM, 2001, p. 256, tradução nossa).

A conexão intrínseca entre **demografia e segurança** foi captada por um Memorando da Agência Central de Inteligência dos EUA (CIA, na sigla em inglês) de 1969, que enxergava o *plano Allon* como uma forma de Israel “[...] lidar com os problemas **demográficos e de segurança** associados com os territórios árabes ocupados logo depois do cessar de hostilidades de junho de 1967.” Além de “melhorar a segurança nacional de Israel”, Allon desenhava um modo de “[...] preservar a natureza judaica da população.” (CIA, 1969, p. 3, grifo meu). O cerne do plano era criar na Cisjordânia, por um lado, “[...] uma Zona de Segurança controlada por Israel [...]” e, por outro, “[...] um setor árabe que inclui as áreas mais populosas [...]”. Esse setor árabe poderia “ser administrado como uma entidade palestina ‘autônoma’ ou devolvida diretamente à Jordânia”. (CIA, 1969, p. 1, tradução nossa).

Uma dessas visões tinha o objetivo de **determinar as futuras fronteiras** por meio da distribuição e expansão de assentamentos. Ou seja, a única forma de “[...] mudar as fronteiras de Israel e estendê-las para incluir áreas de importância estratégica, ideológica e religiosa [...]” seria instalar “[...] uma nova e forte infraestrutura de presença civil judaica em toda a área.” (GAZIT, 2003, p. 242, tradução nossa).

De acordo com Shlomo Gazit, militar coordenador das atividades do governo de Israel nos territórios ocupados de 1967 a 1974⁶, a realidade pós-1967 foi definida por uma política de assentamentos que tinha como base o **“conceito político-estratégico de Yigal Allon”**, mas ganhava contornos a partir das pressões de diferentes grupos políticos dentro de Israel. (GAZIT, 2003, p. 249).

O mapa de Allon contemplava tal preocupação, já que fazia convergir a segurança de Israel com a necessidade de expansão da fronteira colonial na Palestina. Para Meron Benvenisti, o plano calculava que “[...] as fronteiras

⁶ Vale ressaltar que o livro de de Gazit de 2003, que nos servirá como parte das fontes para expor, foi escrito no contexto da primeira fase de Oslo. Ele mesmo admite que trinta anos antes “era um otimista”, mas que, diante de uma mudança de políticas que ele atribui a políticas posteriores a seu tempo na Coordenadoria de Atividades nos Territórios Ocupados, chegou a uma entendimento de que se tornava cada vez mais difícil um acordo político entre as partes. (GAZIT, 2003, p.xviii)

permanentes de Israel [...]” deveriam ser “[...] defensivas de um ponto de vista estratégico [...]”, com obstáculos topográficos permanentes para suportar “[...] ataques de exércitos modernos por terra [...]” e conseguir contra-atacar em grande escala. No entanto, essas “fronteiras de segurança” seriam também “[...] as fronteiras políticas [...]”, ou seja, o território seria conquistado por meio da sequência de assentamentos implementados na fronteira definida no desenho do plano. (BENVENISTI, 1984, p. 51, tradução nossa).

Um **segundo objetivo** no debate da política de assentamentos originava-se da defesa do uso do território como “fichas de barganha” em um futuro acordo de paz, ou seja, “[...] construir novos assentamentos forçariam os líderes árabes a reconsiderar suas posições” (GAZIT, 2003, p. 242, tradução nossa). Allon chegou a defender a abertura de negociações imediatas com líderes locais de modo a transformar partes restantes da Cisjordânia em *regiões autônomas* economicamente ligadas a Israel, mas desistiu quando se voltou à opção de compartilhar o governo da população com a Jordânia em negociações com o rei Hussein. (RAZ, 2012, p. 157; SHLAIM, 2000, p. 256).

Os israelenses sabiam, no entanto, que a distribuição que os assentamentos ganhavam tornaria qualquer possibilidade de negociação com os vizinhos inviável. O primeiro-ministro Eshkol e o ministro da Defesa Dayan, por exemplo, não acreditavam que o rei Hussein da Jordânia aceitaria o plano Allon como **base para negociação**. Já Abba Eban, o ministro das Relações Exteriores, tinha consciência que, em sua política externa, Israel “[...] não estava engajado em um processo de paz [...]”, mas sim montava uma “[...] luta política tática para manter o *status quo* e evitar problemas de uma intervenção política externa”. (RAZ, 2012, p. 247). Havia uma relevante preocupação com a conjuntura da Guerra Fria e a possibilidade de imposição da Resolução 242.

Um **terceiro objetivo** da política de assentamentos é a tradução de uma formulação ideológica resultado das contradições da colonização israelense diante do nativo palestino. No caso específico dos assentamentos, eles seriam base para uma “coexistência israelo-palestina”. A “filosofia” embutida aí era que qualquer paz seria precedida pela coexistência entre as partes, mas que seria imposta pela força. (GAZIT, 2003, p. 242). Assim, a ocupação dos territórios e o esforço de assentamentos seria uma configuração de fins da década de 1960 do conceito da Muralha de Ferro de Jabotinsky (*ver cap. 1, p. 47*).

Segundo Gazit, Dayan era um apoiador desse argumento. Ele teria explicado à poetisa palestina Fadwa Touqan assim a lógica por trás dessa visão política:

a situação hoje entre nós é como a relação complexa entre um homem beduíno e uma garota que ele capturou contra a sua vontade. Mas, uma vez que eles têm filhos, os filhos vão reconhecer o homem como seu pai e a mulher como sua mãe. O ato original de abdução não significará nada para eles. Vocês, os palestinos, como nação, não nos querem hoje, mas nós vamos mudar essa atitude ao forçar nossa presença sobre vocês. (GAZIT, 2003, p. 242, tradução nossa).

Por fim, uma quarta linha de ação defendia o que Gazit chama de “aspecto organizacional-administrativo” da política de assentamentos, ou seja, um “lobby dos assentamentos”. Podemos inferir que ele se refere à sustentação de um aparato que acaba sendo o consórcio dos elementos do mecanismo de fundo do projeto sionista. Para Gazit, esse “aspecto organizacional-administrativo” é um dado inerente ao movimento, já que estaria presente desde o começo, originado da lógica de que “[...] assentar a Terra de Israel e construir novos assentamentos eram princípios sagrados.” Isso dava forma a um conjunto de “[...] departamentos administrativos e organizacionais fortes, efetivos e agressivos que estavam a cargo de planejar e começar novos assentamentos [...]” e “[...] tinham um importante papel em aplicar pressão e afetar decisões de governo.” (GAZIT, 2003, p. 243, tradução nossa).

Allon transitava entre as determinações estratégicas de ocupar o terreno e o desejo de construir novos assentamentos “por princípios sagrados”. Por um lado, a lógica estratégica de seu plano ditava que Israel desistisse de anexar os montes de Hebron pela população árabe ali presente, limitando-se às terras baixas perto do Mar Morto, no limite leste. No entanto, Allon também demonstrava uma ligação com Hebron e Bethlehem, locais que ele desejava anexar por serem “[...] valiosos para nós, nacional e tradicionalmente.” Isso chocava-se com a lógica estratégica de seu plano, já que Hebron e Bethlehem eram enclaves palestinos, que abriam possibilidades de Israel ter que ceder cidadania a cerca de 80 mil residentes. (GORENBERG, 2006, p. 118, tradução nossa).

O “conceito Allon” tornou-se um plano de referência israelense sobre o futuro da terra ocupada a ser aceito, emendado ou rejeitado. (GORENBERG, 2006, p. 81) Já Pappè, diz que, ainda que “[...] não fosse adotado como uma planta, de

fato sugeria um protocolo informal de como governar [...]” os territórios ocupados de Cisjordânia e Faixa de Gaza. (PAPPÈ, 2017, p. 91, tradução nossa). De acordo com Segev, em 12 de novembro, o Gabinete de segurança aceitou a proposta de Allon e decidiu que os mapas não seriam mais marcados com a Linha Verde, mas em vez disso com as linhas de cessar-fogo - as fronteiras da ocupação da Guerra dos Seis Dias. (SEGEV, 2007, p. 700).

Ainda em 1967, Eshkol “[...] mandou instruções por escrito ao chefe do seu departamento de cartografia [...]”, para desenhar os mapas do país sob o título “Israel: linhas do cessar-fogo”, dando realidade simbólica à incorporação de Cisjordânia e Gaza a Israel e ao apagamento das linhas de armistício de 1949, que, ironicamente, os EUA buscavam fazer os países árabes reconhecerem. Depois, em conversa com Allon, o primeiro-ministro comprometeu-se a seguir sua linha conceitual na construção de assentamentos, para assim desenhar o mapa de Israel um fato por vez. (GORENBERG, 2006, p. 124).

Se Allon foi o elaborador racional do projeto espacial da colonização israelense, Moshe Dayan, o ministro da Defesa da época, foi o executor e gestor de sua implementação inicial. Azoulay e Ophir (2013, p. 48, tradução nossa) afirmam que o “mapa e o passo da colonização” nos Territórios palestinos logo após 1967 era reflexo das “[...] relações de poder entre Moshe Dayan e Yigal Allon.”

A visão do ministro da Defesa para a colonização era o “[...] negativo do plano Allon.” (GORENBERG, 2006, p. 82, tradução nossa). Enquanto este se preocupava em definir a fronteira leste de Israel, Dayan queria marcar presença nos topos das montanhas ocidentais da Cisjordânia, uma terra estratégica de terrenos altos de onde era possível observar a planície costeira que se constituiu como território israelense depois de 1948. Nos altos das montanhas, ele sugeria construir cinco grandes bases militares, cada uma conectada a um assentamento. Esses conjuntos seriam como “punhos”, pois adentravam partes de território próximas a quatro cidades palestinas, Jenin e Nablus (ao norte), Ramallah e Hebron (ao sul), e seriam ligados a Israel por estradas especialmente construídas. Seu projeto tornava qualquer partição da Palestina inviável. (AZOULAY, OPHIR, 2013, p. 48; GORENBERG, 2006, p. 82; SHLAIM, 2001, p. 258; WEIZMAN, 2007, p. 94).

A proposta de juntar bases militares a assentamentos civis surgia da preocupação que, de acordo com Gazit, Dayan tinha em relação à ilegalidade dos

planos de Israel, sendo consciente da restrição imposta naquela conjuntura à incorporação dos Territórios. Ele apostava que qualquer solução política que mantivesse os TPO sob controle israelense dependeria fortemente da relação com os EUA, já que “[...] eram o único país que poderiam neutralizar as forças anti-Israel na ONU”. (GAZIT, 2003, p. 144, tradução nossa). Até lá, por meio da seletividade da lei internacional, a política seria justificar cada ato nos TPO “por necessidades de segurança”. Dayan acreditava que assim Israel evitaria confrontos em três frentes: no âmbito político **doméstico**, com a população palestina **local** e com a comunidade **internacional**. (GAZIT, 2003, p. 151).

Dayan, no entanto, também se preocupava com a questão demográfica, opondo-se a “[...] qualquer solução que significasse incluir os 1,2 milhões de palestinos dos Territórios a Israel [...]”, ao ponto que argumentava que entre “absorver esses árabes” e “perder a Cisjordânia”, melhor perder o Território. Diante de seu desenho da colonização, considerava estabelecer o *status* e a administração da população local por meio de duas alternativas. A primeira era “[...] a criação de uma **autonomia árabe** local na Cisjordânia [...]”, com Israel mantendo “[...] responsabilidade pela defesa e relações externas do Território [...]”, a opção preferida de Dayan. A segunda, a preferida de Allon, era “[...] devolver a responsabilidade pela Cisjordânia à Jordânia, desde que o rei aceitasse a completa desmilitarização da área e aceitasse a presença militar israelense”. (GAZIT, 2003, p. 144, tradução nossa).

O ministro da Defesa elaborou, então, o que ele imaginava ser uma “ocupação invisível”. Segundo Gordon, essa política mais aberta e menos intervencionista sobre o cotidiano palestino era uma maneira de se afastar das formas com que os israelenses haviam administrado os palestinos dentro de Israel até 1966. A intenção, “[...] de acordo com os relatórios militares publicados depois da guerra [...]”, era implementar uma “política de normalização” por meio do encorajamento de um autogoverno para que a população levasse adiante as atividades como haviam feito antes da invasão israelense. (GORDON, 2008, p. 49, tradução nossa).

Tal política tinha três frentes. A primeira era a discricção da presença do domínio israelense, ou seja, evitar exageros nos prédios da administração militar, a bandeira de Israel, ou patrulhas militares nas ruas das cidades, afinal, tudo podia “[...] ser visto como provocação desnecessária ou ponto de fricção”. **Minimizar o**

máximo possível a visibilidade das forças de ocupação tornaria mais fácil “[...] para os residentes locais aceitarem sua situação.” O segundo ponto era a não-intervenção, ou seja, “apenas” intervir em áreas de impacto sobre Israel, como a **economia**. A última frente era construir um mecanismo que sustentasse a visão política de autonomia. (GAZIT, 2003, p. 48, tradução nossa).

2.1.2.1 A chave “integração e exclusão”: a economia como mecanismo da colonização

Para Dayan, a economia era elemento importante na sua visão da retenção justaposta dos territórios, pela qual daria preferência a unidades industriais em meio a centros populacionais palestinos. (WEIZMAN, 2007, p. 94). Gazit é da opinião de que Israel “[...] teria gozado de uma calma relativa por vinte anos [...]” na administração dos TPO, sem qualquer levante palestino de vulto até dezembro de 1987, pela visão de Dayan da “normalização” da vida palestina produzida pela economia. (GAZIT, 2003, p. 47, tradução nossa). Junto a uma presença discreta e não-intervenção, o terceiro pilar de sua “ocupação invisível” era a política de “pontes abertas”, que ele preferia chamar de “**fronteiras abertas**” ou políticas de “**movimento livre**”. O princípio, de acordo com Gazit, era “cancelar a Linha Verde” e permitir o “movimento em ambas as direções”, abrindo “caminho para relações de comércio, dependência econômica e coexistência.” (GAZIT, 2003, p. 56, grifo meu). Esse mecanismo de Dayan acabou não só por camuflar a fronteira territorial entre os TPO e Israel, mas também realçava a diferença de *status* político dos residentes dos Territórios em relação aos cidadãos de Israel. (BERDA, 2017, p. 17).

É nesse processo de indefinição sobre a configuração futura dos territórios que uma política econômica interina, resultado da presença temporária regrada por uma lei da ocupação, vai se consolidando como uma política de longo-prazo “que **integra e segrega**” (BENVENISTI, 1984, p. 10). Gazit (2003, p. 17, tradução nossa) diz que ao perceber que a ocupação seria um projeto de longo-prazo, o establishment de segurança adota uma abordagem de se responsabilizar pelo “[...] bem-estar, incluindo as necessidades de mercados de exportação e importação [...]” dos palestinos. Isso surgia de uma crença entre os militares de que problemas econômicos, “[...] como desemprego e serviços precários, levariam a tensão,

terrorismo, e levante civil”. Por outro lado, as políticas econômicas eram também uma forma de Israel sustentar sua presença no território enquanto expandia a fronteira.

A necessidade de controlar a economia vinha própria lógica colonial israelense. Benvenisti afirma, por um lado, que havia uma autopercepção entre os israelenses de serem “[...] o único coletivo legítimo na terra de Israel [...]”, o que implicava que qualquer outra reivindicação comunal, econômica ou política, eram “[...] ilegítimas e, por definição, subversivas”. (BENVENISTI, 1984, p. 12, tradução nossa). Por outro, junto a preocupações políticas e sociais com a “mudança de natureza do “Estado judeu” ao absorver regiões “densamente povoadas”, havia a questão do fardo econômico de integrar a economia palestina. (BENVENISTI, 1984, p. 10, tradução nossa).

A economia da ocupação, para Farsakh (2009), foi colonial na medida que se moldava em um sistema de **integração** que fez das economias de Cisjordânia e Faixa de Gaza dependentes de demanda e regulações israelenses e, ao mesmo tempo, incapazes de responder a uma demanda local ou criar a base viável para um Estado palestino independente. Centralmente, isso era pensado evitando “qualquer competição de bens e fatores de produção palestinos”, o que foi implementado por meio da criação de uma **união de alfândega ‘unilateral’** que “permitia a produtos israelenses acesso livre aos mercados palestinos”, ao mesmo tempo que restringia “a entrada de alimentos palestinos, particularmente agrícolas, na economia israelense.” (FARSAKH, 2009, p. 387, tradução nossa, grifo meu).

Na prática, Israel criou para os TPO um sistema de “registros nacionais” de contas - PIB, PNB, balança de pagamentos - separado, de modo a manter “políticas econômicas e arranjos administrativos separados” para a população palestina. (BENVENISTI, 1984, p. 9). Ou seja, a interação econômica de Israel com os TPO foi criada na interação com uma entidade econômica distinta e coerente, que podia ser manipulada, mas era desassociada de qualquer *locus* territorial, um mecanismo de desenraizamento dos palestinos e enraizamento da colonização. Nesse contexto, a chave de Benvenisti de integração, por exemplo, da mão de obra palestina, e de segregação de setores como a indústria e a agricultura, buscava perceber como o domínio sobre os TPO beneficiava a economia israelense.

Para Roy, essa chave de Benvenisti da **integração-exclusão** é a base do que ela enxerga como a produção destrutiva da economia israelense nos vinte

anos iniciais da ocupação dos TPO. Ela cria a expressão conceitual do **des-desenvolvimento** (de-development) para entender esse processo, definido como o enfraquecimento “[...] da habilidade de uma economia crescer e expandir-se [...]” devido ao impedimento de que “[...] acesse e utilize recursos críticos necessários para promover o crescimento interno além de um nível estrutural específico”. (ROY, 1987, p. 56, tradução nossa). A habilidade de acúmulo “[...] pressupõe acesso a recursos financeiros, políticos e tecnológicos críticos [...]” para que possam ser feitos “[...] investimentos de larga escala em terra, recursos humanos ou equipamento físico”. (ROY, 1987, p. 58, tradução nossa).

No setor agrícola, por exemplo, houve inicialmente um aumento da produtividade, entre outras coisas, por mudanças nos métodos de cultivo, um aumento da mecanização e a substituição de cultivos de baixo valor por plantações com alto valor de venda. (BENVENISTI, 1984, p. 12). No entanto, muito dessa mecanização originou-se da prosperidade das famílias rurais, com um aumento no padrão de vida consequência não de um crescimento sustentável do setor agrícola, mas “[...] em grande medida por salários de membros das famílias empregadas em Israel”. A renda média per capita da população rural na Cisjordânia foi de 133 shekels (moeda israelense) em 1966 para 930, em 1975. (BENVENISTI, 1984, p. 13, tradução nossa).

A economia de ocupação sobre os TPO, entre 1967 e 1987, pode ser lida a partir do paradoxo do **crescimento na receita palestina per capita palestina e da diminuição nas capacidades produtivas**. Isso é resultado de uma renda que surge do trabalho em Israel, o argumento israelense para “descrever a ocupação como benigna e benéfica, citando estatísticas de aumento do PNB e do consumo de produtos duráveis”. (BENVENISTI, 1984; FARSAKH, 2009, grifo meu).

Em julho de 1972, Dayan decreta uma permissão de saída geral dos TPO para Israel, afrouxando as regras de permissão da zona militar fechada. (BERDA, 2017, p. 21). Nesse mesmo ano, trabalhadores palestinos já estavam em locais de construção em Tel Aviv e na Jerusalém ocupada. O número de trabalhadores de Gaza dentro de Israel, por exemplo, cresceu de 5.900, em 1970, (10% da força trabalho palestina), para 41,700 (45%), em 1985, um aumento de mais de 600%. (ROY, 1987, p. 61). Já em relação à Cisjordânia, em meados dos anos 1980, cerca de 32% de sua força de trabalho ganhava sustento em Israel. (FARSAKH, 2009, p. 388). Em quadro mais geral, em 1970, 5% do total da força de trabalho palestina

(Cisjordânia + Gaza) estava empregada dentro de Israel ou por empregadores israelenses. Já em 1987, mais de 45% dela provia 85% do PIB palestino. (BERDA, SHENHAV, 2009, p. 338).

A partir disso, o PNB palestino registrado por Israel cresceu, em média, 3% ao ano no período anterior ao processo de paz. Só na Faixa de Gaza, entre 1968 e 1982, o aumento foi de 9,7% ao ano. Em 1972, 35% das moradias estavam conectadas ao sistema elétrico e 14% possuíam geladeiras. Em 1981, esses indicadores pularam, respectivamente para 50% e 51%, acompanhadas por maiores taxas de consumo de rádios, TVs, fornos, geladeiras e carros particulares dentro do território. (BENVENISTI, 1984, p. 9; FARSAKH, 2009 p. 388; ROY, 1987, p. 59)

No entanto, por trás de dados econômicos **étnicos** providos por **registros nacionais** estava o paradoxo da disparidade entre **prosperidade individual e a estagnação comunal**. (BENVENISTI, 1984; FARSAKH, 2009; ROY, 1987). A melhora de vida exaltada pelos israelenses era medida especialmente pelo “[...] poder de compra de trabalhadores em Israel [...]”, o que somava em meados dos 1980 cerca de “[...] 1/3 do total de recursos dos territórios”. No entanto, havia uma estagnação comunal “[...] causada pelos termos discriminatórios de comércio, falta de proteção, de crédito, infraestrutura ou subsídios [...]”, algo que os palestinos condenavam como políticas exploradoras, olhando “[...] estatísticas de comércio, subsídios, falta de crédito e usurpação de recursos.” (BENVENISTI, 1984, p. 11, tradução nossa).

A alta porcentagem de trabalho palestino de Gaza em Israel, por exemplo, não é função de uma sociedade experimentando padrões típicos associados com o processo de industrialização (ou modernização), que gradualmente move o trabalho de atividades agrícolas para atividades não-agrícolas, resultando em mudanças na localização do espaço e no *status* de ocupação de trabalho. Em vez disso, a decisão da força de trabalho de Gaza de buscar emprego em Israel é uma função da falta de opções comparáveis dentro da economia doméstica de Gaza. (ROY, 1987, p. 84).

A tendência do setor agrícola, por exemplo, foi de queda no período. A taxa de participação do setor no PNB palestino flutuou de 34,8%, em 1968, para 29,2%, em 1980. Mas mais revelador é o indicador do número de trabalhadores empregados na agricultura, que, no caso da Cisjordânia, foi de 42% do total da

força de trabalho em 1968 para 30% em 1980. O declínio na porcentagem da força de trabalho empregada na agricultura em Gaza é mais agudo: foi de 33% em 1969 para 18,2% em 1980. (BENVENISTI, 1984, p. 12).

Outro modo de **des-desenvolver** o setor econômico agrícola deu-se pelo controle do acesso à água. A expropriação de terras em geral foi parte das políticas de assentamentos, mas do ponto de vista econômico era central controlar e administrar o acesso a fontes de irrigação. Para os palestinos, o consumo de água para agricultura foi congelado em um nível de 20% acima do que era até 1967. De 500 mil *dunams* de terra potencialmente irrigáveis, menos de 100 mil eram de fato utilizadas. Para cavar novos poços, tinham que pedir permissões, em geral recusadas. Assim, os fazendeiros da Cisjordânia estavam “[...] sendo forçados a manter uma agricultura extensiva em vez de intensiva e a desenvolver setores agrícolas tradicionais”. No vale do Jordão, havia a restrição da atividade palestina na medida que se expandia uma “produção agrícola israelense”, cumprindo as metas do plano Allon. (BENVENISTI, 1984, p. 13, tradução nossa).

No caso de Gaza, a atividade do setor agrícola declinou já nos anos 1970, “[...] consequência da competição por direitos de terra e água com colonos israelenses [...]” e à restrição de uma área equivalente a $\frac{1}{3}$ do total, fechada para uso e controle militar. Entre 1968 e 1985, o número de *dunams* cultivadas caiu de 198 mil para 100 mil, uma queda de quase 50%. (ROY, 1987, p. 62, tradução nossa).

O governo israelense, por meio de sua companhia afiliada, a Mekorot, emitiu restrições a construção de novos poços e limitou, em 1970, o uso de água aos fazendeiros palestinos em Gaza por meio de cotas, com pesadas multas para quem as ultrapassasse. Já os colonos, de acordo com a Comissão de Água Israelense, consumiam, em 1985, per capita, 2326m³ de água, contra uma média de consumo per capita palestina de 123m³. Isso, com falta de investimentos, contínuas restrições de mercados de exportação, acesso desigual a recursos financeiros e aumento de custos de produção forçaram o aumento no número de produtores fora do setor agrícola para empregos em Israel. (ROY, 1987, p. 69).

Por último, Israel tinha preocupação com a sustentação do fardo econômico de seu controle sobre os TPO, o que acabava se conectando tanto ao *des-desenvolvimento* quanto ao enquadramento do trabalho palestino em Israel. As autoridades civis de governo tinham como objetivos centrais “[...] reduzir o fardo

econômico [...]” de manutenção dos territórios e prevenir a competição da economia palestina com a israelense. A conta básica era que o orçamento das atividades civis nos territórios, aquelas fora do escopo de segurança, “[...] fosse coberto inteiramente pela receita de fontes vinda dos territórios.” (GAZIT, 2003, p.16, tradução nossa). Por outro lado, era necessário restringir os diversos mercados dos TPO para que não prejudicassem a economia israelense. No **setor agrícola**, defendia-se uma política de prevenção “[...] da entrada de produtos agrícolas locais no mercado israelense [...]”, evitando a competição de preços mais baixos. No **setor industrial**, pensava-se uma política de prevenção do “estabelecimento da indústria palestina” que poderia “competir com a indústria israelense.” E por último, **no setor de trabalho**, havia a necessidade de exercer um controle sobre a “[...] entrada de trabalhadores palestinos sem qualificação em Israel [...]”, que competiriam com a “[...] força de trabalho israelense mais cara.” (GAZIT, 2003, p. 17, tradução nossa)

A questão do “fardo civil” estava diretamente ligada à questão do trabalho palestino em Israel e do controle do Estado sobre os movimentos da economia dos TPO, já que assim era possível produzir um equilíbrio entre os “salários pagos a trabalhadores” das áreas palestinas diretamente ligados à economia israelense com o consumo desses mesmos trabalhadores. (ROY, 1987, p. 62). Na verdade, de acordo com Hever (2010), citando estudo de Swirski, no período de 1967 a 1987, “[...] a economia israelense lucrava com a ocupação [...]” através das “[...] taxas coletadas pelo governo israelense de palestinos, que excediam os gastos das instituições de Israel nos TPO”. (SWIRSKI, 2005 apud HEVER, 2010, p. 51, tradução nossa).

Por exemplo, em 1986, o Estado de Israel registrou um orçamento total para Gaza de \$52,5 milhões, sendo \$45,2 milhões para gastos regulares e \$7,3 milhões para desenvolvimento e investimento. Já o registro de receitas coletadas dentro da Faixa de Gaza para o mesmo ano indica \$35 milhões, o que significava um aumento da “contribuição” de 58% para 67% do equivalente do total do orçamento israelense para gastos civis nos TPO no período 1985-1986. Nesse quadro, Israel deveria complementar algo em torno de \$17,5 milhões, ou seja, $\frac{1}{3}$ do orçamento inicialmente calculado. No entanto, estimativas de fins da década de 1980 apontam que os palestinos de Gaza que trabalhavam em Israel pagavam, entre outras taxas, como seguro social, cerca de mais entre \$2 milhões por mês ao governo de Israel,

ultrapassando os \$17,5 milhões necessário para cobrir o déficit. Ou seja, esse dinheiro era retirado de um fundo formado por somas deduzidas na fonte de trabalhadores de Gaza empregados em Israel, sem custar qualquer coisa ao contribuinte israelense. (ROY, 1987, p. 79).

Benvenisti, no entanto, aponta que para chegarmos ao total do alívio ao fardo financeiro em reter os TPO deve-se calcular tanto a “[...] taxação indireta israelense imposta a bens produzidos em Israel e vendidos na Cisjordânia [...]”, assim como impostos sobre “[...] importação para a Cisjordânia feitos por portos israelenses e as pontes do rio Jordão”. Em 1983, o “[...] valor de produtos manufaturados importados por meio de portos israelenses e as pontes do rio Jordão chegaram a \$40 milhões”. Se calcularmos o imposto de 50% cobrado de alfândega, Israel coletou \$20 milhões. Adicionado a isso, as importações da Cisjordânia de produção agrícola vindas de Israel chegaram a \$50 milhões por ano. Se subtrairmos desse valor os subsídios, algo em torno de 50%, chegamos a \$25 milhões. Ou seja, nessa movimentação de alfândega, os ganhos israelenses anuais chegavam a algo em torno de \$45 milhões. Benvenisti concluí sua conta, deduzindo as transferências de governo para a ocupação militar, dizendo que “[...]os residentes da Cisjordânia contribuíram com um total entre \$600 e 700 milhões para o consumo público de Israel durante os 19 anos de ocupação [...]”, o que ele chama de uma “taxa da ocupação”, ou seja, dos ocupados aos ocupantes. (BENVENISTI, 1986b, p. 92, tradução nossa).

2.1.2.2 O sistema de violências israelense na colonização dos TPO

No fim, a visão de uma ocupação “benigna” ou “invisível” também foi um mecanismo ideológico para negar a violência do confronto colonial, ou seja, ocultar ou ignorar suas manifestações mais diretas. Isso porque o que sustentava o controle dos territórios a partir de 1967 não foi a atitude “benevolente” do ocupante, mas os mecanismos do movimento pendular do exercício da violência israelense em formas *indiretas*, como na estruturação da economia, ou *diretas*, na ação de seu exército e de suas forças de segurança.

Uma das razões para isso foi enxergada por Benvenisti, para quem, mesmo que a economia oferecesse a “[...] manipulação de instrumentos de política [...]”, eles eram um “[...] aparato de curto-prazo e de pouca visão”. Eventualmente, a

prosperidade individual e uma educação melhorada desenvolveriam a necessidade da luta pelo desenvolvimento comunal e nacional. O controle de Dayan, portanto, era por definição “[...] um conceito de curto-prazo [...]” porque tensionava com um horizonte no qual Israel não assinalava aos palestinos qualquer resolução de retirada. Assim, diante de uma racionalidade que restringia o sionismo ao controle de terras em termos étnicos, tudo que restava ao exército era “[...] aperfeiçoar o sistema de controle.” (BENVENISTI, 1984, p. 11, tradução nossa).

Gazit admite que o molde econômico não foi suficiente para produzir a “calma relativa” dos primeiros vinte anos da presença israelense nos TPO e teve que ser complementado por políticas de “punição sofisticada”. (GAZIT, 2003, p. 47)

Dayan, como ministro da Defesa nos sete anos iniciais da ocupação, além da política de “fronteiras abertas”, aprovou “medidas de segurança” que configuravam “punições coletivas” baseadas, em grande parte, nas Regulações de Emergência britânicas de 1945. A partir desse enquadramento legal, por exemplo, “[...] a prática era demolir a casa de um terrorista”. Gazit revela que essa “política punitiva” sobre a propriedade das pessoas era “[...] baseada na suposição que demolir a casa seria uma dissuasão [...]” de manter contatos com grupos políticos. A mensagem, segundo ele, era clara: as “medidas de segurança” tomadas pela administração militar “podem afetar todo o público”, inclusive famílias e amigos. (GAZIT, 2003, p. 51). Além da demolição de casas, outro exemplo saliente era a imposição de toques de recolher negando “[...] à população liberdade de movimento e atividades de rotina.” A ideia toda era “persuadir a população” a ela mesmo prevenir “ataques terroristas” e aprofundar a “cooperação com as autoridades da administração”. (GAZIT, 2003, p. 52, tradução nossa).

Outra prática de Dayan para suprimir protestos era demonstrar força militar avançada, colocando à mostra “[...] paraquedistas das FDI com suas boinas vermelhas e unidades de tanques”. Isso ocorreu quando, ainda em 1967, palestinas protestaram contra a anexação de Jerusalém. (GAZIT, 2003, p. 53, tradução nossa).

Essa exposição de tropas e tanques representa aquela “mediação simbólica de poder” que evita a “violência explícita”, como argumenta Han (ver p. 38-39). No entanto, à medida que a exposição perde efeito, a necessidade da manifestação

da violência torna-se necessária. Ou seja, todo um aparato de implementação da violência, como demolição de casas ou prisões, precisa vir a campo.

Azoulay e Ophir classificam esse exercício da violência israelense como “uma forma não eruptiva”, que chamam de “violência contida”, que ocorre quando há a “presença de uma força violenta cuja explosão pode ser iminente, mas não é ainda manifesta.” O critério de diferenciação para uma violência manifesta está no intervalo, de **espaço e tempo**, entre a presença de tal força e sua erupção real. A “violência contida” é, portanto, aquela que, ainda que não manifesta, está próxima de atuar fisicamente sobre o objeto alvejado. Assim, “gestos ameaçadores ou dissuasivos substituem o contato direto com o corpo exposto”, mas ainda exercem força ameaçadora porque têm claro os “traços de destruição” que podem realizar. O argumento de Azoulay e Ophir é que, em um conflito contínuo, a ameaça insinuada perde efetividade, demandando do poder ameaçador a exibição de uma “violência contida” mais óbvia, mais exposta e revelada. (AZOULAY, OPHIR, 2013, p. 134).

Por exemplo, em março de 1976, muito próximo às eleições municipais que ocorreriam em abril nos TPO, pela primeira vez com a participação da OLP, o comandante do exército, Yonah Efrat, expunha a “[...] erosão gradual das relações entre israelenses e palestinos.” Sua lógica era de que a cada manifestação de distúrbios não respondida de forma firme, outras viriam em um nível mais perigoso, o que por sua vez abria caminho para “[...] expressões palestinas mais ousadas de resistência e luta contra o governo israelense.” Para Efrat, a resposta deveria ser um **“punho de ferro”**, ou seja, “mostrar à população palestina local que resistir às autoridades militares israelenses lhes custariam demais.” (GAZIT, 2003, p. 75, tradução nossa).

O dilema posto até aqui é que se constituía a **impossibilidade de sustentar** no tempo a violência invisível e insinuada, sendo necessário recorrer, em um primeiro momento, a uma violência contida, que se tornava cada vez mais exposta, até chegar-se à própria violência eruptiva e manifesta. Ou seja, estamos olhando desde já para o sistema de violência colonial israelense como um todo, já que uma manifestação não necessariamente exclui a outra. Ao contrário, podem se complementar. À medida que avançarmos na exposição, demonstraremos como esse mapa de violência ganha novas adições com a inserção de agentes globais sobre o território.

Para Azoulay e Ophir, nesse contexto, o “[...] **poder econômico**, poder de compra, o poder retórico da persuasão [...]” podem ser classificados como violência não eruptiva, já que constituem “[...] ações sobre as ações de outros [...]” sem exercício de força física. No entanto, o potencial de destruição do “poder do dinheiro” só tem impacto sobre o comportamento dos outros se ganhar codificação dos efeitos de sua realização, ou seja, este só faz efeito se forem conhecidos seus possíveis traços de destruição. (AZOULAY, OPHIR, 2013, p. 134).

Assim, um sistema que inclui violências estrutural ou direta sobre um espaço colonial tem seu exercício codificado de modo similar a “zonas de emergência”, ou seja, em formas de regulação e administração da vida, das interações, atividades e movimento das pessoas. No caso da colonização israelense sobre a Palestina, seu funcionamento só pode ser entendido na sua constituição como um sistema de governo na interação com outros sistemas de administração, como a **economia** e a lei. (AZOULAY, OPHIR, 2013, p. 135).

2.2 O primeiro processo de paz: Camp David (1978) como o padrão de intervenção dos EUA

O empreendimento colonial israelense dependia não apenas do apoio político, mas também dos contribuintes estadunidenses, que subsidiaram o desenvolvimento econômico e proveram uma assistência militar que fortaleceu o Estado judeu em tempos de guerra, assegurando a predominância militar no Oriente Médio. (MEARSHMEIER, WALTZ, 2007, p. 23).

O período de 1967 a 1989 foi, de forma geral, um momento de convergência entre a agenda do “lobby”⁷ israelense e os interesses estratégicos da política externa dos EUA. Khalidi (2013) elabora um mecanismo de leitura das atitudes estadunidenses em relação à Palestina na combinação entre cálculos políticos domésticos, que ele denomina como “solicitude presidencial a constituintes domésticos”, e considerações estratégicas relacionadas aos interesses de longo-

⁷ Mearsheimer e Waltz definem esse “lobby” israelense como um termo que se refere a uma coalizão solta, não coesa, de indivíduos e organizações que trabalham para moldar a política externa dos EUA em uma direção pró-israelense. No entanto, os próprios autores admitem que esse não é um movimento unificado com uma liderança central, mas tem um modo de funcionamento aberto, da mesma forma que outros grupos de interesse nos EUA. (MEARSHMEIER, WALTZ, 2007).

prazo. Para o autor, esse foi um conjunto notavelmente estável que apresentou um padrão sólido desde pelo menos 1947, a partir da presidência de Harry Truman.

Em termos de valores absolutos de ajuda dos EUA, no pós-1967, isso foi traduzido em um aumento considerável de valores. Se de 1949 a 1965, o valor médio de ajuda anual era de \$63 milhões, sendo 95% assistência econômica ou ajuda em alimentos, entre 1966 e 1970, a soma saltou para uma média de \$102 milhões por ano. Já em 1971, o apoio inchou a \$634,5 milhões, por conta de um programa de assistência militar (85% do valor). A tendência de crescimento não teve interrupção e, em 1976, Israel era o maior recipiente de assistência externa dos EUA. (MEARSHEIMER, WALTZ, 2007, p. 26).

Já as primeiras inserções com vistas a um processo de paz se dão a partir dos anos 1970, com dinâmicas desencadeadas pela Guerra do Yom Kippur, iniciada por um ataque egípcio-sírio a Israel em 6 de outubro de 1973, e terminada no dia 24 do mesmo mês, quando entra em efeito um cessar-fogo mediado pelos EUA. Ocorria então que o *status quo* regional produzido pela Guerra dos Seis Dias era desestabilizado.

Gorenberg (2007) mostra como Henry Kissinger, então secretário de Estado de Richard Nixon, analisava a mudança do ponto de vista dos EUA. Em conversa com sua equipe do Departamento de Estado, teria dito que diante de “[...] ‘perdas de nível da 1ª Guerra Mundial’ [...]” sofridas pelos israelenses, algo em torno de 2656 soldados mortos, os EUA estavam em uma posição central, na qual agora ambos os lados dependiam da superpotência para encontrar uma solução. Por um lado, os árabes teriam que negociar com Israel, mas, por outro, Sadat havia forçado “[...] a percepção de que a arrogância de supremacia israelense não era mais possível, que “[...] agora dependiam de uma combinação de segurança e diplomacia””. (GORENBERG, 2007, p. 259, tradução nossa).

Shlaim aponta que o fracasso na Guerra de Outubro foi resultado de uma falha dupla das autoridades de Israel, pegas de surpresa não por falta de informações, mas sim por erro de análise. O fato é que o departamento de inteligência do exército “[...] tinha informações excepcionalmente detalhadas e precisas sobre as capacidades militares e os planos operacionais do inimigo.” No entanto, a análise militar foi influenciada pela “[...] suposição de que Israel tinha a capacidade de perpetuar o *status quo* indefinidamente, uma suposição que veio a se mostrar incorreta.” O objetivo dos árabes não era vencer militarmente Israel e

nem fazer seus exércitos se retirarem de todos os territórios invadidos em junho de 1967, já que não tinham a ilusão de ter a capacidade de fazê-lo. O objetivo, principalmente de Anwar Sadat, presidente do Egito, era “[...] quebrar o impasse político [...]” ao provocar uma crise internacional que forçasse as superpotências a intervir sobre a situação dos territórios ocupados. (SHLAIM, 2001, p, 319, tradução nossa).

De fato, quando os generais de Egito e Israel se sentam para negociar o destino do Terceiro Batalhão egípcio cercado, Israel tinha a “[...] maioria dos seus homens em uniforme, sem poder voltar para casa porque a guerra poderia explodir novamente a qualquer momento.” (GORENBERG, 2007, p. 259, tradução nossa). Sadat, afinal, tinha conquistado seu objetivo político. Pelos critérios de Clausewitz, da guerra como continuação da política por outros meios, o Egito era o vencedor da Guerra de 1973. (GORENBERG, 2007, p. 260; SHLAIM, 2001, p, 320).

Já a OLP, dentro do reajuste de forças pós-Guerra de 1973 buscou seu “lugar dentro das negociações diplomáticas”, o que implicava em algum momento a necessidade de “um compromisso político e a aceitação de um Estado em menos território do que a Palestina histórica.” (ANZISKA, 2018, p. 26, tradução nossa). Isso não era consenso entre os grupos que compunham a OLP, mas um articulador do Fatah, em discursos públicos nos meses seguintes “[...] destacava que ‘a Guerra de Outubro... criou novas realidades na região que devem ser reconhecidas para que nossa discussão de desafios vindouros possa ser feita em bases científicas’”. (SAYIGH, 1997, p. 335, tradução nossa). Em janeiro de 1974, no Conselho Nacional Palestino, o parlamento palestino no exílio, prevendo o andar dos acontecimentos, tirou uma posição de convergência entre os grupos palestinos. Ali articula-se o Plano de Dez Pontos, que incluía a luta por “[...] ‘cada parte da terra palestina que esteja libertada’ [...]”, ou seja, deixava implícito uma aceitação, ainda que vaga, de uma solução política em um pedaço limitado de território. Centralmente, o plano era enxergar a possibilidade de retirada de Israel dos TPO e garantir que este não caísse em mãos jordanianas. (ANZISKA, 2018, p. 26; SAYIGH, 1997, 338).

Em 1977, uma nova administração democrata, de James Carter, recebe esse legado. A sua equipe de política externa, de acordo com o registro de Dennis Ross, chega à Casa Branca com olhares preocupados diante de possíveis consequências desastrosas para a paz mundial diante da fragmentação do

processo de paz. Brzezinski, conselheiro de segurança nacional de Carter, preocupava-se com confronto EUA-URSS, vendo o processo como uma forma de negar aos soviéticos a entrada nessa região estratégica. (ROSS, 2016, p. 149, tradução nossa). A administração, então, buscou apoiar Israel por razões domésticas e estratégicas, ao mesmo tempo que apaziguava líderes árabes por uma agenda regional.

Isso foi materializado, já em 1977, no documento do Departamento de Estado intitulado “Possíveis Elementos de um Acordo no Oriente Médio”. Ainda que o Egito fosse o “componente chave deste acordo”, Carter delineava um plano regional, ou seja, um processo que teria que abordar em conjunto as “relações de Israel com Egito, Síria e os palestinos”, um contraste à abordagem bilateral que Kissinger levou adiante logo após a Guerra de 1973. (ANZISKA, 2018, p. 28, tradução nossa).

O documento imaginava um “[...] lar nacional palestino ligado à Jordânia em uma confederação flexível, com uma administração eleita supervisionando a política, as cortes, a capital, bandeiras, taxaço e passaportes.” Os palestinos poderiam ter “forças de segurança internas”, mas com a Jordânia “[...] responsável pela política externa e defesa, e podendo intervir em temas de segurança interna.” Em suma, o mapa de 1977 imaginava uma “[...] administração palestina interina que trabalharia com a Jordânia para montar essa confederação”. (ANZISKA, 2018, p. 29, tradução nossa)

Esse desenho seria constituído a partir de um **plano de retirada em estágios**. No primeiro, Israel recuaria para as linhas do armistício de 1949, ou seja, a configuração das fronteiras antes da guerra de 1967, mas permaneceria em uma “[...] faixa de 15 quilômetros junto à Jordânia e o Mar Morto”, referindo-se à fronteira leste da Cisjordânia, em termos similares ao que imaginou o plano Allon. Ainda na primeira fase, manteria seus exércitos na área dos assentamentos de Hebron e em uma área de 10 quilômetros junto à fronteira ocidental que englobaria, do sul ao norte, o bloco de assentamentos de Gush Etzion, colado a Bethlehem, e as áreas ao norte de Jerusalém. Na segunda fase, Israel se retiraria da faixa leste, mas manteria Hebron e a parte norte de Jerusalém. O plano imaginava que tanto Cisjordânia quanto Gaza seriam zonas desmilitarizadas, com estações de vigilâncias israelenses postadas em pontos altos do Vale do Jordão e presença de

observadores da ONU em pontos de cruzamento. (ANZISKA, 2018, p. 30, tradução nossa).

O que se consolida de fato no Acordo assinado em 17 de setembro de 1978, um ano depois da subida ao poder de Carter, nos EUA, e Begin, em Israel, são provisões centrais para um tratado de paz entre Egito e Israel, mas também uma estrutura para negociações de estabelecimento de uma “Autoridade de Autogoverno” (SGA) para a população árabe da Faixa de Gaza e Cisjordânia, excluída Jerusalém de tais provisões (KHALIDI, 2013, p. 7).

Sobre a Palestina, o documento dizia que “[...] Egito, Israel e Jordânia concordariam sobre as modalidades para estabelecer uma autoridade de autogoverno na Cisjordânia e Faixa de Gaza.” Sobre o território, o documento registrava que haveria tanto “[...] uma retirada de forças armadas israelenses [...]” quanto uma “[...] realocação de forças israelenses que permanecessem a locais de segurança específicos.” O prazo para a compleição dos termos acordados seria de cinco anos a partir do estabelecimento da autoridade de autogoverno na Cisjordânia e Faixa de Gaza. (CAMP DAVID, 1978, p. 945, tradução nossa).

A resposta palestina pública, por meio do Comitê Executivo da OLP, foi de rejeição. Isso porque eles percebiam o abismo entre a “retórica de uma solução política” vinda de Carter e a realidade que os termos do Acordo imprimiram. Líderes nos territórios declararam que a ideia de autonomia contida em Camp David era “uma conspiração aberta” contra os direitos palestinos, especialmente o de autodeterminação. (ANZISKA, 2018, p. 126, tradução nossa).

Arafat, “[...] ao falar para um grupo de recrutas no campo de refugiados Sabra e Chatila de Beirute no dia da assinatura [...]”, jurou “‘cortar as mãos’ de Carter, Sadat e Begin”. A crítica a Sadat era que ele havia vendido “[...] seu povo, o povo palestino e terras árabes em troca de meros 1,8 bilhão de dólar”. (ANZISKA, 2018, p. 134). O líder palestino no Líbano fez chegar, por diplomacia indireta, ao governo dos EUA um informe com sua visão sobre os termos de autonomia. O líder da OLP “[...] descrevia os Acordos de Camp David como nada mais do que ‘negociações vazias sobre o status colonial permanente dos palestinos sob regime israelense.’” (ANZISKA, 2018, p. 141).

Na prática, os termos relacionados à Palestina nunca foram implementados. Para Israel, o acordo ali posto seria apenas aceitável dentro dos seus termos de autonomia; para os palestinos, fosse a liderança no refúgio ou parte relevante de

figuras políticas dentro dos TPO, era completamente inaceitável. No entanto, mesmo não implementados, os termos de Camp David tiveram um impacto no longo-prazo, já que, de acordo com Ross, “[...] proveriam a estrutura básica para como lidar com o tema palestino em administrações americanas e israelenses subsequentes.” George Bush refinou “[...] levemente a estrutura e a colocou na sua carta convite para a Conferência de Madrid, em 1991.” Já Yitzhak Rabin insistiu “[...] que nas conversas secretas de Oslo os elementos essenciais do molde dos ACD [Acordos de Camp David] proviam a base para a Declaração de Princípios que seria assinada na Casa Branca de Clinton em setembro de 1993.” (ROSS, 2016, p. 168, tradução nossa).

Um outro legado de Camp David foi o impacto sobre o campo palestino. Toda a questão para aqueles que defendiam entrar em negociações era saber, a partir de um compromisso palestino, o que os EUA entregariam de “valioso em retorno”. A questão era saber se, dando o “[...] passo drástico de reconhecer a resolução 242 [...], seriam recompensados na abertura de ‘conversas’ definidas vagamente”. Este retorno teria que ser “um Estado palestino independente”, ou, no mínimo, um “compromisso de ‘autodeterminação’”. Para Cobban, as “experiências de 1977” mostravam já as dinâmicas básicas do triângulo palestinos-EUA-israelenses e formavam as expectativas palestinas em relação a futuras iniciativas. (COBBAN, 1984, p. 240, tradução nossa).

Já para os israelenses, Camp David mostrou que a política de assentamentos não sofreria grandes riscos vindos de pressões dos EUA, algo que foi temido especialmente logo depois da ocupação. Benvenisti, por exemplo, chegava à conclusão que os estrategistas do Likud, no poder na época, ao contrário de seus adversários políticos do Trabalhismo, como Allon e Dayan, “[...] estimaram corretamente que a decisão sobre o futuro dos territórios resultará das lutas políticas domésticas dentro do corpo político israelense em vez de vir de pressão militar ou política externa direta.” Ou seja, o que ditava os rumos da colonização eram as dinâmicas no interior da pólis judaica, nas tensões e convergências de necessidades demográficas e territoriais da colonização étnica. A conclusão de Benvenisti é que isso levava a uma estratégia de “[...] criar fatos políticos internos em vez de fatos geoestratégicos.” (BENVENISTI, 1984, p. 59, tradução nossa).

A interpretação de Benvenisti ganha sustento no registro de Anziska. Ainda nas articulações anteriores à assinatura de Camp David, diante da recusa do primeiro-ministro Menachem Begin de aceitar a retirada total dos TPO, o Secretário de Estado Cyrus Vance examinou várias perspectivas alternativas para autodeterminação palestina e o *status* dos territórios ocupados. Foi nesse processo, em conversas com líderes de Estados árabes, que foi elaborado o conceito do “arranjo transicional”. A intenção era criar uma “[...] alternativa a um Estado palestino direto [...]”, que estaria condicionado à demonstração dos palestinos de que estavam “[...] preparados para governar a si e viver em paz ao lado de Israel.” Com essa fórmula, Vance assegurou o apoio do Rei Hussein, da Jordânia, e do príncipe Fahd, da Arábia Saudita. (ANZISKA, 2018, p. 67, tradução nossa).

Esse cenário era conveniente aos EUA. Vance, em suas memórias, expôs que apesar de discordâncias com os israelenses quanto aos termos do processo, convergiam em um interesse central: a emergência de um modelo de negociação que estagnava ou condicionava a possibilidade de autodeterminação palestina, no fim, atendia a uma preocupação do governo dos EUA de evitar “[...] um Estado palestino radicalizado.” (ANZISKA, 2018, p. 105, tradução nossa).

2.3 O projeto da Liga das Vilas: a tentativa israelense de impor uma autonomia

Já no fim dos anos 1970, uma nova série de projetos e elaborações do mapa se justapõe ao plano Allon, resultado de um novo balanço de poder no interior da pólis judaica com a chegada ao governo, em 1977, do Likud de Menachem Begin. Vale citar, especialmente a política de assentamentos de Ariel Sharon. Em 29 de setembro 1977, o então ministro da Agricultura apresenta o plano Sharon-Wachman ao comitê ministerial de assentamento que ele mesmo coordenava. Depois em 1981, ele elabora uma nova versão, já como Ministro da Defesa.

De acordo com Weizman, a lógica de Sharon (ver mapa 4) era principalmente militar, já que, para ele, a “[...] fina linha de assentamentos junto ao Jordão [ou seja, o plano Allon linear] não proveria uma defesa viável, a não ser que as terras altas por trás delas também fossem fortificadas”. Assim, seu mapa imagina construir uma rede de assentamentos urbanos, industriais nos cumes

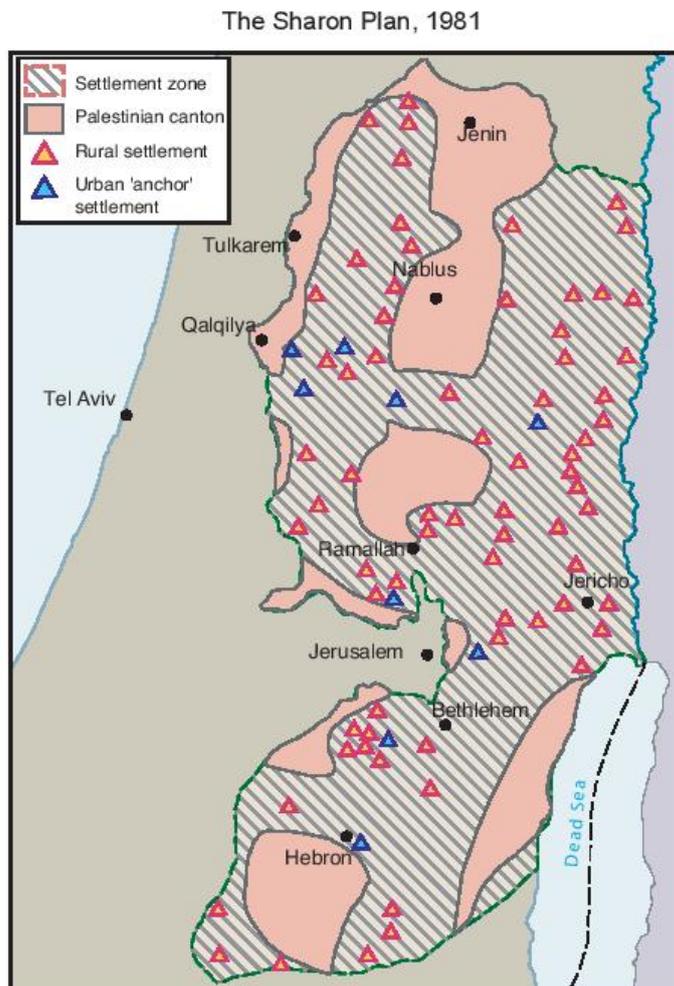
observando a planície para atender à questão estratégica de dar profundidade à planície costeira. (BENVENISTI, 1986b, p. 48; WEIZMAN, 2007, p. 80).

No final daquele ciclo de Sharon no governo, primeiro como ministro da Agricultura, de 1977 a 1981, e depois na Defesa, até 1983, havia 27 mil novos colonos nos TPO. (GAZIT, 2003, p. 271). A ambição, no entanto, ia além. O Likud desenvolveu o “Plano de Desenvolvimento para a Judeia e Samaria 1983-1986”, preparado pelo Ministério de Agricultura. O plano, com um orçamento de US\$ 2,6 bilhões, tinha o objetivo de completar 17.618 unidades nas áreas de conselhos municipais de assentamentos, ou seja, 4400 por ano, aumentando o número de colonos judeus em áreas palestinas em 80 mil até o final do período. (BENVENISTI, 1984, p. 59; NAKHLEH, 2004, p. 39).

No entanto, para Gazit, o principal legado de Sharon não foi o aumento do número de colonos nos TPO, mas a construção de um plano que desenhou a estrutura e a “[...] base que permitiu o assentamento de mais de 200 mil pessoas na Cisjordânia até 2001”. Para Gazit, Sharon executou a “[...] revolução na distribuição demográfica de Israel”. (GAZIT, 2003, p. 271, tradução nossa).

O plano definia cem pontos nos cumes da Cisjordânia organizados em “blocos” sustentáveis, ou seja, um assentamento maior, urbano e industrial provendo serviços para assentamentos menores, suburbanos e rurais. Cada bloco estaria conectado a grandes rodovias, que os integrariam a grandes centros metropolitanos em Israel, como Tel Aviv ou Jerusalém Ocidental. A construção de grandes conurbações, como hoje temos Tel Aviv-Ariel ou Jerusalém-Maale Adumin, apagariam definitivamente a Linha-Verde (linha de armistício de 1949) para os israelenses. Uma segunda função desses assentamentos era “envelocar” regiões de montanhas povoadas por palestinos, como Nablus, Ramallah e Bethlehem, “[...] fragmentando-as internamente entre os corredores israelenses leste-oeste”. Assim, os conjuntos assentamento-estrada paralisariam e restringiriam o uso do espaço palestino. (WEIZMAN, 2007, p. 81, tradução nossa).

Mapa 4 – O plano Sharon



Fonte: Passia. disponível em: <http://www.passia.org/maps/38>

A lógica mudava porque Sharon queria tanto expandir a visão territorial da colonização israelense para além do imaginado por Allon como também criar uma arquitetura que tornaria a ocupação tudo menos invisível, ignorando a necessidade de discrição que Dayan parecia esposar. Os assentamentos não deveriam apenas “exercer a dominação”, mas também “demonstrar a presença do poder da ocupação” de modo que o colonizado internalizasse essa dominação. (WEIZMAN, 2007, p. 82, tradução nossa).

Por outro lado, Sharon se aproveitava do processo socioeconômico da suburbanização ao fazer convergir a busca por uma melhor qualidade de vida com valores sionistas. Para Benvenisti, no início da ocupação, esses valores se moldavam em uma “[...] estrutura ideologicamente motivada e institucionalizada para canalizar [...]” motivações de expansão de terra para definir fronteiras. Já no

fim dos 1970, Israel se tornava “[...] uma sociedade ocidental consumista perseguindo valores materiais.” (BENVENISTI, 1984, p. 58, tradução nossa).

Foi no encontro de suas políticas de colonização com as negociações de paz de Carter que o governo de Begin desenvolve uma agenda própria para impedir a emergência de um Estado palestino, ao mesmo tempo que formula o seu próprio plano de Autoridade de Autogoverno, que imaginava uma autoridade administrativa regulando temas dos habitantes árabes enquanto o controle do território em temas-chave ficaria com Israel. (ANZISKA, 2018, p. 191).

Por isso, já quase no fim do mandato, em 18 de março de 1981, o governo conseguiu a aprovação de um “documento intitulado ‘Política na Judeia, Samaria e no distrito de Gaza’” pelo Comitê de Segurança Ministerial. Para Gazit, o documento registrava oficialmente em papel antigas medidas já adotadas desde o início da ocupação, como controle de movimento e proibição de saída do território, mas formulava claramente uma novidade, consequência do esforço diplomático do Likud no interior do processo de paz: “[...] prevenir o estabelecimento de um Estado palestino dentro das fronteiras da Terra de Israel”, o que internamente implicava impedir qualquer “atividade política que pudesse ser base para esse Estado”. Ao mesmo tempo, buscava encorajar partidos moderados que apoiem a implementação do projeto de autonomia. (GAZIT, 2003, p. 99, tradução nossa).

Sharon era um grande defensor do conceito de autonomia nos termos israelenses. Ainda na administração Carter, ele foi instado pelo embaixador Sol Myron Linowitz a explicar “[...] o status do desenvolvimento dos assentamentos e a racionalidade da expansão [...]”, na medida que eram temas sensíveis relacionados à autonomia dos Acordos de Camp David. Sharon respondeu que os assentamentos faziam parte de um desenho que tinha o objetivo de criar fatos de modo a não permitir qualquer compromisso territorial futuro. (ANZISKA, 2018, p. 158). Já na administração de Reagan, em conversas com Alexander Haig, secretário de Estado, ele disse que Israel já havia dado os primeiros passos na implementação do plano de autonomia, entre eles substituir equipes militares nos territórios por uma administração civil mais amena. (ANZISKA, 2018, p. 189).

A Administração Civil (AC), criada em 4 de outubro de 1981, de acordo com Gazit, constitui-se em uma política prioritária de Sharon para estabelecer a autonomia *de facto* nos territórios (GAZIT, 2003, p. 114), além de ser um dos pilares de sua política de colonização. (BERDA, p. 2017, p. 22).

A AC foi uma forma de **separar o aparato administrativo burocrático-civil cotidiano dos palestinos nos territórios da ação militar organizada**, criando duas esferas burocráticas de controle. (BERDA, SHENHAV, 2009, p. 337). O passo seguinte a essa separação seria “arabizar” posições de administração civil dentro do governo dos TPO, ou seja, repassar parte da autoridade para lideranças locais que acomodassem a autonomia palestina com a presença colonial israelense. (GAZIT, 2003, p. 206).

Chave para tal arquitetura política era a criação da **Liga das Vilas** (*Agudot Hakfarim*), um esforço para cooptar uma liderança palestina local independente, menos nacionalista e oposta à OLP. (BERDA, p. 2017, p. 22; GAZIT, 2003, p. 114). A primeira iniciativa se deu, no fim dos anos 1970, por meio da organização de 74 vilas no distrito de Hebron, sob a organização de Mustafa Dudeen. A partir de então esse conjunto de vilas poderia organizar eleições locais, ter representantes junto às autoridades israelenses e resolver conflitos entre vilas legitimados por uma licença do governo militar. No entanto, seus membros estariam proibidos de conduzir atividades políticas. No caso de Hebron, com a proximidade de Dudeen com o Governo Militar, **Israel cobria cerca de metade do orçamento** operacional daquele conjunto de vilas. (GAZIT, 2003, p. 208-209).

Essa arquitetura política dava sinal aos líderes dos territórios de que eles poderiam negociar o molde de sua organização, desde que não ignorassem o fato de que a partir de então teriam que fazê-lo junto aos israelenses. (AZOULAY, OPHIR, 2013, p. 39). Mais de uma década depois, em 1982, quando os prefeitos de cidades palestinas organizaram um protesto conjunto contra a AC, seu diretor na época, Menachem Milson, ameaçou a cidade de al-Bireh, alegando que a recusa de cooperação da prefeitura com Israel minava o **suprimento de serviços vitais** para a cidade. (GAZIT, 2003, p. 233).

Kimmerling pensa nesse projeto de autonomia como uma arquitetura mais ampla de destruição coletiva palestina no âmbito regional. Para o autor, a consolidação do controle sobre a Cisjordânia e Faixa de Gaza dentro dos moldes da autonomia proposta por Begin demandava “[...] o **politicídio** do único inimigo existencial do Estado judeu”. A destruição política palestina, implementada sem provocar uma grande guerra regional, tornava necessário “[...] fazer paz com o mais poderoso país árabe da região”, no caso, o Egito. Isso anularia qualquer possibilidade de união dos palestinos com uma frente de Estados. Assim, seria

possível destruir a infraestrutura institucional e militar palestina no sul do Líbano, ao mesmo tempo que aniquilava “[...] o Fatah e outras organizações políticas e militares importantes da OLP”. Isso forçaria “[...] os palestinos na Cisjordânia e na Faixa de Gaza a aceitar qualquer solução ditada pelos israelenses [...]”, ou seja, a autonomia era um esforço conectado à estratégia político-militar mais ampla dirigida aos palestinos. (KIMMERLING, 2003, p. 81, tradução nossa).

2.4 A ajuda internacional na Palestina nos anos 1970 e 1980: uma presença ainda incipiente

O esforço de Carter em fim dos anos 1970 teve outra consequência, já que desencadeou e formatou novas formas de inserção da **ajuda internacional** no cenário do Oriente Médio, algo que Nakhleh (2004) enxerga como *intervenções desenvolvimentistas* dos EUA. É nesse momento que formulação e implementação de políticas de ajuda estadunidenses nos TPO se dão de forma mais sistemática. De 1948 até 1967, a principal organização externa na Palestina era a Unrwa, agência da ONU criada para prover assistência a palestinos refugiados depois da expulsão de 1947-1949. De fato, o principal foco das organizações nos TPO no período era o trabalho com a comunidade de palestinos refugiados. (CHALLAND, 2009, p. 78; ROY, 1991, p. 67).

Na passagem dos anos 1970 para os 1980, a atuação das agências de ajuda era moldada por mudanças tanto nas políticas dos EUA, da USAID, como nos objetivos mais gerais das organizações privadas voluntárias (*PVOs, na sigla em inglês*). (ROY, 1996, p. 54). Duffield aponta que, entre outras coisas, tal mudança aumentava a relevância da subcontratação e financiamento de ONGs por governos doadores para implementar projetos de ajuda, o que levou a formação de lobbies para o aprofundamento de políticas de assistência. Nessa época, no tanto, tal forma de subcontratar ainda carregava relativamente **poucas condicionalidades**. (DUFFIELD, 2001, p 54).

Podemos dizer que a comunidade de organizações privadas que participava dos programas de assistência dos EUA, nessa época, ainda operavam por conta própria. E ainda que recebessem financiamento do governo por meio da USAID, as *PVOs* buscavam minimizar o contato e a ingerência da agência. Na verdade, até meados dos anos 1980, os objetivos do programa em Cisjordânia e Gaza eram

em grande parte definido pelos objetivos específicos individuais das organizações, que acabavam agindo sob um consenso não formalizado de melhorar a qualidade de vida nos territórios ocupados com projetos em suas áreas de especialidade técnica. A ideia, nesse molde, era ajudar os palestinos a adquirir tanto habilidades que acarretassem em benefícios econômicos e sociais, quanto meios de sustentar-se e manter laços físicos com a terra até a conclusão de um processo de paz. (BENVENISTI, 1986b, p. 93; ROY, 1991, p. 75). De 1975 a 1987, o dinheiro alocado para esses programas, canalizado pela USAID “[...] por meio de cinco organizações privadas voluntárias (*PVOs*), chegou a US\$77 milhões”. (NAKHLEH, 2004, p. 34, tradução nossa).

Essa configuração da comunidade de ajuda chocava-se com o cenário político em Israel depois da vitória do Likud nas eleições de 1977, o que colocou a política de assistência dos EUA em “[...] um ambiente cada vez mais hostil”. Isso porque, ainda que houvesse convergência de interesses entre os EUA e Israel no que se referia ao futuro da Palestina e isolamento da OLP, a mentalidade de desenvolvimento que guiava as *PVOs* da época desagradava o governo de Israel. Qualquer sinal de que as *PVOs* passariam de “[...] atividades relacionadas a bem-estar para aquelas enfatizando o desenvolvimento de longo-prazo [...]” era considerado uma ameaça aos esforços israelenses. (ROY, 1996, p. 54, tradução nossa).

No período de 1978 a 1992, foi possível detectar dois grupos de responsáveis por *intervenções desenvolvimentistas*. O primeiro eram entidades “multilaterais e bilaterais não-árabes”, que além dos EUA e a USAID, incluía agências da ONU e países europeus. (NAKHLEH, 2004, p. 31, tradução nossa). O segundo conjunto era composto por grupos regionais, como o Comitê Conjunto Jordânico-Palestino (JC, sigla em inglês), operado de Amã, e a Assistência de Bem-Estar (WA, sigla em inglês), operado de Genebra, e depois Jerusalém. (CHALLAND, 2009, p. 79; NAKHLEH, 2004, p. 31).

O JC foi um fundo criado em 1979 por Estados árabes, articulado no Iraque, como forma de se opor à política do Egito de aproximação com os EUA e Israel. Seu objetivo era financiar a resiliência do povo palestino na terra ocupada, ou seja, prover infraestrutura básica (água, eletricidade) e apoio econômico para evitar migração. O JC também se constituiu como forma de angariar influência política entre os grupos nos TPO. (CHALLAND, 2009; NAKHLEH, 2004; SAYIGH, 1997)

Já o WA, de caráter filantrópico, era formado por “[...] um clube de empresários palestinos ricos que decidiram prover um fundo de doadores depois do choque da invasão de 1982 do Líbano por Israel”. (NAKHLEH, 2004, p. 31, tradução nossa).

Se o trabalho das PVOs era relativamente independente em relação a uma direção central, o trabalho dentro dos TPO sofria com as restrições da ocupação israelense em campo. (BENVENISTI, 1986b; CHALLAND, 2009; ROY, 1991, 1996).

Na análise de Challand, o espaço de manobra para doadores internacionais diminuiu com mais intensidade a partir de 1981, quando Israel cria a Administração Civil, o que aumentou o escrutínio e criou a necessidade de coordenação com a administração militar israelense para obter aprovação de projetos com parceiros locais. (CHALLAND, 2009, p. 77). A aprovação de Israel ocorria em geral para projetos na área de “[...] água e eletricidade domésticas, estradas e saúde. Comparativamente, poucos foram aprovados em agricultura e indústria [...]”. Ou seja, tendiam a ser orientados “[...] para consumo em vez de produção”. (ROY, 1996, p. 58, tradução nossa).

Além disso, os procedimentos de liberação das autoridades militares eram percebidos como forma de recompensar ou punir diferentes grupos, municipalidades ou vilas. Projetos elaborados para nacionalistas palestinos eram bloqueados em 50% dos casos. De acordo com Lockard (1989, p. 67, tradução nossa), um membro de organização afirmava então que “[...] o governo militar está tentando usar as PVOs para beneficiar seus interesses na ocupação”.

Benvenisti (1986b) cita um estudo realizado nos anos 1980 pelas “três maiores organizações” dos EUA atuantes na Palestina, o CRS (Catholic Relief Services), o CDF e a Anera (American Near East Refugee Aid). Os dados expunham que de 358 projetos planejados, entre 1979 e 1983, metade eram originalmente designados para desenvolver infraestrutura econômica, 25% para objetivos sociais de educação e ajuda, e outros 25% para a melhoria de serviços, como água e eletricidade. A intervenção dos militares rearranjou as proporções da alocação de recursos assim: metade foi destinada a serviços, e menos de $\frac{1}{3}$ para a área da infraestrutura econômica. A conclusão do estudo era que “[...] as autoridades israelenses tentavam bloquear projetos para o desenvolvimento de infraestrutura econômica, preferindo as que melhoravam serviços”. (BENVENISTI, 1986b, p. 93, tradução nossa). Já Roy (1987, p. 73), chega a número semelhantes

e aponta que entre 1975 e 1983 apenas $\frac{1}{3}$ dos projetos propostos para desenvolvimento industrial foram aprovados pelo governo de Israel. (ROY, 1987, p. 73).

O espaço restrito criou uma cultura de autocensura entre as organizações de ajuda, que passaram a propor projetos moldados para a aprovação de Israel. Afinal, já que qualquer iniciativa autônoma era improvável, as organizações começaram a focar no que era possível, implementando projetos específicos para ajudar os palestinos a permanecer na sua terra em setores onde necessidades pudessem ser identificadas. (ROY, 1991; ROY, 1996).

Isso criou dilemas para as *PVOs*, como podemos ver no caso da CRS, uma das três maiores receptoras da USAID na década de 1980. Na época, a diretora do escritório da organização em Jerusalém Oriental, irmã Leona Donahue, admitia que tinham “[...] entre 5% e 10% de recusas de projetos [...]”, uma taxa baixa para um programa orientado para desenvolvimento. A própria diretora atribuía isso ao fato de que a organização trabalhava com tradicionalistas pró-jordanianos. Seu desabafo era que não havia outra alternativa, “[...] essa é a subestrutura com a qual nós temos que lidar”. (LOCKARD, 1989, p. 66, tradução nossa).

Na outra ponta, temos o caso do Save the Children (STC). Com projeto aprovado e em operação, executado junto a pequenos fazendeiros, o exército israelense demandou investigação dos proponentes sob a justificativa de necessidade de segurança. A agência recusou-se a prestar contas e teve o projeto congelado por mais de um ano. Como a USAID não interveio na defesa da continuação do projeto, a STC devolveu \$750 mil à agência em protesto. (LOCKARD, 1989, p. 67). Isso levou a seu desligamento do programa em Cisjordânia e Faixa de Gaza, o que lhe custou uma queda de cerca de $\frac{3}{4}$ do seu total de receitas. A solução foi buscar suprir o buraco orçamentário com fundos de outros doadores, especialmente governos europeus e grandes fundações independentes dos EUA. Isso abriu a possibilidade de trabalhar em uma chave de desenvolvimento de projetos de pequena escala no nível da base. (LOCKARD, 1989, p. 70; ROY, 1991, p. 76).

Palestinas e palestinos muitas vezes boicotavam trabalhar com *PVOs* ligadas a programas da USAID, já que demandavam aprovação israelense. Não só esse tipo de ajuda era visto como um direcionamento externo das possibilidades de investimento palestino, como um fator que aliviava o fardo orçamentário da

administração israelense, que como força ocupante deveria prover fundos, por exemplo, para estradas de acesso e reservatórios de água para consumo doméstico. (BENVENISTI, 1986b, p. 93; ROY, 1991, p. 76).

Para os palestinos, o problema era que, ao “[...] empurrar às *PVOs* o pagamento dos projetos [...]” do governo militar, na prática o dinheiro da USAID “[...] subsidiava a ocupação”. Um administrador local palestino dizia: “Quando você coloca quatro milhões de dólares para pagar por um sistema de saneamento básico no campo de refugiado de Jabalyia”, em Gaza, isso corresponde a “[...] ‘quatro milhões que não saem do orçamento do governo militar.’” Exemplo concreto disso, na época, foi um sistema de \$15 milhões para esgoto em Bethlehem, um projeto ítalo-germânico. (LOCKARD, 1989, p. 67, tradução nossa).

Lockard registra em seu artigo depoimentos dados, em 1982, ao Congresso dos EUA durante inquérito sobre ajuda externa. Os então ex-prefeitos da Cisjordânia, Mohammed Milhem e Fahd Kawamesh, sugeriram ao governo dos EUA fazer uma escolha: “[...] se esse será um programa dos EUA para os palestinos da Cisjordânia e da Faixa de Gaza ou um programa do governo militar israelense”. (LOCKARD, 1989, p. 66, tradução nossa).

Podemos concluir que, neste ponto, a assistência internacional já era impactada pelo sistema de controle israelense, por vezes correndo o risco de acoplar-se à manutenção da ocupação. No entanto, tanto o montante de capital quanto a ingerência política eram marginais se tivermos o período a partir de Oslo como parâmetro. No entanto, um sinal de transformação nesse sentido, especialmente relacionada a uma maior ingerência, pode ser detectada na segunda metade da década de 1980, com os esforços do governo Reagan sobre a Palestina. O mais central deles foi o projeto “Qualidade de Vida” atrelado a uma solução política jordaniana para os TPO.

2.4.1 A política de Reagan: a lógica do mercado como tática de intervenção

Menachem Begin viu com bons olhos a eleição de Ronald Reagan para a presidência dos EUA, em janeiro de 1981. Num registro posterior, o então primeiro-ministro israelense admitiu que em seu primeiro encontro com Carter, o presidente lhe disse: “[...] nós consideramos seus assentamentos ilegais e um obstáculo à paz [...]”], algo que se repetiu em encontros subsequentes. Begin retrucava dizendo

que eram “[...] legais e não um obstáculo para a paz”. Com Reagan, isso mudava: o “[...] Sr. Ronald Reagan, colocou um fim ao debate. Ele disse que os assentamentos não são ilegais. [...] Em outras palavras, são legais e legítimos”. (ANZISKA, 2018, p. 187, tradução nossa).

Ross (2015, p. 180) descreve a abordagem de Reagan influenciada por uma forte conexão sentimental com Israel devido ao Holocausto, especialmente após visitar os campos na Alemanha muito antes de se tornar presidente. Além disso, no seu molde mental do embate da Guerra Fria, Israel era um parceiro natural. De fato, ainda que períodos de tensão tivessem ocorrido, como na venda de armas dos EUA à Arábia Saudita, Reagan inaugurou uma aproximação sem precedentes entre os dois países. Foi o republicano que institucionalizou a cooperação estratégica com Israel, estabelecendo, a partir de 1984, acordos para realização de exercícios militares conjuntos, inclusão de Israel na Iniciativa de Defesa Estratégica (Guerra nas Estrelas) e permissão para comprar um vasto escopo de armas dos EUA a preços mais baixos, além de participar de projetos de pesquisa e desenvolvimento conjuntos. (MEARSHMEIER, WALTZ, 2007, p. 33; ROSS, 2016, p. 181).

Nesse mesmo período os valores de ajuda econômica dos EUA a Israel bateu todos os recordes (pelo menos até 2008). O grande salto de ajuda econômica dos EUA ocorreu na passagem de 1974 para 1975, na presidência de Gerald Ford, quando pulou de US\$ 189.720 milhões para US\$ 1.178.220 bilhão. Para os anos de 1985 e 1986, a ajuda econômica a Israel foi, respectivamente, de US\$ 3.432.400 bilhões e US\$ 3.265.610 bilhões. (ALI, 2013, p. 386).

A administração Reagan também produziu a sua própria iteração do processo de paz, o Plano Reagan, que refletia “[...] muito do que estava nos Acordos de Camp David”, como o período transicional para definição dos temas de *status* final. A divergência com a elaboração de Carter estava no fato de que, em vez de deixar, como fez o democrata, “[...] o *status* da Cisjordânia e de Gaza em aberto, permitindo tanto o Estado palestino quanto a anexação israelense serem possíveis”, o republicano diretamente “[...] propunha uma entidade palestina em associação com a Jordânia”. (ROSS, 2016, p. 198, tradução nossa).

A mudança mais importante promovida por Reagan, no entanto, foi uma “[...] nova forma de intervenção de desenvolvimento de ajuda [...]”, moldando a atitude mais geral dos “[...] esforços daqueles que se envolveriam com conflitos

internacionais”. A base da novidade estava na inserção da lógica da “mágica do mercado” nas mais diversas dimensões de assistência internacional. (DUFFIELD, 2001, p 29, tradução nossa).

Isso impacta, por exemplo, a formulação de políticas da USAID, que passaria a focar “[...] na construção de uma nova geoeconomia ao redor de prescrições e ideais neoliberais”, ajustada, claro, a “[...] atender os requerimentos de segurança nacional [...]” dos EUA. (ESSEX, 2013, p. 68, tradução nossa). Na prática, isso se daria por meio de uma maior presença de mecanismos de mercado e uma mais ampla participação do setor privado nos programas de ajuda. (ESSEX, 2013, p. 51).

Ao colocar a “[...] aplicação de teorias neoliberais de governança econômica e política [...]” no centro de sua atuação mais geral, Reagan fez com que mecanismos de mercado livre fossem além do cálculo de alocação de riqueza e risco, onde compunham uma “[...] coleção difusa e espalhada de políticas e abordagens variadas [...]”, para formar um conjunto coerente que, mais tarde no início dos 1990, passaria a ser conhecido como “Consenso de Washington” pela influência de BM, FMI e Tesouro dos EUA. (ESSEX, 2013, p. 68).

Para Duffield (2001, p. 30, tradução nossa), diante do avanço de políticas neoliberais, implicando uma “[...] atenuação da competência do Estado-nação [...]”, é aqui que começa a ganhar forma uma condicionalidade de ajuda externa mais intrusiva.

No caso, o plano Reagan para a Palestina foi acompanhado por dois grandes planos de desenvolvimento, o programa “Qualidade de vida”, anunciado pelo secretário de Estado, George Schultz, em 1983, e o Plano de Desenvolvimento de cinco anos para os TPO, de 1986, que atribuía um papel central para a Jordânia. (ROY, 1996, p. 54).

A postura de autoridades israelenses, em 1984 já sob um novo governo de coalizão agora envolvendo os Trabalhistas, também muda diante do novo cenário. Se até 1984, “[...] tinham o hábito de colocar obstáculos no caminho de atividades de PVOs em áreas de desenvolvimento econômico e de infraestrutura [...]”, privilegiando “[...] projetos na área de serviços [...]”, já em 1985 a política para os TPO muda. (BENVENISTI, 1986a, p. 19, tradução nossa).

Em números, projetos de desenvolvimento de infraestrutura econômica para o período 1983-1984 nos TPO totalizavam um orçamento de \$ 8 milhões, dos quais

apenas \$ 4 milhões foram aplicados. Já os orçamentos para 1984-85 e 1985-86 foram, respectivamente, de \$10 milhões e \$18 milhões, sendo que já em 1985 houve uma “[...] facilitação dos rígidos critérios [por parte do governo militar] e a taxa de aprovação de projetos cresceu”. Nos meses de abril e junho daquele ano, por exemplo, “[...] quinze projetos previamente rejeitados foram aprovados, incluindo uma leiteria, uma chocadeira e um armazenamento frio”. No entanto, restrições a “[...] projetos envolvendo reivindicação de terras e desenvolvimento de empreendimentos que pudessem competir com interesses israelenses [...]” eram mantidos. (BENVENISTI, 1986a, p. 20, tradução nossa).

Como peça central da inserção de Reagan no Oriente Médio estava o “Qualidade de vida”, uma forma de articular atores regionais, israelenses, palestinos e jordanianos, em programas econômicos que pudessem criar um ambiente propício à agenda política do plano Reagan. (ROY, 1991; ROY, 1996). Em 1986, o “Qualidade...” ganha uma versão mais elaborada no “Plano de Desenvolvimento Jordânico”, uma plataforma econômica para dar sustento à visão política para configurar uma entidade palestina ligada à Jordânia. (NAKHLEH, 2004, p. 35; ROY, 1996, p. 57). O plano era uma produção conjunta do Departamento de Estado e da USAID, e imaginava a “[...] promoção de crescimento econômico [...]” por meio da entrada da lógica de mercado “[...] nos setores agrícolas e de manufaturas [...]” e do estímulo para o desenvolvimento do mercado financeiro. (ROY, 1996, p. 57, tradução nossa).

No campo político, o Plano Jordânico era uma forma de imposição de uma agenda sobre a questão palestina por meio de políticas de desenvolvimento, centrada na proeminência do rei Hussein na configuração política dos TPO. Em um informe secreto enviado pelo Almirante John Poindexter, membro do Conselho de Segurança Nacional de Reagan, ao secretário Schultz, o militar “encorajava” a administração a “[...] ajudar o rei Hussein em seus esforços de ‘fechar as portas’ para Arafat e prover dinheiro para construir uma ‘posição jordaniana moderada na Cisjordânia’”. (ANZISKA, 2018, p. 245, tradução nossa). Outro elemento para Poindexter era incentivar um papel mais ativo dos sauditas em “projetos de desenvolvimento” nos territórios, com investimentos pequenos de “\$25 a \$30 milhões, e projetos institucionais e de infraestrutura, tudo “[...] sob a rubrica da melhoria da qualidade de vida dos palestinos na Cisjordânia’”. (ANZISKA, 2018, p. 246, tradução nossa).

O rei jordaniano, com o apoio não só dos EUA, mas de autoridades israelenses ligadas ao Partido Trabalhista, como Shimon Peres, embarcou no projeto com o objetivo de fortalecer seu controle político sobre os territórios ao criar uma liderança moderada alternativa, leal a ele e oposta à OLP. A lógica do plano era prover um amplo escopo de serviços econômicos e sociais já atrelados a uma aprovação de Israel. Em julho de 1986, Hussein fecha o escritório da OLP em Amã e se reúne com Peres, então primeiro-ministro de Israel no governo de coalizão nacional, em segredo. Ali, discutiram o Plano para a Cisjordânia. (ANZISKA, 2018, p. 245; ROY, 1996, p. 55).

Em suma, o governo Reagan apostava em uma opção jordaniana para acabar com a possibilidade de os palestinos alcançarem qualquer tipo de soberania ou independência. Mesmo uma configuração de autonomia, como perseguida pelos governos do Likud por meio da Liga das Vilas, seria engavetada. Sem qualquer ambiguidade, Reagan queria tanto eliminar a possibilidade da realização de uma autodeterminação palestina como frear a expansão da anexação israelense. (ANZISKA, 2018, p. 249).

2.5 O espaço representacional palestino: a Intifada de 1987

Dennis Ross, como membro do Conselho de Segurança Nacional de Reagan, produziu um memorando no contexto dos esforços dos EUA que expunha um temor, caso o Plano Jordaniano falhasse, de que “[...] nós certamente iremos encarar uma explosão na Cisjordânia - com consequências de longo-prazo para os prospectos da paz árabe-israelense”. Ross predatava a Intifada em um ano com base no “reconhecimento de que o *status quo* era enormemente danoso aos palestinos”. (ANZISKA, 2018, p. 247, tradução nossa).

Uma organização mais coesa palestina nos territórios ocorreu em oposição aos Acordos de Camp David, quando surge, em 1978, o Comitê de Direção Nacional, que, na visão de Gazit (2003, p. 100, tradução nossa) canalizava “[...] sentimentos nacionalistas mais extremistas”. Na verdade, o Comitê foi um compromisso entre dois campos políticos palestinos, daqueles mais “pragmáticos”, que “[...] se recusaram a criticar Sadat por ter ido a Jerusalém [...]” negociar com Begin, e daqueles mais “linha-dura”, que defendiam negar qualquer encontro com representantes dos EUA ou de países árabes para discutir negociações. O Comitê

surge da percepção de que uma união era necessária para resistir às políticas de assentamentos do Likud. Por isso, sua composição incluía “[...] prefeitos pró-OLP de várias regiões de Cisjordânia e Gaza, representantes de organizações voluntárias, de sindicatos de comércio e de estudantes, membros do estabelecimento religioso, círculos de empreendedores e jornalistas”. (SAYIGH, 1997, p. 479, tradução nossa).

Gazit afirma que já em 1980 era possível ver os primeiros sinais de manifestações mais claras contra a políticas de assentamentos. Naquele ano, houve o espraiamento de protestos em Ramallah e Hebron, com prisões e expulsões de autoridades ocorrendo em maio: o prefeito de Hebron, Fahed Qawasmeh, o prefeito de Halhoul, Muhammad Milsen, e o sheik Rajeb Bayoud al-Tamimi, qadi chefe de Hebron. Para o ex-coordenador de atividades dos TPO, essa “nova onda de protestos violentos” acabava com a calma imaginada pela política de “punho de ferro”. (GAZIT, 2003, p. 102, tradução nossa).

A política de “Punho de Ferro” nascia como esforço complementar à criação da Administração Civil, ou seja, compunha as políticas de imposição da autonomia de Begin. Já sob a nova abordagem, entre 1980 e 1981, os militares aplicaram novas restrições a universidades e jornais, aumentaram toques de recolher e banimentos comerciais, e escalaram espancamentos ou qualquer repressão a atividades expressando a identidade nacional palestina. (HUNTER, 1991, p. 53; SAYIGH, 1997, p. 519).

Outros dois fatores incentivaram a “radicalização” palestina, especialmente da juventude, além da agressividade do “Punho de Ferro”. (HUNTER, 1991, p. 35; SAYIGH, 1997, p. 519).

O primeiro era efeito da economia. Por um lado, Israel passava por um período de recessão econômica, levando a aumento de inflação, estagnação de crescimento e programas de austeridade para controlar salários e preços, o que impactou renda e mercado de trabalho palestinos. (AZOULAY, OPHIR, 2013; HUNTER, 1991; TAGHDISI-RAD, 2014). Por outro, havia um esforço para sufocar grupos nos territórios, parte das políticas mais rígidas contra a manifestação do nacionalismo palestino dos 1980. O governo decidiu bloquear a entrada de dinheiro enviada por meio do JC, formado para se opor ao processo de paz Egito-Israel. O problema é que esses cortes, junto a uma situação precária socioeconômica, justificariam um aumento do orçamento civil da ocupação, o que não ocorreu.

Assim, a insatisfação com níveis inadequados de serviços acumulou-se à medida que aumentavam os esforços das autoridades de impostos de Israel para coletar débitos dos palestinos dos TPO. (GAZIT, 2003; SAYIGH, 1997).

Por último, a radicalização política tinha origem na crescente insatisfação com a geração mais velha, vista como fracassada quanto a fazer melhorar a situação política. Esse sentimento era efeito tanto da fragmentação geográfica da OLP depois de sua expulsão no Líbano como de uma mudança social que ocorria no interior dos TPO. (HUNTER, 1991, p. 35).

A mudança social palestina surge de uma democratização da luta nacional que ocorre na passagem dos 1970 para os 1980. Tanto Kuttab (1993), numa visão de gênero, quanto Haddad (2016), de política econômica, apontam para a entrada de novas forças sociais, antes marginalizadas, na cena institucional política palestina.

Kuttab destaca o novo papel adquirido pelas mulheres no movimento nacional, bem descrito na reflexão de Lisa Taraki sobre os efeitos não-intencionais da ocupação, que, na escalada de violência dos 1980, expôs a “[...] impotência das estruturas políticas e sociais palestinas anteriores, o que levou à perda de sua capacidade funcional e operacional”. Em suma, “[...] as formações tradicionais baseadas em classe, gênero e afiliação religiosa, criadas por figuras e forças sociais tradicionais, tornaram-se totalmente inefetivas para lidar com os problemas cotidianos postos pelo regime de ocupação”. (TARAKI, 1989, p. 60 apud KUTTAB, 1993, p. 72, tradução nossa)

É nesse contexto que mulheres palestinas, que encaravam uma “[...] opressão tripla - de classe, de gênero e nacional - se aproveitaram da iniciativa de democratização e criaram a suas próprias organizações de massa”. Assim que uma nova geração de mulheres ativistas elaborou uma nova posição da relação entre a libertação nacional e a libertação das mulheres. Esse “novo” movimento, iniciado por um núcleo de mulheres progressistas de classe média de diferentes ideologias políticas, estabeleceu associações de massa de base capazes de mobilizar e organizar mulheres em vilas e em campos de refugiados. (KUTTAB, 1993, p. 73, tradução nossa).

Haddad, por sua vez, destaca a emergência de “[...] moradores de vilas, refugiados ou membros de classes profissionais educadas [...]”, que, empregados no mercado israelense, acabavam entrando em contato com o cotidiano do

ocupante e ganhando maiores salários, o que fazia deles os novos provedores de núcleos familiares, desmontando de fato, como apontou Tarkari, figuras e forças sociais tradicionais. Palestinos e palestinas adquiriam uma consciência e desafiavam tanto a ocupação israelense quanto os “[...] notáveis palestinos e a estratificação de classe que eles supervisionavam”. (HADDAD, 2016, p. 52, tradução nossa).

Colaborava para essas tendências o fato de a sociedade palestina estar rejuvenescendo devido a uma alta taxa de natalidade e uma menor taxa de mortalidade infantil. Diante das restrições econômicas impostas pelas forças de ocupação e a expansão da política de assentamentos, uma limitada possibilidade de realização de atividades tradicionais no uso da terra fazia com que famílias de campos refugiados e de vilas direcionassem seus filhos e filhas para institutos técnicos, centros de pedagogia e universidades. Lá, jovens engajavam-se em debate e organização políticas, que ganhavam cada vez mais um conteúdo nacionalista. (HUNTER, 1991, p. 32; KAMVARA, 2016, p. 50).

A mudança sócio-política mais ampla preparou um cenário no qual as camadas urbanas se conectaram com a base rural, ou seja, venceriam o tradicional abismo entre as cidades e o campo, possibilitando um recrutamento em massa para facções políticas engajadas em mobilização política e social. Eram grupos de estudantes, sindicatos, comitês de mulheres e organizações de assistência social, afiliadas **tanto à OLP quanto a entidades islâmicas**, que proveram os moldes de organização institucional para uma nova formação de identidade, tornando possível a ação coletiva sustentável da Intifada de 1987. (HADDAD, 2016, P. 52; KAMVARA, 2016, p. 51).

Em 1985, já era possível enxergar os primeiros sinais de um levante de mais substância, com um agudo aumento de distúrbios, ataques, respostas israelenses e violência pde colonos judeus. Gazit diz que os palestinos raramente usavam armas de fogo, mas houve um aumento no arremesso de pedras, bombas de fogo caseiras e bloqueios de estradas. O fato é que nesse curto período, apesar dos sinais e dos desafios que impunham, Gazit aponta que o exército israelense não considerou mudar seu modo de operação ou sua política geral nos territórios. Isso apesar do desafio posto na ação dos palestinos, que complicava os serviços de segurança israelenses, experimentados em lidar com células organizadas, mas não com atividade de base. (GAZIT, 2003).

Benvenisti mediu o desgaste do controle israelense por meio de estatísticas sobre atos violentos cometidos nos territórios ocupados. O autor afirma que a virada considerável ocorre a partir de 1982. Ele registra que, entre 1968 e 1977, houveram 495 atos violentos, entre “[...] tiros, arremesso de granadas ou coquetel Molotov, colocação de minas e montagem de aparelhos explosivos”. Entre 1977 e 1982, foram 578 atos. Já nos registros do período de abril de 1983 a março de 1984, “[...] não menos de 354 incidentes ocorreram.” Se forem considerados violações “da lei e da ordem”, ou seja, “arremesso de pedras”, os números cresceram de uma média de 450 por ano entre 1977 e 1980 para 4400 no período 1982-1983. (BENVENISTI, 1986a, p. 63, tradução nossa).

A **Intifada** foi uma manifestação política palestina de massa, **encontro contrapontual** inevitável, dentro do **espaço produzido e elaborado** nos vinte anos anteriores, com as atitudes israelenses para manter o domínio sobre os TPO. O levante era resultado da maturação coletiva palestina elaborada nesse mesmo período. O estopim do levante, no dia 9 de dezembro de 1987, foi o atropelamento de um grupo de palestinos por um veículo israelense, matando quatro e ferindo sete do campo de refugiados de Jabalya, na Faixa de Gaza. A revolta começa com jovens arremessando pedras nos campos de refugiados da Faixa de Gaza, mas logo se espalhou por todo o território.

Ainda no dia 9, as autoridades israelenses foram pegas de surpresa e não conseguiram mover tropas para controlar as milhares de pessoas que foram às ruas dos campos de refugiados em Gaza. Logo a dinâmica desenhada foi a de uma disputa de palestinos com soldados israelenses pelo controle das áreas palestinas e de quem impor suas regras sobre o outro. (HUNTER, 1991, p. 58).

Makhul, reportando para o jornal israelense Haaretz, ainda no primeiro ano do levante, registrava a opinião de um dos líderes em Gaza: o que se iniciava no final de 1987 não eram “demonstrações”, nem mesmo “uma revolta”, mas sim uma “[...] guerra que continua 24 horas por dia”. A ordem dada aos mais jovens era de bloquear “[...] a rota central do exército. É a primeira vez na história que isso aconteceu”. A lógica de domínio do espaço se dava assim: “[...] nós saímos até mesmo às 22h, porque durante a noite o exército não controla efetivamente as ruas e não conhecem a topografia local, então nós estamos no controle”. Isso ocorria, por exemplo, quando no campo de refugiado de Jabalya “[...] havia protestos toda

noite e não havia um único soldado, ainda que houvesse um toque de recolher”. (MAKHUL, 1988, p. 93, tradução nossa).

O Centro de Mídia e Comunicação de Jerusalém (JMCC) palestino produziu em 1991 o documento “A Pedra e o Ramo de Oliveira - Quatro anos da Intifada, de Jabalia a Madrid”. Sobre os modos de violência palestinos, de acordo com o relatório, “[...] um consenso logo emergiu no levante de que manifestantes deveriam evitar armas, usando predominantemente métodos de protestos não-violentos. O uso de pedras e coquetéis molotov, no entanto, era sancionado”. No caso do levante de 1987, logo as pedras se tornaram a figura simbólica das possibilidades palestinas, já que era com ela que desafiavam o poder militar superior de Israel, algo que nenhum exército árabe regular havia conseguido fazer. (JMCC, 1991, p. 8, tradução nossa).

Logo se formou uma Liderança Nacional Unificada da Revolta, (UNLU, na sigla em inglês), um comando central ligado à OLP, composto por suas diferentes facções nos TPO. Consequentemente, esse corpo recebia ordens de fora, mas à medida que o levante avançava, as decisões e opiniões de grupos e personalidades locais começavam a ganhar peso. (HUNTER, 1991, p. 4). Mais do que isso, passada a fase inicial, a revolta vai se entrincheirando no próprio tecido social dos TPO. (HUNTER, 1991, p. 6). Em um dos primeiros comunicados da liderança, o Comunicado de Gaza de 16 de dezembro de 1987, foram expostas as linhas gerais de motivação e agenda do levante:

Os governantes de Israel se iludiram em pensar que eles estavam perto de criar uma alternativa à Organização da Libertação da Palestina, e de que com sua conversa vazia de negociações diretas com a Jordânia, ganharam a rodada final. Mas o que eles ignoraram é que nosso povo palestino é paciente e consciente de seus direitos nacionais. A forte crença dos palestinos em seus direitos legítimos, personificados na OLP, provê a força espiritual por trás de sua luta cotidiana. [...] Diferentes classes e estratos de nosso povo provaram a extensão de sua habilidade de dar, apesar das dificuldades econômicas e a interrupção do trabalho e do comércio. (TOWARDS, 1988, p. 90, tradução nossa).

Os objetivos de longo-prazo da Intifada eram o fim da ocupação e a construção de um Estado palestino, mas havia uma agenda com objetivos de curto-prazo divididos em duas esferas: um, mudar “[...] as estruturas e atitudes internas que governam a vida dos palestinos nos territórios ocupados [...]”, ao criar uma prática de recusar-se a obedecer às ordens das autoridades da ocupação, destruindo o “mito da coexistência”. A partir daí, a segunda era persuadir Israel e,

por extensão, o mundo da necessidade urgente de encontrar uma resolução para o conflito palestino-israelense. (JMCC, 1991, p. 6/7, tradução nossa).

O levante teve a capacidade de desmanchar pilares da ocupação temporariamente: carros em chamas, greves em serviços públicos e no comércio, descumprimento de toques de recolher e pedidos de demissão de funcionários que trabalhavam na administração israelense. Produtos israelenses eram boicotados, de forma a criar uma “economia doméstica” que desafiasse a dependência em relação a Israel. O levante deu forma a um sistema de controle de espaço palestino. Os moradores tomavam pequenas áreas, por exemplo, ao bloquear o acesso a estradas em zonas rurais isoladas. Quando o exército israelense evitava entrar em tais áreas por um longo período de tempo, elas eram declaradas “zonas libertadas”. Assim, o controle dos espaços era uma mão de via dupla, passava a ser um confronto aberto entre ocupante e ocupado. (AZOULAY; OPHIR, 2013, p. 74; GORDON, 2008, P. 149; HUNTER, 1991, p. 58). Disse uma liderança época:

[...] nossa curta experiência nos mostrou que em poucos minutos podemos bloquear a rota de tráfego principal levando à Faixa de Gaza. Quando o exército diz que abriu a estrada principal, é uma mentira porque a estrada está bloqueada pelos nossos. (MAKHUL, 1988, p. 95).

O espaço representacional manifestava-se na possibilidade de marcar fronteiras. Se a política israelense era criar corredores leste-oeste para apagar a Linha Verde para os colonos, a Intifada refazia a fronteira. O grafite, por exemplo, “[...] imediatamente se estabeleceu como um dos mais visíveis e difundidos métodos de protestar contra a ocupação, assim como operar como quadros de boletim de informação coordenando as atividades da intifada”. (JMCC, 1991, p. 11, tradução nossa). Mas os desenhos de bandeiras e *slogans* em muros e paredes foram “[...] um fator que contribuiu psicologicamente para o redesenho da Linha Verde, já que tornou instantaneamente claro quando uma pessoa estava entrando em território palestino”. As autoridades israelenses tornaram legal ao exército “[...] responder à perpetuação do ato [de grafitar] com tiros de arma de fogo”. (JMCC, 1991, p. 12, tradução nossa).

A Intifada eliminava qualquer mediação de uma violência contida, produzindo o choque colonial sem intervalo, em tempo imediato, distância zero. Por exemplo, antes da Intifada, na ocasião de jovens colocarem bandeiras palestinas expostas em escolas, uma unidade do exército faria um cerco, mas

deixaria ao diretor ou autoridade local negociar a retirada para que os alunos pudessem ir para casa. Depois de dezembro, a ordem era que os soldados parassem os distúrbios imediatamente. Por exemplo, em um choque na vila de Anabta, as tropas “[...] cercaram a escola e atiraram gás lacrimogêneo nas salas de aula”. De acordo com fontes militares, “[...] tropas entraram nas escolas e usaram força para remover os estudantes que estavam jogando pedras neles. (HUNTER, 1991, p. 95, tradução nossa).

Esse era o desmanche da ilusão da “ocupação invisível”. A escalada a partir de 1985 de fato demonstrava o fracasso da implementação do plano de autonomia de Begin. Nessa época, o Major-General Rafael Vardi, comandante da Cisjordânia e depois Coordenador de Atividades nos TPO, “[...] alegou que a tentativa de cultivar uma liderança artificial e não-natural era fútil”. Era como repetir tentativas fracassadas de “[...] cultivar uma liderança moderada e rural para competir com líderes urbanos radicais [...]” nas experiências coloniais da própria “[...] Palestina do Mandato, da Argélia francesa e no Vietnã”. (GAZIT, 2003, p. 236, tradução nossa).

Para Shlaim (2001, p. 452), as autoridades israelenses são surpreendidas pela Intifada em 1987 porque acreditaram na estrutura que construíram nas duas décadas anteriores, alienando-se da realidade violenta que haviam criado. É como se repetissem o mesmo erro de 1973, em relação ao Egito. A contradição que o levante expõe é sobre a crença israelense de que os métodos de controle implementados, entre eles a dependência palestina de empregos em Israel, eliminariam qualquer revolta.

A violência das tropas israelenses expunha um certo despreparo inicial. Jovens soldados “[...] começaram a atirar, primeiro com balas de borracha, depois com munição de M-16, no ar, no chão, nas pernas de protestantes e, algumas vezes, [...] diretamente nas multidões”. O problema de tais munições é que eram desenhadas para uso em guerra, não contra populações civis (HUNTER, 1991, p. 81, tradução nossa). O porta-voz do Hospital Maqassed, em Jerusalém, descreve o impacto desses ferimentos:

A bala faz um pequeno ponto de entrada, mas se ela atinge algo duro, como um osso, o osso irá fragmentar, e também a bala. Isso causa alto dano. Essas balas são usualmente usadas em operações de combate. Seu uso contra civis desarmados por tanto tempo é único.” (HUNTER, 1991, p. 81, tradução nossa).

Nos primeiros vinte anos da ocupação, cerca de 650 palestinos foram mortos nos choques com israelenses. Já nos cinco anos da 1ª Intifada, entre 1987 e 1993, 1400 palestinos foram mortos e 10 mil feridos (AZOULAY, OPHIR, 2013, p. 127). Pelo levantamento do B'tselem, o número de palestinos mortos por forças de segurança israelenses foram, em 1988 e 1989, respectivamente, 289 e 285, e por colonos, 15 e 17. Do outro lado, membros das forças de Israel mortos palestinos foram 4 e 6. O número de civis israelenses mortos nos TPO, em 1988 e 1989, foi de 6 e 3. E o número de civis israelenses mortos na Linha Verde foi, respectivamente, de 2 e 17⁸.

Por fim, se a Intifada atacava as mediações que a colonização havia imposto, também buscava desmontar a violência estrutural configurada na dependência econômica. De acordo com o relatório do JMCC, o “[...] desengajamento da burocracia controladora de Israel foi um dos pontos centrais da filosofia do levante”. Isso envolvia, de um lado, boicotar produtos, não pagar taxas e se retirar do trabalho civil da ocupação, e de outro, construir uma autossuficiência econômica e fortalecer a infraestrutura palestina. (JMCC, 1991, p. 14, tradução nossa).

Judith Gabriel visitou os territórios e captou a lógica da passagem de 1998 para 1989: “[...] a pedra veio primeiro, atirada por uma juventude desafiadora; mas a guerra do *shekel* [moeda israelense] viria logo em seguida, como símbolo e arma estratégica”. (GABRIEL, 1988, p. 198, tradução nossa). As organizações de base palestinas focaram em “[...] atividades ‘produtivas’ com o objetivo de gerar emprego local, produção de bens básicos, iniciar oficinas industriais de pequena escala e reivindicar os lotes de terra até aquele momento não cultivados”. (NAKHLEH, 2004, p. 37)

A postura dos EUA diante da Intifada foi tentar avançar seu esforço de paz. O secretário de Estado Schultz foi à região “[...] diversas vezes no começo de 1988, encontrando com líderes israelenses e árabes, mas não a OLP, numa última tentativa de ressuscitar o papel dos EUA como o mediador do conflito”. Yitzhak Shamir, o então primeiro-ministro, recusou-se por não aceitar a fórmula “Terra por Paz”. Os palestinos, porque não queriam estar atrelados aos jordanianos. (ANZISKA, 2018, p. 258, tradução nossa).

⁸ Dados retirados de https://www.btselem.org/statistics/first_intifada_tables

O boletim de 5 a 12 de março de 1988, emitido pelo Comando Unificado da Intifada, expunha a agenda de oposição ao plano Reagan. Para a liderança, o problema é que o plano “[...] trazia com ele uma versão atualizada do plano de autonomia [israelense] que deixa o original intacto” (TOWARDS, 1988, p. 245, tradução nossa). Olhando em perspectiva, a posição de oposição palestina parecia uma profecia do processo que ocorreria poucos anos depois:

Este [o plano] promete eleições palestinas para uma liderança local administrar - em completa autonomia e liberdade - questões tais como disposição de esgoto e cuidado de saúde. Isso é apresentado como período temporário, depois do qual o status da terra (...) será renegociado. O Sr. Shultz terá ainda que convencer o Sr. Shamir que esse estágio deveria ser qualquer coisa mais do que um acordo definitivo. Enquanto isso, a terra palestina irá permanecer ocupada, assentamentos proliferarão com apoio generoso do governo. O exército de Israel continuará a patrulhar as ruas de cidades, vilas e campos palestinos enquanto decidem o que é do interesse da segurança de Israel. Isso supostamente ocorrerá sob completa “autonomia” de uma liderança palestina. (TOWARDS, 1988, p. 245, tradução nossa).

O documento finalizava sugerindo ao secretário dos EUA que, se tivesse visto os grafites nos TPO, veria que a única visão realista para um processo de paz seria: “sim para a autodeterminação. Sim para a OLP como o único representante legítimo do povo palestino. Sim a uma conferência internacional como um instrumento de paz. Sim para a paz com justiça.” (TOWARDS, 1988, p. 245, tradução nossa).

Acabar com o Plano Reagan foi talvez a vitória mais palpável da Intifada. Em julho de 1988, o rei Hussein anunciou o desengajamento, legal e administrativo, da Jordânia da Cisjordânia e declarava: a “[...] Jordânia não é a Palestina; e o Estado palestino independente será estabelecido em terra palestina ocupada depois de sua libertação, se Deus quiser”. Isso significava o cancelamento da opção jordaniana que os EUA e os trabalhistas israelenses desejavam. Os palestinos queriam fazer os israelenses aceitarem “[...] um movimento nacional ao qual, por anos, tinha negado reconhecimento”. A OLP, que aparentemente era um parceiro indesejável a EUA e Israel, era tudo que restava. (ANZISKA, 2018, p. 259, tradução nossa).

3 OS ACORDOS OSLO: O MOLDE DE UMA NOVA RELAÇÃO LOCAL-GLOBAL

Certamente, agora que estamos próximos de completar três décadas de Oslo, temos o privilégio, do ponto de vista acadêmico, de observar o início do processo de paz a uma certa distância. Regionalmente, a conjuntura do fim da Guerra Fria e da conseqüente derrocada da influência e forças soviéticas manifestou-se pela primeira vez na **Guerra do Golfo** de 1991. Os EUA, no esforço de expulsar as forças militares iraquianas de Saddam Hussein que haviam ocupado o Kuwait, foram capazes de montar uma aliança internacional que incluiu Síria, Arábia Saudita e Egito. Do ponto de vista do então secretário de Estado do presidente George Bush, James Baker, manifestava-se ali a visão de um **Novo Oriente Médio**, conjunto de ideias que cimentaria a inserção das novas possibilidades de poder estadunidense na região. É assim que, por exemplo, os EUA também conseguiam uma presença direta no Oriente Médio por meio de bases na Arábia Saudita, algo que durante a Guerra Fria teve que ser colocado em espera. (HAHN, 2005; HARVEY, 2003; KHALIDI, 2013; SHLAIM, 2000).

Zbigniew Brzezinski, diplomata e estrategista do governo dos EUA, escrevendo no fim dos anos 1990, procurava dar forma ao molde do Império no novo contexto pós-Guerra Fria. Para ele, diferente de outros impérios, o que havia então era um “[...] sistema global vasto e complexo [...]” não formatado como “[...] uma pirâmide hierárquica.” Em vez disso, ele dizia que “[...] a América [estava] no centro de um universo entrelaçado no qual o poder [...] é exercido por meio de contínua barganha, diálogo, difusão e busca por um consenso formal [...]”, mas que se originava “[...] de uma fonte única, ou seja, Washington.” (BRZEZINSKI, 1997, p, 16, tradução nossa)

Onde a visão imperial do “grande xadrez do mundo” de Brzezinski e o **Novo Oriente Médio** coincidiam era no fato que estava aberta um novo campo de possibilidades de intervenção dos EUA. A campanha militar de 1991 no Kuwait, como forma de imposição de uma ordem imperial, é conectada por Khalidi (2013, p. 30) e Seliktar (2009, p. 28) à resolução mais ampla do conflito entre árabes e israelenses, que incluía colocar palestinos e israelenses em uma mesa de negociações para resolver sua interação no território. Isso servia, por exemplo, à possibilidade de normalizar as relações entre os dois maiores aliados na região, Israel e Arábia Saudita.

Na prática, do ponto de vista estadunidense, isso era possível não apenas pelo impasse colocado pela Intifada, mas também porque na virada dos anos 1980 para os 1990, mais especificamente em 1988, ocorria “[...] uma mudança fundamental na política dos EUA [...]” na transição do governo Reagan para o governo Bush, o que incluía, entre outras coisas, reconhecer a OLP como parte legítima de futuras negociações. (SHLAIM, 2001, p. 455, tradução nossa). Ainda nesse contexto, outro sinal de que uma mudança se configurava foi a exclusão de Israel da coalizão que atacou o Iraque em 1991, explicada pela preocupação de Bush com a remodelação das relações com os países da região. (ROSS, 2015, p. 226, tradução nossa).

Para os palestinos, no entanto, havia uma combinação contraditória. Por um lado, existia um movimento político interno nos TPO que havia dado fim à opção jordaniana e de certa forma imposto a OLP como parte de qualquer processo de paz. Por outro, no início dos 90, Arafat era um líder fraco por uma diversidade de motivos, desde a perda de seu centro político depois da expulsão do Líbano, em 1982, culminando em 1991 com o sufocamento político e financeiro que se abateu sobre a OLP depois do apoio público dado a Saddam Hussein no contexto da Guerra do Golfo. Isto causou uma retaliação dos países do Golfo, onde estavam as mais prósperas comunidades palestinas apoiadoras da OLP. A maior e mais próspera delas, os 500 mil palestinos no Kuwait, foram expulsos em massa depois da libertação do país (HADDAD, 2016; KHALIDI, 2013; SELIKTAR, 2009; SHLAIM, 2000). De acordo com Seliktar, essa expulsão teria custado aos territórios cerca de “[...] US\$ 425 milhões das remessas de palestinos trabalhando no Kuwait e outros países do Golfo”. (SELIKTAR, 2009, p. 29, tradução nossa).

De fato, de acordo com Challand, as organizações em países árabes que proviam fundos à OLP desde o fim dos anos 1960 eram “[...] altamente sensíveis a suscetibilidades políticas”. O apoio de Arafat a Hussein levou a um imediato fechamento desse fluxo de dinheiro para organizações palestinas. (CHALLAND, 2009, p. 79) Por dados de Sayigh, a ajuda regional para os TPO, a partir da Guerra do Golfo, desabou de \$120 milhões em 1990 para \$45 milhões em 1992. O Comitê da Intifada, nos TPO, numa entrevista de 23 de agosto de 1993 ao jornal *Al-Quds al-Arabi*, teria informado que a queda teria sido de \$360 milhões para \$84 milhões. (SAYIGH, 1997, p. 657 apud CHALLAND, 2009, p. 79). Havia, portanto, de saída, uma tensão interna no campo palestino que apareceria já na primeira década do

processo de paz. Em perspectiva, podemos entender que os nativos da terra entravam em negociações com seu ocupante a partir da fusão contraditória de uma população empoderada pela Intifada e de uma liderança enfraquecida e sem poder de barganha.

Já do lado do governo israelense de Yitzhak Shamir havia uma resistência maior. Quando a administração de Bush tenta, já em 1989, dar impulso a um novo processo de paz, o primeiro-ministro Shamir, um dos mais notórios membros de organizações que realizaram ataques terroristas contra o Mandato Britânico no fim da década de 40, via “**os árabes**” como “[...] um inimigo monolítico e implacável, inclinados a destruir o Estado de Israel e a jogar os judeus no mar”. Em 1990, quando precisa formar uma nova coalizão de governo para derrotar uma moção de confiança imposta pelos trabalhistas, ele radicaliza as linhas básicas de seu mandato renovado: nenhum Estado palestino e nenhuma negociação com a OLP. (SHLAIM, 2000, p. 463, tradução nossa, grifo meu).

A hesitação colocava Shamir em tensão com a nova postura dos EUA, o que fez com que Bush e Baker exercessem pressão política, centralmente com a retenção de uma garantia de empréstimos da ordem de US\$ 10 bilhões pedida pelo governo de Israel em 1991 para sustentar a recepção de migrantes russos judeus a Israel. Esse dinheiro é liberado apenas em 1992, quando os trabalhistas, com Yitzhak Rabin e Shimon Peres, voltam ao poder, e os EUA ganham um governo israelense mais alinhado com sua nova visão de mundo. (LASENSKY, 2005, p. 44; SELIKTAR, 2009, p. 38; ROSS, 2015, p. 254).

Mais do que Rabin, Shimon Peres, seu colega de partido, aderiu com fervor à visão de um **Novo Oriente Médio**, formulando uma visão própria da posição de Israel dentro dessa nova realidade. Central para isso seria produzir uma paz econômica, ou seja, uma integração regional que desmontaria as hostilidades regionais e tornaria desnecessária uma corrida armamentista. Para Peres, o acordo assinado em 1993 era “[...] um compromisso histórico com o alinhamento econômico [...]” que levaria à passagem da “economia de confrontação”, de constante sustentação do conflito armado, “para uma economia de paz”. (NAOR, PERES, 1993, p. 98) Para ele, a formação de “mercados regionais comuns” eram o “novo *zeitgeist*”. (NAOR, PERES, 1993, p. 95, tradução nossa).

Na visão de Haddad, na época Peres percebia que Israel teria que se adaptar ao novo contexto do imediato pós-Guerra Fria. A aposta do político

israelense era a de que, pela manutenção de uma ocupação militar, Israel tinha se atrelado a uma economia militar subsidiada que mirava o mercado de petróleo e de armas, com companhias de extração e refinamento, de agentes da OPEC e de vendedores de armamento que acumulavam capital baseado em ciclos perpétuos dos conflitos de energia. O fim da Guerra Fria parecia trazer “[...] cortes pesados em gastos militares e pressões para liberalizar a economia doméstica”. Ou seja, na visão de Peres, agora o capital israelense teria que se conectar a umnexo econômico “[...] baseado em uma forma de acumulação onde lucros derivavam de mercados abertos [...]”, tanto para bens como para pessoas, e não mais em guerra e conflito como conhecido até então. Israel deveria mirar empreendimentos “[...] civis de alta tecnologia, privatização, fusão corporativa e aquisições”. (HADDAD, 2016, p. 45, tradução nossa).

Já Da’na, entendeu que Peres, nesse movimento, buscava inserir Israel no contexto regional imaginado pelos EUA, tornando o país um centro para economias regionais, o que seria materializado por um processo de normalização política e econômica com os Estados árabes. Ou seja, abordar a resolução da questão palestina era um instrumento estratégico na direção de estabelecer Israel no “Novo Oriente Médio”, e incorporá-lo a uma “Nova Ordem Mundial” mais ampla. (DA’NA, 2015, p. 462).

Podemos especular, portanto, que do ponto de vista dos EUA, estavam configurados, se lidas a partir da teoria da maturidade do *peacemaking*, as condições para que as partes do confronto pudessem distanciar-se da violência para sentar em uma mesa de negociações. Nesse nexode variáveis, os EUA produziram, em outubro de 1991, o primeiro encontro da Conferência de Paz de Madrid, procedimento para reunir países árabes (Egito, Síria, Líbano, Jordânia), Israel e os palestinos.

O compêndio organizado por Terje Rød-Larsen (2014)⁹, diplomata que se envolveu com o processo de paz como representante do governo norueguês, descreve Madrid como um “[...] desenho de uma estrutura institucional para negociações bilaterais que ocorreriam entre Israel por um lado, e Jordânia, Síria e

⁹ Aqui faço um esclarecimento, já que o compêndio apresenta os documentos relacionados ao processo de paz, sempre acompanhados com algum comentário. Quando me referir ao comentário, de autoria dos organizadores, usarei a citação dos autores. Quando me referir a texto do documento em si, será indicado como trecho do documento.

Líbano do outro”. Junto a esse esforço bilateral, um fórum multilateral seria estabelecido para focar em “[...] refugiados, água, ambiente, controle de armas e desenvolvimento econômico”. Já os palestinos, participariam de conversas com outras delegações como parte da “[...] delegação conjunta jordaniano-palestina, da qual membros da OLP seriam excluídos”. (AIDAN, LAIQ, RØD-LARSEN, 2014, p. 433, tradução nossa).

Por um lado, Madrid de fato era um marco histórico porque, pela primeira vez na história moderna, os palestinos participariam de negociações diretas com outros Estados e, principalmente, com seus oponentes israelenses. Por outro, a conquista era mutilada porque isso ocorreu sem uma delegação de representação própria e independente, uma deferência estadunidense a uma exigência de Shamir ainda na ocasião da redação do convite para a Conferência. (KHALIDI, 2013; SHLAIM, 2001).

Em “Madrid”, os EUA consolidaram sua posição como mediador hegemônico do processo de paz, algo que a “Carta de Garantias dos EUA aos Palestinos”, emitida em 18 de outubro de 1991, buscava deixar claro. Ali, os EUA definiam o papel da ONU no processo, que poderia enviar “[...] um representante para a conferência como observador”. Os acordos atingidos, por sua vez, seriam registrados com o secretariado da ONU e relatados ao Conselho de Segurança. No entanto, “[...] já que era interesse de todas as partes que esse processo seja bem-sucedido, enquanto esse processo estiver correndo, os EUA não irão apoiar um processo competidor ou paralelo no Conselho de Segurança da ONU”. (CONFERÊNCIA DE MADRID, 2014, p. 436, tradução nossa).

Com o controle do processo, os EUA podiam manipular seus termos a partir de suas necessidades domésticas, manter o laço com Israel, e também de seus interesses estratégicos, refazer a sua relação mais ampla com os países árabes, algo que podemos ver nas Cartas de Garantias às partes. Na “Carta Convite” aberta, especificava-se que, “[...] a respeito das negociações entre Israel e os palestinos que são parte da delegação conjunta jordaniano-palestina, [...] serão conduzidas em fases, começando com arranjos de conversas de autogoverno interino.” Bush, portanto, revivia a fórmula de um período transicional elaborada por Carter e Vance ainda no fim dos anos 1970. O documento de 1991 dizia ainda que “[...] o arranjo de autogoverno interino durará por um período de cinco anos; iniciado o terceiro ano [...], negociações sobre o status permanente ocorrerão [...]”

com base na Resolução 242. (CONFERÊNCIA DE MADRID, 2014, p. 434, tradução nossa).

Ainda na “Carta dos EUA de Garantias aos Palestinos”, a diplomacia de Bush afirmava tentar criar um processo sob a crença de que “[...] deve haver um fim da ocupação israelense, o que pode ocorrer apenas por meio de negociações genuínas e significativas.” Isso ocorreria por procedimentos que criassem “[...] uma nova relação de mutualidade onde palestinos e israelenses [...]” respeitassem segurança, identidade e direitos políticos um do outro. E arrematavam: “Nós acreditamos que os palestinos devem ganhar o controle sobre decisões políticas, econômicas e outras que afetem suas vidas e destino.” (CONFERÊNCIA DE MADRID, 2014, p. 435, tradução nossa).

Já na “Carta dos EUA de Garantias aos Israelenses”, os EUA afirmavam que, apesar das “[...] várias interpretações da Resolução 242 do Conselho de Segurança [...]”, de acordo com “[...] política tradicional dos EUA, **não apoiamos a criação de um Estado palestino independente. Nem apoiamos a continuação do regime ou anexação israelense dos territórios ocupados.**” (CONFERÊNCIA DE MADRID, 2014, p. 436, tradução nossa, grifo meu).

Não foi em Madrid (ou em Washington, onde as subsequentes conversas bilaterais ocorreram) que palestinos e israelenses chegaram a um acordo, mas foi ali que muitas das estruturas do que viria ser o arranjo final e tendências futuras ganharam forma. Centralmente, imprimiu um elemento que moldaria o acordo, não importa qual sua substância: **a “economia de paz”**.

Outro dado importante é que de 1992 para 1993 o presidente dos EUA que levaria adiante a implementação do Acordo por quase toda a sua primeira década, Bill Clinton, sucedia a Bush. Ross revela que, ainda que reconhecesse o mecanismo criado pelo antecessor para produzir a paz entre árabes e israelenses, “[...] acreditava que Bush tinha pago um preço político ao criar a aparência de que estava constantemente pressionando Israel.” Clinton seria mais sensível “[...] às necessidades políticas de seus pares [...]” do lado israelense, Rabin e Peres, dando mais peso à parceria “[...] em termos de tornar mais fácil a Israel a tomada de riscos para paz. Esse seria seu ponto de partida, já que ele via uma oportunidade de fazer a paz e também porque acreditava que transformaria a região.” (ROSS, 2015, p. 257, tradução nossa).

Foi nessa transição de 1992 para 1993 que ganhou força o canal secreto de negociações entre Israel e a OLP promovido pela diplomacia norueguesa, o que acabou por dar substância aos Acordos. Isso não ocorreu nas conversas bilaterais de Madrid, de acordo com a pesquisadora Hilde Henriksen Waage (2004), pelo impasse em que se encontravam em Washington, muito por conta da “publicidade” que fazia com que “[...] qualquer discussão séria e construtiva fosse impossível”. Lá, qualquer acerto nos bastidores era minado pela mídia, sendo a “[...] falta de segredo [...] um problema-chave.” (WAAGE, 2004, p. 51, tradução nossa).

O próprio Arafat foi um dos grandes responsáveis pela construção do canal secreto norueguês. Ele “[...] buscava alcançar acordos por meio de trilhas secretas alternativas [...]” que lhe dariam a possibilidade de negociar e ditar seus termos diretamente com os israelenses, ou seja, ter mais controle. (WAAGE, 2004, p. 54, tradução nossa). Não que ele não tivesse impacto sobre o andamento das conversas bilaterais em “Madrid, já que, mesmo com a exclusão de membros da OLP, ele estava em constante contato com a equipe palestina coordenada por Faysal Hussein, ex-líder do Fatah e uma das mais importantes figuras políticas nos TPO, e Hanan Ashrawi, importante acadêmica e intelectual palestina. No entanto, em Oslo o líder palestino indicou enviados próximos de confiança, como o atual presidente da ANP, Mahmoud Abbas, do departamento de finanças da OLP e um dos maiores defensores de um Acordo. (KHALIDI, 2013, p. 32; WAAGE, 2004, p. 54).

O canal secreto de Oslo pode ser dividido em duas fases. A primeira, que teve cinco rodadas de pré-negociações exploratórias, teve a Noruega mais como um “[...] modesto facilitador [...]” do que de fato um mediador, provendo infraestrutura e logística para estadia e reuniões. O encontro dos membros da OLP e os representantes ainda não-oficiais do governo israelense ocorreram sob a cobertura da FAFO (um instituto de pesquisa de temas sociais norueguês associado à Confederação de Sindicatos). (WAAGE, 2004, p. 80, tradução nossa).

Os primeiros encontros, já em março de 1993, proveram uma primeira redação de proposta com elementos de ambos os lados. Os palestinos sugeriam termos de referência de um acordo de autonomia para Gaza e a Cisjordânia e sobre a jurisdição dos palestinos durante o período interino. A OLP também sugeria um esforço de ajuda internacional massivo, “um tipo de plano Marshall”. No entanto, sobre o que provavelmente era um dos temas mais difíceis, os palestinos

queriam incluir já nessa fase um arranjo para Jerusalém. Os israelenses concordaram com a ideia de “Gaza primeiro”, mas não toda a Cisjordânia, preferindo uma transferência gradual de autoridade sobre o território. Eles tinham delineado também a sua própria versão de “cooperação econômica.” Já qualquer conversa sobre Jerusalém foi vetada por Peres. (BEHRENDT, 2007, p. 88; WAAGE, 2004, p. 71).

Nessa fase, o local central das conversas foi uma mansão na pequena cidade de Sarpsborg, que fica a cerca de uma 1h de viagem ao sul a partir da Estação central em Oslo. Uma cidade pacata, apenas capaz de imprimir qualquer sensação diante da contradição entre suas paisagens bucólicas e a vultuosidade das grandes indústrias de biorrefinaria às margens de seus rios. Foi em uma pacata mansão no sul da Noruega, cenário de romances de crimes e mistérios, que os Acordos de Oslo ganhariam seu conteúdo, substanciando uma entidade complexa que seria o nexo de forças locais e internacionais¹⁰.

Yossi Beilin, assessor de Shimon Peres e principal executor desse canal secreto, descreveu mais tarde que, em perspectiva, um dos principais problemas sobre Oslo era a sua desconexão com a realidade daqueles que seriam impactados por ele. “Nós construímos uma bolha para nós mesmos”, disse, ressaltando que esse isolamento dava aos negociadores a absolvição em relação a “[...] obrigações de protestos oficiais e de posar oficialmente”. (SELIKTAR, 2009, p. 41, tradução nossa).

Foi na segunda fase, no entanto, entre abril e maio de 1993, que se consolidou a forma final do acordo que seria assinado em setembro daquele ano no gramado da Casa Branca. Os noruegueses, por um lado, passaram a um papel mais ativo de mediador. Por outro, Israel havia elevado a sua representação nas conversas de Oslo, agora ligada diretamente ao Ministério das Relações Exteriores e reportando constantemente a Shimon Peres. (BEHRENDT, 2007, p. 87; WAAGE, 2004, p. 107).

Outro dado importante foi que nesse momento Rabin, como Arafat, reconheceu que o processo em Washington não daria resultados, muito porque

¹⁰ Como parte do período fora de doutorado-sanduíche, fiz uma viagem à Noruega em maio de 2019, quando pude na ocasião visitar a cidade de Sarpsborg e a mansão onde os primeiros encontros de Oslo ocorreram. Hoje, é um sítio aberto que recebe eventos e sedia um estábulo onde famílias podem levar crianças para passear a cavalo.

percebia “[...] que os líderes palestinos locais eram mais intratáveis e menos propensos a ceder do que o arqui-inimigo, a OLP.” O primeiro-ministro teria ficado surpreso com as concessões da OLP em áreas sensíveis. Jerusalém, por exemplo, poderia ficar “[...] sob controle israelense e fora da jurisdição dos palestinos por todo o período interino”. Os assentamentos também poderiam permanecer até a resolução final. (WAAGE, 2004, p. 130/131, tradução nossa).

Khalidi, membro da equipe palestina nas fases finais das conversas bilaterais no arco de “Madrid”, revela que os negociadores palestinos “[...] perceberam muito cedo que algo estava profundamente inadequado com a atividade de assentamentos incessantes que continuava e o fato de a Jerusalém Oriental árabe ser progressivamente cortada do seu interior na Cisjordânia”. Memorandos palestinos de encontros no Departamento de Estado já em 1991, segundo Khalidi, “[...] estão repletos de referências à insistência dos participantes palestinos [...]” de que “[...] Israel não pudesse mais continuar suas atividades de assentamento ou fechar Jerusalém da Cisjordânia”. (KHALIDI, 2013, p. 47, tradução nossa).

Quando observamos a conclusão do Acordo é possível perceber que Arafat moderou as posições que eram apresentadas em “Madrid”. Ele havia sugerido os noruegueses como mediadores, em vez de diplomatas suecos, que eram notoriamente mais pró-palestinos, porque os via como “[...] um país sério e civilizado que não podia ser acusado de manipular qualquer situação em nome de interesses nacionais.” Além disso, a Noruega tinha “[...] relações próximas tanto com o inimigo [...]”, como com os EUA (WAAGE, 2000, p. 49, tradução nossa).

O papel da Noruega gera críticas, mesmo passadas quase três décadas daqueles dias na mansão de Sarpsborg. O trabalho artístico acadêmico multiplataforma, “O Regime da Bondade”, organizado por Jumana Manna e Sille Storihle, buscou “[...] examinar como a imagem de bondade [...] construída na Noruega [...]” permitiu “[...] que o país se tornasse uma ‘superpotência humanitária’, com frequência envolvida em resolução de conflito e *peacemaking*”. A origem do projeto foi um estudo sobre o fato de que muitos dos documentos relacionados às conversas de Oslo desapareceram. Manna e Storihle procurava lançar um olhar sobre a ideologia que “[...] absolvía a Noruega de qualquer responsabilidade pelos resultados dos Acordos de Oslo e investigar os perigos da mediação de partes terceiras em relações de conflitos altamente assimétricos.” Isso incentivou os

produtores a desenvolver um conjunto de reflexões que abordassem tanto “[...] as contradições entre as fábulas de inocência da Noruega na indústria de direitos humanitários e suas políticas conservadoras sobre imigração doméstica”. (MANNA, STORIHLE, 2016, p. 2, tradução nossa).¹¹

O problema é que os diplomatas noruegueses, talvez por uma combinação de ter pouco poder de barganha e serem próximos diplomatas de Israel, levaram as negociações nos “termos israelenses”. (WAAGE, 2004, p. 134). Isso fica claro no modo como é feita a última rodada negociações, sem imprensa, sem publicização, uma discreta chamada telefônica na virada da noite de 17 para 18 de agosto. Peres, que estava em uma visita oficial a Estocolmo, decidiu, com Rabin, que os israelenses na capital da Suécia, assistidos por Johan Jørgen Holst, o ministro de Relações Exteriores da Noruega, e os palestinos na Tunísia resolveriam os temas mais importantes por telefone. Entre estes, os itens específicos que seriam deixados para negociações finais, a dissolução do governo militar israelense depois da criação do Conselho palestino e questões específicas do controle de passagem de Gaza para o Egito e de Jericó para a Jordânia. (BEHRENDT, 2007, p. 104; WAAGE, 2004, p. 134).

Na visão de Waage, a liderança palestina foi “confrontada com um *fait accompli*”. Ou seja, Arafat e seu entorno na Tunísia, com “[...] habilidades limitadas tanto no inglês quanto sobre lei internacional [...]”, finalizavam um acordo por telefone à distância, sem qualquer assistência externa. Ela aponta, inclusive, uma terceira função, “arriscada e difícil”, tomada pela diplomacia norueguesa, especificamente Holst. O diplomata, em geral, havia sido o mensageiro, “[...] entregando mensagens dos israelenses a palestinos, e vice-versa.” No entanto, para ela, como alguém com “[...] enormes força e capacidade quando se trata de linguagem precisa [...]”, Holst pode ter, aqui, jogado “[...] o papel de formulador”. (WAAGE, 2004, p. 134, tradução nossa).

Assim, no dia 18 de agosto, com Peres, Holst e Joel Singer, o conselheiro legal da equipe israelense, em Estocolmo; com Arafat e Abbas, em Tunis; e com Rabin em Tel Aviv, o acordo foi selado. Em 20 de agosto, no Oslo Plaza Hotel, as páginas do Documento da Declaração de Princípios eram rubricadas em uma

¹¹ Disponível em: <https://www.thegoodnessregime.com/>

cerimônia secreta. Menos de um mês depois, seriam assinadas no gramado da Casa Branca. (BEHRENDT, 2007, p. 121).

Para Said, em uma de suas críticas à postura de Arafat, os documentos de Oslo demonstram um completo desconhecimento dos negociadores palestinos sobre os mapas da Palestina modificada por Israel, acarretando na incapacidade de desenharem "[...] táticas concretas de resistência [...]" dentro do processo de paz. Ele era da visão de que, se na história das invasões coloniais “mapas são instrumentos de conquista”, faltava à diplomacia palestina subsídios que só poderiam ser encontrados na geografia. Foi nesse campo, no final, que se deu o embate de estratégias de domínio e resistência, e sobre ela se daria a possibilidade palestina de elaborar um “[...] contramapa ou uma contraestratégia [...]" ao domínio israelense. (SAID, 1996, p. 27, tradução nossa). Não só isso. Arafat assinava um acordo que a liderança da Intifada, como vimos no capítulo anterior, recusava aceitar, já que seria apenas uma forma de consolidar a colonização israelense (ver p. 109).

3.1 Os termos do Acordo: caminho para a paz ou um novo enquadramento do confronto colonial?

Os contornos iniciais dos Acordos e de sua implementação estão registrados no **Artigo I** da Declaração de Princípios, de 13 de setembro de 1993, que definem a lógica da interação entre as partes. Logo nas primeiras linhas, temos o “Objetivo das negociações”:

O objetivo das negociações Israelo-Palestinas dentro do atual processo de paz no Oriente Médio é, entre outras coisas, estabelecer uma **Autoridade Interina Palestina de Auto-Governo**, o Conselho eleito (o “Conselho”), **para o povo palestino** na Cisjordânia e na Faixa de Gaza, para um período transicional que não pode exceder cinco anos, levando a um arranjo permanente baseado na resolução do Conselho de Segurança 242 (1967) e 338 (1973)¹². Fica entendido que os arranjos interinos são uma parte integral de todo o processo de paz e que as negociações sobre o status permanente **vão levar** à implementação das resoluções do Conselho de Segurança 242 e 338. (DOP, 2014, p. 7, tradução nossa, grifo meu).

¹² A Resolução 338, de 1973, é uma reafirmação da 242, aprovada pelo Conselho de Segurança da ONU no contexto da Guerra do Yom Kippur.

A Resolução 242 como base geral dos Acordos provia a chave “**Terra por Paz**”, que havia sido aplicada nos arranjos de Camp David, em 1978, entre Egito e Israel. No caso de Oslo, a fórmula implicava uma saída gradual de Israel dos TPO, em troca do fim das hostilidades e do reconhecimento de Israel pelos palestinos. Inclusive, estava previsto que, ao fim do processo, seria assinado um acordo de fim das reivindicações. (O’MALLEY, 2015; SHLAIM, 2001; TONGE, 2014).

Peres, na sua visão do **Novo Oriente Médio**, de alguma forma exaltou o fato de ser possível deixar a história para trás. Para ele, era necessário “[...] estudar a história para aprender com suas lições críticas, mas devemos também aprender quando ignorar a história.” Ele apontava que “[...] a pessoa que exalta o precedente histórico como uma fórmula para controlar eventos no futuro está direcionado para fracasso e desapontamento.” (NAOR, PERES, 1993, p. 3, tradução nossa).

Ignorar o passado, na visão historiador israelense Ilan Pappè na introdução da sua obra sobre a expulsão palestina de 1947-1949, era um dos problemas centrais de “Oslo”. Para ele, era o “[...] grande abismo entre a realidade e a representação que se constituía como o mais desconcertante no caso da Palestina”. Isso porque era difícil compreender “[...] como um crime perpetrado em tempos modernos e na junção da história que clamava pela presença de repórteres estrangeiros e observadores da ONU pode ter sido totalmente ignorado.” Ele propunha um exercício: “[...] imagine, nem tanto tempo atrás, em um país familiar, que metade de sua população tenha sido expulsa à força no período de um ano, que metade de suas vilas e cidades tenham sido varridas”. Imagine então que “[...] todos os esforços diplomáticos para resolver o conflito que explodiu no dito país irá marginalizar totalmente, senão ignorar, esse evento catastrófico.” (PAPPÈ, 2006, p. 9, tradução nossa).

Isso ficaria claro apenas no decorrer do processo, especialmente a partir dos 2000, mas a chave que produziu essa a ignorância da história no Acordo foi o Artigo V da Declaração de Princípios, “Período Transitório e Negociações de Status Permanente”, que dizia que “[...] as negociações de status permanente [começariam] assim que possível, mas não depois do terceiro ano do começo do período interino (...)”. O principal era o seu item 3, que definia os temas que seriam abordados no momento posterior: “Jerusalém, refugiados, assentamentos,

arranjos de segurança, fronteiras, relações e cooperação com outros vizinhos [...]”. (DOP, 2014, p. 8, tradução nossa).

Os documentos de Oslo não constituem uma manifestação da violência estrutural de Galtung apenas porque ignoram as causas estruturais do confronto que vão abordar, mas também porque restringem os modos de interação dentro do sistema de relações que institui, mantendo uma ordem de hierarquias de autoridade e impondo “[...] apenas um caminho ‘correto’ de interação”. (GALTUNG, 1969, p. 176, tradução nossa).

Benjamin, no seu na Crítica da Violência, conectava seu conceito de violência também à criação da ordem. O autor queria ir além da violência entendida apenas como “[...] meios para assegurar diretamente o que quer que seja que pode ser buscado [...]”, ou seja, como “violência predatória”. Isso porque tal entendimento seria inapropriado para a compreensão da violência presente em “condições estáveis” (BENJAMIN, 1978, p. 282, tradução nossa).

Ele recorre, como exemplo explicativo, ao exercício da violência militar, usada, por um lado, “[...] de forma muito direta, como violência predatória, em direção a seus fins.” No entanto, o agente vitorioso de tal violência, mesmo quando “[...] estabeleceu-se em posseção invulnerável [...]”, precisa de “[...] uma cerimônia de paz [...]”, uma sanção independente de outras “[...] condições legais de cada vitória”. A sanção de uma cerimônia de paz “[...] consiste precisamente em reconhecer a nova condição como uma nova ‘lei’”. Ou seja, a violência se dá também no ordenamento e estabilidade. (BENJAMIN, 1978, p. 283, tradução nossa).

Os Acordos de Oslo, especialmente o Acordo Interino de 1995 (Oslo II), na análise de Watson (2000), comporiam uma “Lei Básica” regendo as relações entre as partes a partir de então. Isso porque era um “documento amplo” governando “[...] virtualmente todos os aspectos da relação entre Israel e a Autoridade Palestina [...]”, com “[...] centenas de páginas de anexos detalhando tudo, de aviação a direitos sobre água, de regras cuidadosamente elaboradas sobre as rendas sobre taxas a obrigações deliberadamente vagas sobre as retiradas militares israelenses.” (WATSON, 2000, p. 46, tradução nossa).

Voltando a Benjamin, tal lei constitucional como “tarefa da ‘paz’ depois de todas as guerras [...], com o estabelecimento de fronteiras [...]”, é o próprio “[...] fenômeno primário de toda a violência fazedora de leis.” Afinal, de acordo com o

autor, “[...] quando as fronteiras são decididas, o adversário não é simplesmente aniquilado; de fato, a ele são cedidos direitos mesmo quando a superioridade do vitorioso no poder é completa.” (BENJAMIN, 1978, p. 295, tradução nossa). Podemos entender, então, a imposição desses “direitos ‘iguais’” como a sátira de Anatole France, quando diz: “[...] ‘pobres e ricos são igualmente proibidos de passar a noite sob as pontes’”. (BENJAMIN, 1993, p. 296, tradução nossa).

Este mantra da paz criou os conceitos de uma nova visão da relação entre israelenses e palestinos. Alan Dershowitz, por exemplo, interpretou essa nova relação como a de dois lados que receberam “[...] o mesmo *status* nessas negociações”. Para além disso, Israel estaria disposto a “[...] aceitar a Autoridade Palestina como um parceiro de negociação igual, desde que esta aceitasse o direito de existência de Israel”. Isto configurava um gesto nobre dos israelenses, pois “[...] nunca antes na história, o lado vencedor de guerras defensivas tinha estado disposto a negociar com o lado perdedor [...] sendo tratado como igual”. (DERSHOWITZ, 2003, p. 147).

Assim era redigido o DOP sobre a nova relação entre israelenses e palestinos:

O Governo do Estado de Israel e o time da OLP (na delegação Jordanião-Palestina para a Conferência de Paz do Oriente Médio) [...], representando o povo palestino, acordam que é tempo de colocar um fim a décadas de confrontação e conflito, reconhecendo seus direitos legítimos e políticos mútuos, e empenhando-se a viver em coexistência pacífica, e dignidade e segurança mútuas, e conquistar um acordo de paz duradouro e amplo e reconciliação histórica por meio de um processo político acordado.” (DOP, 2014, p. 6, tradução nossa).

Os Acordos não seriam só o ordenamento dos limites de comportamento dos palestinos diante de Israel, mas também da comunidade internacional na sua inserção nos territórios. Mais do que isso, esses documentos também seriam a justificativa para as diversas intervenções que ocorreriam a partir de então. Para Duffield, a forma como o conflito é entendido reflete uma racionalidade política que aprofunda as redes e sistemas de governança. O autor afirma, neste caso, que a interpretação e a explicação das causas de um conflito são tanto uma “[...] forma de saber sobre ele [...]”, como se constituem no discurso definidor dos pontos de intervenção e projeção de poder, um “[...] meio pelo qual a governança liberal global mobiliza as redes estratégicas Estado/não-Estado que políam suas fronteiras.” (DUFFIELD, 2001, p 109, tradução nossa).

3.1.1 Os Acordos Gaza/Jericó e Oslo II: novos princípios de autoridade e espaço para os TPO

O Artigo X, cláusula 1, do Acordo Interino Israelo-Palestino sobre a Cisjordânia e a Faixa de Gaza (Oslo II), de 28 de setembro de 1995, rubrica “Realocamento de Forças Militares”, define a jurisdição cabida à ANP a partir do realocamento das tropas israelenses. Ali está dito que “A primeira fase de realocação de forças militares israelenses irá cobrir áreas povoadas na Cisjordânia - cidades, vilas, campos de refugiados [...]”. (OSLO II, 2014, p. 152, tradução nossa). Note-se, inicialmente, que o documento não se refere a retiradas (*withdrawals*) israelenses, mas sim a realocações (*redeployments*).

Já o Artigo XI, cláusula 2, rubrica “Terra”, é o desenho desse novo mapa da Palestina de Oslo. A partir da assinatura dos Acordos: “a) terra em áreas povoadas (A e B) [...] estarão sob jurisdição do Conselho já durante a primeira fase”; “b) todas as responsabilidades e poderes civis, como planejamento e zoneamento [...] serão transferidos e assumidos pelo Conselho durante a primeira fase de realocamento”; “c) na Área C, durante a primeira fase [...], Israel transferirá ao Conselho os poderes e responsabilidades civis não relacionadas a território [...]”; e à medida que novas fases de realocamento forem realizadas, poderes e responsabilidades “[...] relacionadas a território serão transferidas gradualmente à jurisdição palestina que cobrirá território da Cisjordânia e Faixa de Gaza, exceto pelos temas que serão negociados nas negociações de status permanente.” (OSLO II, 2014, p. 153, tradução nossa).

O “Conselho” ao qual os documentos se referem é a Autoridade Nacional Palestina, estabelecida pelo Acordo sobre a Faixa de Gaza e área de Jericó (Gaza/Jericó), de 4 de maio de 1994, no seu Artigo III, rubrica “Transferência de autoridade”:

Israel deve transferir a autoridade, como especificado neste acordo, do governo militar israelense e de sua Administração Civil, para a Autoridade Palestina, aqui a partir de agora estabelecida, (...) exceto a autoridade que Israel deve continuar a exercer como especificado neste Acordo (GAZA/JERICÓ, 2014, p. 47, tradução nossa).

Assim era estabelecida uma liderança palestina provisória, que se responsabilizaria por uma jurisdição pessoal que, inicialmente, estendia-se “[...] a todas as pessoas dentro da jurisdição territorial referida acima (Gaza e Jericó), exceto israelenses”. (GAZA/JERICÓ, 2014, p. 48, tradução nossa).

O Artigo III, “Estrutura do Conselho Palestino”, definia o escopo dessa autoridade de autogoverno, regrado que “[...] organização, estrutura e funcionamento [...] deverão estar em concordância com este Acordo e a Lei Básica da Autoridade de Autogoverno Interina Palestina”. No entanto, a “[...] Lei Básica e qualquer regulação [...]” palestina não deveria “[...] **ser contrária às provisões deste Acordo**”. (OSLO II, 2014, p. 149, tradução nossa, grifo meu). O mesmo não era exigido de Israel.

Shehadeh (1997) produziu uma análise das contradições impostas por Oslo aos palestinos. O autor aponta, por exemplo, que a Proclamação Militar nº 7 foi o decreto do comandante israelense que reconheceu a validade dos Acordos de Oslo sobre os TPO. O Artigo IV desta Proclamação define a transferência de “poderes e responsabilidades” exercidos pelo “[...] Comandante do Exército israelense na área e o chefe da Administração Civil [...]” para o “Conselho e suas agências”, como especificados no Acordo Interino. (SHEHADEH, 1997, p. 135, tradução nossa). O que podemos inferir da crítica de Shehadeh é que a Proclamação Militar nº 7, ao mesmo tempo que implementa os termos de Oslo, garante para si o papel de única fonte de autoridade, já que “[...] poderes e responsabilidades a serem exercidas pelo Conselho eleito palestino não derivam do Acordo Interino entre Israel e a OLP, mas da ação do Comandante israelense”. (SHEHADEH, 1997, p. 136, tradução nossa).

Gross, por exemplo, destaca que Joel Singer, conselheiro legal do Ministério de Assuntos Externos no processo de Oslo, “[...] enfatizou que o *status* de Cisjordânia e Gaza não mudaria [...]”, de modo que “[...] as autoridades palestinas não seriam independentes ou soberanas em natureza e permaneceriam legalmente subordinadas à autoridade do governo militar israelense.” (GROSS, 2017, p. 184, tradução nossa).

O exemplo mais concreto disso está no fato de que, cumprido o Artigo I, subitem 5, do Acordo Interino, essa fonte de autoridade israelense não poderia mais existir. De fato, se recorrermos ao documento de Oslo II, vemos que, transferida a autoridade e estabelecido o “Conselho”, a “[...] Administração Civil na

Cisjordânia será dissolvida, e o governo militar israelense será retirado.” No entanto, há uma contradição quando o Acordo também define que “[...] a retirada do governo militar não deverá preveni-lo de exercer os poderes e responsabilidades não transferidas para o Conselho.” (OSLO II, 2014, p. 148, tradução nossa). Na prática, nem a AC foi dissolvida, nem o governo militar foi retirado. (SHEHADEH, 1997, p. 136, tradução nossa). “Este simplesmente reajustava seus campos de atuação a partir das divisões de autoridade e território definidas em “Oslo II”. No Artigo VI da Proclamação nº 7, consoante ao gradualismo de “Oslo”, o comando militar israelense afirmava continuar detentor “[...] das esferas de poder e responsabilidades, incluindo poderes legislativos, executivos e judiciários” em relação a: assentamentos e instalações militares; Área C; israelenses; e assuntos relacionados à segurança (tanto externa quanto dos assentamentos e instalações militares). (SHEHADEH, 1997, p. 138, tradução nossa).

Apesar de contraditório sobre quem teria poder e soberania sobre os TPO, o Acordo deixa claro a questão da separação obrigações. Ou seja, um elemento central que interessa a nossa discussão sobre as contradições que remodelam o confronto colonial está no Artigo XX de Oslo II, “Direitos, Responsabilidades e Obrigações”. Ali, no subitem 1, decreta-se:

A transferência de poderes e responsabilidades do governo militar israelense e de sua administração civil para o Conselho [...], incluídos todos os direitos, responsabilidades e obrigações que surgem em relação a ações ou omissões que ocorreram antes de tal transferência. Israel cessará de carregar qualquer responsabilidade financeira relacionada a tais ações e omissões e o Conselho carregará toda responsabilidade financeira para essas e outras de suas funções. (OSLO II, 2014, p. 160, tradução nossa).

“Oslo”, assim, criava o mecanismo para livrar Israel de qualquer responsabilidade que carregava como força ocupante, um objetivo por trás de elaborações ainda na década de 1960, como a de Allon, que preferia uma opção jordaniana, ou Dayan, mais afeito a encontrar líderes palestinos que acomodassem sua autoridade ao controle israelense. Como vimos acima, desde o início já havia o desejo de livrar-se de qualquer **fardo** de responsabilidade em administrar a vida dos palestinos da Cisjordânia, centralmente para proteger o elemento demográfico da pólis judaica, mas também por motivos econômicos, especialmente depois da

Intifada, ou por temores em relação à lei internacional. Na prática, isso implicava separar a administração da população do controle de território.

Em termos práticos, a divisão do território dava-se em Área A, onde a ANP exerceria controle sobre assuntos civis e de segurança policial local, que englobava as áreas urbanas, ou seja, cidades como Hebron, Ramallah, Nablus, Tulkarem e Qalqilya. Área B, que teria um *status* compartilhado, com o controle de assuntos civis com a ANP e o controle de segurança retido pelos israelenses. Áreas assim classificadas englobavam vilas ou áreas rurais povoadas, em geral nos arredores das cidades de Área A. Por fim, Área C permaneceria sob controle civil e militar israelense, incluindo autoridade sobre educação e suprimento de energia e água. A única atuação da ANP aqui é a respeito da burocracia de registros de identidade, mas sem qualquer influência decisória. Essa área engloba assentamentos e suas estradas, zonas militares ou de reserva natural e quase todo o Vale do Jordão. As regiões em Área C deixava em mãos israelenses 63% de toda a terra agrícola da Cisjordânia. (PASSIA, 2012, p. 2).

Assim que Oslo II (ver mapa 5) é assinado, a imediata proporção de território distribuída na Cisjordânia foi de 2% para Área A (com 26% da população palestina), 26% para Área B (com 70% da população) e 72% para Área C (com 4% da população). (GORDON, 2008, p. 177; PASSIA, 2012, p. 2). Importante destacar que essa divisão não se aplica à Faixa de Gaza. Ela ganhou uma classificação própria: Áreas Brancas, equivalente à Área A da Cisjordânia, compondo 10% de território; e Área Amarela, equivalente à Área B da Cisjordânia, compondo 23%; o restante eram as áreas de assentamento e da cerca militar, parte das quais foram devolvidas em 2005. (GORDON, 2008, p. 280n16).

3.1.2 A “segurança” de Israel como condicionante da autonomia palestina

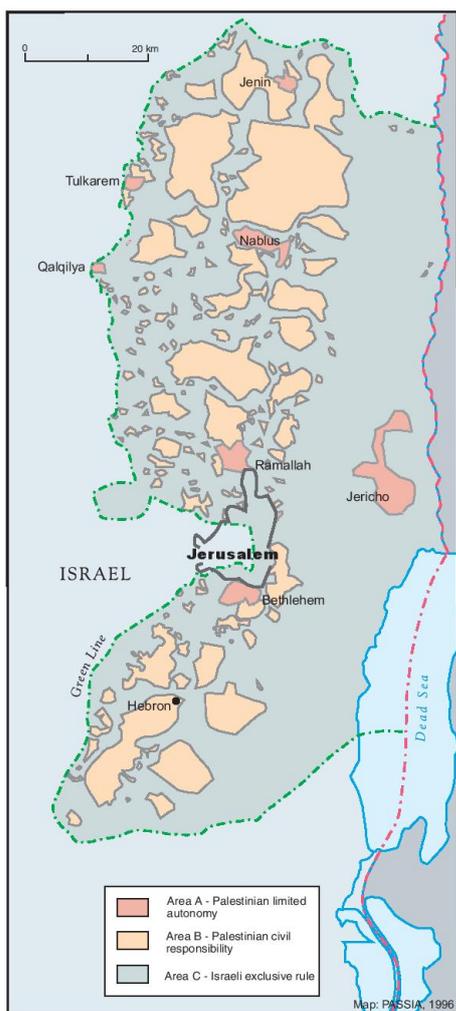
O Acordo estipulava, no subitem 2 do Artigo X, que “[...] realocamentos futuros das forças militares israelenses a locais militares específicos [...] serão gradualmente implementados de acordo com a tomada de responsabilidade de ordem pública e segurança interna pela Polícia Palestina [...]” (OSLO II, 2014, p. 152, tradução nossa).

Essa era a manifestação mais concreta da chave “**Terra por Paz**” do processo, gestada em uma primeira versão pela equipe de Carter, no fim dos anos

1970. Ou seja, como condição para a cessão gradual de soberania sobre partes da terra da Cisjordânia, os palestinos deveriam oferecer segurança em troca. Como definido pelo Artigo VIII (Arranjos para Segurança e Ordem Pública) de Gaza/Jericó, a sua função era “[...] garantir a ordem pública e a segurança interna para os palestinos da Faixa de Gaza e a Área de Jericó [...]” e, para isso, “[...] a Autoridade Palestina deve estabelecer uma forte força policial, como definido no Artigo IX”. (GAZA/JERICÓ, 2014, p. 51, tradução nossa). Já Israel continuaria a:

[...] carregar a responsabilidade de defesa contra ameaças externas, incluindo a responsabilidade de proteger a fronteira egípcia e a linha jordaniana, e de defesa contra ameaças externas do mar e do ar assim como pela segurança geral de israelenses e dos assentamentos, para o propósito de salvaguardar a sua segurança interna e a ordem pública e ter todos os poderes para tomar os passos necessários para atender essa responsabilidade. (GAZA/JERICÓ, 2014, p. 51, tradução nossa).

Mapa 5 – A divisão de território e autoridade de Oslo II



Fonte: Passia, 1996, disponível em: <http://www.passia.org/maps/38>

De fato, a lógica central de Oslo, o mecanismo de construção de confiança que condicionava seu sucesso, sequenciava primeiro a “paz” de Israel e depois a “terra” palestina. Rød-Larsen via qualidades nessa abordagem, como expôs na Introdução do compêndio que organizou sobre os documentos de Oslo. O diplomata norueguês justificava a abordagem gradualista passo a passo sobre a base de que ela “[...] permitia às partes chegar a um compromisso por meio de um diálogo contínuo e interação um com o outro, começando pelos temas mais fáceis, deixando os mais difíceis por último.” Era isso que abriria caminho para “[...] uma mudança incremental em percepções e posições políticas.” O problema recorrente, para Rød-Larsen, foi que “[...] as partes tinham falhado em concordar sobre um mecanismo para penalizar o não-cumprimento. A deficiência crítica minava o progresso.” (RØD-LARSEN, 2014, p. xxxii, tradução nossa).

No fim, a tradução disso foi que Yasser Arafat e seus companheiros ex-guerrilheiros, retornando de forma triunfante à Faixa de Gaza em 1º de julho de 1994, seriam os responsáveis por policiar os palestinos e garantir a segurança dos israelenses. Ou seja, a própria OLP se tornaria a protetora da presença de israelense territórios que a OLP tinha feito a sua razão libertar. Nigel Roberts, que foi diretor do BM para os TPO de 2001 a 2005, acredita que tal ideia, absurda na perspectiva histórica, fazia sentido na época por ser uma configuração temporária e interina. (ROBERTS, 2005, p. 19).

As preocupações de segurança de Israel embutidas no processo de paz, a partir da investigação de Alpher, relacionavam-se a “[...] percepções de ameaças nacionais [...]”, de fato existenciais, surgidas da “[...] rejeição a sua existência física [...]”, das “[...] guerras travadas com os países árabes [...]” e “[...] da **exigência do direito** de retorno dos refugiados palestinos.” (ALPHER, 1994, 230, tradução nossa, grifo meu).

Se aceitarmos a premissa de Alpher, de que os israelenses olhavam “[...] todos os componentes da paz pelo ponto de vista da segurança [...]”, fosse a água ou a questão demográfica (ALPHER, 1994, 231, tradução nossa), então o mecanismo de Oslo, como lei ordenadora das relações entre os agentes do confronto colonial, engendrou um mecanismo contraditório, não temporário a desmontar a violência, mas condenado a existir como permanente.

Como método de análise, podemos nos debruçar sobre artigo de Yorke, que escreve em 1990, ou seja, ainda sem um horizonte concreto para o processo de paz, em que estipulava possibilidades do que podia ser realizado. Do ponto de vista local, para que “[...] uma solução de 2 Estados pudesse ser aceita pelas partes [...]”, deveria acomodar o requerimento mínimo de demandas israelenses, “paz total e segurança”, e o mínimo de demandas palestinas, “um Estado independente.” No entanto, a própria autora reconhece que um ponto médio entre as demandas das partes seria inatingível. A implicação da definição de segurança de Israel é a “[...] manutenção de controle militar sobre a nova Palestina [...]”, provavelmente feita “[...] às custas dos direitos políticos palestinos”. Já os palestinos, com “um Estado independente”, colocariam “uma ameaça direta a Israel”. (YORKE, 1990, p. 119, tradução nossa).

Fazendo a leitura pela reflexão do triângulo de Abulof (2014), o processo de paz ganha corpo no interior de parte da “Israel” que defendia o sionismo a partir “imperativo demográfico”. (ABULOF, 2014, p. 404). Ou seja, a securitização da demografia, a garantia de uma maioria judaica, no contexto de uma ocupação que se mostrou custosa em diversos aspectos, deu impulso para que Israel abrisse mão do controle sobre a maior parte da população árabe nos TPO em troca de ceder partes da terra. No entanto, já no final dos 1990, quando o processo de paz colapsa, como em um labirinto sem saída, retorna o “[...] discurso público relacionado ao ‘demônio demográfico’ [...]”, não alimentado apenas pela violência palestina que explode com a 2ª Intifada, mas também pela “[...] insistência palestina sobre o ‘direito de retorno’ [...]” nas conversas de Camp David, em 2000. (ABULOF, 2014, p. 406, tradução nossa).

Portanto, se os mecanismos do processo são formulados para proteger os israelenses tanto da violência direta de ataques terroristas ou de grupos armados, por seus termos de segurança, ou do retorno dos refugiados, um direito que só seria discutido no momento final da sequência de Oslo, então os Acordos se moldaram para intervir na configuração muito específica da violência recíproca de colonizador e colonizado no caso da Palestina. Assim é possível identificar isso que denominamos de “segurança de Israel”, elemento central do mecanismo de Oslo, como a forma contemporânea da lógica do esforço colonial do ethos israelense que teve suas primeiras manifestações no início do século XX, nas ações de grupos como o *Ha-shomer*. Ali, se conjugava a conquista de terra com a

produção de uma maioria judaica. Quase um século depois, no interior de um processo de paz, “Israel” queria consolidar sua posição, cedendo o menos possível em termos do que havia conquistado, e não respondendo pelos meios que havia utilizado.

O problema da entrega gradual predicada no “Terra por Paz” é que os palestinos acabaram aderindo a “[...] um código estrito de não-agressão [...]” com Israel, mesmo com a permanência dos assentamentos e colonos israelenses nos TPO. “Na prática, isso também queria dizer que as retiradas eram reversíveis [...]”, como de fato ocorreu a partir de 2002. (KHAN, 2005, p. 63, tradução nossa).

Na prática, o conjunto dos termos de “Oslo” proveu a Israel uma reformulação do seu controle e dos modos pelos quais poderia exercer a violência. O debate aqui foi proposto inicialmente por Gordon (2008), para quem isso se tornou possível a partir dos dois procedimentos centrais dos Acordos, a criação da **ANP** e a divisão dos Territórios Ocupados em áreas A, B e C. A partir daí, as dinâmicas de **separação e outsourcing** (terceirização) acabam se relacionando na constituição da nova ordem montada por Oslo. Para Gordon (2008, p. 180), as mudanças instituem a transformação do “[...] princípio da colonização para o princípio da separação [...]”, que não significava abrir mão do controle, mas exercê-lo à distância, de uma forma menos interessada na vida dos residentes palestinos. Na prática, isso significou que, já a partir do início dos anos 90, Israel privilegia um regime de cerco e enclausuramento sobre o regime de permissões de passagem, de modo que governo de Israel continuaria a ter o controle do território e, conseqüentemente, da capacidade de expandir os assentamentos sem ser responsável pelo bem-estar da população ocupada .

Berda argumenta de forma diferente. De fato, no processo de colonização anterior a Oslo, os militares israelenses administravam a vida dos habitantes colonizados enquanto exploravam a terra e seus recursos. A separação de Gordon significava dizer que, ao retirar tropas de cidades palestinas e transferir responsabilidades para a ANP (a terceirização), o governo perdia interesse no controle da vida civil da população, intervindo menos no seu cotidiano. No entanto, ainda que reconheça “mudanças estruturais” erigidas por Oslo, Berda discorda que o interesse dos israelenses pela vida dos palestinos diminuiu ou que o regime de permissões tenha perdido importância. Na verdade, o que ocorre é que esse interesse, por meio do sistema já instalado da AC e da ação das forças de

segurança, aumentaria em um “nível de coleta de inteligência”. (BERDA, 2017, p. 28, tradução nossa).

A autora enxerga, então, um novo sistema de permissões apoiado em uma “trindade de princípios organizacionais”, “espaço, raça e documentos”, que só se mantêm por meio do exercício, por forças militares, de violência contida ou violência física. O “espaço” é traduzido no enclausuramento e controle “legal-espacial da população dentro do território”. A “raça” organiza a “exclusão da cidadania”. Já os “documentos” referem-se a “[...] práticas administrativas de estabelecer uma hierarquia racial por meio de ordens legais separadas para diferentes populações no mesmo território.” (BERDA, 2017, p. 36, tradução nossa).

Já para Azoulay e Ophir (2013), a separação se configura incorporando uma estrutura básica de três tipos de que se consolidam no interior do processo. Duas grandes clivagens étnico-espaciais, uma nacional, entre judeus e árabes, e outra civil, entre cidadãos e não-cidadãos, já estavam presentes, eram a própria manifestação do tipo específico de confronto colonial que colocava frente a frente o sionismo e o nativo que resistia a ele. Mas a partir de Oslo, essas duas separações ganham novo significado ao encontrar um conjunto amplo de novas subdivisões: as múltiplas separações territoriais, entre Israel e os TPO; entre Cisjordânia e Faixa de Gaza; entre as áreas A, B e C, definidas por Oslo; entre Jerusalém Oriental e o resto da Cisjordânia; entre zonas militares fechadas; a zona de segurança ao longo do Vale do Jordão; e entre as várias células espaciais criadas por postos de controle e barreiras na estrada que surgem a partir de então. (AZOULAY, OPHIR, 2013, p. 19).

É nesse nexo de fragmentações que há o encaixe do regime e de sua economia de violência, a partir da necessidade do controle **demográfico-espacial**, com um aparato de postos de “controle, patrulhas”, uma “combinação meticulosa e planejada de soldados armados e computadores”, do cartão de passe magnético e do rifle, que negam ou permitem o movimento. (AZOULAY, OPHIR, 2013, p. 146). E, assim, “[...] partir, voltar, estudar, abrir um negócio, publicar ou se reunir em um lugar público [...]” tornam-se “[...] favores que o governo podia conceder, negar ou transformar em mais ou menos ameaças explícitas.” (AZOULAY, OPHIR, 2013, p. 41, tradução nossa).

Na verdade, o regime de permissões torna-se ele mesmo o local da violência na medida que, por exemplo, a requisição para o uso da água, seja para cavar

poços, construir cisternas, conectar redes de suprimento, exige uma lista de permissões militares que tornam os palestinos sujeitos às autoridades israelenses. É nesse nexos burocrático que se abrem possibilidades de “[...] detenções, inspeções, buscas, humilhações em postos de controle e violações de liberdade de movimento dentro dos TPO”. (AZOULAY, OPHIR, 2013, p. 5, tradução nossa).

Essa política de enclausuramento e permissões teve impacto imediato sobre o acesso de trabalhadores palestinos ao mercado israelense, quebrando um padrão desenvolvido pelo molde colonial de Dayan, em 1968. Seu início se dá a partir da Guerra do Golfo, em 1991, quando Yitzhak Rabin declara um toque de recolher de 40 dias sobre comunidades nos TPO e a expulsão de cerca de 120 mil trabalhadores palestinos dos negócios israelenses. O desemprego palestino subiu cerca de 60% naquele momento. (HEVER, 2010, p. 13; NAKHLEH, 2004, p. 40).

Por dados de Kamvara, por exemplo, sabemos que, antes de 1994, 30% da força de trabalho palestina da Cisjordânia e mais de 40% da de Gaza trabalhavam em Israel como trabalhadores diários. Dois anos depois da assinatura de Oslo, a porcentagem caiu para 18% e 6%, respectivamente. (KAMVARA, 2016, p. 94). Já a taxa de desemprego nos TPO subiu de 3%, em 1992, para 32,6%, em 1996. (GORDON, 2008, p. 185).

No fim, as duas transformações centrais de Oslo trouxeram “[...] a oportunidade de trazer políticas de escala para dentro dos Territórios palestinos, tratando e alvejando populações de forma diferente de acordo com localização, densidade populacional e proximidade com os israelenses.” Mais do que isso, é nesse contexto de diversas separações do exercício de controle e violência que Berda identifica a clivagem fundamental, ainda mais se considerarmos a concomitante inserção da comunidade internacional na Palestina. Os Acordos de Oslo não apenas teriam separado território e população como entidades administrativas, mas também desenharam uma distinção fundamental entre “[...] **poderes civis**, que incluíam educação, saúde, suprimento de água, comércio e administração populacional de civis, e **poderes de segurança**, que incluíam controle de fronteira, contrainsurgência a forças de resistência palestinas, detenções e imposição da lei nas Áreas B e C”. (BERDA, 2017, p. 24, tradução nossa, grifo meu).

3.2 A lógica dos doadores e a entrada no “poder civil” dos TPO

Implementada a fragmentação e transferência de poderes elaborada em “Oslo”, a ANP foi instituída com restrições e limites impostos às relações exteriores que poderia realizar. Shehadeh destaca que, de acordo com Oslo II, o “Conselho” não podia estabelecer “[...] embaixadas no exterior, consulados ou outros tipos de missões e postos [...]”, assim como não podia “permitir o estabelecimento” ou admissão de “equipes diplomáticas e consulares” na Cisjordânia e Faixa de Gaza, nem “[...] conduzir qualquer negociação com Estados estrangeiros e organizações internacionais [...]” multilaterais. Uma **exceção** foi feita com relação a “[...] doadores para o propósito de implementar acordos para a provisão de assistência para este Conselho [...]” e “[...] acordos para o propósito de implementar planos de desenvolvimento regional detalhados no Anexo IV do DOP ou que entraram no molde das negociações multilaterais”. (SHEHADEH, 1997, p. 47, tradução nossa).

A grande diferença de “Oslo” em relação aos empreendimentos de paz anteriores é que ele ocorria no interior daquela “razão-mundo” de Dardot e Laval, em que aspectos de mercados se infiltram nos mais diversos aspectos da vida.

Tal racionalidade interventora pode ser vista no estudo de seis volumes chamado “Developing the Occupied Territories: an investment in peace” (Desenvolvendo os Territórios Ocupados: um investimento na paz), um conjunto de sugestões de políticas coletado em uma missão de especialistas aos TPO, lançado em setembro de 1993, mesmo mês em que Oslo foi assinado. A coletânea é uma análise extensa da realidade da época pelas lentes liberais que então ganhavam hegemonia na época, acompanhadas por um conjunto de prescrições sugeridas de como deveriam ser geridas as políticas palestinas para que um certo tipo de paz fosse atingido.

O volume foi produzido a pedido do grupo facilitador das conversas bilaterais entre israelenses e palestinos feitas no interior do arco da Conferência de Madrid. O Banco e o conjunto de doadores que começavam a se envolver no processo de Oslo “[...] de forma otimista escolheram classificar os TPO como um cenário pós-conflito”. (SCHIAVO-CAMPO, 2003 apud WILDEMAN, 2018, p. 118, tradução nossa). Ou seja, isso significava que “[...] a pobreza palestina seria categorizada como um ‘problema técnico’, que poderia ser considerada separada

de políticas e abordadas por meio de ações de políticas administrativas bem-construídas e ‘apolíticas’”. (WILDEMAN, 2018, p. 118, tradução nossa).

Mais do que isso, os analistas do Banco indicavam que essa lógica deveria. Informar o processo, já que seu sucesso “[...] dependeria da qualidade da administração econômica no **período pós-paz** e das escolhas estratégicas feitas na administração da economia dos TO.” (BANCO MUNDIAL, 1993, v.I, p. 13, tradução nossa). Para o Banco, a “boa política” seria:

[...] um acordo de paz que resolva incertezas estratégicas suficientemente para **prover a base para entrada de capitais e investimento privados** em atividades produtivas; um relaxamento das restrições no lado da oferta, incluindo a **desregulamentação** e o aperfeiçoamento na oferta de infraestrutura econômica e terra industrial; arranjos de comércio que permitam uma expansão comercial substancial (na região e mais além); (...) um grande fortalecimento da **capacidade administrativa e de formulação de políticas da autoridade de autogoverno** emergente e interina; e um fortalecimento dos recursos humanos baseados tanto por programas de treinamento melhorados como por acesso **a habilidades empreendedoras e profissionais** dos palestinos vivendo no exterior. (BANCO MUNDIAL, 1993, v.I, p. 15, tradução nossa, grifo meu).

O Banco colocava duas escolhas “particularmente críticas” para os tomadores de decisão na Palestina “pós-paz”: “[...] o equilíbrio entre os papéis dos **setores público e privado** nos TO; e a natureza das **ligações econômicas dos TO com o resto do mundo**, particularmente os países vizinhos.” A mudança desejada era sair de uma “[...] quase completa dependência em Israel [...]” para uma “[...] interdependência com uma variedade ampla de economias, incluindo Israel.” (BANCO MUNDIAL, 1993, v.I, p. 13, tradução nossa, grifo meu).

Uma das mais claras manifestações do enquadramento do setor público palestino separando política e desenvolvimento foi apontado por Haddad (2016) na recomendação do Banco sobre programas sociais. O estudo alertava que, apesar do montante de dinheiro que entrou nos TPO a partir de Oslo, “[...] os recursos necessários para operar um programa de bem-estar social amplo não estarão disponíveis nos Territórios Ocupados dentro do período interino.” A recomendação era então que a “[...] boa governança demanda a substituição da atual colcha de retalho de benefícios providos aos muito necessitados pela Unrwa e a AC por um sistema de proteção mais igualitários e unificados.” (BANCO MUNDIAL, 1993, v.VI, p. 49, tradução nossa).

O problema diagnosticado era que “serviços grátis e altamente subsidiados”, incluindo saúde, moradia e assistência para educação de crianças, “[...] estão hoje

apenas disponíveis para refugiados registrados [...]”, quando na verdade deveriam ser “[...] estendidos a outros com base em critérios relevantes que não sejam o de *status* de refugiado.” A conclusão dos analistas era que “[...] no presente, um grande número de pessoas mantém seus *status* de refugiado simplesmente para permanecer qualificados para esses programas”. (BANCO MUNDIAL, 1993, v.VI, p. 49). Assim, o cenário político do que moldava o status de refugiado, para políticas de desenvolvimento, era irrelevante.

Para Haddad, identificar os temas conectados com o conflito, como a proteção dos refugiados, e então isolar suas dimensões socioeconômicas (moradia, saúde e educação) das políticas (o direito de retorno e de proteção pela lei internacional) foi o mecanismo consistente da prática do BM e de agências doadoras nos TPO. (HADDAD, 2016, p. 71).

Assim, da mesma forma que o processo delineava uma forma única de entendimento e interação do confronto, também a economia acoplada ao processo, por meio de seus doadores, também buscava a restrição de possibilidades e padronização de implementação de políticas públicas. Para Haddad, Oslo trazia modos de interação por meio de modelos ***econômicos e de teoria dos jogos*** de forma a, conscientemente, “[...] moldar e formatar uma ordem econômica, política e institucional palestina, e as escolhas que forças políticas e sociais palestinas precisavam fazer”. (HADDAD, 2016, P. 58, tradução nossa).

Esse papel da comunidade internacional foi criado a partir daquela ideia de dividendos de paz, o que significava criar um mecanismo para gerar apoio público palestino para um processo que passo a passo estabelecesse uma dinâmica na qual a violência seria menos vantajosa, permitindo a troca da luta política por relações econômicas e uma ação política concertada. Isso seria sustentado por atores estatais e não-estatais, moldados pela ideia de que o desenvolvimento “cultivaria o processo” e que isso faria tender o equilíbrio e promoveria um movimento da administração de conflito para a resolução do conflito. (LASENSKY, 2005, p. 41; LE MORE apud WILDERMAN 2019, p. 153; LIND, 2010, p. 172).

Haddad (2016) aponta que, em processos de *peacebuilding*, governos doadores e instituições financeiras podem exercer influência por meio de incentivos, como garantia de investimentos, encorajamento de importação ou exportação de capitais, taxa favorável, concessão de acesso a tecnologia avançada ou apoio diplomático e político. A concessão de um benefício pode ser

dada em troca de um ajuste de política específica pela nação recipiente. Mas pode ocorrer também o movimento contrário, na medida que incentivos podem ser retirados, ou sanções impostas quando agentes externos estão descontentes com a performance do agente local do *peacebuilding*. (HADDAD, 2016, p. 27).

O problema foi que, exatamente pelo entendimento errado do que significa a “segurança” israelense, o esforço de desmonte da violência só se dirigiu a um lado. É nesse nexos que Haddad (2016, p. 116) enxerga uma atitude “contraproducente” da comunidade internacional, que impunha uma série de condicionalidades à ANP, uma “[...] entidade que não é um Estado com meios extremamente limitados de geração fiscal independente”. Mas o que se moldava conscientemente era uma ANP sem autonomia, menos o representante das expectativas palestinas no interior do processo de paz, mais “[...] um projeto da comunidade doadora internacional em si - uma burocracia necessária e instituições capazes de capturar as expectativas políticas, geoestratégicas, demográficas e econômicas de seus apoiadores”. (HADDAD, 2016, p. 116, tradução nossa). No fim, também se criava uma distorção interna, já que a ANP se preocupava mais com a pressão externa do que com necessidades internas da população. Economicamente, a ANP dependia e tinha sua existência atrelada, por um lado, à “desproporcional” receita que vinha de doadores internacionais, e, por outro, às transferências de taxas e impostos coletados por Israel. (SHIKAKI, 2008, p. 133)

Le More expõe como as doações desembolsadas a partir da assinatura de Oslo foram também produzindo o espaço. Em 1990, os alocações de doadores para o setor de energia permaneceu baixo, em cerca de menos da metade dos cerca de US\$ 108 milhões estimados para o setor pelo plano do BM, o que poderia ser explicado por ser um setor complexo de investir porque envolvia o tema de terra e de território. Na prática, as estruturas de linhas de energia na zona rural da Cisjordânia (áreas B e C) eram limitadas. O setor agrícola também era negligenciado por doadores, principalmente porque tocava em temas de terra e uso da água, afinal, a maior parte da terra agrícola da Cisjordânia ficou em Área C. (LE MORE, p. 133, tradução nossa).

Em contraste, era relativamente fácil mobilizar recursos na área de acesso à água para uso individual e sistemas de saneamento básico, que atraiu cerca de 10% do total de alocação de recursos de doadores nos TPO entre 1994 e meados de 1995. Essa concentração ocorria porque, além de ser de possível execução já

que circunscritas a Área A, se originavam daquela mesma chave de interpretação, separando economia e política, das prescrições do Banco Mundial. Os doadores partiam da premissa de que a questão do acesso à água era de importância central para os palestinos, que tinham taxas de acesso per capita entre as mais baixas do mundo. Isso era verdade, mas suas causas estavam no fato de que, sob Oslo, 82% dos recursos subterrâneos de água da Cisjordânia ficaram sob controle de Israel, que utilizava tais recursos de forma discriminatória. Algo que ocorria desde o início da ocupação (ver cap. 2, p. 76). Os dois maiores doadores no setor de acesso à água e esgoto eram EUA e Alemanha. A Alemanha desembolsou 80% do total de fundos que alocou para os TPO, algo em torno de \$50 milhões anualmente, para esse setor. O orçamento do USAID registrava o setor como destino da maior parte de seus desembolsos, cerca de \$45 milhões, mais da metade de seu orçamento total. (LE MORE, p. 134).

No fim, os, doadores não investiam na capacidade produtiva palestina, o que seria estratégico em termos de desmontar a dependência econômica em relação a Israel, também essencial do ponto de vista da construção de Estado. E se inicialmente a fragmentação territorial de “Oslo”, produzida pela divisão das áreas de jurisdição, em conjunto com os procedimentos faseados de passagem de território, impediu ou retardou a implementação de projetos, também tornou qualquer planejamento nacional virtualmente impossível. (LE MORE, p. 135, tradução nossa).

Em entrevista à autora, o geógrafo Jan de Jong, afirmava que tal divisão territorial tornava mais seguro a um investidor privado “[...] ‘colocar dinheiro em setor improdutivo em Área A, por exemplo, em um restaurante em Ramallah, em vez de uma fábrica - mesmo em Área A, já que oferece um risco da demanda de suprimento, equipe [...]’”. Em suma, o mapa de “Oslo” era contraintuitivo a investimentos. (LE MORE, p. 138, tradução nossa).

3.2.1 A “Lei Básica” da ordem econômica: o Protocolo de Paris

O documento que definiu as interações econômicas entre as partes do Acordo no período interino foi o “Protocolo de Relações Econômicas entre o Governo do Estado de Israel e a OLP, representando o povo palestino”, o Protocolo

de Paris, apresentado em 29 de abril de 1994, como anexo ao Acordo Gaza/Jericó, de 1994.

O Preâmbulo do documento atestava o seu objetivo declarado, fortalecer “[...] a base econômica do lado palestino e o seu exercício do direito da tomada de decisão de acordo com seus próprios planos de desenvolvimento e prioridades.” (PROTOCOLO DE PARIS, 2014, p. 22, tradução nossa).

Para Watson (2000, p. 158), o documento foi formatado de um modo vago dentro da lógica de “ambiguidade construtiva” de *peacebuilding*, respeitando tanto a elaboração mais ampla de desenvolvimento para o território palestino feita pelo conjunto de doadores, tendo a frente o Banco Mundial, como os limites impostos pelas necessidades de segurança.

Taghdisi-Rad, por exemplo, diz que os negociadores palestinos queriam uma relação mediada por uma “Zona de Livre Comércio que requeresse fronteiras alfandegárias entre Israel e os TPO”. Esse modelo asseguraria à ANP a capacidade tanto de controlar as fronteiras econômicas das áreas sob sua jurisdição quanto de definir tarifas sobre bens importados de outros países. Já os israelenses defendiam “[...] uma formalização da união de alfândegas que já existiam *de facto* desde 1967 [...]”, neste caso, com o controle dos movimentos econômicos exercido pela força de ocupação (ver cap. 2, p. 73). Esse modelo implicava que Israel continuaria “[...] a dominar a economia dos TPO [...]” ao prevenir a autonomia econômica da ANP, ao mesmo tempo que, sem o movimento livre de bens, serviços e fatores de produção, conseguiria impedir a “integração total” das economias. Ou seja, os israelenses controlariam a definição de políticas ao mesmo tempo que podiam controlar a entrada de produtos e serviços palestinos em Israel, o que era a manutenção do modelo de integração/exclusão detectado por Benvenisti nos anos 1980 (ver cap. 2, p. 73). No fim, o Protocolo adotou o modelo israelense. (TAGHDISI-RAD, 2014, p. 22, tradução nossa).

Para Haddad, sem uma série de instrumentos de políticas fiscais, monetárias, de comércio e de trabalho, a ANP não tinha possibilidade de executar políticas macroeconômicas que poderiam proteger, dirigir e estimular sua própria economia. (HADDAD, 2016, p. 102).

Tal tipo de restrição, na linguagem ambígua de “Oslo”, pode ser vista no Artigo III do Protocolo de Paris, que trata das “Taxas de importação e políticas de importação”. Lá está dito que “a Autoridade Palestina terá **todos** os poderes e

responsabilidades na esfera de importação e política de aduanas, e de procedimentos”, mas apenas “em relação ao que segue:”

1. Bens na Lista A1 (...), produzidos localmente na Jordânia e no Egito em particular e em outros países árabes, que os palestinos poderão importar em quantidades acordadas pelos dois lados diante das necessidades do mercado palestino, como estimado no parágrafo 3 abaixo.
2. Bens na Lista A2 (...) de países árabes, islâmicos e outros países, que os palestinos poderão importar em quantidades acordadas pelos dois lados diante das necessidades do mercado palestino como estimado de acordo com o parágrafo 3 abaixo. (PROTOCOLO DE PARIS, 2014, p. 23, tradução nossa)

O parágrafo 3, referido acima, atesta que “[...] as necessidades de mercado palestinas para 1994 serão estimadas por um subcomitê de especialistas [...]” a partir do “[...] melhor conjunto de dados disponíveis em relação ao consumo passado, produção, investimento e comércio externo das Áreas.” Aqui vale lembrar que tais dados estavam nas mãos de Israel, como força ocupante administradora dos territórios até então. Mais além, o Parágrafo 3 definia que, para o período inicial, as “[...] estimativas serão revistas e atualizadas a cada seis meses pelos subcomitês, com base no melhor conjunto de dados disponíveis em relação ao período mais recente para o qual os dados relevantes estejam disponíveis” (PROTOCOLO DE PARIS, 2014, p. 23, tradução nossa). Ou seja, o Protocolo tinha uma linguagem ambígua porque, como Oslo II, referia-se constantemente a **todos** os poderes e responsabilidades da Autoridade Palestina ao mesmo tempo que criava regras para limitar a autonomia decisória dos palestinos.

A ANP teria de fato a autoridade para supervisionar serviços civis, como provisão de bem-estar, educação, saúde e taxação direta, enquanto Israel manteve controle sobre elementos centrais de qualquer política econômica, como fronteiras, terra, água, recursos naturais, trabalho, movimento, comércio, administração fiscal e zoneamento industrial. O modelo de alfândega adotado também instituiu um regime de comércio mais restritivo aos palestinos. No período de 1994 a 2000, por exemplo, Israel viu um aumento PIB de 14,2%, muito pelos mercados que se abriram regionalmente. Durante o mesmo período, e apesar dos fluxos financeiros internacionais para a ANP, os palestinos experimentaram uma deterioração econômica com o PIB caindo 3,8%. (DA'NA, 2015, p. 463).

Se o Protocolo era vago e não continha mecanismos mais concretos “[...] para formulação de políticas agrícolas e industriais comuns, regras para lidar com

práticas anticompetitivas ou harmonizar a lei comercial ou a lei dos contratos [...]”, definia com clareza a dinâmica de transferência de receitas à ANP de “[...] pelo menos cinco fontes diferentes: taxação direta (sobre renda); taxação indireta (sobre produção); taxas de importação; taxas sobre combustíveis; taxas de benefícios sociais e serviços de saúde”. (WATSON, 2000, p. 162, tradução nossa). De fato, o fator decisivo, que moldaria possibilidades de Israel e da comunidade internacional exercerem a violência estrutural ou indireta como manipulação de “estratégias de *stick and carrot*” sobre os palestinos foi a política de transferência de taxas.

Sobre a taxa de importação, por exemplo, como Israel controlava todas as portas de entrada para o território, as coletava e transferia para a ANP. Como Israel também controlava as passagens dos TPO para Israel, qualquer Imposto de Valor Agregado (VAT, em inglês) sobre bens e serviços que atravessasse a fronteira dos TPO era coletado por Israel e transferido “[...] em troca de recibos coletados de mercadores palestinos pela ANP.” (IBRAHIM, 2011, p, 91, tradução nossa).

Ainda sobre as importações, havia outras possibilidades de restrição, já que “[...] apenas bens diretamente importados por companhias palestinas via Israel [...]” tinham taxas consideradas como passível de repasse à ANP. Produtos importados por companhias israelenses para envio posterior a mercadores palestinos não eram computados. (TAGHDISI-RAD, 2014, p. 23, tradução nossa).

Importante destacar que a decisão de ceder a Israel a responsabilidade de coletar os impostos de alfândega foi uma contrapartida política palestina para garantir o direito de que habitantes dos TPO pudessem continuar a trabalhar em Israel, o que acabou não ocorrendo, devido à política de permissões, como vimos acima. No entanto, mesmo com termos que prometiam estimular o fluxo de trabalhadores, em 1995, o número de palestinos dos TPO no mercado de trabalho israelense caiu 50%. (BERDA, 2017, p. 38; KAMVARA, 2016, p. 94).

No fim, o Protocolo estruturou, seguindo a linha mais geral do processo, a distorção do propósito de uma economia palestina autônoma. Na visão do economista Raja Khalidi, os termos do Acordo facilitaram o impacto negativo da exposição dos palestinos a uma economia israelense mais poderosa e avançada, agora junto aos efeitos da globalização e da rápida liberalização. As dinâmicas da colonização e do neoliberalismo se reforçavam, já que a base de recursos naturais fraca e a presença de um pequeno mercado favoreciam escolhas de investimento

e políticas que enfatizavam o setor de serviços em relação a agricultura e indústria. Ou seja, diante de uma capacidade produtiva doméstica restringida por uma ocupação militar, as prescrições de políticas neoliberais das entidades internacionais justificam-se como apropriadas para o contexto palestino e necessárias para assegurar a viabilidade da ANP. (KHALIDI, 2019, p. 105).

Na própria formatação dos Acordos, os contatos que os EUA tinham com ricos empresários palestinos que haviam ganhado dinheiro no Golfo e mesmo nos EUA, ou então famílias tradicionais com contatos com Estados árabes, como a Jordânia, influenciaram as abordagens formuladas pela OLP. Esses grupos seriam os “investidores” na Palestina dentro dos moldes de resolução de conflitos neoliberais, que geravam oportunidades dentro de um modelo de crescimento guiado pelo setor privado. Na contramão disso, a ANP teria suas possibilidades de expansão limitadas, posto que Israel dominava os modos de uso do espaço, além de coletar grande parte de suas taxas. Os palestinos tinham restrições de produção e uso de recursos internos, e também uma limitada possibilidade de comércio exterior. Assim a ANP foi induzida a criar lucros privilegiando o setor privado, em vez de construir uma política econômica em linhas nacionais. (HADDAD, 2016, p. 49; KAMVARA, 2016, p. 181).

Ainda que muitas dinâmicas econômicas da colonização anterior a “Oslo” tenham permanecido, a novidade do processo nos anos 1990 é que, com a “entrada forçada” das instituições de Bretton Woods no fazer de políticas públicas na Palestina, adicionava-se “[...] um ator influente a uma cena que, até então, havia sido dominada pelo unilateralismo israelense.” (KHALIDI, 2019, p. 100, tradução nossa).

3.2.2 O imperialismo do capital: a “indústria da ajuda”

O processo de paz, em termos de organizações de ajuda, sem dúvida recebe o legado de atividades e políticas que se realizavam antes de “Oslo”, especialmente do debate promovido a partir dos anos 1980, quando o foco passou a ser desenvolvimento. No entanto, com o fim da Guerra Fria, foi possível detectar mudanças consideráveis, não só com a entrada de ONGs maiores e novos tipos de doadores, mas a partir de uma nova mentalidade de ajuda humanitária.

O debate que ocorre, em fins dos anos 1980, no interior da USAID, entendia que se abriam novas possibilidades de intervenção da ajuda humanitária em conflitos regionais diante do fato que havia uma “[...] diminuição das tensões entre os superpoderes”. A análise de projetos, dali em diante, teria que considerar que não era mais a “batalha ideológica” entre EUA e URSS que era central para sua atuação, mas sim uma agenda global de política econômica e um desejo de liberalizar mercados e expandir comércio. (ESSEX, 2013, p. 81), tradução nossa). Ainda assim, a USAID buscava reajustar-se à “[...] nova geografia do imperialismo americano informal”. (ESSEX, 2013, p. 83, tradução nossa).

Duffield aponta para uma lógica subjacente a novas atuações de ajuda que se conectam ao pensamento que dissociam política e desenvolvimento, e agora ganham forma no nexos de segurança e desenvolvimento, um corolário da visão de um círculo vicioso entre pobreza e conflito. Assim, o “[...] subdesenvolvimento é perigoso, já que pode levar à violência [...]”, mas a própria violência do conflito aprofunda o perigo do subdesenvolvimento. Por isso, diante da “[...] nova liberdade de movimento seguida ao fim da Guerra Fria [...]”, a mudança social não pode mais ser deixada para as sinergias esperadas de projetos modernizadores e reforma de mercado”. Agora, “[...] **efetivar** a transformação social [...]” era “[...] um objetivo político direto e explícito.” (DUFFIELD, 2001, p 39, tradução nossa).

A lógica de ajuda na Palestina, ainda que comandada pelos EUA, tinha também uma pesada participação de agências internacionais que assumiram a própria racionalidade do processo. Por um lado, as necessidades de desenvolvimento de Cisjordânia e Faixa de Gaza, por outro preocupações práticas como as instituições palestinas que precisavam ser levantadas, afina, Israel desmancharia sua administração nos territórios. Mais do que isso, havia uma agenda de propósitos políticos, traduzidos pelo desejo de dar a Arafat as possibilidades de manter o apoio popular para “Oslo”. (LASENSKY, 2005, p. 47).

Em termos de valores, houve um aumento considerável. Entre 1984 e 1992, de acordo com Nakhleh, foram desembolsados no total US\$ 28.632 milhões para os TPO. Para a nova fase, podemos recorrer a diferentes levantamentos.

Nakhleh registra que já na primeira Conferência de Doadores em Washington, na discussão do planejamento para o período 1994-1998, foram comprometidos cerca de US\$2,4 bilhões. Em outubro de 1998, no contexto da assinatura de Wye River, no que pretendia ser a reafirmação dos compromissos

de Oslo diante das hesitações do governo eleito de Benjamin Netanyahu após o assassinato de Rabin, os doadores comprometeram um valor adicional de US\$ 3 bilhões para o período de 1999 a 2003. O valor total sinalizado de doações para o período de 1994 a 2001 chegou a quase US\$6,1 bilhões, dos quais US\$5,1 bilhões chegaram a ser atrelados a projetos direcionados. Concretamente, US\$ 3,4 bilhões foram de fato desembolsados. De qualquer forma, para esse período, a ajuda para a Cisjordânia, chegou a ser de US\$175 per capita, o que era um dos mais altos níveis de assistência oficial no mundo. (NAKHLEH, 2004, p. 95)

Lasensky aponta que a taxa de desembolso teve uma tendência de aumento na primeira década. Já no fim de 1994, o desembolso dos doadores começava a ganhar força, com uma taxa de 66% (US\$ 523 milhões de US\$ 789 milhões). No período 1995-1997, esse desembolso chegou a uma taxa entre 70 e 75% dos compromissos. (LASENSKY, 2005, p. 49).

Taghdisi-Rad chega a número semelhantes. Entre 1994 e 2000, o desembolso anual de doadores teria, na média, sido de cerca de US\$ 500 milhões (ou US\$ 150 per capita). No início da Intifada, esse número dobrou para cerca de US\$ 1 bilhão por ano em 2001 e 2002. (TAGHDISI-RAD, 2010, p. 69).

Turner, olhando para um arco maior, argumenta que se o nível de ajuda externa for calculado tanto para apoio à receita da ANP como para centenas de ONGs internacionais e locais estabelecidas implementando programas dos doadores, o aumento é de US\$ 174.74 milhões por ano em 1993 para US\$ 2.011 bilhões por ano em 2012. (TURNER, 2014, p. 36).

Outra mudança significativa refere-se ao horizonte dos doadores. No caso palestino, como já vimos (ver p. 93), até pelo menos o fim dos anos 1980, o financiamento árabe regional era dominante. Mas esse quadro mudou a partir de Oslo, e o financiamento árabe foi massivamente superado por ajuda governamental ocidental e multilateral. (CHALLAND, 2009, p. 59).

Com o processo de Oslo, a União Europeia tornou-se o maior contribuidor, acompanhado dos EUA e dos países da Liga Árabe, especialmente a Arábia Saudita. A partir dos Acordos de Oslo, a Comunidade Europeia dá um sinal de 500 milhões de euros para começar um programa de assistência para o período de 1994-1998. (NAKHLEH, 2004; TAGHDISI-RAD, 2010).

O que vai se consolidando é uma multifacetada pólis-global no confronto colonial da Palestina, corroborando um movimento visto por Duffield, de

crescimento de “[...] subcontratos fora do escopo dos EUA, especialmente feito por ONU e UE”. Para ele, o que se configurava era o embrião de um movimento no qual, ainda que “[...] a conexão nacional entre governos doadores e ONGs permaneça forte [...]”, o **mercado de ajuda** ganhava uma existência mais **global**. (DUFFIELD, 2001, p 54, tradução nossa, grifo meu).

Por exemplo, se olharmos para organizações sob contrato com a USAID. Quando a 1ª Intifada começa, em 1987, havia apenas cinco “contratadas”: Save the Children, Catholic Relief Services (CRS), American Near East Refugee Aid (ANERA), American Mid-East Education Training Services Inc. (Amideast) e Holy Land Christian Mission. Passadas duas décadas da assinatura de Oslo, já eram cerca de vinte organizações com fundos ligadas à USAID. (BORNSTEIN, 2009, p. 183; CHALLAND, 2009, p. 81).

Um outro movimento ocorreu com pequenas ONGs estrangeiras substituídas por escritórios de representações de governos especializadas em desenvolvimento nos Territórios. Em entrevistas com as representações de Suécia e Suíça em Jerusalém Oriental, em 2003, Challand descobriu que o costume de financiar projetos por meio de ONGs menores dos anos 1980 deu lugar ao estabelecimento de escritórios de representação junto à ANP. As equipes das ONGs voltaram a seus países para assumir um papel de conselho, sendo que agora seus governos tinham um canal direto para trabalhar com implementação de projetos na Palestina. (CHALLAND, 2009, p. 81)

De fato, o que se configurava no caso na Palestina era um complexo que com certeza era impactado por aquilo que vimos (ver p. 40) como a “lógica do Estado”, as formas mais tradicionais de manipulação recursos e populações sob interesses estratégicos de Estados, centralmente os EUA. No entanto, pode-se perceber a entrada da “lógica do capital”, que insere “fluxos de poder econômico” em um espaço fragmentado, sob lógicas de rede. Ou seja, podemos atestar que a forma da pólis-global na Palestina adquiria a forma do “capitalismo imperialista” percebido por Harvey no diálogo com Harvey e Negri.

Isso porque as organizações envolvidas em missões de paz “[...] se beneficiavam de um vasto escopo de informação sobre o trabalho feito em outros lugares [...]”, produzindo uma “[...] base diária com códigos das melhores práticas e listas de perigos potenciais para lidar com a implementação de projetos”. Nesse sentido, a Palestina era um local entre outros onde se exercia uma “[...]”

especialização ou profunda divisão de trabalho entre doadores, agências de desenvolvimento e organizações implementadoras.” Challand, emprestando do conceito de Van Rooy, admite que sobre a Palestina se instalou uma verdadeira “indústria de ajuda”. (VAN ROOY, 1998 apud CHALLAND, 2009, p. 76, tradução nossa).

O dilema para as organizações externas no caso da Palestina é que se inseriram no mecanismo de controle israelense que constantemente busca burlar a temporariedade de sua presença nos TPO. Mais do que isso, a atuação da comunidade dessa indústria de ajuda preencheu lacunas no sistema de violências, no sentido dado por Han, de categorias que “[...] oferecem as condições para a manutenção de relações de domínio sem emprego da violência física” (ver p. 38).

Esse conjunto internacional complementou, criou uma intersecção com “[...] os métodos de Israel de controle em formas cruciais [...]”, como criar uma divisão ao dar “apoio a certas elites palestinas” e marginalizar outras; “treinamento e controle dos serviços de segurança da ANP”; e, por último, cooptar “indivíduos e grupos em apoio ou aquiescência ao paradigma de paz de Oslo”. (TAGHDISI-RAD, 2014, p. 40, tradução nossa).

Se considerarmos esse conjunto de coisas, o custo político de impor um processo de paz a Clinton era menor do que foi a Carter, não porque a política regional ficou menos complexa com o fim da Guerra Fria, mas porque agora havia um sistema compartilhado entre diversos agentes de como se deveria e como se poderia moldar o mundo.

O fato é que, após o fracasso de políticas formuladas entre 1967 e 1987, como os planos de Allon e Sharon, que queriam criar uma faceta nativa de interface com o controle da ocupação, agora havia um conjunto de agentes atuando na implementação de práticas de *peacebuilding* que colaboravam “[...] para criar uma aceitação [entre os palestinos] em um contexto ainda estruturado pela ocupação de Israel e práticas de colonização”. A partir de Oslo, o que se configuraria com o tempo, é que o mecanismo globalizado não apenas manipularia as elites políticas palestinas, mas a sociedade como um todo por uma complexa engenharia de governança, apenas possível diante do “[...] envolvimento adicional da indústria internacional do *peacebuilding* [...]”, criando então uma nova interface de “cooptação” montada inicialmente com o intuito de “promover ‘parceiros para paz’”. (TAGHDISI-RAD, 2014, p. 40, tradução nossa).

A dependência da ajuda externa também traz outro problema, já que perpetua uma situação na Palestina de uma “[...] nação de consumidores que são incapazes de produzir ou competir com a economia israelense”. As necessidades de constante emergência dos palestinos, produzidas no encontro da colonização com as políticas neoliberais da indústria da ajuda, acaba sendo uma alavanca para promover a prosperidade de seus ocupantes. E em relação ao cenário anterior a “Oslo”, a ajuda dos TPO alivia Israel de suas responsabilidades como ocupante sem prejudicar suas possibilidades de agir pela sua lógica de “segurança”. (HEVER, 2010, p. 39, tradução nossa).

A primeira ideia dos doadores quando abordaram a Palestina no contexto de Oslo “[...] financiar projetos de desenvolvimento de longo-prazo em vez de cobrir gastos correntes, tais como salários do setor-público.” (LASENSKY, 2005, p. 48). Era casar a ideia de desenvolvimento com a produção de “dividendos de paz”. No entanto, a ANP era uma estrutura de governo específica, sem qualquer soberania ou poder de decisão sobre “terra, recursos e população”, ainda nas mãos da força ocupante. (TURNER, 2014, p. 37). Isso trazia um problema, já que, a cada retrocesso na economia, havia pressão crescente sobre os doadores para preencher lacunas na administração. (LASENSKY, 2005, p. 49).

Por exemplo, em 1999, no *“Paper de Estratégia de país para Cisjordânia e Faixa de Gaza (2000-2006)”*, o conjunto de doadores europeus atestava os dois desafios que tinham. Por um lado, “[...] interromper a deterioração da atividade econômica, restaurar o crescimento [...] e utilizar os potenciais e capacidades existentes da sociedade palestina para conquistar desenvolvimento e modernização positivas”. Por outro lado, “ser capaz de conquistar tudo isso em meio a um ambiente de restrições [...], desequilíbrios estruturais pesados e um grau grande de incerteza sobre o futuro.” (NAKHLEH, 2004, p. 99-100, tradução nossa).

De fato, ainda de acordo com Nakhleh, o primeiro “Plano de Desenvolvimento Palestino”, uma lista de prioridades que a ANP encaminhava para os doadores, começou com foco sobre uma visão de longo-prazo sobre “crescimento econômico e geração de emprego”, “desenvolvimento rural” e “melhoria de condições sociais e desenvolvimento de recursos humanos”. (NAKHLEH, 2004, p. 97) Mas sempre que apareciam restrições da ocupação,

havia necessidade de “[...] assistência a projetos de rápida ação e alta visibilidade, tais como programas de emprego” (LASENSKY, 2005, p. 49).

A deterioração do que deveria ser o papel da ajuda internacional ocorre, no caso específico da Palestina, porque essa assistência surge como um derivativo não de uma relação bilateral entre doadores e os palestinos como recipientes, mas da relação triangular entre doadores internacionais, os EUA e Israel, um padrão que ganha seus primeiros contornos no fim dos 1970, com o impulso de paz de Carter, como vimos acima. E a motivação de cada um dos conjuntos não estava na Palestina, mas em seus campos domésticos (no caso de Israel, na pólis judaica na Palestina). A implicação era que a agenda de ajuda estava atrelada a ações israelenses ou ao plano diplomático do momento, ignorando necessidades de longo-prazo palestinas.

Com o tempo, as dinâmicas de ajuda ganhavam uma vida própria. Le More detectou que em muitos momentos, quando “[...] conversas bilaterais se rompiam entre israelenses e palestinos, ou quando os EUA decidiam desaparecer do lugar central, a política dos doadores vinha a ser o centro de gravidade política em si, a principal arena onde se desenrolava o processo de paz [...]”. Muitas vezes, isso ocorria no âmbito da AHLC. (LE MORE, p. 84, tradução nossa).

O Ad Hoc Liaison Committee/Comitê de Mediação Ad Hoc (AHLC) foi criado como parte de estruturas formais de ajuda estabelecidas em 1993 e 1994. O comentário que acompanha o documento de estabelecimento do AHLC no compêndio organizado por Terje Rød-Larsen informa que o Comitê foi criado em uma reunião em nível ministerial em 1º de outubro de 1993. O comentário do compêndio diz que o objetivo do Comitê era “[...] realizar encontros regulares em apoio aos esforços de *peacebuilding* [...]”, configurando um “[...] grupo de trabalho multilateral adicional sob o guarda-chuva da fórmula de Madrid”. No entanto, o problema apontado pelo texto assinado por Rød-Larsen é que o AHLC sobreviveu não como *ad hoc*, “[...] mas como a característica mais permanente e estável do processo de paz.” (AIDAN, LAIQ, RØD-LARSEN, 2014, p. 19, tradução nossa).

O documento em si, de 5 de novembro de 1993, oficializava que os membros do Comitê eram os “[...] representantes do Canadá, Comunidade Europeia, Japão, Noruega, Rússia, Arábia Saudita e EUA. A OLP e Israel serão integralmente membros associados ao AHLC, assim como Egito, Jordânia, Tunísia e ONU.” O Banco Mundial, junto a outras instituições especializadas, agiria como um

Secretariado. (AHLC, 2014, p. 19, tradução nossa). Os objetivos do AHLC de acordo com o documento eram:

coordenar e promover esforços de assistência de doadores individuais para o povo palestino (...); ter uma responsabilidade particular de promover o setor privado de comércio e investimentos (...); monitorar desenvolvimentos na economia palestina como um todo. (AHLC, 2014, p. 20)

O AHLC era a principal peça na arquitetura de ajuda, sendo o fórum onde doadores e instituições de ajuda definiam e coordenavam políticas para a Palestina, de acordo com prioridades apontadas pelo Banco Mundial. Este, por sua vez, apontava as atividades que julgava prioritárias para sustentar o processo de paz. (LE MORE, 2008, p. 32; NAKHLEH, 2004, p. 96).

De acordo com Le More, o Banco ganhou “uma função política-chave” na governança dos TPO na medida em que definia e moldava prioridades que dirigiam as decisões de doadores que, na essência, eram a implementação de políticas públicas. Então, o Banco diria aos doadores para investir em “[...] infraestrutura na inepção do processo de Oslo [...]”, ou então encorajá-los a “[...] mudar para a emergência da criação de empregos [...]”, como fizeram em meados dos anos 1990 em resposta ao fechamento israelense. Ou, “[...] como ocorreu durante a Segunda Intifada, usar a ANP como uma máquina de criação de empregos [...]” novamente, dando a ela um apoio de receita sem precedentes “[...] para evitar uma crise socioeconômica mais profunda”. (LE MORE, 2008, p. 108).

O AHLC torna-se a manifestação da relação de agentes externos com os palestinos, pois era a institucionalização de um “politburo de ajuda”, com “EUA, União Europeia, Noruega, a ONU e o Banco Mundial” dominando “[...] a maioria dos processos de coordenação, discussão de políticas, definição de agenda e compartilhamento de informação”. (LE MORE, 2008, p. 37, tradução nossa). Já para Farsakh, esse novo papel central ocupado pela comunidade internacional implicava que o Banco Mundial e os membros do AHLC fossem conselheiros da ANP, ajudando na formulação e administração de políticas econômicas, decidindo a alocação de doações por setor assim como por ministério. (FARSAKH, 2009, p. 392).

3.3 Os impactos e dilemas para a sociedade palestina

Para o propósito desta pesquisa, o impacto mais decisivo da intervenção da comunidade internacional em termos de configuração de território e exercício da violência foi o efeito que a sustentação da ANP teve sobre a sociedade palestina. Algo já observado acima relaciona-se à chave “Terra por Paz”, dado que a manutenção de “Oslo” estava predicada no fortalecimento da ANP, que por sua vez teria que ter a “[...] capacidade de implementar seus compromissos sob o processo de paz”. Mas, como vimos acima, o mecanismo que regrou a ação do conjunto mais amplo da comunidade de *peacebuilding* na Palestina tinha a segurança de Israel no centro, o que levou a uma “[...] suposição mais geral de que tudo pode ser sacrificado em nome da promoção dessa segurança, inclusive a justiça e a democracia dos palestinos.” (SHIKAKI, 2008, p. 132, tradução nossa). Mesmo Israel encorajou os “[...] EUA e outros doadores a encaminharem mais dinheiro para Arafat de modo que a patronagem pudesse ser usada como forma de controlar a situação nos territórios palestinos e gerar uma base de apoio ampla para Oslo.” (LASENSKY, 2005, p. 48, tradução nossa).

O modo como a construção da ANP foi feito na fase inicial configura-se como um caso onde o *peacebuilding*, corroborando a crítica de Chandler sobre os processos de paz nos pós-Guerra Fria, teve muito pouco de uma característica liberal. O ex-diretor do BM para os TPO entende que o canal de incentivo para a construção da entidade palestina dava-se por meio da “[...] criação de um sistema financeiro composto por certos elementos opacos que operariam abaixo da ‘tela do radar’ da responsabilização pública”. O presidente Arafat teve o que alguns diplomatas chamavam de “[...] ‘dinheiro de bolso’, que serviria para assegurar lealdades políticas.” (ROBERTS, 2005, p. 19, tradução nossa).

De novo, isso era consoante com o molde padrão do processo, dos dividendos de paz. O problema foi que, na prática, isso significou diminuir as obrigações democráticas e de direitos humanos da ANP para que Arafat tivesse um espaço de manobra “[...] para controlar a rua palestina e contra-atacar agressões a Israel”. Diplomatas, em grande medida, “[...] toleravam um clima no qual os palestinos que escolhiam falar contra a corrupção ou arbitrariedade eram quase sempre sujeitos a violações das forças de segurança da ANP.” O compromisso dos doadores, que tinha no centro a segurança de Israel, acabou

moldando uma autoridade palestina autoritária e cada vez menos legítima. (ROBERTS, 2005, p. 20, tradução nossa).

Isso resultou no dilema central da configuração e definição do campo político palestino, especialmente quando pensamos nesses modos de patronagem, seja por meios políticos ou econômicos, incentivados na primeira fase da instalação da ANP. A questão é como seria distribuída a autoridade no interior dos territórios autônomos. Ou seja, a ANP seria composta pela “[...] liderança já existente nos ministérios da OLP (baseada fora, em Túnis) [...]” que retornaria aos TPO, ou “[...] deveria criar algo totalmente novo usando as habilidades e conhecimento local desenvolvidos por uma esfera pública embrionária [...]”, com os Comitês Populares e ONGs da 1ª Intifada. (CHALLAND, 2009, p. 62, tradução nossa).

Inclusive, se o debate no fim dos anos 1980 era, como vimos, sobre os modos que organizações de ajuda humanitária poderiam se inserir de modo positivo na sociedade palestina que lutava por seus direitos, com “Oslo” a ajuda em grande parte era “[...] toda dirigida para manter a ANP”. Ou seja, os fundos agora não seriam dirigidos para fortalecer “[...] a capilaridade de comitês populares e organizações da Intifada, mas sim da entidade que era controlada pela liderança que chegava de fora.” (BORNSTEIN, 2009, p. 183, tradução nossa). Isso se traduziu no número de servidores públicos contratados pela ANP, que foi de 20 mil funcionários em 1994 para 70 mil em 1999, e o peso na folha, ocupando cerca de 70% dos gastos públicos. (BORNSTEIN, 2009, p. 184).

No momento de preencher as vagas da ANP, os postos foram dados, na maioria das vezes, a palestinos da OLP que retornavam do refúgio. Logo após a assinatura de Oslo, foram cerca de 100 mil membros da OLP que retornaram à Palestina do exílio. E como parte do Protocolo de Paris, criou-se uma economia de monopólios palestinos, em setores como cimento e petróleo, aliada a uma possibilidade de empréstimos favoráveis à ANP. Foi isso que permitiu alimentar o crescimento rápido de uma classe média palestina politicamente dependente, facilitado pelo número de postos de trabalho que surgem na própria ANP ou em ONGs. Isso cria uma dependência dessa classe média, por meio de salários e contratos, em relação à Autoridade de Autogoverno, e indiretamente aos doadores internacionais que sustentam o mecanismo. (CHALLAND, 2009, p. 63; KAMVARA, 2016, p. 182; ROBERTS, 2005, p. 19).

Já em relação às ONGs existentes, a ANP propôs que se fundissem aos novos ministérios da Autoridade. As organizações próximas ao Fatah aceitaram, mas outras recusaram e preferiram manter-se independentes. Ato contínuo, a ANP então elaborou um texto de legislação sobre ONGs e em 1995 enviou um questionário para suas equipes com perguntas relacionadas “[...] a afiliação política, tempo na cadeia, existência de registros de espionagem [com os israelenses], nome de amigos [...]”, informações que seriam direcionadas aos serviços de segurança palestinos. (CHALLAND, 2009, p. 64, tradução nossa).

Desse modo, produziu-se uma clivagem entre os “retornados” e os palestinos dos TPO que envolvia cisões políticas e econômicas. Nesse sentido, a complexidade desse quadro foi relatada em entrevista concedida ao pesquisador por Sam Bahour, palestino empreendedor do ramo de tecnologia, que voltou aos TPO no contexto dos acordos de Oslo:

“Nesses dois anos, entre 1993 e 1995, estávamos consumidos em reaprender a lógica de nosso tecido social [...] porque o tecido social foi rasgado e rejuntado de novo. Veja, foram cerca de 100 mil pessoas da diáspora, de todas as origens sociais e locais [que retornaram]. Tivemos então uma chacoalhada na sociedade, e acho que algumas vezes fomos cegos para isso. Quando dizemos que nesses dois anos tivemos um ambiente de positividade, acredito que foi menos uma positividade e mais, nós, palestinos, buscando entender o que tinha acontecido conosco. Especialmente os locais. [...] Deviam pensar: quem são as pessoas que agora estão no controle? Eles são palestinos, mas eles estão falando com os israelenses. [...] Essa pessoa não fala árabe direito, mas agora ela é líder de uma empresa. Então acho que foram dois anos mais de reajustamento social [...]”. (BAHOUR, jul. 2019).

Em uma segunda entrevista, voltamos ao assunto. Bahour utilizou-se da imagem de um *melting pot* (*caldeirão*) sociocultural problemático:

Foi um *melting-pot* que não se misturou. Porque a formação da sociedade mudou de forma dramática depois dos Acordos de Oslo. Não apenas havia um fluxo de palestinos da diáspora, alguns como eu [ele passou grande parte de sua vida nos EUA], outros advindos do movimento de libertação nacional, da OLP, alguns destes como guerrilheiros que haviam estado no movimento de libertação por todas as suas vidas. Essas pessoas chegam a uma comunidade que esteve toda a sua vida sob ocupação, que entende o lado israelense, suas complexidades, misturado a mais cerca de 130 mil palestinos que trabalham em Israel todos os dias. Juntar tudo isso sem um sistema de governo apropriado para tornar possível a sociedade avançar, criou todos os ingredientes para um caldeirão palestino sem aquecimento, ou seja, sem governança, sem recursos, sem dinheiro, que não possibilitou a mistura. Isso sentimos até hoje. (BAHOUR, jul. 2019).

Para Kamvara, essa é a tensão central introduzida pelo processo no campo palestino, que ele elabora a partir da contradição posta entre os processos de *nationbuilding* (construção de nação) e *statebuilding*. (KAMVARA, 2016). O primeiro teve como marcos o “[...] colapso de 1948 e a reconstituição subsequente da sociedade palestina [...]”, que por sua vez deu origem “[...] a um movimento de libertação nacional, na forma da OLP”. Na sua trajetória, desde o fim dos anos 1960, a organização tinha dois objetivos centrais interrelacionados. Um explícito, lutar para “[...] suplantando o novo Estado de Israel estabelecido e substituí-lo por um Estado palestino.” Outro, implícito, ocorria conjuntamente, de “[...] forjar e aprofundar a identidade nacional palestina”. Este, um grande sucesso. Aquele, um enorme fracasso. (KAMVARA, 2016, p. 7, tradução nossa). O dilema para os palestinos foi, com a assinatura dos Acordos de Oslo, o projeto da nação associar-se à construção do Estado, que na sua configuração mais ampla do *statebuilding*, significava fazer as classes média e média alta empreendedoras na Cisjordânia e na Faixa de Gaza parceiras de agentes e forças da ocupação. Pelo mecanismo de Oslo, a ANP não era apenas o mecanismo que podia ligar a pólis nacional palestina a um vasto conjunto de entidades internacionais, mas também era o elo que, no fim, acoplaria o funcionamento nacional palestino ao aprofundamento da colonização de Israel. (KAMVARA, 2016, p. 2).

3.4 “Oslo” como a base de uma pólis-global de risco

Apesar do conjunto de críticas à fase inicial de Oslo, possíveis por estarmos afastados no tempo, esta termina em uma nota dramática, com o impasse colocado no interior da pólis judaica pelo assassinato, em 4 de novembro de 1995, de Yitzhak Rabin.

Uma manifestação ilustrativa da construção feita em relação a “Oslo”, foi o discurso feito por Hosni Mubarak, então presidente do Egito, na ocasião do funeral de Rabin. Naquele momento, Mubarak fazia uma eulogia não apenas do israelense que partia, mas do processo que ficava:

Yitzhak Rabin desafiou os preconceitos do passado e lidou de frente com o mais complicado dos problemas, a notória questão palestina. O sucesso que ele conquistou a esse respeito fincou as firmes fundações de uma coexistência pacífica entre palestinos e israelenses em um clima de confiança e mútuo respeito. Estas conquistas, sem qualquer dúvida, estabeleceram ele como um

verdadeiro herói da paz. Apenas por nosso inabalável compromisso com esse objetivo nós podemos verdadeiramente honrar a memória deste herói caído. E eu diria que a mensagem memorial de Yitzhak Rabin é que nós continuemos o que ele começou. E isto é o processo de paz. (ENDERLIN, 2002, p. 9, tradução nossa).

Se em 1995 não era possível ainda entender os problemas do “contrato” de Oslo, muito se deve ao fato que ainda haviam poucos de seus efeitos consolidados. Na época da assinatura, nos conta o jornalista Robert Fisk, “Oslo” foi “[...] recebido pelos estadistas do mundo inteiro – e pela maioria dos jornalistas – como algo parecido ao segundo advento. Aquele era um aperto de mãos que inaugurava uma ‘espécie de ideologia’. Não havia lugar para críticas”. (FISK, 2006, p. 544).

Não só diplomatas e jornalistas acreditavam no Acordo. Uma pesquisa de opinião conduzida pelo Centro de Mídia e Comunicação de Jerusalém (JMCC) entre palestinos de Cisjordânia e Gaza, ainda em setembro de 1993, uma semana depois de o acordo ser assinado, sugeriu a seguinte afirmação: “o acordo constitui um passo realista que pode nos levar a um Estado Palestino?”. Do total, 60,1% concordaram, enquanto 33% discordaram. Quando a afirmação posta era “o acordo legitima e fortalece a ocupação”, 37,5% concordaram e 54,6% discordaram. (JMCC, 1993).

O historiador Avi Shlaim, do lado israelense, foi um dos entusiastas do processo, já que, para ele, apesar de “[...] todas as limitações e omissões dos Acordos de Oslo [...]”, considerava-o como um passo na direção certa. No fim, aqueles termos colocariam “[...] em movimento um processo irreversível [...]”, por um lado, “[...] de retirada israelense de quase todos os territórios ocupados [...]”, por outro, de surgimento de “um Estado palestino independente”. (SHLAIM, 2010, p. xii, tradução nossa).

Mas, escrevendo em 2009, ele admite que sua visão havia mudado. Ele relembra do debate que teve com Edward Said e admitia que, passados 16 de anos (de 1993 a 2009), “[...] é indiscutível que eu estava errado e Edward Said estava certo na sua análise da natureza e das limitações dos Acordos de Oslo.” (SHLAIM, 2010, p. xiii).

Ele admite que, na época, a “[...] crítica de Said aos Acordos de Oslo pode ter parecido desnecessariamente dura e pessimista [...]”, mas foi vingada pelo que veio depois, tornando-se “uma crítica quase profética.” Para Shlaim, uma

explicação para a presciência de Said estava no simples fato de que “[...] ele leu o texto da Declaração de Princípios muito cuidadosamente, e ele era magistral na análise de textos.” (SHLAIM, 2010, p. 351, tradução nossa).

A “profecia” de Said foi registrada no artigo “The Morning After”, que ele publica no dia 21 de outubro, pouco mais de um mês após a cerimônia na Casa Branca. Lá, ele definia Oslo não como um acordo de paz, mas por “[...] seu verdadeiro nome: um instrumento de rendição palestina, um Versalhes palestino.” Pior, Said acreditava que a OLP, desde Camp David, “[...] poderia ter negociado um arranjo melhor do que esse **Plano Allon** modificado, um que não exigisse tantas concessões unilaterais a Israel.” Arafat, aceitando o plano de autonomia em contrapartida da segurança de Israel, tinha renunciado “à Carta da OLP”, resoluções da ONU, como aquelas que “deram direitos aos palestinos refugiados”. Era como se a OLP tivesse acabado com a Intifada, que personificava não o terrorismo ou a violência, mas o direito palestino de resistir”. Como o contraponto a Peres, Said fazia questão de lembrar da história, acusando duramente Arafat de ter renunciado ou silenciado “[...] os milhares de mortos bombardeados por Israel nos campos de refugiados, hospitais e escolas no Líbano; a expulsão de Israel de 800 mil pessoas em 1948; [...] a destruição de mais de 400 vilas palestinas; e a devastação de 26 anos de ocupação militar brutal”. (SAID, 1993, tradução nossa). Lendo Said em contraponto a Peres, estamos diante de uma imposição israelense violenta, que já podia ser na analogia que Dayan desenhou para Touqan (ver cap. 2, p. 69), da colonização como um ato de estupro. Said assim descreveu então a cerimônia da Casa Branca, como um:

[...] espetáculo degradante de Yasser Arafat agradecendo a todos pela suspensão da maior parte dos direitos de seu povo e a tola solenidade da **performance de Bill Clinton, como um imperador romano do século XX pastoreando seus dois reis vassalos** por meio de rituais de reconciliação e reverência: tudo isso apenas temporariamente obscurecem as verdadeiramente assustadoras proporções da capitulação palestina. (SAID, 1993, tradução nossa, grifo meu).

Ironicamente, a correlação de Said não era impertinente. Para Bzrezinski, na sua formulação de uma sustentação imperial para os EUA no pós-Guerra Fria, o exercício do poder ‘imperial’ americano era “[...] derivado em larga medida de organização superior, da habilidade de mobilizar vastos recursos econômicos e tecnológicos rapidamente para propósitos militares, do vago mas significante apelo

cultural da forma de vida americana [...]”. A genealogia imediata imaginada por ele, entre “impérios antigos que compartilhavam desses atributos”, era Roma. (BRZEZINSKI, 1997, p. 7, tradução nossa). Isso porque, entre seus vários atributos, o poder imperial de Roma “[...] também derivava de uma importante realidade política [...]”, o *status* de cidadão romano, “[...] uma expressão de superioridade cultural que justifique um senso de missão do poder imperial.” Era isso que legitimava “o regime de Roma” ao mesmo tempo que **“inclinava aqueles sujeitos a ele a desejar a assimilação e inclusão na estrutura imperial.”** (BRZEZINSKI, 1997, p. 8, tradução nossa, grifo meu).

Os Acordos de Oslo, como o “contrato” do processo de paz, no fim desenharam um mecanismo de configuração e sustentação da ANP que a formatou como o “Estado fantasma” de Chandler (ver p. 32), cuja existência só faz sentido no interior das agendas das redes de governança, como no caso da Bósnia. Também a ANP ganhava função e razão de existência apenas inserida na **arquitetura da ajuda internacional** montada pelo processo de paz. Claro, diferente do caso analisado por Chandler, não se quebrava uma soberania formal, mas sim o laço da coletividade nacional que sustentou a luta de libertação, por exemplo, na Intifada. Ou seja, a cisão produzida em conjunto com a comunidade de intervenção de *peacebuilding/statebuilding* fragmentava a própria pólis nacional palestina.

Essa dinâmica de quebra da identidade política e da coesão social palestinas se deu, por um lado, pela desconfiança que o novo regime ANP desenvolveu em relação à própria sociedade que governava. Para Kamvara, a relação que se desenvolveu entre a elite e a população das áreas palestinas dos TPO era mediada por “cooptação, coerção e marginalização.” “Oslo” permite a instalação de um regime de líderes reconhecidos do exílio, os baluartes sobreviventes da OLP, mas que no território se constituíram em um regime de “estrangeiros”, de autoridades que governavam os palestinos com a permissão dada pelos Acordos, que, no fim, como vimos, era a permissão do comandante militar israelense sob a condição de que controlassem distúrbios de sua população. Para isso, a ANP estabeleceu ao redor de onze serviços de segurança diversas, ao mesmo tempo que não tinha qualquer experiência “[...] sobre conceitos de democracia, liberdade, ou sociedade civil, conhecendo apenas dinâmicas de

autocracia, paternalismo, nepotismo e absolutismo [...]” que lhes haviam feito sobreviver como organização no exílio. (KAMVARA, 2016, p, 57, tradução nossa).

Por outro lado, a multiplicidade de agentes inseridos na decisão de políticas públicas dentro dos Territórios palestinos configura, então, a montagem de um novo mecanismo político que, entre outras coisas, tem suas próprias dinâmicas de exercício da violência.

Da’na (2014) enxerga um espaço político palestino restringido pelo poder dos fluxos internacionais de ajuda, já que estes foram oferecidos a instituições locais em “formas de pacotes e práticas ditadas” como “[...] requerimentos específicos do ‘processo de paz’”. Como o processo de Oslo, pelos mecanismos expostos acima, teve seus aspectos políticos iniciais e emendas subsequentes formulados com base e, pressupostos neoliberais, a construção de um Estado palestino e o desenvolvimento econômico e social dos TPO, além de sofrer sob a ocupação militar de Israel, estava sujeito agora a uma “[...] pesada interferência de instituições financeiras e outras agências de desenvolvimento internacionais.” Para Da’na, a intervenção multidimensional converteu os Territórios Ocupados em um “[...] laboratório de tecnologias de controle, onde um escopo de tecnologias de **“governança, engenharia social, desenvolvimento econômico”** foram “[...] implementados e avançados pelos mais altos oficiais, agências doadoras e instituições financeiras internacionais.” (DA’NA, 2014, p. 130, tradução nossa, grifo meu).

Já Haddad (2016), expõe a contradição da construção de paz aplicada à Palestina a partir da lógica de Oslo de, por um lado, criar uma autoridade semiautônoma que governaria auxiliada pela comunidade internacional em benefício dos palestinos, mas que, por outro, teve o efeito de um acúmulo de intervenções de doadores que privou “[...] o movimento de libertação nacional palestino de ter qualquer voz [...]” na formatação dessa mesma entidade. No fim, o corpo político mais amplo dos Acordos, constituído pela ANP, pelo governo de Israel e por agentes da comunidade internacional, entre eles doadores internacionais que operavam com objetivos de desenvolvimento, *peacebuilding* e *statebuilding*, funcionou como uma “[...] variante de uma companhia limitada de *shareholding* (LTD)”. Assim o processo de paz desvirtuou-se em um arranjo de investidores locais, regionais e internacionais que oferecia dividendos financeiros,

e também “[...] retornos particulares políticos, administrativos e de segurança.” (HADDAD, 2016, p. 9, tradução nossa).

A imagem conceitual que resume bem essa influência externa multifatorial sobre os territórios palestinos, a **Arquitetura do Terminal**, foi construída por Weizman. Sua análise parte do Artigo X, “Passagens”, que define “arranjos de coordenação entre Israel e a Autoridade Palestina em relação a passagens entre Jordânia-Jericó, assim como outros cruzamentos internacionais acordados”. (GAZA, JERICÓ, 2014, tradução nossa). Ali, definia-se o papel dos palestinos nos terminais de fronteiras que desde 1967 eram controlados por Israel. O terminal seria como uma grande base militar que seria gerida por oficiais palestinos, ou seja, eles estariam visíveis aos olhos que transitavam por ali. Mas a arquitetura permitia a Israel controlar, caso a caso, a quem seria permitido atravessar o terminal, pois, por meio de um mecanismo de gaveta, podia checar os documentos dos viajantes em uma sala que não era visível. Para Weizman:

[...] mais do que uma mera solução a um problema específico de segurança/política, a arquitetura do terminal é um diagrama das **novas relações de poder articuladas por meio do processo de Oslo**. Personificada na arquitetura dos terminais estava a própria lógica militar, política e econômica do processo de Oslo, que buscava substituir a ocupação direta e a administração dos territórios ocupados, e assim a responsabilidade direta sobre eles, pela criação da Autoridade Palestina - **um sistema político próstético sustentado pela comunidade internacional** - e a delegação de funções locais a ela. (WEIZMAN, 2007, p. 141, tradução nossa, grifo meu).

E já em 1995 era possível ver sinais de possíveis frustrações futuras. Do ponto de vista econômico, a inabilidade de o processo criar uma estrutura política coerente significou que já no fim dos anos 1990 a economia dos TPO estava sofrendo com uma baixa renda per capita, altos níveis de desemprego e pobreza e pouca capacidade industrial. (TAGHDISI-RAD, 2014, p. 25).

Se, por um lado, o período de 1993 a 1998 ofereceu um acumulado de doações para a ANP de cerca de US\$ 2,45 bilhões, o “PNB caiu a taxas de 3,4%, 10,1 % e 2,9% nos anos de 1993, 1995 e 1996, respectivamente”. (SAMARA, 2000 apud TAGHDISI-RAD, 2010, p. 56, tradução nossa). Já o desemprego entre a força de trabalho palestina, em 1995, era de 32,6%. (TAGHDISI-RAD, 2010, p. 56).

Por fim, se a entidade palestina foi formatada para garantir a segurança que o processo demandava, a política de assentamentos avançou. Segundo dados da

organização israelense Peace Now¹³, que tem um programa de monitoramento do crescimento dos assentamentos, entre 1989 (quando James Baker começa a fazer as primeiras tentativas de realizar um processo) até 1996 (um ano depois de israelenses e palestinos assinarem o Acordo Interino sobre Cisjordânia e Gaza), a população de colonos dobrou: foi de 73.000 para 146,900 apenas na Cisjordânia. No período de Rabin no poder, entre 1993 e 1996, o crescimento foi de 30 mil. Se olharmos para o lançamento de construção de unidades de assentamentos, o governo de Shamir, já no interior do processo de Madrid, quebrou todos os recordes - em 1991 foram 7750 novas unidades, o maior índice até 2016; em 1992, foram 6180. Já sob Oslo, em 1993, foram 2240 novas unidades, em 1994, 1320, e em 1995, 2584. O cenário, de fato, não era promissor.

¹³ Dados retirados de <http://peacenow.org.il/en/settlements-watch/settlements-data/construction>

4 O FIM DA “PAZ” NO PROCESSO: DE VOLTA AO CONFRONTO COLONIAL

Em 1996, com eleições realizadas após o assassinato de Rabin, volta ao poder o Likud de Yitzhak Shamir, que havia sido oposição ao processo de Oslo. Mas agora o partido tinha a liderança de Benjamin Netanyahu, que havia articulado, desde 1995, uma narrativa para atacar o processo de paz centrada na figura do líder palestino: “[...] o processo de paz estava fadado ao fracasso de qualquer forma porque Arafat não era um parceiro genuíno de paz e tinha as suas próprias linhas vermelhas que ele jamais ousaria cruzar”. (RABINOVICH, 2018, p. 27, tradução nossa).

No entanto, no livro “Durable Peace”, publicado em 2000 quando já não estava mais no cargo de primeiro-ministro (havia perdido eleição em 1999 para Barak, e voltaria em 2009), Netanyahu delineia como enxergava o processo do qual fora parte por cerca de três anos. Para ele, os termos dos Acordos tinham eliminado o dilema sobre “[...] a questão de Israel reter uma população hostil [...]” com a implementação do primeiro estágio de cessão de terras feitas por Rabin. Afinal, Israel havia transferido ao controle palestino a maior parte do território do distrito de Gaza, que englobava todos os residentes palestinos dessa área, e terras que englobam 98% da população palestina na Cisjordânia. (NETANYAHU, 2000, e-book, tradução nossa).

As questões para serem resolvidas a partir de então não eram mais relacionadas a “[...] direitos humanos palestinos ou da privação de seus direitos civis [...]”, algo que agora era problema “deles”. O que restava definir entre palestinos e israelenses era “[...] a disposição do resto do território da Judeia e Samaria [...]” e “[...] o *status* político da entidade de autogoverno palestina, e sua relação com Israel”. Isso estava conectado à vontade de Netanyahu manter territórios para expandir a presença judaica, exposto quando apontava a necessidade de Israel “[...] manter os amplos corredores de território que facilitavam o movimento da costa para a *buffer zone* do **Vale do Jordão** [...] em momentos de emergência”. Mas, “[...] não acidentalmente [...]”, esses corredores incluíam “[...] grande parte da população judaica na Judeia e na Samaria”. Manter as partes do território não repassadas para a ANP também era importante para que o controle de recursos, como “[...] o principal aquífero que supre cerca de 40% da água do país, correndo nas partes baixas da costa ocidental dos montes de

Judeia e Samaria, não fique sob controle palestino”. (NETANYAHU, 2000, e-book, tradução nossa).

O que ele expunha era uma elaboração de elemento que esteve no centro da visão israelense para os TPO desde o início da ocupação dos TPO, mas agora dentro de novas estruturas de interação providas pelo processo de paz. Se voltarmos a 1967, a preocupação central de Allon, a partir das capacidades da colonização israelense e da conjuntura internacional de então, era definir o território a leste e evitar implementar qualquer laço de governo ou administração sobre a população palestina. Em outras palavras, manter o caráter judeu dos territórios controlados por Israel enquanto produzia um espaço para segurança essa configuração (ver p. 67). Entrados dez anos em “Oslo”, aos olhos de Netanyahu, a questão estava resolvida, afinal os palestinos não eram mais um problema israelense, sim da ANP, e a retenção de terras e recursos ocorreria no interior do enquadramento de “Oslo”, com a definição da disposição de terras na Cisjordânia.

Netanyahu podia se opor à visão mais geral de “Oslo” da troca de terra por paz, mas se apropriava de seus procedimentos e resultados, já que estes haviam provido a possibilidade de Israel desligar-se do controle de “[...] uma população hostil [...]” ao mesmo tempo que podia manter corredores de território na “Judeia e na Samaria”. De fato, a visão do primeiro-ministro sobre o acordo permanente era a de que “[...] os palestinos deveriam ter todos os poderes para administrar a vida palestina [...]”, enquanto outros, relacionados a ambiente e segurança externa, ficariam com os israelenses. Por isso, Israel deveria manter o controle do espaço aéreo e dos pontos de entrada por meio dos quais “[...] armas e terroristas poderiam penetrar nas áreas palestinas e de lá para Israel”. (NETANYAHU, 2000, e-book, tradução nossa).

No poder, Netanyahu traduziu suas visões em uma prática de atrasos das fases de entrega gradual de terras aos palestinos previstas em Oslo II, ao mesmo tempo que o número do lançamento de construções nos TPO aumentou. Em 1996, ano em que Israel foi governado por Peres (interinamente após a morte de Rabin) e Netanyahu, foram 1982 novas unidades. Já somente sob a administração do Likud, em 1997 e 1998, foram, respectivamente, 2564 e 4337 construções

iniciadas. A população de colonos foi de 146.900, em 1996, para 183.900, em 1999¹⁴.

Essa expansão não se resumia a número, mas a demarcar já naquele momento linhas que, em teoria, deveriam ser definidas ao fim do processo. Em 24 de setembro de 1996, dois meses depois de assumir o cargo, o primeiro-ministro aprova o início de escavações de um túnel na Cidade Velha de Jerusalém, vista pelos palestinos como ameaça ao Haram al-Sharif, lugar sagrado onde está o Domo da Rocha e a Mesquita de al-Aqsa. (GOLAN, 2007; SELIKTAR, 2009). Mesmo com alertas do exército e da inteligência, Netanyahu decidiu avançar com a obra. Quando a notícia se espalhou, um levante explodiu por toda a Cisjordânia, no que Rabbani (2001, p. 69) considerou então o choque mais violento entre palestinos e israelenses desde 1967. Por breves momentos, os termos de segurança de Oslo se desmancharam, já que, à medida que palestinos eram alvejados por tanques e helicópteros através dos TPO, com mortes chegando a 80, a polícia palestina se voltou contra os israelenses, matando por volta de 17 soldados. (RABBANI, 2001, p. 70; TYLER, 2012, p. 395).

Nesse mesmo contexto, já em 1997, o primeiro-ministro também aprova o início da construção do assentamento de Har Homa, um bloco de moradias nos TPO que corta Jerusalém de sua conexão mais direta com Bethlehem, ao sul. Em seguida, logo depois que um ataque terrorista mata três israelenses em Tel Aviv, Netanyahu decide suspender a implementação dos Acordos e renová-lo sujeito à completa interrupção da violência palestina. (DEL SARTO, 2017, p. 24).

Dados levantados pela organização israelense B'tselem sobre as mortes no período registra que o número de civis mortos dentro de Israel para os anos de 1996, 1997 e 1998, respectivamente, foi de 38 (sendo 7 menores), 25 (sendo 3 menores) e 1. Já o número de colonos mortos dentro dos TPO foi de 3 (1 menor), 4 e 8 para os mesmos anos. Entre os palestinos, os mortos dentro dos TPO por forças da ocupação chegaram a 69 (sendo 10 menores), 18 (5) e 21 (3) para os anos de 1996, 1997 e 1998. Veja que tal proporção de mortes, 79 israelenses e 108 palestinos, é incomum. Se tomarmos o total de mortes por ataques no período de dezembro de 1987 (explosão da 1ª Intifada) e setembro de 2000 (explosão da

¹⁴ Dados retirados em: <https://peacenow.org.il/en/category/settlements>

2ª Intifada), o número de óbitos de civis israelenses, em Israel e nos TPO, é de 271 pessoas. O número palestino chega a 1376¹⁵.

A postura do Likud, travando o processo de retiradas de território, desagradava a Clinton e a membros de sua administração. Ross revela que Madeleine Albright e Sandy Berger, respectivamente Secretária de Estado e Conselheiro de Segurança Nacional, acreditavam que tal atitude complicava a vida dos EUA na região, já que tornava difícil, por exemplo, “[...] sustentar sanções e pressões sobre o Iraque, com os árabes tendo dificuldade em aceitar que o Iraque era sujeito a sanções, enquanto Israel não.” (ROSS, 2016, p. 282, tradução nossa).

Por isso, para evitar o colapso de “Oslo”, Clinton produz, em 1998, a rodada de Wye River para definir os passos seguintes da entrega de território à ANP. O Acordo ali assinado, para além da sobrevivência do processo, deixou marcas importantes. Por um lado, como comentam Aidan, Laiq e Rød-Larsen, demonstrava que mesmo “[...] um governo liderado pelo Likud concordava a trabalhar dentro do molde Oslo”. Isso era verdade. O que talvez fosse equivocado concluir era que, “[...] ao aceitar as retiradas da Cisjordânia, ele *de facto* abandonava a ideologia da ‘Grande Israel’”. (AIDAN, LAIQ, RØD-LARSEN, 2014, p. 348/349, tradução nossa).

O documento assinado em 23 de outubro de 1998, uma articulação de Clinton provia, por um lado, definições mais detalhadas de porções e datas para fazer avançar a passagem de território para o controle da ANP nos termos de Oslo, imaginando uma “retirada israelense” adicional equivalente a 13% da Cisjordânia. Por outro, detalhava também condições de segurança que a autoridade palestina teria que atingir para que o processo seguisse adiante, ou seja, amarrava-a às demandas israelenses em temas de **segurança** e política. (LASENSKY, 2005, P. 50; WYE RIVER, 2014).

Depois de Wye River, a nova distribuição de território (ver números de 1993 no capítulo 3, p. 127) entre áreas A, B e C ficou, respectivamente, em 9,1%, 20,9% e 70% do território. O que ocorreu foi que Israel repassou responsabilidades de segurança em Área B para a ANP, mudando seu *status* para Área A, que aumentou em 7% em relação a 1993. Já a Área C, sob total controle israelense, teve mudança mínima, diminuindo de 72% para 70%. (PASSIA, 2012, p. 2).

¹⁵ Dados retirados em: https://www.btselem.org/statistics/first_intifada_tables

Wye River, do ponto de vista político dos Acordos, marcava a mudança de postura e de papel dos EUA, de um mediador para um monitor e assistente (GOLAN, 2007, p. 30), ou mesmo a de um juiz, forçando a implementação de termos que as partes se negavam a executar. (LASENSKY, 2005, P. 50).

No Item 2, cláusula A, “Segurança”, definia-se, entre outras coisas, que “[...] em adição à cooperação de segurança bilateral israelo-palestina, um Comitê EUA-palestino irá se encontrar quinzenalmente para rever passos tomados para eliminar células terroristas [...]”. (WYE RIVER, 2014, p. 350, tradução nossa). Na prática, o presidente dos EUA estava tomando um papel ativo na formulação e implementação dos Acordos ao “[...] comprometer a CIA a assistir as forças de segurança palestinas a prevenir ações terroristas [...]”. (WANIS-ST. JOHN, 2011, p. 169, tradução nossa).

Clinton, portanto, trabalhava para encaminhar as negociações de *status* permanente previstas em “Oslo” ainda até o final de seu mandato, em 2000. Podemos dizer que, em 1998, ele continuava como aquele imperador romano descrito por Said, cortejando dois de seus reis vassalos. Netanyahu, a contragosto ou não, deveria cumprir os termos aceitos por Rabin. Arafat, por sua vez, deveria aumentar seus esforços para garantir a segurança demandada em “Oslo”.

Para que as partes cumprissem as metas postas no Acordo, montou-se um cronograma detalhado de 12 semanas para condicionar a devolução de terras à execução de políticas de segurança, como esforços anti-incitamento e coletas de armas. Mas em vez de pavimentar o caminho para as negociações de *status* permanente, a dinâmica de Wye River proveu um mecanismo para Israel interromper seu andamento.

Netanyahu, de fato, no seu relato de 2000 gabou-se de ter conseguido inserir tal dinâmica na rodada de Wye River. Ele argumenta ter incorporado ao Acordo “[...] o princípio da reciprocidade [...]”, ou seja, os palestinos só conseguiriam os 13% da Cisjordânia sugeridos por Clinton depois de “[...] implementar os compromissos tomados em Wye. Não haveria mais almoços grátis”. (NETANYAHU, 2000, e-book, tradução nossa).

O processo de fato não andou para além da entrega inicial de “Wye”, ainda que Clinton admitisse, em carta de abril de 1999 a Arafat, que os “[...] palestinos têm implementado seus compromissos para a segunda fase, e eu aprecio seus

esforços, particularmente aqueles na área de segurança”. (CLINTON apud ENDERLIN, 2002, p. 108, tradução nossa).

Uma nova abordagem da chave “Terra por Paz” não foi o único legado de “Wye”. Lasensky argumenta que a partir de então criava-se uma “[...] maior dependência de ajuda externa”. A nova iteração de “Oslo” demandava um novo aporte de ajuda, garantido por uma articulação dos EUA para um novo programa de cinco anos a partir de 1998.

No entanto, mais do que os valores investidos no processo, a mudança mais decisiva era que a partir de então a comunidade doadora da Palestina não teria a expectativa do avanço de um progresso político para planejar seus projetos de ajuda. O desenho e implementação de projetos não mais sucederiam os marcos de “Oslo”, mas sim os produziram. (LASENSKY, 2005, P. 50).

4.1 O início da elaboração definitiva de espaço e violência: a *konceptzia* israelense

Netanyahu não permaneceria no governo por muito tempo. Depois de um voto de confiança que colocou seu governo em xeque e eleições realizadas em 1999, o Partido Trabalhista, agora com Ehud Barak, voltava ao poder. Clinton, por sua vez, enxergava uma nova oportunidade de levar adiante e terminar o processo de paz. Ross registra que, com o trabalhista, “[...] Clinton uma vez mais tinha um parceiro na produção de paz”. O presidente dos EUA via no israelense “[...] um líder preparado para mover-se rápido a tomar grandes riscos e a terminar o trabalho que Rabin havia começado” (ROSS, 2016, p. 288, tradução nossa).

É possível ter uma ideia da visão de Barak sobre o processo de paz por meio do discurso que fez logo após sua vitória, na madrugada de 19 de maio de 1999, para a multidão na Praça Rabin, em Tel Aviv, que foi o saudar:

O tempo para (fazer) paz chegou. Não uma paz a partir de uma posição de fraqueza, mas a paz na força e na segurança; não uma paz ao desistir da segurança, mas a paz que trará segurança. Nós nos moveremos rapidamente em direção à **separação** dos palestinos ao desenhar quatro linhas na areia: de uma vez por todas uma **Jerusalém** unificada sob nossa soberania, como a capital eterna de Israel; de nenhuma forma nos retirar para as **fronteiras** de 1967; nenhum exército na margem ocidental do Jordão; a maioria dos moradores dos assentamentos na Judeia e na Samaria serão alocados em unidades de **assentamentos** sob nossa soberania. (ENDERLIN, 2002, p. 112, tradução nossa, grifo meu).

Em suma, o no primeiro-ministro trabalhista, de saída, já tinha desenhado suas linhas: Jerusalém oriental não seria devolvida, a fronteira teria um desenho diferente da Linha Verde de 1949 e os assentamentos nos TPO seriam rearranjados, não retirados.

De acordo com Ross, com o novo primeiro-ministro montou-se um “[...] padrão que veríamos pelo restante da administração de Clinton: Barak teria grandes ideias e estaria convencido de suas táticas, mas precisava de nossa [estadunidense] ajuda para implementá-las”. (ROSS, 2016, p. 288, tradução nossa).

Em 4 de setembro de 1999, depois de conversas mediadas pelo presidente Hosni Mubarak, do Egito, aquele mesmo que havia discursado no velório de Rabin, o governo israelense e a OLP/ANP assinavam o Memorando de Sharm el-Sheik, um documento que, centralmente, continha um segundo realocamento de tropas israelenses, o que viria a ser a última cessão significativa de território à Autoridade Palestina, e definição de termos para as conversas de *status* permanente, que deveriam ocorrer por volta de setembro 2000. Com o realocamento de Sharm el-Sheik, agora 17,2% das terras compunham Área A, 23,8% Área B, e 59% Área C. (PASSIA, 2012, p. 2).

No entanto, nas reuniões que se seguiram ao Memorando, ficou clara a dificuldade de negociadores palestinos e israelenses alcançarem termos satisfatórios para o encontro marcado para o período de 11 a 24 de julho de 2000, em Camp David. (ENDERLIN, 2002; GOLAN, 2007). E à medida que a data se aproximava, ficava claro que das três partes interessadas, apenas duas, Clinton e Barak, tinham vontade de seguir com o acordado. Arafat estava hesitante e, em 15 de junho, em reunião com o presidente estadunidense em Washington, expôs parte de suas preocupações em relação à rodada de Camp David:

Sr. Presidente, nenhuma negociação pode ser bem-sucedida sem uma total aderência aos acordos já concluídos. Este é o motivo de porque estou lembrando-o da importância de uma terceira realocação, que eu, devo complementar, está mencionada em todos os acordos até hoje [...] Não é uma questão de porcentagens [de território da Cisjordânia], mas de confiança entre as duas partes. [...] Tenho a impressão de que o que se espera de nós é que fiquemos quietos e esperemos o Sr. Barak decidir o que é bom para ele e para nós. De fato, eu tenho medo de que esse homem, Barak, queira nos levar para um canto e fazer com que pareçamos a parte culpada. (ENDERLIN, 2002, p. 163, tradução nossa).

Já no fim de junho, Clinton liga para Arafat e garantia que não havia o que temer, que de nenhuma forma colocaria a culpa nele por qualquer fracasso. O presidente corria contra o tempo, já que seu segundo mandato chegava ao fim e as prévias democratas se aproximavam. A Conferência deveria ocorrer em meados de julho. (DEL SARTO, 2017, p. 38; ENDERLIN, 2002, p. 170; MORRIS, 2009, p. 135; TONGE, 2014, p. 76). Por fim, em 5 de julho, diante da inquebrável recusa de Arafat, Clinton telefona para o chefe da ANP convidando-o para ir aos EUA fazer parte da conferência que começaria seis dias depois em Camp David. Arafat reúne seu comitê de negociação em Ramallah e diz a eles: “Isso é uma armadilha para nós!”. No entanto, o destino estava selado, “[...] os palestinos não tinham escolha: eles não podiam recusar um convite do presidente dos EUA.” (ENDERLIN, 2002, p. 171, tradução nossa).

Barak, por seu lado, diferenciava-se dos antecessores israelenses por uma abordagem menos afeita ao gradualismo passo a passo. Ele queria definir as negociações de *status* permanente por uma abordagem que Rød-Larsen chamou de “totalista”. (RØD-LARSEN, 2014, p. xxxii). O diplomata norueguês explicou o que isso queria dizer por meio do relato de uma conversa que teve com o então primeiro-ministro na sua casa, nos arredores de Tel Aviv. Barak teria lhe dito:

‘O problema em mãos é que nós temos um cachorro feio diante de nós. O objetivo é deixar o cachorro mais bonito. Para fazê-lo, precisamos analisar o que é feio nele. E então nós vemos que é o rabo que faz o cachorro feio. Por meio dessa análise, nossa tarefa se torna fácil: ao cortar o rabo, nós fazemos o cachorro bonito.’ E então ele completou, sarcasticamente: ‘Mas eu não vou cortar o rabo do cachorro do modo que o pessoal de Oslo tem feito, de forma dolorosa, fatia por fatia, como um salame. Nós precisamos cortar tudo de uma vez.’ (RØD-LARSEN, 2014, p. xxxiii, tradução nossa).

Na ocasião de Camp David, ao contrário do que Clinton havia prometido a Arafat, a responsabilidade pelo fracasso das conversas foi colocada sobre o líder palestino. Morris, por exemplo, diz que Barak de fato ofereceu “[...] um Estado palestino em troca de paz [...]”, ou seja, “[...] Israel teria feito uma série de propostas, uma melhor do que a outra, sobre território, Jerusalém, a natureza do Estado palestino [...]”, mas Arafat consistentemente dizia ‘não’ e demandava mais. (MORRIS, 2009, p. 135, tradução nossa).

A visão prevalente em Israel, de fato, foi que os palestinos rejeitaram a oferta generosa e não fizeram qualquer contraproposta, demonstrando sua recusa de chegar a um acordo. Os EUA e a maior parte do mundo ocidental aceitaram essa

visão, e foi repetidamente empregada por grande parte da mídia global. (CYPEL, 2005; DEL SARTO, 2017; ZOUGHBIE, 2014). No entanto, em uma série de artigos no New York Times, um ano depois, Robert Malley, o conselheiro especial de Clinton para os temas árabe-israelenses, publicou sua análise do que ocorreu em Camp David. O diplomata sugere olharmos para as posições de Arafat desde Oslo. Os palestinos teriam aceito as fronteiras de 4 de junho de 1967 para seu Estado. Também “[...] aceitaram a anexação de territórios na Cisjordânia para garantir que os grandes blocos de assentamentos permaneçam sob soberania israelense [...]”, ou então a “[...] soberania israelense sobre áreas judaicas em Jerusalém Oriental depois da guerra de 1967”. Malley ainda argumentava que, embora “[...] os palestinos insistam no direito de retorno dos refugiados [...], concordaram que a implementação disso não deveria ser ameaçadora à segurança do Estado de Israel.” (ZOUGHBIE, 2014, p. 12, tradução nossa). Nenhuma documentação da proposta de Barak foi produzida, mas foi possível elaborar um mapa (ver Mapa 6) da proposta a partir do cotejamento de participantes das conversas. O mapa abaixo foi produzido a partir de relatos de membros da equipe de negociação palestina.

Barak anexaria 9% da Cisjordânia, com a contrapartida do equivalente a 1% de território, ao sul de Gaza que fazia parte de Israel. No entanto, o exército israelense permaneceria, por um período de 12 e 20 anos, com o controle do Vale do Jordão, o que significava uma permanência em outros 10% de território. Sobre Jerusalém, Israel manteria controle unificado sobre a cidade, mas cederia um tipo de “custódia” sobre o Haram al-Sharif, soberania sobre os quarteirões muçulmano e cristão na Cidade Velha, e sobre sete de nove bairros em Jerusalém Oriental. (ENDERLIN, 2002, p. 258; GOLAN, 2007, p. 39).

Em suma, além de uma oferta que mantinha 20% do território fora das mãos da ANP, o desenho no mapa mostrava, primeiro, que Jerusalém seria definitivamente anexado, e, segundo, que o Estado seria descontínuo até uma suposta devolução do Vale. Os punhos de Israel na Cisjordânia anexariam o que hoje são os conjuntos de assentamentos de Ariel, ao norte, e Maale Adumim, no centro. Arafat escreve em carta a Clinton: “Aprecio seus esforços..., mas essas propostas não podem constituir uma base para a reconciliação.” (ENDERLIN, 2002, p. 258, tradução nossa).

Mapa 6 – O mapa da proposta de Barak em Camp David



Fonte: Fabrice Aidan, Nur Laiq, Terje Rød-Larsen, 2014, p. liv.

Para o que nos interessa, Barak renunciava ou iniciava uma mudança decisiva quando falamos do exercício da violência sobre os palestinos, algo captado por Cypel (2005) em seu estudo sobre os impasses da sociedade israelense. Barak vai a Camp David tendo em mãos a análise da inteligência militar a respeito dos termos sobre os quais Arafat aceitaria fazer um acordo. O que foi dito ao primeiro-ministro é que os palestinos aceitariam um acordo final com “[...] Jerusalém como capital e soberania sobre o Monte do Templo [...]”, soberania sobre “[...] 97% da Cisjordânia, mais trocas na proporção de 1:1 em relação ao resto de território [...]”; sobre a questão dos refugiados, uma fórmula que “[...] incluísse o reconhecimento da responsabilidade de Israel [...], e a disponibilidade de aceitar de 20 mil a 30 refugiados.” (CYPEL, 2005, p. 276, tradução nossa).

Mas se em uma mão ele carregava a análise militar, na outra ele levava a sua visão, de que “[...] tudo que Arafat objetivava era a destruição de Israel”. Barak não cederia a demandas palestinas, mas “[...] estava convencido de que poderia impor as suas apesar dos alertas de seus serviços de inteligência”. (CYPEL, 2005, p. 277, tradução nossa).

Uma pista de tal motivação pode ser vista no número de crescimento de assentamentos sob Barak. Em 1999, foram iniciadas a construção de 3491 unidades; em 2000, 4958, um número que só perde para as políticas de Shamir nos anos de 1990 e 1991. Já em 2001, primeiro ano da 2ª Intifada, o lançamento de construções cai para 1701. A população de colonos foi de 183.900, em 1999, para 208.300, em 2001¹⁶, fim daquele governo do trabalhista.

Barak, no fim, rearranjou a postura colonial mais ampla dos israelenses diante dos palestinos, já que ele articulava a sua representação do caráter de Arafat, e por tabela dos palestinos, mas também a desenhava uma prática social para o território. A explicação colocando toda a culpa do fracasso da rodada de Camp David sobre Arafat, de acordo com o sociólogo Daniel Dor, constituía uma “[...] ‘associação com o passado’” (CYPEL, 2005, p. 270, tradução nossa). Dor assim explica, em entrevista a Cypel, a lógica por trás da atitude que Barak levou a Camp David: “Em 1948, nós aceitamos a partição e eles rejeitaram [...]”, algo que tem sido a justificativa israelense na sua relação com os palestinos. A partir daí, o que os israelenses captaram do relato de Camp David era que “[...] nós estamos

¹⁶ Dados retirados em: <https://peacenow.org.il/en/category/settlements>

tendendo para a partição [do território], e mais uma vez eles a rejeitaram”. A conclusão óbvia era que “[...] nós [israelenses] tivemos dúvidas, mas agora estamos certos de que ‘eles’ [palestinos] não querem paz. O que estava em jogo em 1948, a existência de um Estado judeu, está de volta à agenda. Toda a percepção foi falsificada.” (CYPEL, 2005, p. 270, tradução nossa).

Para Abulof, é em 2000 que uma nova saliência do “demônio demográfico” israelense ocorre, alimentado pelo colapso do processo de paz e a explosão da Segunda Intifada. A calma que havia surgido ao Israel abrir mão do controle sobre a população palestina, algo implicado em Oslo, voltava com o medo de ataques físicos palestinos, e também com a insistência de que fosse realizado o direito de retorno, o que minaria a maioria demográfica judaica. (ABULOF, 2014, p. 406).

Foi essa associação com o passado que deu origem ao “conceito” (*konceptzia*, na transliteração do hebraico), o termo que os militares usariam depois de 2000 para “[...] caracterizar a visão de que Arafat tinha planejado a armadilha de Oslo para trazer os refugiados de volta e destruir Israel por dentro”. Arafat voltava a ser “[...] o terrorista que ele sempre foi”. (ELDAR, 2004 apud CYPEL, 2005, p. 277, tradução nossa).

4.1.1 A violência colonial e a contraviolência do nativo no processo de “paz”: a 2ª Intifada como a “Guerra de Oslo”

Barak reajusta a atitude israelense em relação aos palestinos no interior do processo de paz, mas a estratégia militar para o novo cenário já começava a ser elaborada desde 1996, no governo Netanyahu. Após os confrontos em Jerusalém, no fim de setembro de 1996, por ocasião da escavação no Haram al-Sharif, o exército percebeu que não estava preparado para conter levantes nas áreas de responsabilidade palestina, o que impulsionou a elaboração de um plano para condução de um esforço de guerra de grande escala nos limites de Jerusalém Oriental e da Cisjordânia. Assim surge a “Operação Campos de Espinhos”, a consolidação de um novo conjunto sistemático de intervenção nos TPO. (CORDESMAN, 2002; EDERLIN, 2002; TYLER, 2012).

Portanto, quando a Segunda Intifada explode, em setembro de 2000, o exército israelense já tinha opções militares elaboradas desde meados dos 1990. Anthony Cordesman, ex-assessor de segurança nacional do senador John McCain,

em estudo produzido para o Centro de Estudos Estratégicos do governo, afirmou ser possível rastrear muitos dos detalhes vistos como prática do exército israelense na Segunda Intifada até os itens da “Campo de Espinhos”. (CORDESMAN, 2002, p. 184).

O conjunto de ações criado, entre outras coisas, aproveitava-se dos mecanismos de Oslo que reformularam as dinâmicas de espaço nos TPO. Por exemplo, o plano instituía o “uso de blindados e artilharia para isolar as grandes áreas de população palestina” e enclausuramento de “áreas palestinas, incluindo muitas áreas de Zona A”. Estava também prevista a “[...] penetração em território controlado por palestinos para destruir prédios e casas de onde ataques se originaram ou para prevenir ataques futuros”. O exército também considerava cenários de “[...] prisão de oficiais da ANP e imposição de uma nova administração militar”. Por fim, o “Campo de Espinhos” referendava formas de supressão desproporcional, por meio do “[...] uso extensivo de pequenas armas, artilharia e munição de tanque para suprimir tiros, arremesso de pedras e protestos [...]”; ou punição coletiva sistematizadas, com “[...] bombardeio, artilharia e ataques de helicóptero e aviões de combate a alvos e infraestrutura palestinos de alto valor, para punir elementos palestinos por ataques” e “[...] uso do controle israelense sobre água, energia, comunicações e acessos a estrada para limitar o tamanho e duração de uma ação palestina”. (CORDESMAN, 2002, p. 183/184, tradução nossa).

Em 28 de setembro de 2000, quando Sharon, ainda líder da oposição a Barak no Knesset, organiza uma visita ao Monte do Templo que demandou o amparo de mil policiais e o fechamento do acesso à Mesquita de al-Aqsa a palestinos muçulmanos, os TPO já eram, portanto, um barril de pólvora. Imediatamente após a visita, fortes choques ocorrem em Jerusalém, marcando o início da explosão da 2ª Intifada. Dois dias depois da visita, dia 30, os choques se espalham em grandes confrontos em toda a Cisjordânia e na Faixa de Gaza, com seis palestinos mortos e 200 feridos. A novidade é que apoiadores do Fatah, Hamas, Jihad Islâmica, assim como membros dos serviços de segurança da ANP, juntaram-se aos protestos. (CORDESMAN, 2002, p. 10). Um mês depois da visita de Sharon ao Monte do Templo, 149 pessoas tinham sido mortas, a quase totalidade sendo de palestinos. (CORDESMAN, 2002, p. 14). Em 6 de fevereiro de 2001, pouco menos de cinco meses depois de desfilarem pelo Monte do Templo,

Sharon foi eleito primeiro-ministro de Israel, com uma vitória de 61%. (CORDESMAN, 2002, p. 20).

Reuven Pedatzur, um ex-reservista da força aérea israelense e analista do jornal Haaretz, publica, em 2004, uma análise do início da Intifada. Para ele, o fato estonteante de que, “[...] nos primeiros dias [...], soldados nos territórios atiraram 1.300.000 balas [...]” era a “tradução operacional” da consolidação de um debate no interior do estabelecimento militar. Na ação do chefe do Estado-Maior, Shaul Mofaz, não havia a vontade de acabar com o conflito, mas sim, a partir da *konceptzia* mencionada acima, “[...] finalmente ‘bater’ nos palestinos, ‘derrotá-los’ e levá-los a negociações em um estado enfraquecido e exausto. Essa é a origem, da tese de ‘queimar em suas consciências’, que se tornou a pedra fundamental da política das Forças de Defesa de Israel nos territórios”. A conclusão, portanto, é que não se travava “[...] uma guerra contra o terror, mas contra o povo palestino”. No fim, “[...] os comandantes das FDI projetaram o seu ponto de vista em relação às intenções de Arafat sobre toda a sociedade palestina”. (PEDATZUR, 2004). Esse de fato era o princípio central da *konceptzia*, que pode ser traduzida como o golpe definitivo sobre qualquer resistência ao plano de presença israelense, a elaboração do século XXI da Muralha de Ferro de Jabotinsky (ver p. 47).

Com a escalada e posterior manutenção da violência por todo o ano de 2001, no início de 2002, entre os dias 26 e 28 de março, delegados de Estados árabes se reuniram em Beirute para endossar um plano de paz na região proposto pela Arábia Saudita, o que ficou conhecido como Iniciativa Árabe de Paz. A proposta saudita, de 28 de março de 2002, oferecia o estabelecimento de “[...] relações normais com Israel [...]” em troca da aceitação de um Estado palestino com base na Resolução 242. Ou seja, “[...] total retirada de todos os territórios ocupados desde 1967 [...]” e “[...] uma solução justa para o problema dos refugiados palestinos”. Assim, dizia o documento, os países árabes “[...] considerariam o conflito árabe-israelense terminado”. (INICIATIVA ÁRABE, 2014, p. 485, tradução nossa). De acordo com o comentário do compêndio de documentos, “[...] EUA, ONU e União Europeia todos aprovaram o plano”. Israel não respondeu. A ANP aprovou. O Hamas rejeitou. (AIDAN, LAIQ, RØD-LARSEN, 2014, p. 485).

O Hamas havia realizado seu primeiro atentado terrorista da nova Intifada no dia 4 de março de 2001, um mês depois de Sharon assumir o cargo. A partir

daí, o grupo veio a ser o principal instigador de operações armadas contra os israelenses, sendo que missões suicidas, apesar de não serem as únicas táticas, eram a forma escolhida para compensar a assimetria de poder contra o arsenal militar israelense. (BACONI, 2018, p. 42). A “premissa filosófica” que sustentava o terror no caso palestino, como revela Baconi, é a de que:

[...] invasores sionistas são capazes, com seu vasto exército e o apoio americano sem limites, atacar, destruir, dizimar. Mas, em retorno, não podem proteger a si mesmo de serem alvejados, de prover abrigo e segurança a seu povo, que agora vivem sob um estado sem precedentes de horror, medo e pânico.” (BACONI, p. 42-43, tradução nossa).

Pela racionalidade do movimento, os efeitos posteriores a sua ocorrência eram o meio de exercer alguma forma de violência estrutural e indireta sobre os israelenses.

Em meio à conferência entre os Estados árabes, no dia 27, o Hamas reivindicou o atentado a uma festa da primeira noite de Páscoa em um hotel em Netanya que deixou 30 israelenses mortos e cerca de 250 feridos. Um porta-voz do Hamas revelou que um dos objetivos era frustrar o encontro em Beirute. (TYLER, 2012, p. 444).

No mesmo dia, Israel lança a Operação Escudo Defensivo, “[...] a ofensiva destrutiva de Israel sobre a Cisjordânia”. Dois dias depois, 29, o Gabinete de guerra declara Arafat inimigo de Israel e envia tanques e *bulldozers* ao conjunto de governo da ANP em Ramallah, isolando o presidente na sua sede. Apesar do Hamas, o principal alvo de Sharon era o líder do governo semiautônomo. Em sequência, tanques israelenses entram em Hebron, Nablus, Jenin, Tulkarem, Qalqilyia e Bethlehem, ou seja, Áreas A, desmontando momentaneamente a divisão de Oslo, algo que a “Operação Campo de Espinhos” previa, como vimos acima. (CORDESMAN, 2002, p. 35, tradução nossa).

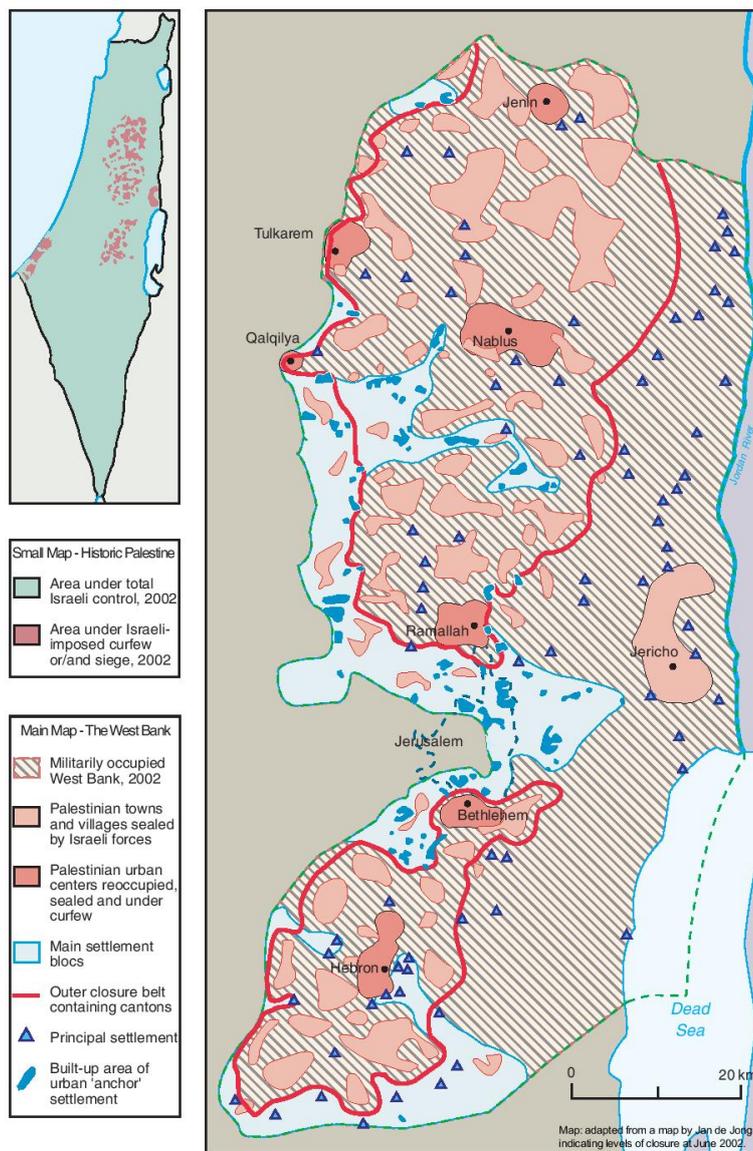
Aharon Ze’evi Farsakh, então diretor de inteligência militar, teria consultado “[...] três psiquiatras, sob contrato da inteligência militar, sobre o quão longe o exército deveria ir para despir Arafat de sua ‘honra’, o que queria dizer desligá-lo de seu poder”. O objetivo do exército era destruir “[...] o mundo de Arafat até que os psiquiatras julgassem que ele estava no seu limite psicológico: na sua visão, no limite do colapso pessoal e físico”. Na reentrada israelense nas cidades palestinas, 2 mil palestinos foram presos e 500 pessoas foram massacradas. (TYLER, 2012, p. 445, tradução nossa).

Apesar da declaração de guerra a Arafat na época, o que posteriormente foi reconhecido por “oficiais de diferentes organizações de inteligência”, privada ou publicamente, é que ela “não foi planejada”. Podemos apontar a declaração destacada por Del Sarto (2017, p. 42, tradução nossa) do ex-chefe do Departamento Palestino da Divisão de Pesquisa da Inteligência Militar de Israel, Ephraim Lavie: a Segunda Intifada “[...] explodiu como um levante de base e foi uma luta entre um Estado ocupante e um povo que aspirava por libertação nacional e autodeterminação”.

Para os palestinos de forma geral, a Intifada em 2000 não se explicava simplesmente pelo contexto imediato dos choques após a visita de Sharon ao Haram al-Sharif. Nem mesmo podia ser entendida como impulsionada pela ANP, já que seus serviços de segurança viviam o dilema entre o uso político que a liderança fazia dela e a necessidade de cumprir os termos de Oslo (e Wye River) em relação à segurança israelense. Rabbani conclui que, ainda que o contexto imediato tenha impactado na explosão do levante, “[...] uma apreciação de escopo e objetivos deve levar em conta a estrutura das relações israelo-palestinas negociadas em Oslo”. Nem mesmo somente uma piora da situação poderiam explicar a violência, já que “[...] a ocupação militar, a colonização de assentamentos e o subdesenvolvimento econômico [...]” sempre estiveram lá. (RABBANI, 2001, p. 71, tradução nossa).

A situação econômica, depois de sete anos da assinatura de Oslo, não tinha de fato melhorado. A “[...] renda *per capita* na Cisjordânia e Faixa de Gaza estavam estimadas em 10% abaixo do nível pré-Oslo, apesar da considerável assistência externa [...]”, que no período entre 1994 e 2000 girou em torno de US\$ 4 bilhões. Taghdisi-Rad afirma que, em termos *per capita* e tendo por base preços constantes, “[...] era estimado que os palestinos ganhavam uma média de 40% menos em 2002 comparado a 1999”. (TAGHDISI-RAD, 2010, p. 56, tradução nossa).

Mapa 7 – O desenho no espaço da Operação Escudo Defensivo



Fonte: Passia, 2002. Disponível em: <http://www.passia.org/maps/38>

O problema é que depois de “Oslo” os problemas da ocupação se consolidaram quando todos esperavam que seriam removidos. Ou seja, a Intifada surge da frustração em relação a expectativa de paz, segurança, liberdade e prosperidade. Afinal, na visão de Rabbani, o que decretou o fim da 1ª Intifada não foram os meios de supressão israelenses, mas a promessa de que a ocupação acabaria. (RABBANI, 2001, p. 71). Já Kamvara viu “[...] na natureza falha do processo de paz, nas políticas israelenses e no fracasso da liderança palestina [...]”

em atender as necessidades do seu povo as causas combinadas da explosão do novo levante. (KAMVARA, 2016, p. 58, tradução nossa).

Por um lado, junto aos assentamentos, a evolução do sistema de permissões era a produção espacial da deterioração do coletivo nacional. Quando o sistema de permissões mais restrito surge, em 1991, os postos de controle eram esporádicos, intermitentes e instáveis, mas já denotavam a ideia de divisão da terra e institucionalização dessas estruturas com um caráter permanente. As tecnologias de controle de movimento são, então, refinadas e multiplicadas, com postos com soldados, montes de terra, cubos de concreto, portões de ferro e cercas inseridas nas clivagens de áreas B e C, limitando a passagem dentro da Cisjordânia, e desta para Gaza. Logo após a 2ª Intifada, as restrições aumentam drasticamente, com os TPO divididos em muitas dezenas de células. (BERDA, 2017, p. 31; HANDEL, 2009, p. 183; KAMVARA, 2016, p. 58).

Azoulay e Ophir (2013) enxergam a origem da violência da Intifada no que *não se realizou em Oslo*. Isso quer dizer que o molde da Resolução 242, tendente fosse a configurar o mapa com o desenho da solução de 2 Estados, obrigaria a reorganização de todo o aparato do governo israelense, produzido na ocupação por mais de duas décadas, de um estado de ocupação para um estado de paz. Na prática, no entanto, a “Lei Básica” dos Acordos, imaginada sobre uma ambiguidade construtiva, foi a representação do espaço que se constituiu como obstáculo dessa transição para a paz. Camp David acabou por escancarar que rituais do processo se tornaram eles mesmos uma “[...] simulação do fim da ocupação que escondia o controle indefinido israelense”. A Intifada, por sua vez, era a quebra momentânea dessa simulação, devolvendo aos olhos do público a natureza colonial da relação na Palestina. (AZOULAY, OPHIR, 2013, p. 94, tradução nossa).

O B'tselem fez um levantamento do número de mortos de setembro de 2000, quando explode a 2ª Intifada, até dezembro de 2008, quando se produz o mapa resultado da Conferência de Anápolis, 2007, entre Ehud Olmert e Mahmoud Abbas. No período, foram 238 israelenses mortos por palestinos nos TPO e 490 israelenses mortos por palestinos dentro de Israel. Já entre os membros de forças de segurança israelenses, foram 245 mortos nos TPO e 90 em Israel. Entre os palestinos, foram 4790 palestinos mortos por forças de segurança israelenses dentro dos TPO e 44 palestinos cidadãos de Israel mortos no interior da Linha Verde. Por fim, 44 palestinos foram mortos por colonos israelenses dentro dos

TPO¹⁷. No total, 1033 israelenses e 4878 palestinos mortos no período da 2ª Intifada.

4.2 “Adeus, Arafat!”: a política de mudança de regime de Bush chega à ANP

Quando George W. Bush sobe à presidência, no início de 2001, de acordo com Ross, ele não estava preocupado com o Oriente Médio. Na verdade, sua campanha presidencial tinha sido direcionada a transmitir uma agenda oposta à de Clinton, como não mais investir “[...] capital presidencial em resolução de conflito no terceiro mundo”. Para o diplomata, teria sido “[...] o trauma do 9/11 que transformou a abordagem do presidente Bush em relação ao mundo”. (ROSS, 2016, p. 299, tradução nossa). A partir daí, a sua abordagem ganha forma no que foi descrito como “Doutrina Bush”:

Primeiro, não fazer qualquer distinção entre terroristas e as nações que lhes dão abrigo - e fazer de ambos responsáveis. Segundo, levar a luta contra o inimigo além-mar antes que nos ataquem de novo em casa. Terceiro, confrontar ameaças antes que se materializem por completo. E, quarto, avançar liberdade e esperança como alternativa à ideologia de repressão e medo. (ROSS, 2016, p. 308, tradução nossa).

Bush, nesse contexto, não tinha o território da Palestina como central para suas políticas, mais preocupado que estava com Afeganistão e, principalmente, o Iraque. Ainda assim, era natural que a Doutrina Bush se associasse às políticas israelenses na 2ª Intifada. Em 24 de junho de 2002, as áreas urbanas dos TPO já reocupadas, o presidente faz o discurso de Rose Garden, delineando a atitude de sua administração em relação ao confronto e ao processo de paz. Ali, ele pede ao povo palestino que eleja “[...] novos líderes, líderes que não se comprometessem com o terror. Eu chamo pela construção de uma democracia, baseado na tolerância e liberdade.” (DISCURSO BUSH, 2014, p. 486, tradução nossa). Ali, de fato, pela primeira vez um presidente dos EUA mencionava apoio a um Estado palestino. No entanto, esse apoio era “[...] contingente à remoção do presidente da ANP Arafat do poder e a implementação de reformas democráticas na Autoridade Palestina.” (AIDAN, LAIQ, RØD-LARSEN, 2014, p. 486, tradução nossa).

Se, como diz Ross, Bush não pretendia ter uma política externa tão atuante como a de seu antecessor, logo após setembro de 2001 ele foi a autoridade que

¹⁷ Dados coletados em: <https://www.btselem.org/statistics/fatalities/before-cast-lead/by-date-of-event>

muito rapidamente produziu um alinhamento de intervenções externas nas linhas mais gerais do que havia desenhado o Relatório Responsabilidade para Proteger. A prática dos EUA consolidaria a definitiva mudança de mecânicas de paz para o *statebuilding*, o que por sua vez implicava a redefinição da soberania apontada por Chandler, não mais como indisputável, mas agora ligada à ideia de capacidade, condicionada à implementação de políticas de segurança, desenvolvimento e direitos humanos (ver p. 30). No caso dos palestinos, era a condicionalidade de entregar a sua parte na barganha de “Oslo”: a segurança da presença colonial.

Para Zoughbie (2014, p. 47), a agenda de Bush apresentava contradições irreconciliáveis, como a de propor uma “[...] democracia sem liberdade para a Palestina”, já que na visão do presidente os palestinos queriam primariamente “[...] livrar-se da tirania e terror de Arafat, e não da ocupação israelense.” Ou então que os problemas de corrupção dentro da ANP teriam origem exclusiva nas dinâmicas internas do governo semiautônomo palestino, não no “[...] exercício mais geral de autoridade e controle dos territórios [...]” por Israel. (ZOUGHBIÉ, 2014, p. 47, tradução nossa).

Na passagem de 2002 para 2003, a conexão inequívoca entre as políticas dos EUA na Palestina e no Iraque se dava também porque os arquitetos conservadores da guerra viam a “[...] arena israelo-palestina [...]” como “[...] o microcosmo de como o terrorismo deveria ser abordado por todo o Oriente Médio”. A principal consequência disso para os Acordos é que o governo Bush moldava a sua ação, de modo geral, sobre um “princípio sequencial”, ou seja, “[...] não haveria processo político renovado até que a sociedade palestina fosse inteiramente reformada.” (ZOUGHBIÉ, 2014, p. 56, tradução nossa).

Isso era uma radicalização da fórmula base de “Oslo”, a “Terra por Paz”, sobre a qual Bush elaborou uma iteração própria no interior do processo de paz. Em 30 de abril de 2003, o presidente anunciava uma articulação que ganhou forma no “Mapa da Estrada baseado em desempenho para uma Solução Permanente de 2 Estados para o Conflito israelo-palestino”, o Mapa da Estrada. Ali, formava-se o Quarteto, que, além dos EUA, era composto pela Rússia, União Europeia e o Secretário-Geral da ONU.

O plano alinhava três fases para reajustar o processo de paz: o primeiro era a restauração do *status quo*, com a retirada do exército israelense das áreas reocupadas com a “Operação Escudo Defensivo” junto a uma “reforma institucional

da Autoridade Palestina.” A segunda fase colocaria em curso a criação de um Estado palestino transicional, com fronteiras provisórias, no interior do qual continuariam as reformas de estruturas civis e de segurança. Por último, seria encaminhado um acordo de *status* final, para lidar com questões como Jerusalém e refugiados. O problema, apesar da bem-vinda novidade da menção a um Estado palestino, era a “[...] ênfase extensiva em mudanças necessárias para a Autoridade Palestina como base para reiniciar o processo, [...] estratégia que se provou difícil de implementar.” Uma outra novidade era que, diante do impasse da Intifada, agora o “[...] exercício de buscar desenvolver uma proposta conjunta de um plano de paz [...]” seria feita pelos membros do Quarteto, “[...] a ser apresentada para as partes **sem uma consulta prévia.**” (AIDAN, LAIQ, RØD-LARSEN, 2014, p. 492, tradução nossa, grifo meu).

O modo sequencial como Bush via agora a remodelação do Oriente Médio impactava, como mais uma camada, a dinâmica da Resolução 242. Ou seja, a convergência de uma postura israelense com o cenário global pós-9/11 readequava a fórmula do próprio processo de Oslo. Se até 1998, houve algum equilíbrio entre a entrega de terras e a exigência de que a ANP agisse como garantidora de segurança nos TPO, a partir de 2003 a entrega de terras cessaria até que um nível de segurança satisfatório fosse alcançado. O processo estava paralisado.

A reforma da ANP já havia começado mesmo antes do anúncio do Mapa da Estrada. No contexto do cerco a Arafat na sede da Autoridade, em Ramallah, e da pressão militar de Israel, no dia 23 de junho de 2002, um dia antes do discurso de Bush em Rose Garden, foi estabelecido um Comitê Ministerial palestino que compôs, em conjunto com o BM, o “Plano de Reforma de 100 dias”. Este, entre outras coisas, estabelecia o Fundo de Investimento Palestino para “[...] administrar todas as operações comerciais e de investimento da ANP”. Nesse contexto, o discurso de Bush sancionava “[...] oficialmente o ‘*statebuilding*’ nos TPO, enquanto efetivamente declarava o fim da utilidade política de Arafat”. (HADDAD, 2016, p. 193, tradução nossa).

O plano identificaria marcos claros onde progresso poderia ser medido em áreas como responsabilidade financeira, reforma ministerial e economia de mercado. Doadores, então, direcionariam fundos ou assistência técnica para que as reformas pudessem ser efetuadas. Vale apontar que, em parte, uma reforma da

ANP já era exigida pelos palestinos desde pelo menos 1996, vendo a necessidade de maior transparência na dinâmica do governo semiautônomo com os doadores internacionais. Mas as reformas que ocorreram foram aquelas no contexto da pressão política dos EUA e militar de Israel e tinham o objeto de reduzir o poder do presidente, aumentar o poder do parlamento, instituir a regra da lei e aumentar o escrutínio das finanças palestinas. (HADDAD, 2016; TURNER, 2009).

Na prática, o objetivo que unia Bush e Sharon era que Arafat tinha que ir embora. Sob pressão externa, ele concordou em indicar um primeiro-ministro, para quem passaria parte de seus poderes presidenciais. Mahmoud Abbas foi o escolhido.

Com Abbas, o enfraquecimento de Arafat era concluído e definitivamente abria-se caminho para o “Império em Negação” (ver p. 40) na Palestina, com um aparato de governo semiautônomo entrincheirado nas redes de **statebuilding** formatadas para formular políticas locais. A preocupação não seria reajustar o que deveria ser a missão principal do processo de paz, mas sim modelar as autoridades palestinas a partir do que havia sido instituído como as necessidades de segurança de Israel, e também da visão da razão-mundo, que agia tanto por meio do imperialismo de Estado mais tradicional, quanto de uma “indústria da ajuda” que sustentaria todo o mecanismo. O “Império em Negação” implica tanto um discurso de parceria local, e agora a ANP tinha alguém com quem se poderia conversar, como a evasão de responsabilidade dos agentes externos em relação às consequências de suas ações, o dilema posto para todo o aparato – Estados e suas representações, ONGs e entidades multilaterais - atuante na Palestina a partir de então.

Arafat morreu em 11 de novembro de 2004, quando Abbas é então de fato eleito presidente da ANP, tornando-se líder do Fatah e da OLP. A autoridade de ambos diferia profundamente. Arafat retirava sua legitimidade de sua “[...] liderança carismática, legado revolucionário e um consenso amplo [...]” do partido. Abbas, por sua vez, sustentava-se por uma “[...] rede de negócios e uma elite tecnocrática”. Abbas era o presidente, mais do que Arafat, ligado a “[...] EUA e Israel por meio de uma variedade de mecanismos, incluindo apoio político e financeiro, e assistência de segurança”. (DA’NA, p. 73, 2019, tradução nossa).

4.3 A possibilidade de consolidar o acúmulo colonial israelense: as últimas políticas de Sharon

Com Sharon como primeiro-ministro, as autoridades israelenses não lidavam apenas com questões imediatas postas pela conjuntura política que se colocou no processo de implementação dos Acordos, mas davam forma final ao entrelaçamento do mapa de “Oslo” ao conjunto acumulado de elaborações da colonização para os TPO das décadas anteriores. Foi exatamente sobre a base das fragmentações de “Oslo”, de território, populações e autoridade, que Sharon teria sua participação final no desenho do mapa da Palestina, já que em 5 de janeiro de 2006 ele entraria em um coma do qual jamais acordou, falecendo oito anos depois, em 1º de janeiro de 2014. Se por um lado, como afirmou Gazit (ver cap. 2, p. 88), sua política de assentamentos dos anos 1970 e 1980 moldou a forma como os israelenses fincaram sua presença nos TPO até pelo menos os 2000, entre 2003 e 2005 o então primeiro-ministro imprime no mapa do território duas políticas que impactam a forma como ocorreria a produção do espaço em Cisjordânia e Faixa de Gaza a partir de então.

Em 18 de dezembro de 2003, em discurso na Conferência de Herzlyia, um tradicional encontro anual que debate políticas estratégicas nacionais de Israel, Sharon apresentou a lógica de suas políticas para o território. Como preâmbulo, ele afirmou que o Mapa da Estrada, o plano de George W. Bush assinado cerca de seis meses antes, era “[...] um plano claro e razoável, e, desse modo, é possível e imperativo que seja implementado.” Sharon expunha que “[...] o conceito por trás do plano é que apenas segurança irá levar à paz. **E nessa sequência.**” (HERZLYIA, 2014, p. 372, tradução nossa, grifo meu). E completava:

O governo sob minha liderança não irá se comprometer em relação à execução de todas as fases do Mapa da Estrada. Está incumbente aos palestinos desenraizar grupos terroristas e criar uma sociedade cumpridora da lei, que lute contra a violência e incitamento. Paz e terror não podem coexistir. [...] Apenas uma transformação da Autoridade Palestina em uma autoridade diferente irá permitir o progresso do processo político. (HERZLYIA, 2014, p. 372, tradução nossa).

O Sharon que levava adiante a campanha para reformar a ANP junto ao presidente dos EUA, havia sido um dos principais arquitetos da ideia da Liga das Vilas no fim dos anos 1970, projeto que, no fim, queria moldar autoridades palestinas acomodadas à presença israelense nos TPO. (ver capítulo 2, p. 91). A

visão do então primeiro-ministro sobre o Mapa da Estrada era que Israel não governasse os palestinos. No discurso, Sharon expõe o que havia dito à liderança da ANP: “Nós [israelenses] gostaríamos que vocês se governassem em seu próprio país. Um Estado palestino democrático com contiguidade territorial na Judeia e na Samaria, com viabilidade econômica”. No entanto, alertava que, “[...] se em alguns meses os palestinos continuarem a desconsiderar a sua parte na implementação do Mapa da Estrada, então Israel irá iniciar um passo de segurança unilateral de desengajamento dos palestinos.” Ele apresentava ali o que viria a ser, dois anos depois, a execução da retirada da Faixa de Gaza. (HERZILYIA, 2014, p. 373, tradução nossa).

O plano tinha dois propósitos, de acordo com as palavras de Sharon. O primeiro era “[...] levar a uma melhoria na qualidade de vida, e [a retirada] irá fortalecer a economia israelense.” O plano também era uma forma de “[...] dar mais segurança aos residentes de Israel e aliviar a pressão sobre as FDI e as forças de segurança em cumprir suas difíceis tarefas”. Ele afirmou que “[...] o Plano de Desengajamento incluirá o realocamento de forças das FDI junto a novas linhas de segurança e uma mudança na distribuição de assentamentos, o que irá reduzir o máximo possível o número de israelenses localizados no coração da população palestina.” No fim, o plano reduziria “[...] a fricção entre nós [israelenses] e os palestinos.” (HERZILYIA, 2014, p. 374, tradução nossa).

Parte central desse plano de segurança era o Muro, que já estava em construção desde 16 de julho de 2003. A ideia da construção de separação no interior da Cisjordânia, no entanto, havia sido já levantada por Barak em 1999, como uma tática dentro do processo de paz, considerando dois cenários: no primeiro, se um acordo de *status* final fosse alcançado com os palestinos a partir das “[...] linhas de desenho territorial propostas por Israel [...]”, então a barreira delimitaria a presença israelense nos contornos de assentamentos em terras “não disputadas” na Cisjordânia, ou seja, já distribuídas em acordo entre as partes. Já se nenhum acordo surgisse, Israel estaria pronto para uma separação unilateral. (WEIZMAN, 2007, p. 164, tradução nossa).

Por isso, apesar de ganhar concretude com Sharon no contexto da Intifada e da “Guerra Global ao Terror”, o Muro lidava não apenas com um problema de segurança, mas com a lógica israelense mais profunda do dilema de território e demografia. Para Azoulay e Ophir (2013, p. 130, tradução nossa), o Muro foi a

expressão concreta do “[...] princípio espacial que caracterizou o projeto da colonização sionista desde o seu princípio [...]”, com a “[...] penetração judaica no ambiente palestino [...]” acompanhada, por um lado, da separação de colonos e nativos, e de outro, da expulsão dos palestinos daquelas áreas na qual sua presença era limitada e proibida.

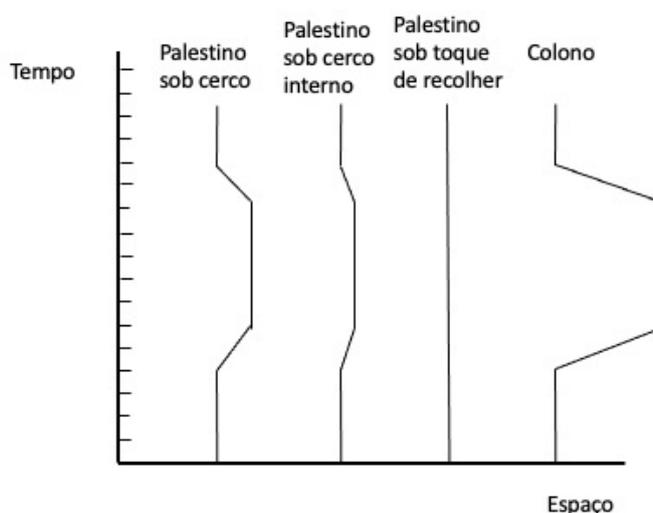
O Muro era mais um elemento em um sistema de controle que, na visão de Halper, já era perceptível em 2000, ainda durante o governo de Barak. Basicamente um sistema de três mecanismos interligados, que ele chamou de matrix (matriz de controle), que não necessariamente exigiam a presença física do território. O primeiro seria, de fato, a presença militar, com bases que ocupam grandes tratos de terra e com meios de violência que podem ser utilizados se necessário. O segundo mecanismo é a própria colonização, com a construção e distribuição de assentamentos, que foi pensada e repensada desde a entrada dos israelenses nos TPO. Blocos de assentamentos, por exemplo, funcionam como bloqueios a corredores estratégicos da Cisjordânia, interrompendo a contiguidade territorial entre as Áreas de “Oslo”. Os blocos são, também, interligados por um sistema de rodovias e estradas exclusivos a áreas na Cisjordânia. Por fim, um sistema de permissões para construir, trabalhar em Israel ou viajar limitam o uso do espaço. O sistema funcionava como o jogo japonês “Go”, no qual ganha-se ao imobilizar o seu oponente, tomando o controle de pontos-chave da matriz. A cada momento que um jogador se move, ele encontra um obstáculo. (HALPER, 2000).

Handel pensou em medir esse controle por meio de um valor de uso da terra. Primeiro, mede-se o que seria o valor absoluto do espaço por meio de unidades de distância uniformes, por exemplo, a distância aérea entre dois pontos, A e B, que é indiferente a ocorrências no espaço medido. A partir daí, ele procura medir o valor de uso do espaço, que se refere às possibilidades reais de usá-lo. Se, por exemplo, um muro intransponível for colocado entre os pontos A e B, não importa qual a distância absoluta entre eles, já que a distância real, tendo em conta o valor de uso, pode ser infinita. O padrão de análise de Handel é importante porque o movimento no espaço implica valor econômico, que envolve uso de recursos e custos de transporte, e político, que inclui privilégios de acesso a certos lugares. (HANDEL, 2009, p. 180).

Olhando para a reflexão de Halper sobre o jogo, as linhas que conectam os pontos, no caso palestino, “[...] tornaram-se muito perigosas para cruzar, seja a pé,

seja com carro, e assim são delineadas ilhas de terras [...]” de controle. Handel conecta essa estrutura à divisão das terras em A, B e C, como demarcadores do que será tomado. “As estradas e pontos assentados por judeus determinam o mapa sob a clara suposição de que ‘tudo que não for palestino será israelense’.” (HANDEL, 2009, p. 209, tradução nossa).

Figura 1 – O valor de uso da terra



Fonte: Baseado em gráfico de Ariel Handel, 2009, p. 192

Diante da construção, a Assembleia Geral da ONU fez um pedido de Opinião Consultiva à Corte Internacional de Justiça por meio da resolução ES-10/14, de 8 de dezembro de 2003. A questão central posta era sobre as “[...] consequências que surgiam a partir da construção do muro por Israel, o poder ocupante, nos Territórios Palestinos Ocupados, incluindo em e ao redor de Jerusalém Oriental, [...] considerando as regras e princípios da lei internacional, incluindo a Quarta Convenção de Genebra, de 1949, e as resoluções do Conselho de Segurança e da Assembleia Geral relevantes”. (ICJ, 2004, p. 7, tradução nossa).

Em suma, a Corte foi da opinião de que “[...] a construção do muro e seu **regime associado** impede a liberdade de movimento dos habitantes dos Territórios Palestinos Ocupados [...], como garantido sob o Artigo 12, parágrafo 1, do Acordo Internacional sobre Direitos Civis e Políticos”. Além disso, o muro e seu

regime associado contribuíam para “[...] mudanças demográficas [...] que são uma contravenção do Artigo 49, parágrafo 6, da Quarta Convenção de Genebra e resoluções do Conselho de Segurança”. (ICJ, 2004, p. 54, tradução nossa, grifo meu).

Além disso, diante da argumentação de autoridades israelenses, a Corte não foi convencida de que:

[...] o curso específico que Israel escolheu para o muro era necessário para adquirir seus objetivos de segurança. O muro, com as rotas escolhidas e seu regime associado infringem gravemente um número de direitos de palestinos residindo no território ocupado por Israel, e as infrações resultantes da rota não podem ser justificadas por exigências militares ou por requerimentos de segurança nacional ou de ordem pública. A construção de tal muro, conseqüentemente, constitui quebras por Israel de várias de suas obrigações sob a lei humanitária aplicável e instrumentos de direitos humanos. (ICJ, 2004, p. 55, tradução nossa).

O Muro servia, portanto, como instrumento dentro do aparato de governo mais amplo de controle do espaço, de fragmentação mais profunda do território, não só separando os assentamentos de cidades e vilas palestinas, mas separando cidades palestinas de outras cidades palestinas. O Muro era mais uma ideia de controle a ser impressa na geografia, composto por blocos de concreto com 8m de altura, cercas eletrônicas, arame farpado, radares, câmeras, trincheiras profundas, postos de observação e estradas de patrulha. (AZOULAY, OPHIR, 2013, p. 130; WEIZMAN, 2007, p. 161).

Não só o Muro, mas a ideia mais geral de Sharon de “reduzir a fricção” entre palestinos e israelenses era a volta à lógica colonial do embate Allon-Dayan, transposta para uma linguagem contemporânea de segurança. Para sermos justos, Dayan já havia feito essa conexão no fim dos anos 1960 (ver capítulo 2, p. 70), quando imaginava a junção de bases militares com assentamentos civis. Ou seja, colocar a população em território ocupado era uma produção de risco, que era complementada com a presença do exército.

Para Weizman, a arquitetura do Muro era manifestação de uma política que desejava construir uma presença permanente, mas era justificada a partir de um “estado de emergência” temporário. Isso porque uma medida de segurança “temporária”, como, por exemplo, uma base militar junto a um assentamento, justificada como forma de pacificar o território, era alvo da revolta palestina. Exatamente por isso, novas “[...] medidas de segurança mais profundas [...]”, que se constituíam como novos mecanismos de pacificação, como o Muro, eram

necessárias para novamente administrar a radicalização da resistência e da violência. Assim, do ponto de vista de Israel, a “[...] violência se torna condição necessária para a constante aplicação de mais medidas de segurança.” (WEIZMAN, 2007, p. 173, tradução nossa).

Mas o Muro era também produto de uma economia, como destaca o estudo de 2005 do B'tselem/Binokom, que apontava que, além de objetivos de segurança ou militares, era moldado por interesses econômicos. Em uma área específica (ao redor de Alfei-Menashe, ao norte do complexo de Ariel, por exemplo, o desenho de construção não apenas buscava cercar e reter os assentamentos, mas também expandir o desenho para agarrar os topos das montanhas, o que não necessariamente convergia com a concepção de segurança do Muro, mas alinhava-se com interesses de construtoras já com contratos de projetos fechados. (WEIZMAN, 2007, p. 168). O Muro, na verdade, se inseria numa lógica mais ampla de privatização. Cravados no Muro estariam novos postos de controle, como terminais de fronteira, que agora seriam vistas como “passagens” pelos militares, que foram privatizadas e operadas por companhias de segurança privadas. (HANDEL, 2009, p. 213).

Hever enxerga essa mudança como a conceptualização de operações de segurança não mais como uma questão política, mas como um processo de implementação de tecnologia. Ou seja, o discurso abandona a noção de vitória militar em favor da noção de administração de conflito contínuo, uma abordagem de controle de crime. É nesse contexto que surge a percepção entre economistas de que era possível prosperar economicamente com a resistência palestina contida em vez de resolvida. (HEVER, 2017, p. 52). Esse ajuste incluía privatizar muitos papéis da estrutura militar israelense, entre eles manutenção e equipagem de postos de controle (BUHBUT, 2008 apud HEVER, 2010, p. 52) ou defesa dos assentamentos. (COHEN, 2008 apud HEVER, 2010, p. 52).

Essa nova estrutura que surge entre 2000 e 2005 enseja não a redução dos custos da ocupação, mas sim a criação de “[...] numerosos negócios para companhias privadas de segurança”. Essas companhias, que podiam ser estatais privatizadas ou então empresas de oficiais aposentados, obtinham contratos com o governo israelense ou então podiam negociar especialidades em serviços e técnicas utilizados na luta contra o “terrorismo” com outros países. (HEVER, 2010, p. 53, tradução nossa).

Se não abate o peso de gastos do Estado, que entre 2000 e 2004 aumentou tanto por conta das operações militares da 2ª Intifada quanto dos subsídios dados a assentamentos, a nova conjuntura criou oportunidades para o desenvolvimento do setor de “*homeland security*” de Israel, com foco sobre “[...] vigilância, armamento sofisticado, [...] treinamento especializado de pessoal de segurança [...]”. Esse novo mercado, que tinha o Ministério da Defesa como cliente, contribuía também para o aumento de exportações, PIB e empregos. (HEVER, 2010, p. 54, tradução nossa). Até o início dos anos 1980, Israel exportava cerca de \$1 bilhão em vendas militares, mas em 2012 esse valor atingia \$7,4 bilhões, colocando o país entre os dez maiores exportadores do mundo no setor de defesa. (HALPER, 2015, 64-65).

As “segurança” e violência de Israel, portanto, ganhavam sanção e se alimentavam de forma material a partir do reajuste implicado no cenário pós-9/11, mais especificamente do que Naomi Klein investigou na sua elaboração da Doutrina do Choque. No início de 2007, líderes políticos e corporativos reunidos no Fórum Econômico Mundial de Davos buscavam compreender o que o colunista Martin Wolf, em artigo no Financial Times¹⁸, havia chamado de “Dilema de Davos”, o “[...] contraste entre a economia favorável do mundo e sua política problemática”. O fato era que enquanto o mundo passava por uma série de choques, entre eles a quebra das bolsas logo no início dos 2000, os ataques de 11 de setembro e as guerras do Afeganistão e do Iraque, a economia experimentava um período de ouro de crescimento. (WOLF apud KLEIN, 2007, p. 536, tradução nossa). Nas palavras de Klein, o “[...] mundo ia para o inferno, não havia estabilidade em vista, mas a economia global exaltava em aprovação.” (KLEIN, 2007, p. 536, tradução nossa).

O debate surgia porque o consenso de que o caos generalizado sugava a economia global era desafiado, e o que tomava o seu lugar era um novo consenso de um mercado imune a instabilidades. E na busca por casos desse novo fenômeno econômico, “[...] Israel era a peça de exibição A”. Afinal, o Estado judeu estava experimentando um aumento de “[...] guerras e ataques terroristas [...]”, mas a “[...] Bolsa de Valores de Tel Aviv crescia a níveis recordes junto a essa violência.” (KLEIN, 2007, p. 541). Os “termos israelo-palestinos” nos 2000 não foram,

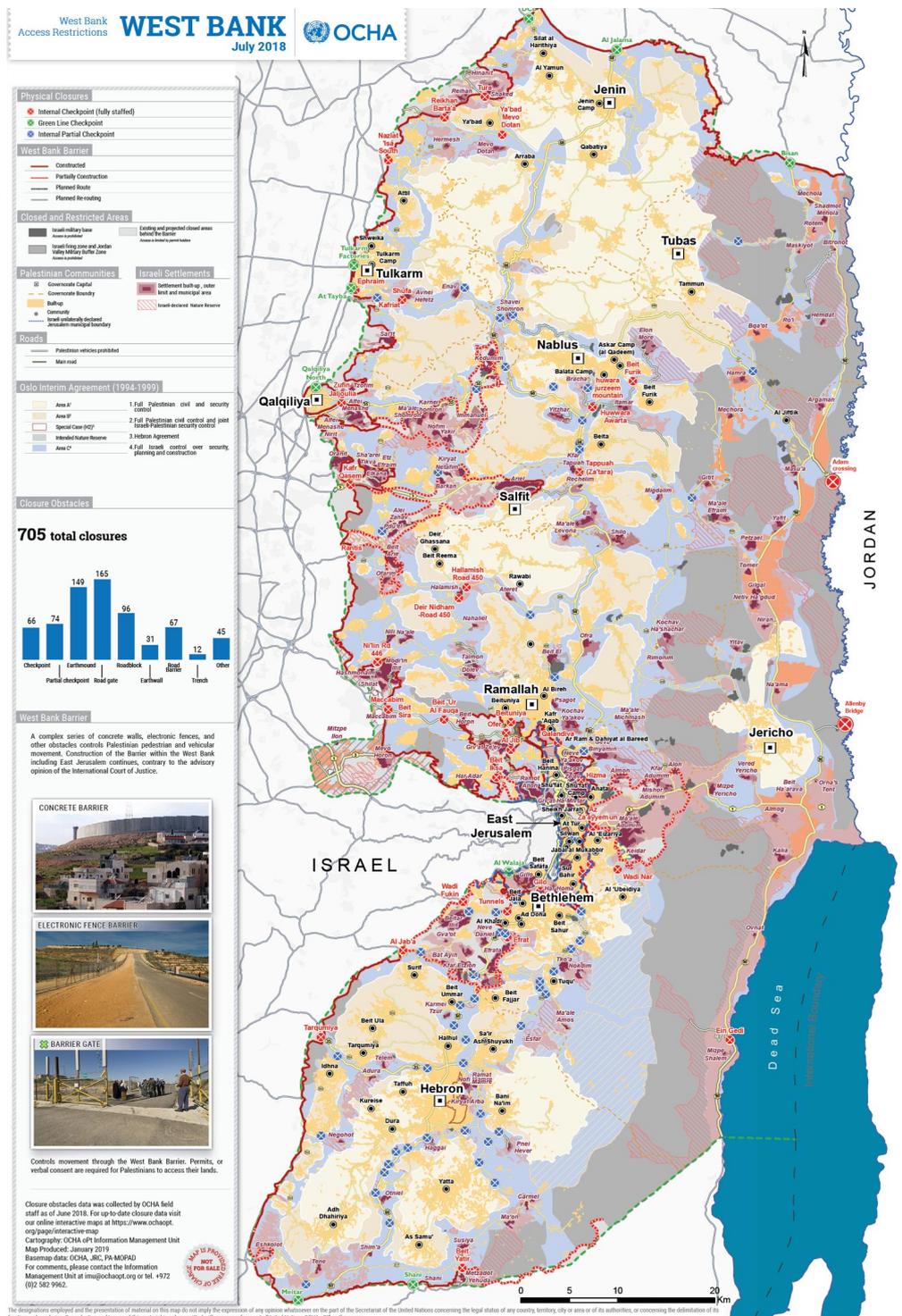
¹⁸ The Davos Dilemma. Thomas Friedman. 31 de janeiro, Financial Times.
https://economistsview.typepad.com/economistsview/2007/01/the_davos_dilem.html

portanto, apenas um modelo para a intervenção dos EUA no Oriente Médio, mas também um modelo que oferecia respostas para a economia (e política) mundial.

De certa forma, a economia israelense encontrava na produção de controle e violência como *commodity* as respostas para sua encruzilhada econômica posta na virada dos 2000. Ainda muito no início do levante, Bichler e Nitzan (2002) apontavam que o impacto “[...] imediato e brutal [...]” da Segunda Intifada sobre Israel é que seu esforço contra a guerra de guerrilha dos palestinos juntava-se ao cenário internacional “[...] da ‘guerra ao terrorismo’ global, tornando o futuro do capitalismo israelense mais do que nunca **ligado a desenvolvimentos globais.**” Isso corria no momento de crise dos 2000, quando houve queda drástica do “turismo em Israel” e o rompimento da bolha do setor “‘high-tech’ global”, o que levou muitas companhias israelenses a perdas. (BICHLER, NITZAN, 2002. p. 354, grifo meu, tradução nossa).

O “Dilema de Davos” provia uma possível recuperação israelense, já que um produto exportado já nos anos 1980, armas, equipamento de vigilância e a própria “lógica do opressor”, ou seja, uma visão de mundo elaborada sobre a dominação colonial (BEIT-HALLAHMI, 1987, p. 248 apud HEVER, 2018, p. 134), a partir dos 2000 ganhou uma nova saliência. É no nexos local-global que esse conjunto industrial israelense de companhias especializadas em produtos de segurança e com experiência em “[...] controlar uma população civil resistente [...]” fariam parte de uma perspectiva global mais ampla. (HEVER, 2018, p. 134, tradução nossa). O mais interessante do nosso ponto de vista é que agora amarrava-se definitivamente **a chave da segurança do Acordo à razão-mundo do neoliberalismo.** A lógica de mercado, de fato, entrava em cada aspecto do confronto na Palestina.

Mapa 8 – A “Matriz” sobre a Cisjordânia, 2018



Fonte: OCHA-OPT

Legenda: Mapa da ONU com o trajeto do Muro e as ilhas fragmentadas de território por postos de controle e assentamentos na Cisjordânia. Amarelo escuro: Área A; Amarelo Claro: Área B; Roxo: Área C; áreas cinzas: áreas militares.

4.3.1 O Desengajamento como a definitiva solução para Gaza

A segunda política de Sharon para a Palestina foi implementar, em 2005, seu plano de desengajamento de Gaza, apresentado em Herzilyia. Isso implicava a retirada de 8 mil colonos, além de equipes militares do território, o que, na visão israelense, significaria o fim da “ocupação israelense em Gaza”. Israel declarava que “[...] abria mão da autoridade governamental sobre os palestinos [...]”, mas manteria “[...] controle sobre todos os pontos de acesso a Gaza, assim como sua infraestrutura, tal como a eletricidade e um suprimento de água limpa.” Uma das visões difundidas sobre o desengajamento é que o plano era uma “[...] mudança tectônica na mentalidade da direita israelense.” Para muitos, o que morria ali era a ideia da Grande Israel, ou seja, sobrepor uma pólis judaica sobre o que havia sido toda a Palestina. (AIDAN, LAIQ, RØD-LARSEN, 2014, p. 381, tradução nossa).

No documento de apresentação, de 18 de abril de 2004, o plano era necessário porque “[...] Israel chegava à conclusão de que não havia um parceiro palestino confiável [Arafat morreria em novembro] com o qual poderia se fazer progresso em um processo de paz bilateral.” (PLANO DESENGAJAMENTO, 2014, p. 381, tradução nossa). O governo de Sharon saía do impasse impondo uma agenda unilateral. A base do plano definia que:

em qualquer arranjo futuro de status permanente, não haverá cidades ou vilas na Faixa de Gaza. Por outro lado, é claro que na Cisjordânia, haverá áreas as quais serão parte do Estado de Israel, incluindo cidades e vilas, áreas e instalações de segurança, e outros lugares de interesse especial para Israel. (PLANO DESENGAJAMENTO, 2014, p. 382, tradução nossa).

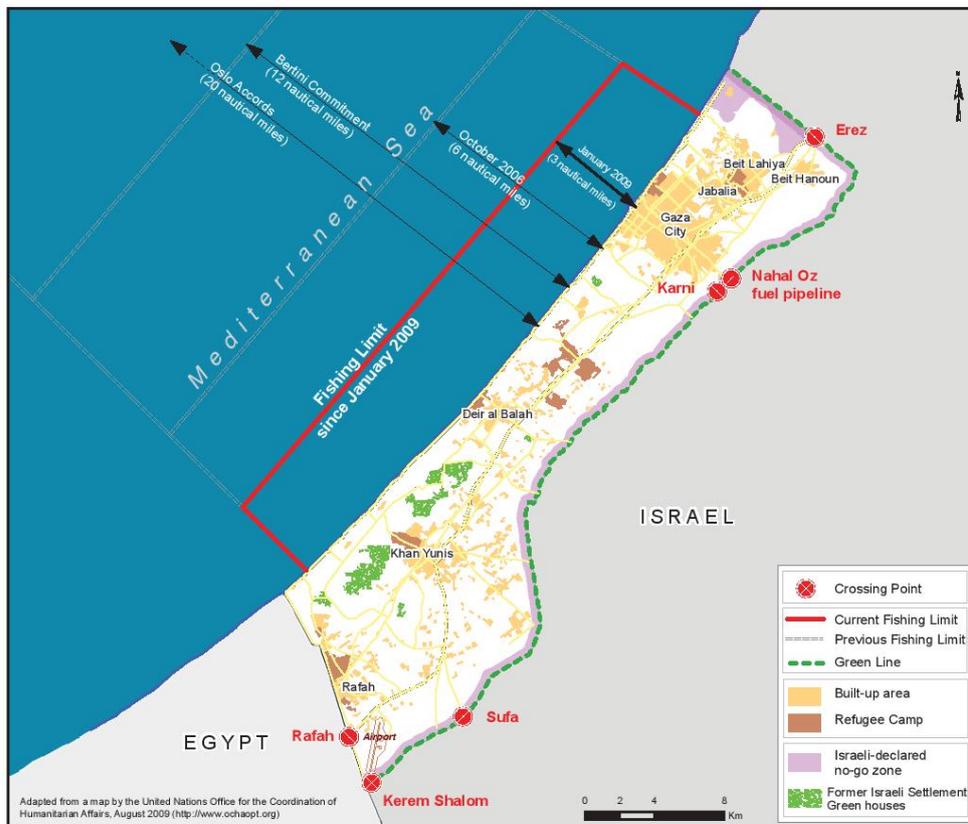
O “desengajamento” de Gaza foi vendido ao público como servindo aos interesses do Estado no longo prazo. O próprio Sharon assegurou aos israelenses que a retirada consolidaria o controle israelense “[...] sobre aquelas mesmas áreas da Terra de Israel [na Cisjordânia] que constituiriam uma parte inseparável do Estado [...]” em qualquer futuro acordo. (DEL SARTO, 2017, p. 47, tradução nossa).

Como contraprova, podemos recorrer a um estudo de 1988 que nos informa sobre a racionalidade do plano de Sharon em 2005. O *think thank* israelense Jaffe elaborou um estudo analítico, no contexto da 1ª Intifada, sobre seis possibilidades de configuração política do território diante do impasse com os palestinos: *status*

quo, autonomia, anexação, Estado palestino, opção jordaniana e saída unilateral de Gaza. (JCSS, 1988). No caso desta última, o documento a definia como a retirada das “[...]” forças de Gaza unilateralmente, sem negociações prévias ou acordo com qualquer parte árabe, incluindo os palestinos.” A implicação era que a “[...]” retirada envolveria um corte completo de laços “[...]””, mas demandaria uma fronteira que seria “[...]” eletronicamente cercada e minada “[...]””, e assim evitar “[...]” “a introdução de armas para um exército palestino”. (JCSS, 1988, 119). A lógica mais de fundo dessa opção seria:

[...] desengatar a si de uma pequena porção de território na qual metade dos habitantes são refugiados [...]. Essa opção permitiria a Israel interromper suas responsabilidades sobre problemas aparentemente insolúveis de uma população que poderia apenas crescer com a passagem do tempo. [...] Mas é claro, na melhor das hipóteses, [seria] uma opção parcial: não aspira a resolver aqueles aspectos fundamentais do problema palestino que se centra geograficamente na Judeia e na Samaria. (JCSS, 1988, 120, tradução nossa).

Mapa 9 – O desenho do Desengajamento israelense de Gaza



Fonte: Passia, 2009. Disponível em: <http://www.passia.org/maps/38>

O BM, a pedido da ANP, fez uma análise de qual seria o impacto econômico do desengajamento sobre a sociedade palestina. A análise parte do princípio de que o plano “[...] restauraria a mobilidade interna em Gaza e diminuiria restrições sobre o movimento em parte da Cisjordânia”. O problema é, que na análise da situação em campo, a melhora seria quase irrelevante. Por um lado, o BM via de fato pontos positivos, como “[...] redução de fechamentos internos e a transferência de terras e ativos de assentamentos.” O problema é que continuaria a pesar sobre os palestinos o regime de controle israelense de fronteiras, que é “[...] altamente restritivo [à economia]”. (BANCO MUNDIAL, 2004a, p. 4, tradução nossa).

Sem a abertura das fronteiras para exportação, a tendência de declínio econômico não seria revertida. Um outro problema seria se o processo de desengajamento implicasse um corte de trabalho abrupto ou um aprofundamento do cercamento a Gaza, potencializando problemas no comércio ou de suprimento de eletricidade e água. Desse modo, haveria na verdade uma piora da situação econômica e das perspectivas humanitárias e sociais. (BANCO MUNDIAL, 2004a, p. 5). Na tabela 1, um desenho de cenários tendo como referência os dados econômicos registrados em 2003.

O próprio relatório do BM, no entanto, revelava o mote mais geral quando falamos da atitude da comunidade internacional na sua atuação na Palestina naquele momento. Apesar dos dados e das evidências coletadas, de que havia a necessidade de Israel abrir as fronteiras e facilitar o movimento interno na Cisjordânia, a conclusão era de que o “[...] objetivo da implementação do plano de trazer uma melhora à situação e quebrar a atual estagnação [...]” ocorrerá apenas “[...] **se e quando** o lado palestino mostrar evidência de **sua vontade e capacidade de tomar uma ação de lutar contra o terrorismo**, uma interrupção total do terror e da violência e a execução das reformas de acordo com o Mapa da Estrada”. (BANCO MUNDIAL, 2004a, p. 27, grifo meu).

Tabela 1 – Cenários desengajamento produzidos pelo Banco Mundial

Ano	PIB Nominal per capita (US\$)	Desemprego (%)	Pobreza (%)	Pobreza em Gaza (%)
2003 (referência)	925	26%	47%	64%
<i>Status Quo</i> (sem o desengajamento)	866	35%	56%	72%
Desengajamento (como previsto no plano)	871	34%	56%	72%
Desengajamento com a abertura das fronteiras	1068	23%	46%	64%
Desengajamento com abertura de fronteiras + US\$ 1,5 bilhão de doadores para o período 2004-2006	1250	14%	37%	53%

Fonte: Dados retirados de BANCO MUNDIAL, 2004a, p. iv

4.4 A ajuda internacional se molda no interior da violência dos 2000

O novo cenário político-militar que se consolida no período de 1999 a 2003 impacta e reformula o conjunto da comunidade de *peacebuilding/statebuilding* que atuava nos TPO. De saída, a partir de uma observação de Roberts (2005, p. 19, tradução nossa), podemos entender que é no momento da 2ª Intifada que a comunidade internacional foi confrontada pelo fracasso de suas políticas aos olhos palestinos. Tendo como referência os termos de “Oslo”, a comunidade internacional envolvida no processo havia financiado e modelado um governo autônomo para desempenhar funções civis e combater o terrorismo que não servia a nenhum dos dois propósitos. Um segundo ponto era que o mecanismo assumia

a interrupção da “[...] expansão dos assentamentos israelenses [...]”, que apenas cresceram em todo o percurso das negociações.

O passo da colonização, de fato, não foi interrompido. O número de lançamentos de novas construções nos assentamentos para os anos de 2001, 2002, 2003, 2004 e 2005 foram, respectivamente, 1701, 1567, 2069, 1944 e 2028. Isso foi traduzido em um aumento populacional de colonos nos TPO de 220 mil, em 2002, para 247,300, em 2005¹⁹.

Já em termos econômicos, de acordo com uma outra análise do BM de 2004, naquele ano, a renda per capita palestina permanecia “[...] 35% abaixo em termos reais do que era em seus níveis pré-Intifada.” O documento dizia ainda que “[...] a contração da atividade econômica de 2000 a 2002 levou o PIB per capita real para um nível 37% abaixo do que era em 1999.” E faz uma comparação interessante: “[...] as crises financeiras na Argentina (1998 a 2002) e na Indonésia (1997) implicaram em um declínio cumulativo do PIB per capita de um intervalo entre 15% e 25%.” (BANCO MUNDIAL, 2004b, p. 10).

De acordo com o levantamento de Shikaki (ver Tabela 2), o desemprego subiu de 12%, em 1999, para 31%, em 2002, caindo para 26% no ano seguinte. Já a taxa de pobreza foi de 21%, em 1999, para 72%, em 2003, caindo para 61% no ano seguinte.

O BM levantou um dado para conseguir medir a relação entre desemprego e pobreza, que chamou de taxa de dependência, ou seja, “[...] o número de pessoas apoiadas por cada trabalhador.” Em 1999, cada palestino trabalhador sustentava cinco pessoas, incluindo a si. “No segundo quarto de 2002, a taxa de dependência chegou ao auge de 7,2 na medida que o emprego desabava.” (BANCO MUNDIAL, 2004b, p. 29, tradução nossa).

O Banco apontou que os “[...] fechamentos [promovidos por Israel] eram o principal fator precipitante desse declínio. A total desintegração da economia palestina foi evitada devido à resiliência social da sociedade palestina e ao apoio sustentado de doadores.” (BANCO MUNDIAL, 2004b, p. 9, tradução nossa).

¹⁹ Dados retirados de <http://peacenow.org.il/en/settlements-watch/settlements-data/construction>

Tabela 2 – Indicadores socioeconômicos, 1994-2005

Ano	Pop. /milhões	PIB (milhões / US\$)	Taxa de crescimento (%)	Pobreza (%)	Desemprego (%)
1994	2.3	3.283	x	x	x
1995	2.5	3.587	6	x	x
1996	2.6	3.791	2	27	23
1997	2.8	4.290	12	25	20
1998	2.9	4.821	12	23	15
1999	3.0	5.095	9	21	12
2000	3.2	4.939	-5	32	15
2001	3.3	4.326	-15	44	26
2002	3.4	4.169	-10	60	31
2003	3.5	4.011	6	72	26
2004	3.6	4.131	6	61	27
2005	3.8	4.044	8	44	23

Fonte: Khalil Shikaki, 2005, p. 118.

Ainda assim, o reajuste da ajuda internacional no cenário dos anos 2000 acabou revelando a **racionalidade imanente** de “Oslo”, encaixada no nexo de relações de poder do sistema, que fazia prevalecer a convergência política de EUA e Israel, e também à visão mais geral conectada à uma **razão-mundo** neoliberal. Isso transpareceu no esforço de proteger o mecanismo político dos Acordos, não em reavaliá-lo diante do fracasso em estar entregando paz, para todos no território, ou terra, para os palestinos.

Isso pode ser explicado não só pelas dinâmicas internas ao processo, mas porque mesmo as reflexões críticas da época sobre a responsabilidade de políticas de ajuda, como as feitas por Anderson (1999), não conseguiam captar o caráter político dessa forma de governança global.

A autora levanta “cinco formas previsíveis” de como recursos econômicos e políticos podem afetar um conflito, mas estes são indiretos, como o fato de a ajuda afetar “[...] mercados ao reforçar ou a economia de guerra ou a economia de paz [...]”, ou impactar “[...] relações intergrupos, alimentando tensões ou reforçando conexões”; ou eram efeitos colaterais, como quando a ajuda substitui “[...] recursos

locais requeridos para atender a necessidades civis, o que libera [agentes locais] para apoiar o conflito”, ou a legitimação de “[...] pessoas e suas ações e agendas”. Há ainda o problema de recursos serem “[...] frequentemente roubados por guerreiros e usados para apoiar exércitos e comprar armas”. (ANDERSON, 1999, p. 39, tradução nossa).

O problema, por essa visão, é que um conjunto de processos neutros, mas poderosos, da ajuda internacional podem se conectar a situações locais de alta carga política. Isso seria resolvido pela criação de consciência e responsabilidade para saber manobrar no interior de conjunturas explosivas.

No caso da Palestina, o conjunto da comunidade de ajuda tinha um papel mais direto, ativo e político. O primeiro dado é a mudança de fluxo da ajuda internacional que, até 1998, havia sustentado a montagem do governo autônomo palestino e a provisão de empregos e serviços, de modo a oferecer a Arafat uma base apoio público. No entanto, à medida que a economia palestina se deteriorava, a ajuda tornava-se “[...] suporte de vida em vez de um instrumento de crescimento, desenvolvimento e *peacebuilding*”. (LASENSKY, 2005, p. 41, tradução nossa).

Para Nakhleh (2004, p. 109), no reajuste da ação das agências de ajuda a partir de 2000, foi possível dividir a atuação em duas fases: primeiro, a fase da “Autonomia”, de 1994 a 1999, com a implementação dos termos base do Acordo; depois, a partir dos 2000, a fase de “Necessidades de Emergência”. Mas a diferença entre as fases não significava apenas a mudança de natureza da ajuda, e sim o fato de que o que havia sido construído entre 1994 e 1999 começava a ser destruído. A preocupação das agências de assistência seria, então, “[...] intervir imediatamente para prevenir o colapso da ANP e de suas instituições de provimento de serviços básicos [...]”, como saúde, educação e bem-estar social. (NAKHLEH, 2004, p. 115, tradução nossa).

Diante do quadro econômico deteriorado, a ANP estava efetivamente quebrada. De acordo com o BM, a receita da Autoridade, excluindo o financiamento externo, caiu de US\$ 938 milhões, em 2000, para US\$ 273 milhões, em 2001. A retomada só acontece em 2003, quando a receita sobe para US\$ 762 milhões. Grande parte dessa queda é causada pela retenção de receitas de alfândega palestinas por Israel. Nos anos de 1999 e 2000 o repasse foi de, respectivamente, US\$ 580 milhões e US\$ 587 milhões. Já em 2001, foi zero. No ano seguinte, os repasses são retomados, primeiro com US\$ 72 milhões, em 2002, e depois com

US\$ 472 milhões, em 2003. Os gastos da ANP, no entanto, não caíam. Sem contar projetos subvencionados pela ajuda externa, para os anos de 1999, 2000, 2001 e 2002, a ANP gastou, respectivamente, 937, 1212, 1120 e 984, em milhões de dólares. (BANCO MUNDIAL, 2004b, p. 20).

Em relação à infraestrutura e propriedade privada, o BM estimou que o dano físico infligido durante os primeiros 15 meses da Intifada estava na casa dos US\$305 milhões. Já no período posterior, entre março e maio de 2002, os danos físicos e institucionais na Cisjordânia, resultado da reocupação e incursões recorrentes do exército israelense, foi calculada em US\$ 361 milhões. (NAKHLEH, 2004, p. 197). Em um quadro mais geral, comparando as expectativas de crescimento pré-Intifada com os números reais, em preços constantes de 1997, “[...] a perda cumulativa de perda de oportunidades de renda-salário nos TPO durante os [primeiros] 27 meses da Intifada são estimados em US\$ 4,8 bilhões, ou mais de 70% do que a renda bruta nacional poderia ser em 2002”. (AJLUNI, 2003, p. 69 apud TAGHDISI-RAD, 2010, p. 56, tradução nossa).

Diante desse colapso, a ajuda internacional, em parte, dedica-se a salvar a Autoridade Palestina que havia ajudado a construir. O BM registrou que a média de doações no período aumenta bastante. Se no intervalo inicial de Oslo (a fase de Autonomia), de 1994 a 2000, tal ajuda ficou em uma média anual de US\$ 500 milhões (ou US\$ 150 per capita), na fase inicial da Intifada, nos anos de 2001 e 2002, dobrou para US\$ 1 bilhão (ou US\$ 308 per capita). E mesmo que tenha havido uma queda em 2003 em relação a 2002, de US\$ 1.026 bilhão para US\$ 883 milhões, a média de US\$258 per capita ainda era “[...] uma das taxas sustentadas mais altas de desembolso per capita a um recipiente de ajuda no mundo desde a 2ª Guerra Mundial.” (BANCO MUNDIAL, 2004b, p. 64).

Isso pode ser notado na tabela 4, com dados levantados por Taghdisi-Rad. A rubrica “apoio de orçamento” foi de uma soma de \$4.3 milhões, doada no período de 1994 a 2000, para cerca de 1.458 bilhão de 2000 a 2006. Se extrapolarmos e considerarmos o período do início de Oslo até o fim definitivo da Intifada, 2009, os valores de ajuda cresceram de US\$ 39.24 milhões, em 1993, para US\$1.741 bilhão, em 2009. (TAGHDISI-RAD, 2014, p. 35).

Tabela 3 – Maiores doadores nos Territórios Ocupados (de 1994 a 2000)

Doadores	Fase de Autonomia (1994-2000)	Fase de Emergência (2000-2006)	Total do período (1994-2006)
	<i>Desembolsado</i>	<i>Desembolsado</i>	<i>Desembolsado</i>
Arábia Saudita	\$95.675	\$353.495.241	\$353.590.916
Comunidade Europeia	\$141.374.895	\$1.098.257.716	\$1.239.632.611
Alemanha	\$68.914.188	\$118.418.481	\$187.332.669
Suécia	\$102.591.464	\$161.694.394	\$264.285.858
Itália	\$144.670.370	\$107.636.212	\$144.670.370
Reino Unido	\$251.819.222	\$176.779.658	\$251.819.222
Japão	\$48.366.334	\$118.237.549	\$166.603.883
EUA	\$215.984.703	\$714.815.785	\$930.800.488
Banco Mundial	\$10.224.906	\$106.702.428	\$116.927.334
TOTAL	\$885.380.448	\$4.492.441.146	\$5.377.821.594

Fonte: com base em tabela de Sahar Taghdisi-Rad, 2014, p. 68.

Como é possível perceber também na tabela 4, a União Europeia foi o principal sustentador da ANP nesse período. Se olharmos para dados levantados por Wildeman mais recentemente, de forma geral, o conjunto de países europeus foi o grande fiador da ANP. Sem contar ajuda bilateral de países individuais, a transferência entre 2000 e 2015 foi de €5,964 bilhões, sendo que 75% (€4.457 bilhões) desse valor refere-se a ajuda a partir de 2006. (WILDEMAN, 2018b, p. 187, tradução nossa).

É nesse nexo, apesar do montante de dinheiro derramado sobre a Palestina e da ajuda concedida, que se criava uma contradição para doadores e implementadores. Michael Keating, que foi diretor de coordenação e de temas socioeconômicos no Escritório do Coordenador Especial da ONU para o processo de paz no Oriente Médio entre 2001 e 2004, aponta para algumas contradições da indústria da ajuda humanitária. No período que vai de 2000 a 2005, “o volume de ajuda humanitária” cresceu, mas a economia palestina “[...] contraiu e um número crescente de palestinos foi para baixo da linha de pobreza, destituídos e sem casa.” Comida, remédios, moradia temporária, cobertores e assistência de emergência, tudo provido por ONGs ocidentais ou islâmicas, ajudou números cada vez maiores de palestinos “[...] cujas vidas tinham colapsado ou cujas casas tinham sido

demolidas como resultado das operações militares israelenses.” Mas, aponta Keating, a fase de emergência apresentou um dilema para os agentes que trabalhavam na ajuda que se originava da ansiedade de que “[...] poderiam estar ajudando o poder ocupante a escapar de suas obrigações humanitárias.” (KEATING, 2005, p. 5, tradução nossa).

Tabela 4 – Alocação de subvenções e empréstimos por setor nos TPO

Setor	Alocação / 1994 a 2000	Alocação / 2000 a 2006	Total por setor (1994-2006)
Agricultura	\$14.870.389	\$30.516.091	\$45.386.480
Apoio de orçamento	\$4.381.211	\$1.458.610.006	\$1.462.991.227
Educação	\$89.310.207	\$89.133.165	\$178.443.372
Geração de emprego	\$10.704.387	\$74.290.189	\$84.995.300
Energia	\$79.440.278	\$39.308.404	\$118.748.682
Saúde	\$61.110.180	\$94.888.064	\$155.998.244
Diretos humanos / sociedade civil / democracia	\$73.091.456	\$152.355.992	\$225.447.448
Ajuda humanitária	\$45.765.059	\$177.682.447	\$223.447.506
Infraestrutura	\$188.468.059	\$258.206.518	\$446.674.577
Construção de instituições	\$85.074.006	\$231.464.686	\$316.538.692
Desenvolvimento do setor privado	\$61.166.560	\$95.665.881	\$156.832.441
Sustento à <i>Unrwa</i>	\$33.418.830	\$1.054.230.036	\$1.097.648.886
Água e saneamento	\$230.835.336	\$215.306.666	\$446.142.002

Fonte: com base em tabela de Sahar Taghdisi-Rad, 2014, p. 70-71.

O ex-diretor de coordenação da ONU dizia que isso ocorria, em termos práticos, porque “[...] a assistência de doadores para apoio de manutenção de empregos e atendendo a necessidades humanitárias de uma população ocupada pode ter aliviado Israel do fardo financeiro de fazê-lo.” Além disso, a intervenção internacional permitiu a Israel “[...] evitar ou adiar decisões duras em relação a suas responsabilidades legais, e outras, em relação à população palestina.” (KEATING, p. 9, tradução nossa).

Assim, o dilema da ajuda que se direcionava para a Palestina especificamente enxergava em cores mais vivas o fato de estar se inserindo não

em um conflito civil ou uma guerra interestatal, mas um confronto colonial na forma de uma ocupação militar. O dilema para a ajuda internacional na Palestina é que, já em meados dos 2000, ela atuaria formulando política públicas em um território de autoridades definitivamente fragmentadas. As autoridades israelenses, civis e militares, agora viam a população palestina como um alvo militar, um objeto indesejado a ser eliminado. Já o conjunto que englobava a ANP, agências da ONU, ONGs internacionais e governos estrangeiros administraria a sobrevivência palestina e tomaria “[...] o lugar do aparato israelense nos campos de interação que existiam antes de Oslo”. Era assim que a fragmentação de **funções de autoridade** (entre poderes civis e de segurança, ver p. 140) fazia com que o conjunto de entidades internacionais agisse para “[...] sustentar o básico da vida [...]” ao mesmo tempo que parte das “[...] formas de existência política e social passavam a ser constante e sistematicamente destruídas [...]”, algo que se consolida como dinâmica definitivamente a partir de 2008. O conjunto mais amplo dos agentes inseridos na *pólis-global*, portanto, passava a administrar o que os autores chamaram de “suspensão da catástrofe”. (AZOULAY, OPHIR, 2013, p. 102, tradução nossa).

Mais do que isso, os Estados estrangeiros e a “indústria da ajuda” inseridas na “construção de paz” na Palestina tomariam um papel próprio no sistema de violências israelense. No plano da “Operação de Campo de Espinhos”, de 1996, que deu origem às ações militares israelenses na 2ª Intifada, entre os itens listados pelos militares para intervir novamente no tecido social, havia uma prescrição militar que recomendava a “[...] introdução de um bloqueio econômico com cortes seletivos de transações financeiras, movimento de trabalho e carregamentos de alimento/combustível”. (CORDESMAN, 2002, p. 184, tradução nossa).

Se a ação militar israelense mobilizou parte dos doadores a sustentar o aparato político palestino criado em “Oslo”, a imposição da reforma à ANP nos moldes da doutrina Bush significou uma segunda dinâmica, com restrição dos modos como outros doadores, especialmente Estados europeus e árabes aliados, enquadrariam sua ajuda. Como vimos acima, em 2003 e 2004, o objetivo dos EUA e de Israel era marginalizar Arafat, tirar poder do executivo e descentralizar poderes administrativos e financeiros. Portanto, qualquer doação que fosse um apoio ao orçamento de sua ANP era uma “linha de vida” indesejada pela nova administração dos EUA.

Mas condicionalidade não era uma ideia exatamente nova, já que era discutida desde pelo menos 1999, no contexto das negociações de *status* permanente que ocorreriam, em 2000, em Camp David. Em maio de 2000, FMI e BM colocaram pressão sobre a ANP para reestruturar seus investimentos públicos por meio de uma política de privatizações, que, como objetivo de fundo, buscava reverter o sistema de alocação cargos e monopólios que Arafat reteve desde o início de “Oslo”, na verdade desmontando o poder “neopatrimonial” com o qual ele centralizava a política palestina. A nova abordagem era justificada como um meio de promover mais transparência e abertura, algo que era visto como necessário para melhorar a fiscalização de recursos e processos de tomada de decisão (HADDAD, 2016, p. p. 176; TURNER, 2009, p. 568).

Mas se Arafat consegue protelar a execução de tais políticas, já na 2ª Intifada, com uma ANP em colapso, com a infraestrutura destruída, sem possibilidade de gerar receitas e com a retenção de dinheiro de alfândega por Israel, tinha pouca escolha. Em julho de 2002, o Quarteto criou a Força Tarefa Internacional sobre a Palestina (ITFPR, na sigla em inglês), composta pelos membros do Quarteto mais Japão, Noruega, BM e FMI. A função dessa força tarefa era monitorar e apoiar o processo de reforma por meio de sete grupos de trabalho compostas por representantes dos doadores trabalhando na Cisjordânia e Gaza nas áreas de contabilidade financeira, contabilidade, economia de mercado, governo local, reforma da administração pública e do serviço civil, judiciário e eleições. (HADDAD, 2016, p. 205; TURNER, 2009, p. 568).

Turner argumenta que, sob as pressões militar de Israel e política dos EUA, os palestinos viviam a sua versão da Doutrina do Choque de Klein, pela qual “[...] instituições internacionais exploram crises [choques], seja desastres naturais ou campanhas militares, para impor ortodoxias neoliberais de privatização, ‘boa governança’, desregulação de governo e cortes profundos de gasto social”. (TURNER, 2009, p. 568, tradução nossa).

A dinâmica imposta à ANP era uma combinação de medidas coercitivas e restrições impostas por Israel em relação a território, recursos e autonomia financeira, que eram sustentadas por uma ajuda condicionada de doadores sobre destino e finalidade das finanças da Autoridade. A necessidade de reformas palestinas era, no fim, imposta por uma dupla alavanca da pressão militar israelense e das condicionalidades políticas da comunidade doadora. O problema,

portanto, era que a assistência internacional aos TPO derivava de um relacionamento triangular envolvendo doadores internacionais, EUA e Israel, cada um deles com seus próprios interesses em vista, relegando as necessidades econômicas palestinas a um segundo plano em relação a ações israelenses e ao caminho do plano diplomático mediado pelos EUA. (LE MORE, 2008; HADDAD, 2016).

Já Israel, em fins dos anos 2000, quando Ehud Olmert, do Likud, já era o primeiro-ministro, florescia e parecia ser um lugar excitante para uma nova economia empreendedora. O problema econômico que Nitzan e Bechler enxergaram em 2002 parecia estar resolvido. Quando os israelenses bombardeavam o Líbano, em 2006, treze anos após a assinatura de Oslo, este era o seu retrato (feito de forma perceptível por Tyler):

Economicamente, o Estado judeu estava vivendo um sucesso estrondoso. **“Desengajamento”** e **“segurança”** não caíam bem na imprensa ocidental, mas aparentemente era **bom para os negócios**, mesmo que o processo de paz estivesse hesitante.

A faixa costeira ao norte de Tel Aviv era o novo Vale do Silício, com muitas companhias listadas no mercado de ações Nasdaq da América; o mercado imobiliário ao longo do Mediterrâneo rivalizava com o de Manhattan pelo luxo e pelos altos preços. Calçadas e bistrôs alinhavam-se com a frente do mar, enquanto milhares de jovens profissionais aproveitavam a sociedade de cafés e discotecas das noites de Tel Aviv. [...] Metade do país estava na auto-estrada de seis pistas perseguindo uma nova afluência, e metade do país estava na praia. Jovens israelenses **viviam completamente separados** de jovens palestinos; era ilegal para israelenses visitar os territórios ocupados exceto nas **estradas de desvio segregadas** nas quais colonos viajavam para seus *outposts*. A existência palestina estava sendo - senão apagada - transportada para uma zona atrás de uma cortina de concreto cujo perfil doentio na paisagem bíblica evocava a Irlanda do Norte durante os *Troubles* ou Berlim durante a Guerra Fria. (TYLER, 2012, p. 463, tradução nossa).

5 A ASSEMBLAGE COLONIAL: AS FRAGMENTAÇÕES NA PALESTINA PRODUZIDAS GLOBALMENTE

A inserção da comunidade doadora no sistema de violência israelense sobre os TPO se daria de forma mais profunda a partir de 2006, quando em janeiro daquele ano o voto palestino elegeu o Hamas, que conquistou 76 dos 132 assentos do Conselho Legislativo Palestino, contra 43 do Fatah. O próximo primeiro-ministro, portanto, sairia do grupo que não apenas era considerado terrorista, mas era opositor aos Acordos de Oslo. O que se estruturaria, a partir de então, seria a mobilização de todo o aparato do processo de paz para devolver o poder ao Fatah de Mahmoud Abbas.

A vitória dos Hamas em 2006 já era resultado da clivagem no campo da política palestina, a começar pelo fato de que o grupo estava mais inserido em entidades de organização locais em comparação com o fim dos anos 1980. Na 1ª Intifada, recém-criado, o grupo era externo às estruturas tradicionais, como os Comitês Populares, pelas quais a Intifada se realizou e nos quais a OLP exercia liderança política nos TPO. Já em 2000, colocou-se como ator político central, fosse como “[...] parte integral dos comitês de resistência popular [...]”, fosse com suas táticas de bombas suicidas, que, na 2ª Intifada, se tornaram “[...] modelo para outros grupos, inclusive as Brigadas do Fatah”. Outro fator que fez o Hamas crescer foi a luta política interna do Fatah depois da morte de Arafat. A liderança que ascendia no partido que comandava a ANP precisava do Hamas dentro do sistema político de Oslo para legitimar a sua própria posição. Mas jamais acreditou que poderiam ser derrotados em uma eleição. (GUNNING, 2007, p. 50, tradução nossa).

O Fatah estava enfraquecido por um número de fatores, como “[...] corrupção nepotismo e um estilo autocrático de governar [...]”, que foi perdendo popularidade à medida que era exercido. Além disso, o próprio descrédito do processo de paz minava a sua autoridade. (GUNNING, 2007, p. 48-49, tradução nossa).

O Hamas, nesse contexto, fazia campanha não só contra os Acordos de Oslo e por uma posição mais forte contra Israel, mas também por transparência, uma forma de atacar a constituição do governo palestino dos Acordos. (BACONI,

2018, p. 92; TURNER, 2009, p. 570). Na verdade, o mote de campanha era uma “[...] justaposição entre as dificuldades mundanas e as aspirações elevadas de autodeterminação [...]”, que eram reforçadas por um “[...] registro de administração municipais não corruptas, em contraste com o Fatah”. O Hamas, no poder, iriar lidar com “[...] os fracassos dos incumbentes e reconfigurar o sistema político de acordo com seus valores”. O manifesto eleitoral do partido “[...] falava em ressuscitar os princípios centrais da luta, incluindo a indivisibilidade da terra da Palestina histórica; a unidade do povo palestino e o direito a resistir à ocupação na busca por um Estado independente.” (BACONI, 2018, p. 92, tradução nossa).

O BM registrou preocupações que se davam com a eleição do grupo. Naquele ponto, o Quarteto declarou que o movimento “[...] deve atender a um número básico de condições políticas, e ligou a resposta do Hamas a níveis e formas de assistência futura de doadores à Autoridade Palestina” (BANCO MUNDIAL, 2006, p. 1, tradução nossa). Ou seja, o Quarteto imediatamente demandava “[...] que o novo governo [...] renunciasse à violência, aceitasse todos os acordos anteriores e reconhecesse Israel.” No fim, a exigência era que, apesar de “[...] EUA e UE terem reconhecido que as eleições tinham sido livres e justas [...]”, exigiam que o Hamas renunciasse “[...] a plataforma a partir da qual tinha lutado pela eleição, ou ser isolado e eventualmente derrubado.” (TURNER, 2009, p. 571, tradução nossa).

O USAID lançou em outubro de 2007 uma atualização de seus procedimentos antiterrorismo. Na seção II, Autoridades legais, o documento explica que aquela era uma revisão dos padrões de atuação de missões da USAID em consonância com a Ordem 13224, emitida pelo presidente George W. Bush em 24 de setembro de 2001. Entre outras coisas, esta bloqueava “[...] propriedades e interesses em propriedade de indivíduos e entidades direcionados a cometer ou que representavam um risco significativo de cometer atos terroristas.” A “13224” proibia, por exemplo, transações com indivíduos ou entidades suspeitas de ferir a Ordem. O ditado de Bush se juntava a outros estatutos antiterroristas, como as Ordens 12947, de 23 janeiro de 1995, e a 13099, de 20 de agosto de 1998, já mencionadas acima, que “[...] proibiam qualquer transação com terroristas que ameaçassem provocar distúrbios ao processo de paz no Oriente Médio.” (USAID, 2007, tradução nossa).

O que essa atualização fazia era “[...] estabelecer padrões de operação para vetamento através de todas as agências do governo dos EUA provendo assistência na Cisjordânia e Gaza.” Além disso, incluía mais procedimentos para compor as “[...] medidas antiterrorismo [...]”, entre eles “[...] cláusulas obrigatórias lembrando contratantes e subvencionados de seu dever legal de aceder à aplicabilidade de regulações e leis antiterroristas”. (USAID, 2007, tradução nossa).

Por exemplo, um indivíduo envolvido em um projeto da USAID passaria pelo processo de veto, tendo que informar “[...] o nome completo como aparece em sua identidade com foto emitida pelo governo [...], além do “[...] nome completo e endereço da organização e o nome completo de cada ‘indivíduo-chave’ da organização, mais uma vez, como aparece na sua identidade com foto emitida pelo governo [...]”, junto à data e local de nascimento. Uma das práticas passíveis de serem caracterizadas como terroristas era nomeação de instalações em homenagem a pessoas que tenham cometido atos considerados terroristas. Pela Secção 559 (c) do Ato de Apropriações Estrangeiras:

[...] ‘Nenhum dos fundos apropriados por este Ato para assistência sob o programa para Cisjordânia e Faixa de Gaza pode ser feito disponível para o propósito de reconhecer ou de alguma outra forma honrar indivíduos que cometam, ou tenham cometido, atos de terrorismo.’ (USAID, 2007, tradução nossa).

A legislação doméstica dos EUA foi afetando o campo mais amplo dos doadores, e mesmo países da UE, especialmente o Reino Unido, sofreram “[...] pressões de grupos de lobby doméstico [...]”, o que forçou com que atrelassem várias condicionalidades econômicas, institucionais e políticas a apoio orçamentário. (TAGHDISI-RAD, 2010, p. 72, tradução nossa).

De fato, naquele momento, o BM já montava “[...] modelos dos impactos de uma possível combinação de ações pelo GOI [governo de Israel] e da comunidade doadora [...]” no novo cenário. Um destes era que, em 2006, fosse mantida “[...] a retenção contínua de receitas de taxas palestinas coletadas em nome da AP [...]” e “[...] uma redução de desembolsos de doadores de US\$200 milhões, ou 15%, comparadas com [2005]”. (BANCO MUNDIAL, 2006, p. 1).

O Banco imaginou, então, a possibilidade de criar um mecanismo de financiamento para contornar o Hamas. Isso surgia do fato de que a “[...] Comissão Europeia e outros doadores da OCDE exploravam formas de manter pagamentos de renda para empregados da AP e para sustentar serviços públicos básicos para

a população palestina.” Isso ocorreria por meio de “[...] algum tipo ‘mecanismo de desvio’, sob o qual os fundos seriam dirigidos para os recipientes finais (para as contas bancárias de empregados, para fornecedores comerciais).” (BANCO MUNDIAL, 2006, p. 8, tradução nossa).

A principal mudança, nesse contexto, foi que a comunidade ocidental envolvida na governança da Palestina “[...] impôs um bloqueio financeiro [...]” sobre governo do Hamas. Por exemplo, o setor de bancos palestino recusou-se a “[...] lidar com a transferências de dinheiro para o novo governo, com medo de que seria cortado de operar dentro do circuito internacional de capital”. (HADDAD, 2016, p. 206, tradução nossa).

Já em maio de 2006 é criado o Mecanismo Temporário Internacional (TIM, na sigla em inglês), uma articulação especialmente da UE para canalizar fundos diretamente para o presidente Abbas e também prover pagamentos de salários e serviços direto em contas bancárias palestinas. A Comissão Europeia trabalhou próximo a Abbas e, por meio do mecanismo, cerca de \$ 643,5 milhões de euros foram dirigidos aos palestinos na Cisjordânia. Nesse momento, a UE, o TIM e o BM eram os principais provedores de eletricidade, suprimento de comida e salários ao povo palestino. (HADDAD, 2016, p. 224; TURNER, 2009, p. 571).

Na passagem de 2006 para 2007, ocorre a ruptura política definitiva entre o Hamas e o Fatah, que não conseguem acertar um procedimento de transição para que o grupo centrado em Gaza assumisse a ANP. O conflito escala, o que leva a uma nova fragmentação política, com duas sedes de governo, entre a Faixa de Gaza e a Cisjordânia.

Na verdade, como aponta Baconi (2018, p. 135), com a ruptura institucional, o bloqueio financeiro internacional que foi direcionado à ANP de Arafat entre 2001 e 2003, até que ele acedesse a reformas mais profundas, seria direcionada apenas à jurisdição do Hamas, a Faixa de Gaza. Israel e a ANP em Ramallah “[...] retiveram receitas que normalmente iriam ser redirecionadas para os departamentos de governo em Gaza.” Além disso, “[...] Israel cortou carregamentos de combustível pela metade e reduziu importações para Gaza a quantidades mínimas de comida e suprimentos médicos requeridos para a sobrevivência.”

Isso foi revelado em relatório secreto do governo israelense requisitado pela organização Gisha. Ali, estavam sugeridas uma série de propostas de bloqueio para lidar com a Gaza do Hamas. Um exemplo: o Ministério da Saúde israelense

determinava que a população precisava de uma média de 2279 calorias para evitar mal nutrição. Isso equivalia, a partir de cálculos de produção interna e da cultura do consumo, à necessidade de uma carga de 170 caminhões por dia. No entanto, a média de caminhões que eram permitidos entrar em Gaza era de 67. Antes do bloqueio (até 2006), mais de 400 caminhões levavam suas cargas para dentro do território. (COOK, 2012).

A ONU, completados dois anos do bloqueio, fez um relatório para acessar impactos. De fato, o número de caminhões que eram permitidos entrar na Faixa de Gaza caiu drasticamente a partir de 2007. Em maio daquele ano, a média foi de 475 caminhões de importação que entraram por dia no território. Já em junho, foram 230. Desde o início do bloqueio, até junho de 2009, essa marca não havia sido batida. Havia também uma alta taxa de insegurança alimentar, 75% da população de Gaza, cerca de 1,1 milhão pessoas. Em 2008, esse número era de 56%. (HRC, 2009).

Em estudo de Nassar Ibrahim, podemos ver como o cerco elevou as disparidades em relação a Cisjordânia. O PIB per capita real em Gaza declinou do equivalente a 89% do da Cisjordânia para 43% durante 2009. Além disso, a mudança de fundos dados sob a rubrica de emergência humanitária por meio do Mecanismo Temporário Internacional, que elevou sua composição de 16% para 56% do total, privou o governo de fundos para pagar trabalhadores de saúde, professores e recipientes de assistência social, ou então sustentar serviços municipais de tratamento de água. Em relação a emprego, houve uma queda brutal por conta do fechamento de fábricas - de um total de 3900, apenas 200 operavam em 2008 -, o que impactou na renda local. O desemprego foi a 33% e os palestinos sob a linha de pobreza eram 67%. (IBRAHIM, 2011, p. 492).

A racionalidade por trás do bloqueio obedecia a essa dimensão geográfica, de acolher e empoderar a liderança de Abbas na Cisjordânia, enquanto a Gaza controlada pelo Hamas seria cercada. A ideia era jogar a população local contra as autoridades *de facto*, induzindo o restabelecimento da liderança unificada da ANP sob Abbas. (BACONI, 2018, p. 135).

O início dos 2000, portanto, viu a consolidação de diversas fragmentações: do território, das várias divisões do controle da colonização israelense agora justapondo-se aos termos de Oslo; e a fragmentação definitiva da governança dos TPO entre esferas militar e civil. O que os israelenses fracassaram em impor com

a Administração Civil e a Liga das Vilas, nos anos 1980, agora era realizado por um aparato muito mais complexo e amplo. É aqui que a *Assemblage* se forma na Palestina. Por um lado, o espaço era produzido pelos agentes locais, por meio do “concerto” de temas de elaborações de controle colonial e as tentativas de desmontá-lo. Por outro, tínhamos agentes externos que, argumentamos, obedeciam àquelas duas lógicas que compunham a síntese do “capitalismo imperialista” de Harvey, a lógica do Estado, que nos 2000 era ainda basicamente controlada pelos EUA, e a lógica do capital, que, no caso da Palestina, tinha o nexo do *statebuilding* dando sentido à ação de uma miríade de agentes, de representações de governo a ONGs internacionais.

Assim, em um movimento recíproco, não era apenas que Israel delimitava as ações possíveis de desenvolvimento e autoridade civil, mas também os doadores internacionais proviam os parâmetros do espaço político de manobra mais amplo de Israel. Podemos inferir que os doadores internacionais moldavam “[...] fronteiras e conteúdo da expressão política ‘legítima [...]’” dentro do mecanismo no qual “Oslo” se consolidou. Isso queria dizer que a agenda de *statebuilding* tinha papel central na elaboração dos parâmetros de atividades políticas e econômicas que podiam operar nos territórios. (HADDAD, 2016, p. 189, tradução nossa).

No estudo de Wildeman, ele entrevistou de forma anônima uma série de agentes que trabalham em agências estatais ou não-estatais de ajuda internacional²⁰. Uma pessoa ligada à representação alemã²¹ na Palestina admitiu perceber que:

[...] como resultado da fragmentação entre palestinos de Gaza e Cisjordânia, as pessoas se sentem cada vez mais distantes uma das outras. Ele/ela disse que há um sentimento em Gaza de que eles são governados por Ramallah, pelos doadores da ANP. Enquanto isso, há pouco dinheiro indo para Gaza dos tomadores de decisão de Ramallah. (WILDEMAN, 2018b, p. 88, tradução nossa).

²⁰ Wildeman relata que, como método da coleta de depoimentos, não gravou nenhuma das entrevistas, apenas registrou em anotações de papel. Portanto, as reproduções que faço aqui desde estudo devem levar em consideração essa observação.

²¹ Wildeman se refere a ela como H6.

5.1 O “plano nacional” de Sallam Fayyad: a abertura para a produção global do confronto colonial

Se o desengajamento, com a posterior subida do Hamas ao poder, foi o primeiro passo para a criação de uma representação de um território hostil, com uma população a ser cercada e punida, no outro extremo estava o elo das novas mediações de governança criadas sobre a Palestina, personificado na figura de Sallam Fayyad, o nexo que conectava de forma efetiva o “*Estado fantasma*” a um sofisticado complexo de relações de poder e controle, o nexo local da miríade de agentes de ajuda internacional.

Ainda no contexto das reformas demandadas de Arafat em 2001, Williams Orme Jr. publica, em 13 de julho de 2001²², reportagem no New York Times sobre o importante personagem. O problema na época, apontava o jornalista, era que Israel pressionava diplomatas sobre o “[...] apoio financeiro para a Autoridade Palestina [...]”, demandando que qualquer repasse fosse “postergado até que [...] adotasse uma linha de gastos estrita [...]” e desse fim a negócios por fora, de caixa 2, não-registrados. Os próprios doadores europeus e de países árabes do Golfo Pérsico alegavam preocupação sobre a ajuda estar sendo “[...] desperdiçada através de ineficiência e corrupção [...]” para que fosse garantido à ANP o prometido no plano arquitetado por Clinton em 1998, em Wye River. Ou seja, era a interrupção daquele *walkabout money* estruturado no início de “Oslo” (ver p. 150).

No entanto, como a ANP, em 2001, estava em colapso e precisava do dinheiro, o então ministro palestino responsável por ajuda externa, Nabil Shaath, propôs como resposta aos doadores que “[...] o FMI monitoraria as receitas e gastos palestinos, reportando a eles a cada mês. O dinheiro começou a fluir em semanas.” O grande destaque da reportagem, no entanto, era dado ao intermediário desse acordo entre a ANP e o FMI, descrito na reportagem como um “[...] homem que ia além do limite [...]”, um “[...] economista pesquisador que falava e calculava rápido, entrando em seus 49 anos.” (ORME JR., 2001, tradução nossa).

²² The I.M.F. Representative to Palestine: An Economist Becomes a Key ...
ORME, WILLIAM A, Jr // New York Times (1923-Current file); Jul 13, 2001; ProQuest Historical Newspapers: The New York Times; pg. W1 // Retirado do acervo online do Arab Documentary Unit, da Universidade de Exeter

Fayyad já estava envolvido no processo desde o começo, mas não por meio da Autoridade Palestina, e sim pelo Fundo Monetário Internacional. Em 1995, ele havia se voluntariado para ser o primeiro representante dos palestinos junto ao FMI, desde então “[...] o único responsável mais significativo nos bastidores por manter a solvência da Autoridade Palestina”. Fayyad era o produto acabado da pólis-global, um economista com doutorado na Universidade do Texas, com serviços prestados como pesquisador do Federal Bank Reserve dos EUA. Depois, tornou-se assistente sênior do diretor do FMI em Washington. Ao mesmo tempo, Fayyad era palestino de nascimento, “[...] vindo de uma família que tinha vivido por gerações em uma vila perto da cidade de Tulkarem, na Cisjordânia”. (ORME JR., 2001, tradução nossa).

O dado central, aqui, é que Fayyad, com sua experiência e familiaridade a respeito “do fluxo de caixa [...] oscilante originado de doações de ajuda e receitas de taxas, e das muitas peculiaridades do lado dos gastos do sistema orçamentário palestino [...]”, conseguia consolidar e organizar os registros de contas em um documento compreensivo. A reportagem revelava a opinião de um dos coordenadores de ajuda da ONU sobre o economista: ele já servia “[...] como um ministro das Finanças nas sombras [...]”; a verdade, segundo esse funcionário, era que os palestinos “precisavam dele”, e os agentes da comunidade internacional também. (ORME JR., 2001, tradução nossa).

Isso é confirmado em declarações dadas a Wildeman por um oficial europeu, que disse que “[...] era mais fácil trabalhar com Fayyad, o ‘tecnocrata ‘não-eleito’”. Já uma pessoa entrevistada ligada ao FMI²³ disse que “[...] sua instituição tinha uma relação de trabalho muito próxima a Fayyad”. Já uma pessoa representante da União Europeia disse que “[...] quando Fayyad estava lá, a ANP tinha um aspecto ocidental que fazia os doadores aproximarem-se com mais facilidade”. (WILDEMAN, 2018b, p, 81, tradução nossa).

Em junho de 2002, Fayyad é convidado oficialmente por Arafat para ser o Ministro das Finanças da ANP no contexto das reformas exigidas durante a 2ª Intifada, cargo que ocupou até 2006. Já em 15 de junho de 2007, quando o Hamas toma o controle de Gaza e há a ruptura de governos, o presidente Abbas anuncia

²³ Wildeman refere-se a ele/ela como G5

um Estado de emergência e nomeia Fayyad como chefe do governo guardião da ANP na Cisjordânia. (HADDAD, 2016).

5.1.1 Políticas de austeridade para recuperar a ANP

A duração do processo interino para além do que havia sido previsto no plano original de Oslo, 1999, significava, já próximo de 2010, que a ANP tinha que lidar com o problema de sua sustentabilidade diante de um acesso limitado ao seu próprio território, ao mesmo tempo que tinha os custos que aumentavam em relação a sua receita. Nesse cenário, ocorrem duas dinâmicas: por um lado, o valor da ajuda internacional doada começou a cair em termos absolutos; por outro, agora a abordagem “[...] envolvia instituir políticas neoliberais na ANP que poderiam ser efetivamente implementadas apesar da ocupação”. Assim, as reformas de governança nesse ponto buscavam amarrar planejamento a orçamento, de modo que o BM e o FMI incentivaram as autoridades palestinas na direção da contração para alinhar gastos com os fluxos de ajuda que diminuía. (SPRINGER, 2015, p. 10, tradução nossa).

Por dados da OECD sobre ajuda externa²⁴, o total de doações para Cisjordânia e Faixa de Gaza caiu de US\$ 2.091,57 bilhões, em 2009, para US\$ 1.085,13 bilhão em 2011. Por dados da própria Autoridade, “[...] o apoio orçamentário [internacional] foi cortado para menos da metade entre 2009 e 2011, de 20% do PIB para 8%”. (SPRINGER, 2015, p. 6, tradução nossa). Foi nesse contexto, com Fayyad, que o primeiro plano sistemático nacional para a Palestina foi publicado, uma forma de buscar uma solução para recuperar-se da destruição da Intifada. (SPRINGER, 2015, p. 9, tradução nossa).

O plano de políticas ganhou o nome de *Ending the occupation (Acabando com a ocupação)*, associado a dois planos tri-anuais de políticas econômicas. O Plano de Reforma e Desenvolvimento (PRD, 2008-2010) e o Plano Nacional de Desenvolvimento (PND, 2011-2013). Uma pessoa representante da agência canadense²⁵ disse a Wildeman que o PRD foi escrito com ajuda substancial do BM e do FMI. (WILDEMAN, 2018b, p, 79). De qualquer forma, os objetivos do plano eram garantir que a entidade de governo semiautônomo criada em Oslo pudesse

²⁴ Dados coletados em <https://data.oecd.org/>

²⁵ Wildeman refere-se a ela como D6.

funcionar da maneira mais austera possível, de forma que dependesse menos das doações internacionais e de Israel. O objetivo de Fayyad era atacar problemas de ineficiência associadas estruturalmente à ocupação, mas sem que os aparatos de governo israelense associados a ela fossem desmontados. O seu cerne era privilegiar o setor privado em detrimento do setor público, criando uma economia de mercado, para incentivar um empreendedorismo individual. No entanto, o que essas políticas criaram foi uma dependência maior em relação à economia israelense e aos doadores internacionais. (HADDAD, 2016; NAKHLEH, 2012).

O PRD era uma elaboração sobre uma visão mais geral de uma Agenda de Políticas Nacionais Palestinas, que na prática lidava com as realidades do confronto por meio das lentes daquela *razão-mundo neoliberal*. Por um lado, o documento produzido por autoridades palestinas, junto a BM e FMI, mostrava que estas reconheciam que o objetivo final de uma agenda nacional seria levar ao fim da “Ocupação ilegal”, mas que por ora isso era inviável, e o que estava à mão da ANP era lidar “[...] com objetivos gerais e objetivos internos que, [...] até certo grau [...]”, estão sob sua influência. Isso porque no PRD admitia-se que as prioridades dessa agenda nacional eram “[...] moldadas em grande medida pelos fatos e consequências da Ocupação.” Isso queria dizer que em termos de objetivos mais imediatos e ações de políticas aplicadas, a ANP estava ocupada com necessidades de “[...] reconstrução ou reabilitação de infraestrutura destruída, ou reação aos efeitos da perda de vida ou perda de liberdade, da perda de acesso à terra, água ou instalações de educação e saúde.” Eram as políticas de controle e violência de Israel que moldavam “[...] tanto as atividades de governo propostas como as restrições operacionais sobre atender necessidades econômicas ou de eficiência em serviços.” (PRD, 2008, p, 24, tradução nossa).

É nesse quadro que o plano definia seus “Objetivos nacionais”. Os objetivos primários eram “mover-se à estabilidade fiscal” e “restaurar o crescimento econômico”. O governo palestino de Fayyad/Abbas acreditava que desse modo seria possível “reforçar a coesão social” e “prover proteção social para aqueles em necessidade”. No entanto, um “objetivo intermediário” do plano era “[...] enxugar a ANP, levando a uma redução de custos, especialmente na conta de salários, como um pré-requisito essencial para a conquista da estabilidade fiscal”. (PRD, 2008, p, 25, tradução nossa). Isso seria feito por meio da privatização da provisão de serviços, que na visão do Plano poderiam “[...] ser melhor entregues por meio de

provedores do setor privado.” Assim, as medidas mais gerais sugeridas na economia eram uma forma de estabelecer a confiança do setor privado em investir na Palestina para, então, “[...] reduzir o escopo e a extensão de atividades diretamente entregues pelo setor público.” (PRD, 2008, p, 37, tradução nossa).

No primeiro momento, criou-se uma estabilização da economia, inclusive com dados de crescimento, mais restritos à Cisjordânia. O PIB cresceu a taxas de 7,4% e 9,3% para os anos de 2009 e 2010, respectivamente. Houve também uma “[...] parcial recuperação de infraestrutura e serviços que foi resultado tanto da ajuda de doadores como do afrouxamento das restrições e fechamentos impostos por Israel”. Já o desemprego caiu de 16% para 15% na Cisjordânia, e de 39% para 36% na Faixa de Gaza. (IBRAHIM, 2011, p. 489-490, tradução nossa).

Para Da’na (2015), o cerne da abordagem de Fayyad podia ser caracterizada como uma “Terceira Via para a estatalidade palestina”, que tinha como racionalidade fundamental buscar a “[...] cooperação técnica, econômica e de segurança com Israel e a comunidade doadora internacional [...]”, de modo a tornar possível a construção de instituições e o desenvolvimento econômico como estratégia para concretizar um futuro Estado palestino. A premissa da Terceira Via surgia da percepção de Fayyad de que “[...] nem a luta armada (a primeira via), nem negociações políticas (a segunda) foram bem-sucedidas em conquistar a independência do Estado.” Isso só podia se traduzir com base em dois princípios: um, focar na construção de instituições e políticas de desenvolvimento para alcançar o Estado palestino, e, dois, adquirir o apoio e a confiança internacional, acedendo a condições impostas por instituições financeiras internacionais dentro da rede de mecanismos de *statebuilding*. Isso envolvia, portanto, “[...] implementação sistemática de pacotes neoliberais de governança e desenvolvimento institucional administrativo e econômico apoiadas por reforma de segurança e fortalecimento do policiamento interno”. (DA’NA, 2015, p. 463, tradução nossa).

Fayyad imaginava que esse movimento de desenvolvimento econômico baseado na privatização da economia criaria um “[...] setor privado pioneiro [...] em harmonia com o mundo árabe e aberto a mercados regionais”. É se como quinze anos após o início do processo de paz, os palestinos tivessem a sua versão de Peres desenvolvendo uma visão específica palestina do **Novo Oriente Médio**. O único problema é que os palestinos estavam ainda sob ocupação e que toda a

abordagem de Fayyad dependia de uma harmonia com as autoridades israelenses e com a comunidade de negócios internacional doadora.

De fato, a contradição central do Plano de Fayyad era que não resolvia os problemas estruturais dentro dos TPO. A dependência em relação à ajuda externa, em vez de cair, ou seja, tornar o governo palestino mais autônomo e independente, na verdade aumentou, como veremos adiante. Por outro lado, o afrouxamento das restrições israelenses foi parcial, já que ainda havia cerca de 500 obstáculos espalhados pelos TPO que impedem a “[...] emergência de um setor exportador [...]”, algo necessário diante do mercado pequeno interno. Uma outra crítica é que a insistência das prescrições do BM em investimentos privados ignora que isso induz a investimentos não-produtivos (na área de serviços, por exemplo). (IBRAHIM, 2011, p. 490, tradução nossa).

Em entrevista realizada com o pesquisador Tariq Da’na, em fevereiro de 2016, ele contou que uma das políticas realizadas por Fayyad em 2007 foi uma reforma bancária, o que permitiu a palestinos facilmente pedir empréstimos no banco. A consequência, em 2016, era que a dívida desses empréstimos chegava a “[...] 4 bilhões de dólares”. Ele expunha o seguinte quadro:

Hoje temos cerca de 160 mil palestinos empregados no setor público. Destes, 70% estão têm dívidas com bancos. Então as pessoas gastaram em casas, em carros, não em atividades produtivas, e agora estão em dívidas [...] de 20, 25 anos. Assim, essas pessoas não estão mais preocupadas com o interesse público ou nacional, apenas com trabalho e dinheiro, pagar empréstimos e dívidas. Isso pode ser visto agora, quando falam da Intifada [das facas]²⁶. Mas não há participação, o que ocorre é que quem participa vem das camadas mais marginalizadas, da juventude, pessoas desempregadas, que não se importam [com uma agenda política]. (DA’NA, fev. 2016).

A reforma de Fayyad previa que os cidadãos deveriam apresentar um “certificado de pagamento” de contas de utilidades para então receber qualquer serviço municipal ou de governo, o que significava que “[...] qualquer indivíduo aplicando por vários serviços - como cartões de identidade, licenças de carro,

²⁶A “Intifada das Facas” foi a denominação para uma série de ataques à faca, entre setembro e outubro de 2015, contra colonos e soldados dentro dos TPO. De setembro de 2015 a fevereiro de 2016, cerca de 28 israelenses foram mortos pelos ataques. Nesse período, 180 palestinos foram mortos, ou no momento do ataque, ou num momento posterior, em choques com as forças de ocupação. Ainda, 2435 palestinos foram presos, sendo que 430 tinham menos de 16 anos. Para Da’na, era ironia chamar essa revolta de Intifada, porque não havia uma organização coletiva, mas sim a participando de palestinos economicamente marginalizados de Oslo.

permissões de construção [algo central quando se cruzam inúmeros postos de controle dentro dos TPO] - serão negados se os débitos estiverem pendentes.” (HANIEH, 2008). Assim na área de eletricidade, por exemplo, foram instalados 300 mil medidores pré-pagos na Cisjordânia, que não excluía zonas rurais e nem campos de refugiados. (KHALIDI, SAMOUR apud SPRINGER, 2015, p. 10).

Outro exemplo é a pressão para a ANP diminuir sua folha de salários, apesar da contratação no setor público equivaler a algo entre 20 e 25% do emprego na Cisjordânia. Se o objetivo da reforma era “[...] demonstrar à comunidade internacional que a ANP é um recipiente ‘responsável’ de fundos de doadores por meio de esforços consistentes para reduzir seu déficit orçamentário [...]”, foi bem-sucedida. Mas isso entrou na conta da população palestina. (SPRINGER, 2015, p. 10, tradução nossa).

No entanto, algo que não significou cortes no PRD foi a reforma das forças de segurança palestinas. Sob a supervisão do General Keith Dayton, o coordenador da missão de segurança dos EUA junto à ANP, e o EUPOL COPPS (Escritório de Coordenação da polícia da UE para Apoio à Polícia Palestina), ocorreu um processo de treinamento e profissionalização que incluiu vetos do Departamento de Estado, Israel, Jordânia e ANP a membros, novos ou em serviço. Entre 2008 e 2010, os EUA alocaram US\$ 370 milhões para o programa. (IBRAHIM, 2011, p. 490). É possível ver a importância dada à segurança na distribuição do orçamento exposta no PRD na tabela 5.

Tabela 5 - Distribuição de gastos, PRD, 2008

Setor	2011	2012	2013
Governança local e desenvolvimento	19%	19%	17%
Segurança	43%	41%	41%
Administração da terra	4%	4%	4%

Fonte: Retirado de tabela do PRD, 2008, p, 78.

O problema é que, exatamente por estar sob ocupação, reduzir gastos não significava tornar-se sustentável. Em registro para o período 2012-2014, se contarmos não só a ajuda da UE, mas também doações bilaterais de países europeus, temos 40% do orçamento total da ANP para o período. Um dado

impressionante é que o aumento do apoio financeiro por instituições europeias à ANP significou que, no período de 2008 a 2012, na média anual, a UE passou de pagar salários de 75,505 pessoas para os de 84,320, aproximadamente metade dos 170 mil servidores civis e pensionistas. (WILDEMAN, 2018b, p. 187/188).

Fayyad deixou o governo palestino em 2013, mas o BM permaneceu como um agente influente por meio das análises e prescrições que fazia. Em uma das entrevistas do estudo de Wildeman, um funcionário do BM²⁷ disse que “[...] eles, como Banco Mundial, provêm apoio orçamentário à ANP em base condicional [...]”, que se configura como condicionalidade de “[...] reformas de políticas aplicadas, agora referidas como ‘ações prioritárias’”. O problema, ainda de acordo com o representante do BM, é que no caso dos TPO, mesmo que o objetivo fosse melhorar a economia palestina, a ajuda não se bastava. Para que um progresso de fato fosse feito, as reformas palestinas não eram suficientes, mas necessitavam de apoio de Israel e dos doadores. (WILDEMAN, 2018b, p. 78, tradução nossa).

Em um relatório de setembro de 2016, intitulado “Public Expenditure Review of the Palestinian Authority - Towards Enhanced Public Finance Management and Improved Fiscal Sustainability” (Revisão do Dispendio Público da Autoridade Palestina - em direção a uma fortalecida administração de finanças públicas e uma melhorada sustentabilidade fiscal), é possível detectar como essa inserção se consolidou.

O Banco destacou o fato de que a Palestina precisava reduzir seu déficit, e para isso a “[...] ANP necessita reduzir o tamanho de seus dispêndios recorrentes, primariamente ao reduzir o tamanho de sua conta salarial, que atualmente está muito acima de um nível acessível e razoável.” Uma “[...] prioridade máxima para a ANP [...]” então “[...] deve ser reduzir o tamanho de sua conta de salários, que, como porcentagem do PIB, é pelo menos 6% mais alta do que é usualmente observado em outros países.” (BANCO MUNDIAL, 2016, p. 6). O contraponto a essa prescrição era que a Cisjordânia tinha taxas de desemprego acima de 20%, oscilando de 23,7%, em 2010, para 27,4%, em 2017. (UNCTAD, 2019, p. 4).

Outra política prescrita foi aumentar a base de impostos, “[...] especialmente a base de impostos coletadas internamente”. O problema era uma “fraqueza na legislação tarifária, que prevê generosas isenções de taxas [...], assim como uma

²⁷ Wildeman se refere a ele com A1.

fraqueza na cobrança [...], o que faz com que, como consequência, muitos indivíduos e companhias não sejam registradas para pagar taxas.” No mesmo relatório, o Banco indicava que “[...] a ajuda deve estar conectada cada vez mais a políticas sólidas fiscais e de desenvolvimento.” Essa dica de alocação de recursos de ajuda estava ligada a uma outra sugestão, de que “[...] doadores deveriam coordenar o seu apoio à ANP mais de perto e, buscar usar a sua assistência como influência e um catalisador para reformas fiscais e estruturais essenciais.” (BANCO MUNDIAL, 2016, p. 9).

Isso se conectava a um outro problema, já que o apoio de doadores, que poderia remediar a situação, estava em declínio. Entre 2012 e 2014, as doações agregaram à arrecadação da ANP pouco mais de US\$1 bilhão por ano, o equivalente a 10% do PIB palestino no ano de 2013. No auge, em 2008, a contribuição externa equivalia a 26% do PIB. O Banco calcula que, em termos nominais, o apoio dos doadores caiu 28% do período 2008-2010 para o período 2012-2014. (BANCO MUNDIAL, 2016, p. xiii).

Em suma, podemos inferir que a lógica inicial do BM dentro dos Acordos, exposta no primeiro relatório que desenvolveram, de separar os campos econômico e político (ver p. 134), mantinha-se, mas agora tinha outro impacto em um outro contexto. A ajuda não era mais um dividendo de paz, para incentivar os palestinos a aceder demandas históricas em troca de 2 Estados, mas a sustentação do *status quo*, moldando uma autonomia econômica limitada, dentro do domínio israelense e mais otimizada aos olhos de doadores internacionais.

O BM, portanto, fazia muito mais do que “[...] influenciar os eventos por meio de análise de políticas aplicadas. Este exercia poder ao agir como um doador aos palestinos, diretamente dirigindo diversos programas”. De 2008 em diante, o Banco administrou a PRDP-TF, que foi usada pelos doadores para levar adiante reformas na ANP. Na verdade, o programa se apoiava em uma conta do BM, por meio da qual a maior parte da ajuda bilateral para os palestinos fluía. Isso significava que a ANP não tinha controle sobre sua própria conta de banco e que a ajuda podia ser bloqueada se o Banco sentisse que o plano não estivesse sendo levado adiante de uma maneira consistente como desejavam os doadores. Uma estimativa de 2006, sugere que desde 1997, o BM administrou cerca de 5% de todas as doações diretamente. Já o próprio Banco admitia que, em 2006, esteve envolvido em 20% de todos os desembolsos de doadores desde 1994. Nenhuma dessas estimativas,

de acordo com Wildeman, levam em conta as grandes somas que passam por meio dos mecanismos usados para contornar o Hamas, a partir de 2006. (WILDEMAN, 2018b, p. 107)

Já de acordo com dados do próprio Ministério das Finanças da ANP, entre janeiro de 2012 e maio de 2016, o BM esteve entre os quatro maiores doadores sustentando a ANP: estes eram a UE (com \$981 milhões, a Arábia Saudita, com \$908 milhões, os fundos passados por meio do BM, com \$872 milhões, e os EUA, com \$477 milhões. (WILDEMAN, 2018b, p. 108).

Tabela 6 – Histórico dos principais doadores do Comitê de Assistência de Desenvolvimento (DAC) da OCDE (2005-2011) (em US\$ milhões)

Doador	/05	/06	/07	/08	/09	/10	/11
Total países da DAC	919.9	775.7	809.7	1786	2091	1672	1085
EUA	407.3	162.5	177.3	847.8	1105	862	377
UE	205.5	282.6	625.1	521.5	519.2	439	481
Reino Unido	22.18	31.81	18.24	89.59	74.8	31.5	32.6
Alem.	71.61	91.77	74.75	159.0	157.7	75.5	94.2
Japão	5.5	81.2	57.2	34.6	66.1	53.1	71.1

Fonte: OCDE. Dados coletados em <https://data.oecd.org/>

A partir da tabela, podemos observar a variação de doações a partir da conjuntura política na Palestina. Na passagem de 2005 para 2006, podemos perceber a queda brusca da ajuda dos EUA, o principal articulador externo da retenção do repasse de doações por conta da vitória do Hamas, mas um aumento de doações da União Europeia e de ajuda bilateral europeia, muito por um esforço de sustentar a ANP ou prover ajuda humanitária.

Tabela 7 – Histórico de doações dos principais doadores do Comitê de Assistência de Desenvolvimento (DAC) da OCDE (2012-2018) (em US\$ milhões)

Doador	/12	/13	/14	/15	/16	/17	/18
Total países da DAC	1121	1961	1448	1097	1175	1148	902.8
EUA	436.3	1303	700.4	384.9	491	409	102.5
UE	274.6	334.6	445.8	429.7	429	297	372.1
Reino Unido	49.11	27.54	52.8	36.46	20.9	76.7	68.99
Alem.	123.1	140.1	122.0	100.7	166	183	211.3
Japão	53.7	43.9	38.9	60.6	60.3	47.1	49.7

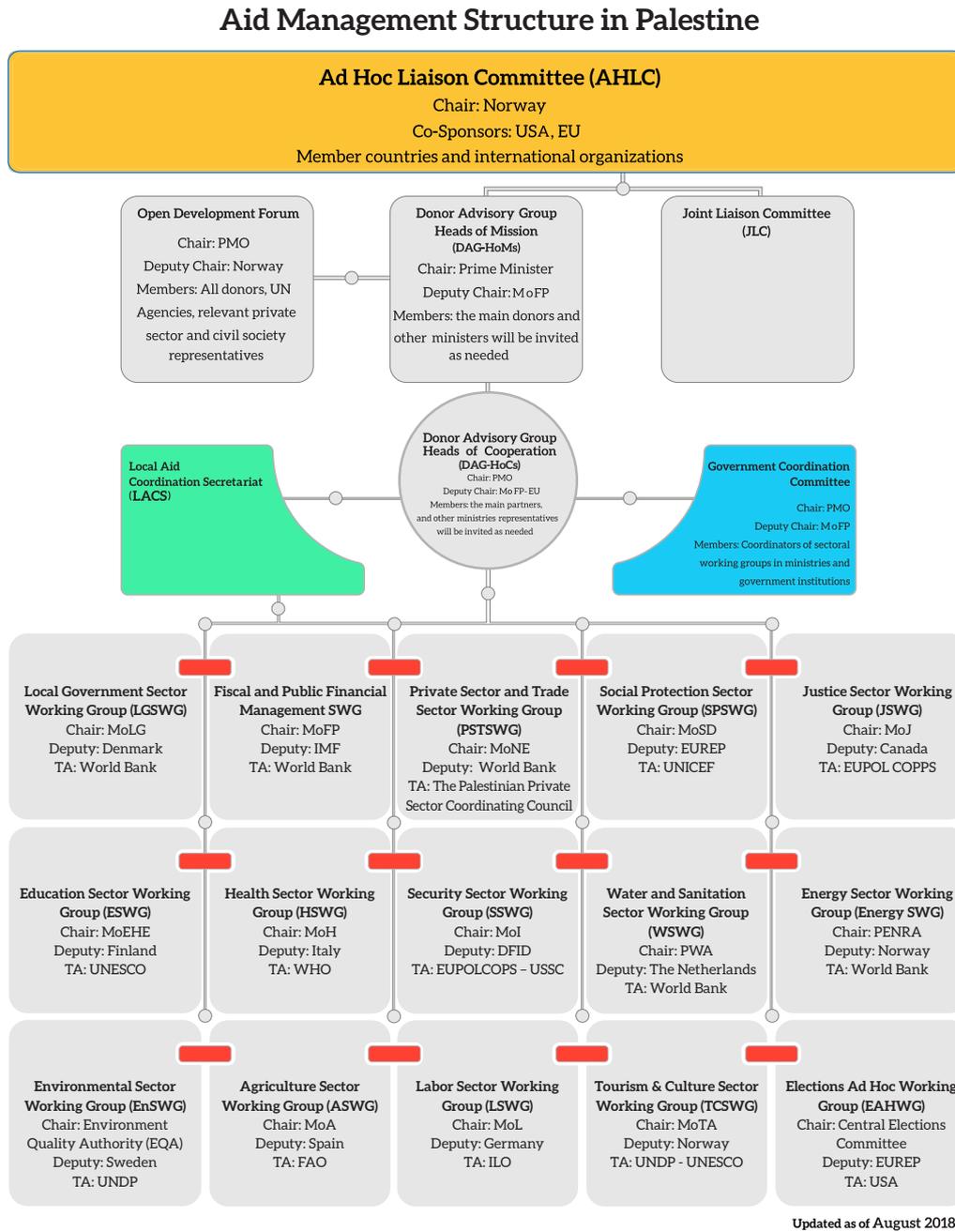
Fonte: OCDE. Dados coletados em <https://data.oecd.org/>

Já o pulo visto na passagem de 2012 para 2013, com a triplicação da doação dos EUA está ligado à última iteração feita na administração Obama para reviver o processo de paz, a Iniciativa Kerry, que desvelou um “[...] plano econômico de US\$ 4 bilhões para impulsionar a economia palestina”. O plano, no entanto, também beneficiou economicamente a Israel, desde que “[...] facilitasse sua implementação e embarcasse em novas conversas de paz”. Ou seja, ainda por volta de 2014, a noção de “dividendos de paz” era prevalente como procedimento no interior do confronto. (DA’NA, 2015, p. 456).

O poder da influência e intervenção de instituições financeiras e países doadores nas políticas públicas é revelado por um esforço recente da ANP para ter mais propriedade sobre decisões tomadas sobre políticas de governo. Pessoa ligada²⁸ ao Secretariado Local de Coordenação de Ajuda (Lacs, na sigla em inglês), a instituição que coordena implementação das decisões delineadas na AHLC (ver p. 149), explicou em entrevista que esse era um esforço do primeiro-ministro então recém-empossado, Mohammad Shtayyeh. Isso se daria na formatação de uma nova arquitetura (ver Figura 2) de trabalho no nível local. Essa pessoa afirmou que a ideia era “[...] alinhar o financiamento de doadores com as prioridades da ANP [...]”, ou seja, “[...] aumentar a propriedade da ANP e refratar uma agenda não nacional”. (ENTREVISTA 1, jul. 2019).

²⁸ A pessoa foi um dos casos que pediu anonimato como condição para dar entrevista.

Figura 2 – Nova arquitetura de governança nos TPO // AHLC e grupos setoriais



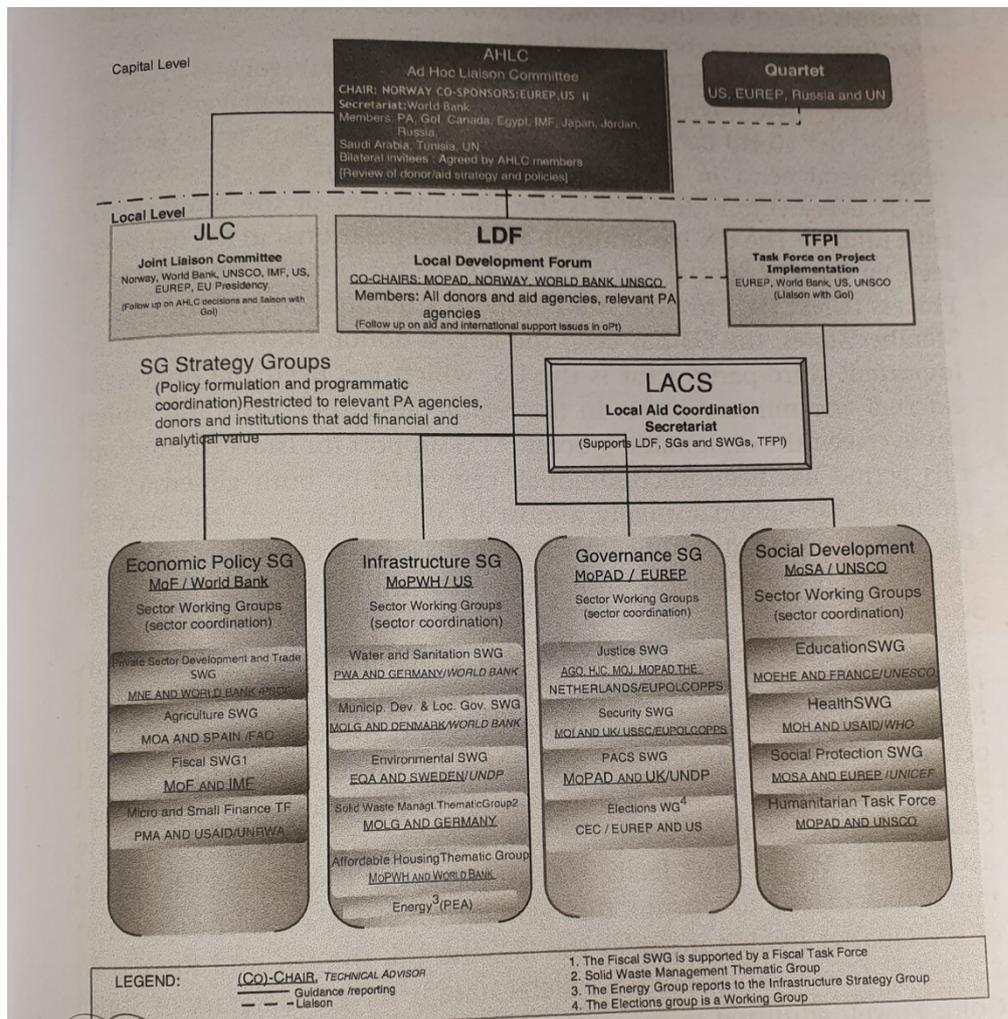
Fonte: Lacs. Disponível em: <http://www.lacs.ps/>

Pela nova configuração, a ideia era garantir que a reunião dos grupos setoriais ocorresse quatro vezes por ano. Mas a principal mudança foi a configuração da coordenação da reunião, que agora seria feita sempre por um membro da Autoridade Palestina, tendo o principal doador para aquele setor como vice-coordenador. Além disso, cada grupo teria um consultor técnico, que poderia

ser uma representação de governo, uma agência multilateral, um corpo específico da ONU, uma ONG ou alguém do setor privado. Isso é revelador porque, de acordo com a pessoa entrevistada, a agenda das reuniões é montada pelos coordenadores de cada grupo. No modelo anterior (Figura 3), os Ministérios da ANP dividiam a coordenação com outras entidades. Por exemplo, no grupo setorial de política fiscal, o FMI definia a agenda com o Ministério das Finanças. No caso da agricultura, o governo da Espanha era o co-coordenador, definindo prioridades de agenda. Assim, havia uma miríade de interesses, externos e locais, que guiavam o caminho das políticas públicas palestinas.

O *statebuilding*, portanto, a partir dos 2000, e especialmente depois de 2007, constituiu um movimento mais radical do que a própria intervenção, já que instituições financeiras internacionais tinham um papel mais direto nos mecanismos internos de governança. Não era mais simplesmente um exercício de regulação externa explícita na forma de condicionalidade, mas, como aponta Graham Harrison a respeito do que chama de “regimes de ‘pós-condicionalidade’” de instituições financeiras internacionais na Tanzânia ou em Uganda, eram **“parte do Estado em si”**. (HARRISON, 2001 apud CHANDLER, 2017, p. 83). No nosso caso, o problema é que essa multifacetada ajuda externa, de formulação de políticas e implementação, não se inseriu em um Estado soberano formal, mas nas próprias dinâmicas de uma ocupação internacional regrada por leis internacionais. Não só. O BM e o conjunto mais amplo da ajuda internacional se inseriam nas diversas fragmentações produzidas em conjunto que não desmontaram os regimes associados de controle e intervenção israelense, apenas se adicionaram a ele. A ANP jamais se constituiu não como expressão coletiva do seu povo, funcionando, como percebeu Sassen, no tempo privado do segredo, da falta de escrutínio, da pressa das decisões que se fazem nas salas em segredo. O que se configurava era aquela autoridade da razão-mundo detectada por Dardot e Laval, supervisionada por agências de *expertise*, como gerentes por acionistas externos. (ver p. 24).

Figura 3 – A antiga arquitetura de governança nos TPO



Fonte: Mandy Turner, 2014, p. 37.

Para concluirmos, nos debruçarmos sobre três áreas para entender como fragmentações de espaço e autoridade formulou novas formas de produção da violência, como convergência de ações e políticas feitas por agentes locais, mais especificamente a colonização israelense, e agentes globais de *statebuilding*.

5.2 A Faixa de Gaza: O governo pela catastrofização e a necropolítica

À Faixa de Gaza recaiu uma outra forma de exercício da violência, possível a partir da reorganização consolidada pelo Desengajamento de 2005 e pelo cerco feito em conjunto por agentes locais (o governo israelense e a ANP de Abbas) e globais. Essa nova fase começou a ser desenvolvida nas operações do exército

de Israel no Líbano, em 2006. A nova abordagem estratégica ganhou o nome de Doutrina Dahyia, pois foi formulada nos ataques israelenses à posição do Hizbollah nos arredores de Beirute, no bairro de al-Dahyia. O princípio guia da doutrina era destruir linhas inimigas sem considerar qualquer dano colateral, ou seja, eliminar qualquer distinção entre alvos civis e militares, tornando mortes civis uma consequência natural da demanda de um ataque militar.

O general Gadi Eisenkhot, responsável pela invasão ao Líbano, a descreveu como algo que “[...] vai ocorrer em cada vila da qual se atirar na direção de Israel. Nós iremos brandir um poder desproporcional contra [eles] e causar imenso dano e destruição. [...] Isso não é uma sugestão. Esse é um plano que já foi autorizado”. (HIRST, 2010, p. 396, tradução nossa).

A abordagem foi aplicada, pela primeira vez, no território palestino na manhã de 27 de dezembro de 2008, um sábado, quando noventa aeronaves israelenses soltaram mais de cem toneladas de explosivos em cerca de 100 alvos na extensão dos 139km² da Faixa de Gaza. Em menos de 4 minutos, os israelenses mataram 225 pessoas e feriram cerca de 700. (HIRST, 2010, p. 398).

O objetivo primário da missão era destruir as capacidades militares do Hamas e anulá-lo politicamente, ou seja, eliminá-lo como um ator político local. Por tabela, isso significava restabelecer o governo de Abbas dentro de Gaza, unificando de novo as áreas de autonomia do território sob a ANP em Ramallah. (BACONI, 208; HIRST, 2010).

O uso de armas ilegais foi registrado em um relatório do Human Rights Watch de 2009, “Rain in Fire: Israel's Unlawful Use of White Phosphorus in Gaza”. De acordo com a investigação, Israel fez uso de “[...] repetidos ataques com fósforo branco sobre áreas altamente povoadas nas áreas de Gaza [...], o que seria evidência de crimes de guerra. Ainda de acordo com o texto, cada cápsula espalha 116 bastões de fósforo branco em um raio de 125m a partir do ponto de explosão. O fósforo branco entra em combustão e queima em contato com oxigênio, até chegar a 816°C.” Isso até que o objeto fique sem oxigênio, ou então que se consiga cortar a alimentação do gás. (HRW, 2009, p. 3).

Resultado de uma decisão do Conselho de Direitos Humanos da ONU, em 2009, foi realizada uma missão de investigação sobre os ataques. Em setembro, foi publicado o Relatório da Missão de Investigação sobre o Conflito em Gaza, que

ficou conhecido como Relatório Goldstone. Uma primeira observação relevante dos achados era apontar que:

[...] as condições de vida, resultado de ações deliberadas das forças armadas israelenses e as políticas declaradas do governo de Israel [...] com relação à Faixa de Gaza antes, durante e depois das operações militares, indicam cumulativamente a intenção de infringir **punição coletiva ao povo** da Faixa de Gaza em violação da lei humanitária internacional (HRC, 2009, p. 26, tradução nossa, grifo meu).

A Missão identificou “[...] certas características consistentes [...]” nas ações de Israel, como a “[...] a destruição de prédios, incluindo casas, [que] tem sido um tema tático recorrente.” Assim, o que se concluía a partir de uma revisão das informações disponíveis é que ainda que “[...] muitas táticas permaneçam as mesmas, o reenquadramento dos objetivos estratégicos [de Israel] resultaram em uma mudança qualitativa, de operações relativamente focadas para uma **destruição massiva** e deliberada.” (HRC, 2009, p, 253, tradução nossa).

No caso da Operação Chumbo Fundido de 2008/2009, a Missão “[...] encontrou vários casos em que Israel falhou em tomar as precauções viáveis requeridas pela lei consuetudinária, [...] para evitar a perda incidental de vida civil, danos a civis e danos a objetos civis.” Alguns casos em que isso ocorreu foi no lançamento de “[...] cápsulas de fósforo branco ao conjunto da UNRWA na cidade de Gaza [...]” e no “[...] ataque intencional ao hospital de Al-Quds usando artilharia de cápsulas de fortes explosivos e fósforo branco sobre e ao redor do hospital”. (HRC, 2009, p, 347, tradução nossa).

Sobre a responsabilização de Israel, a investigação apontava que:

[...] dos fatos coletados, a Missão encontrou as seguintes quebras da IV Convenção de Genebra cometidas pelas forças armadas israelenses em Gaza: morte proposital, tortura ou tratamento inumano, causar de forma proposital grande sofrimento ou dano sério ao corpo ou saúde, e extensiva destruição de propriedade, não justificada pela necessidade militar, ilegal e arbitrariamente. (HRC, 2009, p, 416-417, tradução nossa).

O conjunto de contravenções realizadas por Israel poderiam levar a responsabilidade criminal individual e constituíam crimes de guerra. (HRC, 2009, p, 416-417).

O relatório também identificava responsabilidade dos “[...] grupos armados palestinos que lançaram cerca de 8 mil foguetes e morteiros de Gaza em direção ao sul de Israel [...]”, desde pelo menos 2001. A investigação concluiu que esses

lançamentos não atingiam áreas povoadas com frequência, não causando danos físicos nem a pessoas, nem à estrutura. O impacto maior eram os “[...] traumas psicológicos e o sentimento de insegurança que viver sob a mira de foguetes causou e continua a causar a pessoas vivendo nas cidades e vilas afetadas”. (HRC, 2009, p, 347, tradução nossa). E exatamente porque esses grupos “[...] falham em distinguir entre alvos militares e população civil [...]” estariam passíveis de serem acusados de crimes de guerra. (HRC, 2009, p, 419, tradução nossa).

Os foguetes que eram lançados de Gaza, pelo Hamas e por outros grupos, como a Jihad Islâmica, eram usados como forma de protestar e de se opor ao bloqueio, considerado como um movimento de agressão em si. Além disso, especificamente o grupo que estava no governo, pensava em demonstrar uma força de dissuasão também em relação à ANP de Abbas e Fayyad, apoiada pelos EUA. (BACONI, 2018, p. 147).

Em relação a fatalidades, de acordo com dados do B’tselem, no período de 27 de dezembro de 2008 a 18 de janeiro de 2009, ou seja, a duração da Operação Chumbo Fundido, o total de palestinos mortos por forças de segurança de Israel foi de 1398 (1391 em Gaza, 7 na Cisjordânia). Já o número de civis israelenses mortos por palestinos foi três. Os membros das forças de segurança de Israel mortos por palestinos foi de 6 (5 em Gaza, 1 na Cisjordânia)²⁹.

Os ataques deixaram um rastro de destruição de infraestrutura, por exemplo, de 20 mil casas destruídas, que teriam dificuldade de ser reconstruídas pelas restrições de entrada de materiais, como cimento, na Faixa de Gaza. (IBRAHIM, 2011, p. 492). Jessica Burnstein, diretora de Relações Internacionais da organização Gisha, explicou em entrevista a política de lista-dual israelense aplicada à Gaza:

A lista dual só aborda a entrada de bens. A ideia em relação aos itens é que Israel considera que podem ter tanto uso civil quanto uso militar. Mas a lista para Gaza é tão extensa e ampla, e também vaga. Por exemplo, há imensas categorias, e tem toda uma linha que diz apenas “materiais de comunicação”. O que isso quer dizer? Que você pode considerar coisas como cabos e fios como material de comunicação. Mas [a lista] também contém inúmeros itens que são objetos de uso diário, como baterias, cola, fita. Coisas que você precisa ter em casa para fazer reparos ou se quiser ter um negócio pequeno. [...] Há produtos que impactam de forma profunda a economia, como fertilizantes, ou itens da indústria de pesca, como fibra de vidro para barcos, redes de pesca, GPS e motores. (BURNSTEIN, ago. 2019).

²⁹ Dados retirados em B’tselem. <https://www.btselem.org/statistics/fatalities/after-cast-lead/by-date-of-event>

A Missão de 2009 concluía que essas políticas de bloqueio implementadas por Israel contra a Faixa de Gaza:

[...] em particular o cerco e restrições impostas sobre as passagens de fronteiras no período imediato antes das operações militares, sujeitou a população local a durezas extremas e privações que configuram obrigações de Israel como o Poder ocupante sob a IV CG. (HRC, 2009, p, 416, tradução nossa).

O enfraquecimento do tecido social e da situação econômica deixaram saúde, educação, saneamento e outros serviços essenciais em posição muito vulnerável para lidar com os efeitos imediatos das operações militares. (HRC, 2009, p, 416).

Mbembe elaborou o seu conceito de necropolítica a partir de uma leitura própria da situação na Palestina nesse momento. Essa produção de violência se tornou possível por meio da **fragmentação** das comunidades, separadas por um eixo planejado indicando “[...] a proliferação de espaços de violência [...]”, e também de modos de violência. (MBEMBE, 2011, p. 50, tradução nossa). Para o autor, agora todos os espaços - ar, mar, o subterrâneo - estão disponíveis para a ação policial, da polícia, que mobiliza uma variedade de tecnologias, como veículos aéreos não-tripulados, fazendo do assassinar “[...] uma questão de alta precisão”. O conceito dessa política da morte se define como uma sabotagem orquestrada e sistemática da rede de infraestrutura social e urbana, com técnicas de como destruir casas, arrancar oliveiras, alvejar cisternas a tiros, bombardear e interferir em comunicações eletrônicas, destruir os transformadores elétricos e saquear símbolos culturais e políticos burocráticos do proto-Estado palestino. (MBEMBE, 2011, p. 51).

Em 2012, Israel conduziu um segundo esforço de ataque à Gaza, a Operação Pilar Defensivo, que teve um escopo menor. Foram 167 palestinos mortos, e seis israelenses. Já a Operação Margem Protetora, de 2014 teve como consequência 2204 mortes palestinas, sendo 180 crianças entre 0 e 5 anos e 113 pessoas com mais de 60 anos. Do lado israelense, foram 63 soldados e cinco civis mortos (sendo uma criança de 4 anos)³⁰.

³⁰ Dados coletados no site do B'tselem. <https://www.btselem.org/statistics/fatalities/before-cast-lead/by-date-of-event>

Puar pensa a Palestina a partir de um conceito que busca ser um ponto médio entre o biopoder e o necropoder, que ela chama de direito de mutilar (*right to maim*). O primeiro, a partir da formulação de Foucault, está nas medidas de população que permitem algumas formas de vida, natalidade e produtividade, por exemplo, e inibem outras. Para a autora, se há medidas de vida, há também métricas da debilidade. A biopolítica, claro, teria aqui sua "versão neoliberal", que incentiva a capacitação para alguns sob uma "racionalidade liberal", ao mesmo tempo que produz a "debilidade de muitos outros". (PUAR, 2017, p. 133, tradução nossa). Nesse sentido, todo complexo que se mobilizou para criar a clivagem entre Gaza e Cisjordânia funcionou nesse nexo de provocar dano, que se aproxima da leitura de Galtung do exercício de violência estrutural dentro de redes que podem punir ou incentivar (ver p. 42).

Para Puar, mutilar é a extração pela violência de uma fonte de valor de populações que, de outra forma, seriam dispensáveis. Mas, admite Puar, haveria a política de morte de Mbembe, em relação à própria destruição da infraestrutura, que no fim era "[...] uma guerra contra a vida em si". (PUAR, 2017, p. 133, tradução nossa).

Ou seja, a estrutura, como um corpo urbano, também era alvo de destruição. Em 2014, por exemplo, como parte da Margem Protetora, um total de 244 escolas foi atingido. Em julho, o sistema de fornecimento de água de Gaza colapsou e o serviço de tratamento sanitário não funcionava, deixando esgoto nas ruas. Mesmo antes do verão, a deterioração da infraestrutura de água resultou no abastecimento picotado: 25% tinham acesso diariamente; 40%, um dia sim, um dia não; 20%, a cada 3 dias; e, por fim, 15% recebiam água apenas a cada 4 dias. (PUAR, 2017, p. 127).

A ONU realizou um estudo em 2012 sobre as condições Gaza sob o cerco israelense, cuja conclusão era que Gaza seria um lugar inabitável até 2020. Em 2017, o estudo foi atualizado e a conclusão era que "[...] a deterioração havia se acelerado [...]", muito pelas operações de 2014. (ONU, 2017, p. 2).

Podemos destacar dois dados retirados do relatório. O primeiro são os dados de partidas de pessoas através do cruzamento de Erez. Os dados para 2004 e 2005 são, respectivamente, 521.277 e 377.093 pessoas. Em 2006, o número cai para 161.447. Mas a queda drástica se deu na passagem de 2007 para 2008. O primeiro semestre de 2007 teve 75.663, já o segundo, 11.140. A partir de então,

esse seria o padrão, com 26.272 saídas em 2008 e 30.178 em 2009. O limite de 100 mil só seria ultrapassado em 2015, com 181.233. (ONU, 2017, p. 10). O outro dado é sobre a água potável no território. Em 2012, foi registrado que 10% da água em Gaza era adequada para consumo. Em 2017, essa taxa caiu para 3,8%. A previsão, então, para 2020 seria de zero. (ONU, 2017, p. 20).

O caso palestino era paradigmático como uma ocupação colonial da modernidade tardia que **encadeia poderes múltiplos**: disciplinar, "biopolítico" e "necropolítico", o que permite uma absoluta dominação sobre os habitantes do território conquistado. A chave está no poder de armas que se desdobram na "destruição máxima das pessoas" e "na criação de mundos de morte", formas novas de existência social nas quais numerosas populações são submetidas a "condições de existência que lhes confere o status de mortos-viventes" (MBEMBE, 2011, p. 75, tradução nossa, grifo meu).

Azoulay e Ophir entendiam, que diante da reconfiguração que ocorre desde a 2ª Intifada, a existência dos palestinos importava basicamente de duas formas aos israelenses. A primeira como ameaça à segurança de Israel, como terroristas, o que fazia deles apenas alvo de violência. Desse modo, o esforço colonial israelense era um exercício sistêmico *ad hoc* de forças expostas que podiam explodir em violência eruptiva a qualquer momento, em qualquer lugar. No fim, o que se consolidou no tempo como forma de ação do aparato de governo foi que Israel não deseja disciplinar ou educar os sujeitos palestinos, puni-los ou corrigi-los, mas sim machucá-los por uma política constante de matar, bombardear, demolir. (AZOULAY, OPHIR, 2013, p. 144).

Já a segunda forma pela qual os israelenses enxergavam os palestinos era como recipientes de uma ajuda estrangeira, por conta de ansiedade sobre possíveis consequências legais para Israel se fossem impactados de forma desastrosa por uma "crise humanitária". Por isso, o governo permitia que ONGs e organizações internacionais trabalhassem para dar condições mínimas necessárias para manter os palestinos vivos. Isso introduz um novo componente na economia de violência dos territórios, o que eles chamam de governança pela "**catastrofização**", cuja dinâmica seria a destruição dos meios de sobrevivência, para em seguida permitir a terceiros reconstruir gradualmente o mínimo que mantivesse a vida desses sujeitos palestinos. Nesse sistema, a possibilidade de calcular o sofrimento adquire significado estratégico. Nesse modelo, o fato de o

palestino poder morrer como vítima de um desastre humanitário fez com que Israel abrisse as áreas às quais estão confinados e restritos a organizações de bem-estar de todo o mundo para que tenham, então, uma **participação ativa** na globalização do conflito em geral e na **administração da vida** palestina em particular. (AZOULAY, OPHIR, 2013, 161).

Em Gaza, a comunidade internacional trabalhava no pêndulo de, em parte, fazer parte funcional do cerco à Gaza, enquanto, por outro, provia imensas quantidades de ajuda humanitária. No período de 2014 a 2017, o total de ajuda direcionado à Gaza foi de 1.596.567 bilhão. Entre os países que mais doaram a Noruega, com 126 milhões, Arábia Saudita, 113 milhões, EUA, 277 milhões, e União Europeia, com 297 milhões (TARTIR, WILDEMAN, 2016, p. 59-60).

Se voltarmos à Opinião Consultiva da Corte Internacional de Justiça sobre o Muro, de 2004, temos um elemento que julgava as consequências dos impactos da construção nos TPO para outros Estados, esta era “[...] da visão de que todos os Estados estão sob a obrigação de reconhecer a situação ilegal resultante da construção do muro nos Territórios Palestinos Ocupados, incluindo em e ao redor de Jerusalém Oriental”. Os Estados também estavam “[...] sob a obrigação de não **fornecer** ajuda ou assistência em manter a situação criada por tal construção [...]” e de garantir que “[...] qualquer impedimento, resultante da construção do muro, para o exercício pelo povo palestino de seu direito à autodeterminação seja terminado.” (ICJ, 2004, p. 61, tradução nossa, grifo meu).

Ibrahim nos lembra que “[...] se normas humanitárias [como a IVCG] fossem aplicadas, Israel, como poder ocupante, teria que ser responsável pela assistência e serviços à população palestina. Mas toda a estrutura de “Oslo”, especificamente os doadores internacionais, aliviou suas autoridades de qualquer responsabilidade ou fardo econômico. (IBRAHIM, 2011, p. 492).

Burnstein aponta que aparelhos de scanners, por exemplo, que são usadas na passagem de “[...] Keren Shalom foram pagos pelos holandeses. Muito da infraestrutura em Gaza segue essa dinâmica. A comunidade internacional está pagando a conta. E o problema aqui é que Israel não enxerga o que acontece em Gaza como sua responsabilidade. Então porque deveria pagar por essas coisas.” (BURNSTEIN, ago. 2019).

O que o relatório de 2009 indica é que o objetivo investigado, os ataques à Gaza, não podem ser desligados de uma política sistêmica de controle. Na rubrica

“As operações militares israelenses em Gaza: relevância e suas ligações com as políticas de Israel *vis-à-vis* os Territórios Palestinos Ocupados”, os investigadores da missão eram da visão de que:

a operação militar de Israel em Gaza entre 27 de dezembro de 2008 e 18 de janeiro de 2009 e seus impactos não podem ser entendidos ou acessados isoladamente de **desenvolvimentos anteriores e subsequentes a ela**. A operação se encaixa em um contínuo de políticas que têm como fim perseguir os objetivos políticos de Israel relacionados a Gaza e aos Territórios Palestinos Ocupados como um todo. (HRC, 2009, p. 404, tradução nossa, grifo meu).

Mas podemos enxergar essa contradição, que a lei internacional não dá mais conta, em um choque mais recente entre as forças de ocupação israelense e movimentos de protestos no interior da Faixa Gaza.

5.2.1 A Grande Marcha pelo Retorno: matar uma mosca com um tanque

Uma manifestação mais recente da conjunção de espaço e violência ocorreu em março de 2018. No dia 30 daquele mês, o movimento “Grande Marcha do Retorno” ganhou impulso, sustentando protestos que durariam pelo menos por um ano. O escritório da ONU (Ocha-OPT) registrou que, por todo um ano, os protestos “[...] continuaram em uma base semanal”. (OCHA, 2019, tradução nossa).

Nos dez meses posteriores a explosão dos confrontos, entre março de 2018 e janeiro de 2019, 260 palestinos foram mortos, incluindo 47 crianças. No mesmo período, Israel sofreu 2 fatalidades. O mais impressionante, no entanto, era o número de feridos: um total de 27.094 feridos do lado palestino; 54 do lado israelense. (OCHA, 2019).

À medida que o número de baixas (mortos e feridos) aumentava - apenas em maio de 2018, 80 palestinos morreram e 6129 foram feridos (OCHA, 2019) -, o Conselho de Direitos Humanos da ONU estabeleceu uma Comissão de Investigação sobre os protestos nos TPO sob a resolução S-28/1.

Entre as tarefas da Comissão estava “estabelecer os fatos e circunstâncias” da confrontação, acessar “alegados abusos e violações” causados nesse contexto, “[...] incluindo aquelas que possam constituir-se em crimes de guerra [...]”, além de “[...] identificar aqueles responsáveis”. (HRC, 2019, p. 10, tradução nossa).

O relatório completo da investigação foi lançado em 18 de março de 2019, organizando a exposição dos achados em cinco locais identificáveis junto à fronteira onde ocorreram os confrontos entre protestantes palestinos e o exército israelense. Estes eram o local de protestos em Abu Safi, nos arredores do campo de refugiados de Jabaliya, parte norte da Faixa de Gaza; Malaka, na cidade Gaza; a parte leste do campo de refugiados de El Bureij, na parte central do território; e dois locais na parte sul da Faixa, a leste de Khan Younis e a leste da cidade de Rafah. (HRC, 2019).

O relatório da Comissão de Investigação apontou como causas dos protestos o contexto social da Faixa de Gaza. De acordo com o relatório, “[...] dois objetivos chaves dos protestos de Gaza são o tema do direito de retorno e ‘quebrar o cerco’, ou seja, levantar o atual bloqueio, em efeito desde 2007.” (HRC, 2019, p. 45). A Faixa de Gaza tinha então, de acordo com o Censo de 2017 do Bureau Central Palestino de Estatísticas (PCBS), população de 1,899,291, dos quais 1,239,112, cerca de 65% do total, são refugiados³¹ (PCBS, 2017). Já em 2019, de acordo com dados da Unrwa (Agência de Trabalhos de Alívio para Refugiados Palestinos da ONU), o número de palestinos refugiados registrados na Faixa de Gaza na verdade estava em 1,386,455. (UNRWA, 2019).

Entre essa população, a taxa de pobreza no período entre 2011 e 2017 foi “[...] de 38,8% a 53%.” Em 2018, cerca de “1,3 milhão de pessoas [...], ou 68% da população, foram identificadas como inseguras em termos alimentares, primeiramente por conta da pobreza.” Ainda em 2018, a economia de Gaza registrava “crescimento de -6% no primeiro trimestre”, e a taxa de desemprego era “a mais alta do mundo”, alcançando “54%” da população, sendo “mais de 70% entre os jovens e mais de 78% para as mulheres”. (HRC, 2019, p. 46).

As táticas de engajamento usadas pelos palestinos variaram e se adaptaram à violência exercida pelos israelenses. Suas ações podiam ser divididas em três fases. Entre 30 de março e 14 de maio, os protestos foram caracterizados como “[...] um evento popular festivo, com dezenas de milhares de pessoas de toda a sociedade de Gaza - refugiados e residentes originais - reunidos em atividades tradicionais, concertos, churrascos, atividades culturais e jogos esportivos.” Na segunda fase, de meados de maio ao começo de outubro, “menos famílias”

³¹ Dados coletados em http://www.pcbs.gov.ps/pcbs_2012/Publications.aspx

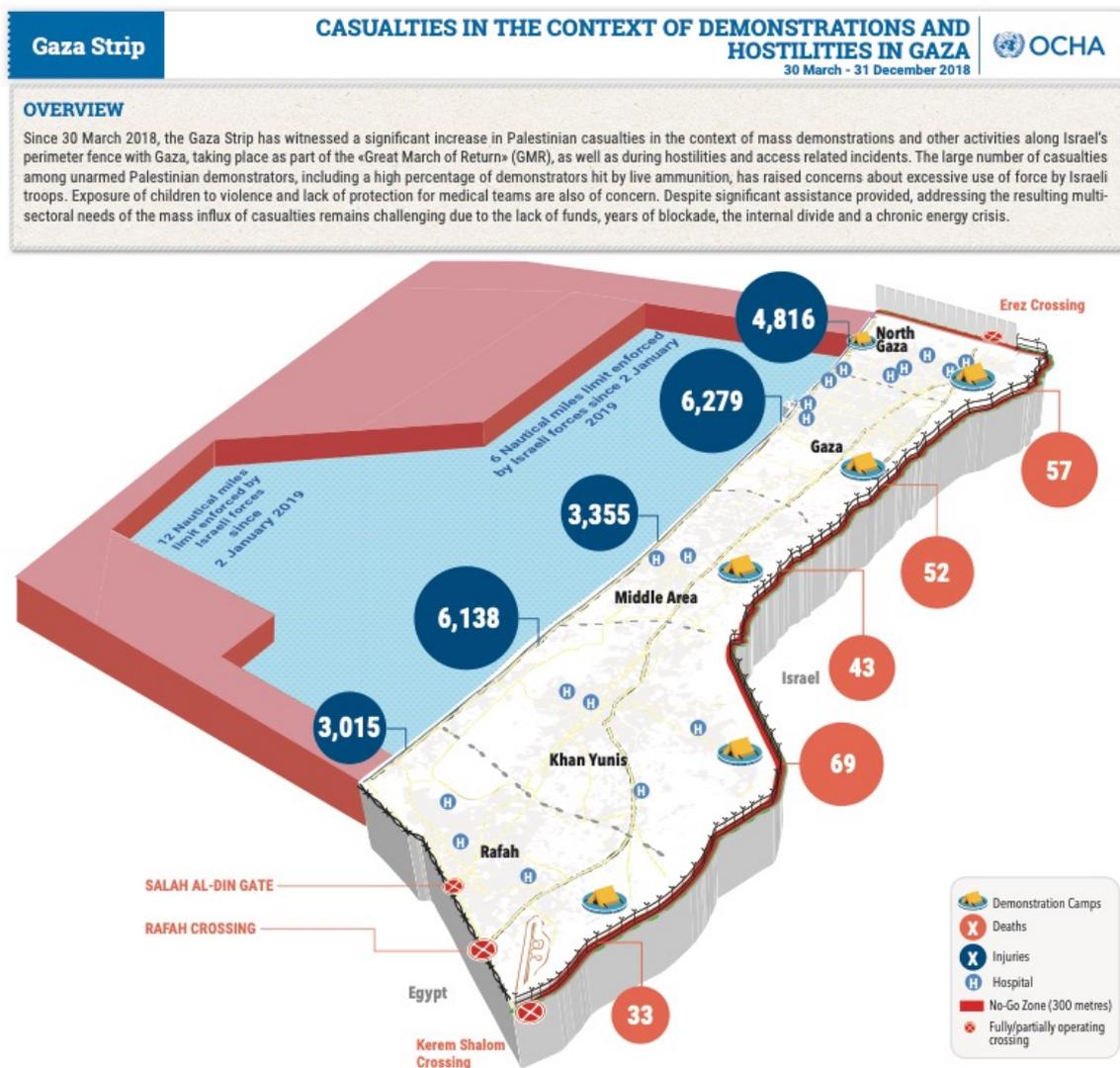
compareciam e grupos de jovens “[...] engajavam-se em ações mais violentas [...]”, aumentando o uso de pipas e balões incendiários e tiros com estilingue. A explicação dos palestinos, registrada no relatório por meio de entrevistas, era que a mudança de atmosfera e um direcionamento a atitudes mais violentas nos protestos em meados de maio estavam ligadas a “[...] grande número de mortos e baixas que ocorreram em 14 de maio”. Na terceira fase observada pelo relatório, do começo de outubro até 31 de dezembro, “[...] protestantes jogaram pedras, queimaram pneus e, por vezes, cortaram arames da cerca de espirais”. Ou seja, com o tempo, “[...] a intensidade parecia aumentar, com mais danos e violação à cerca de separação.” (HRC, 2019, p. 69, tradução nossa).

Essa última fase foi caracterizada por uma atuação do Hamas para restringir ações mais violentas, já que o grupo que *de facto* governava o território tentava exercer “[...] controle sobre o movimento de protestos, buscando capitalizar em cima das negociações [de cessar-fogo] com Israel facilitadas pelo Egito e pela Unesco³²”. Também, nesse momento, Gaza recebia combustível do Qatar “[...] para suprir a única usina de energia de Gaza [...]”, o que vinha com a demanda de contrapartida de amainar os protestos. (HRC, 2019, p. 70, tradução nossa).

Já a investigação do engajamento israelense - devido ao alto número de feridos, foi o principal objeto de investigação da Comissão, como declarado no seu item 308: “[...] acessar a legalidade do uso de força letal contra protestantes era a tarefa mais importante da Comissão ao examinar se violações de IHRL ou IHL ocorreram.” A investigação expôs “preocupações significativas” na análise das regras de engajamento do exército israelense, “[...] tanto com **conteúdo como a forma** como foram implementados nos locais - em particular no que se refere ao uso das categorias “instigador/incitador chave” e “protestantes chave”. (HRC, 2019, p. 84, tradução nossa).

³² O Escritório do Coordenador da ONU para o Processo de Paz no Oriente Médio, criado em junho de 1994, tinha o “mandato de representar a família da ONU tanto nas dimensões tanto política quanto de ajuda no que se referia a implementação do acordo de paz palestino-israelense. (LE MORE, 2008, p. 36).

Mapa 10 - A Marcha o Retorno, números de casualidades



Fonte: OCHA-OPT.

Em relação à forma, o debate partia da revisão que a Suprema Corte de Israel fez da atuação do exército nos ataques do dia 14 de maio. De acordo com o acesso que a Comissão teve ao relatório do caso na Corte, o governo argumentou que suas regras de engajamento “[...] ‘permitem atirar em direção a um protestante chave ou um incitador chave, mas...apenas como último recurso, sujeito a requerimentos estritos que derivam dos princípios de necessidade e proporcionalidade, e depois que todos os meios foram exauridos e falharam”. A Corte israelense argumentou que “[...] o *status* de ‘incitador chave / protestante chave’ não existe na lei de direitos humanos ou humanitária internacional, nem é

uma fundação legal para alvejar uma pessoa sob o dito status [...]", mas aceitou as alegações do governo de Israel, de "[...] que os protestantes na linha de frente eram a *avant garde* da ameaça iminente à vida." (HRC, 2019, p. 85, tradução nossa).

O problema, na análise da investigação, é que o próprio conceito criado pelo exército não se justificava. Isso porque "[...] o governo israelense não argumenta de fato que o 'protestante chave' alvejado está diretamente postando uma ameaça iminente a uma pessoa. Em vez disso, o argumento é que atirar no 'protestante chave' [...] causará que o resto da multidão se retire." (HRC, 2019, p. 86). O Relatório da ONU observava, ao reproduzir manifestação da Suprema Corte israelense, que mesmo aprovando o uso letal de munição no dia 14, não tinha clara a justificativa que o sustentava:

[...] não possuímos qualquer informação concreta em relação: à identidade dos principais instigadores e incitadores; a natureza de suas ações; sua afiliação organizacional e seu envolvimento em atividade terrorista, ou em qualquer outra atividade hostil proibida; **e se e de que maneira eles apresentavam um perigo real ou iminente**, que - como último recurso - necessitava fogo. (SUPREMA CORTE apud HRC, 2019, p. 86, tradução nossa, *grifo do autor*).

Já em relação ao conteúdo da ação israelense, uma alegação recorrente palestina sobre o assunto era sobre o uso de "balas explosivas", possibilidade levantada pela presença de "[...] grandes feridas de saída e extensivos danos de tecido e osso [...]" que "[...] poderiam apenas ter sido causados por uma bala que explode no momento de impacto." (HRC, 2019, p. 162, tradução nossa).

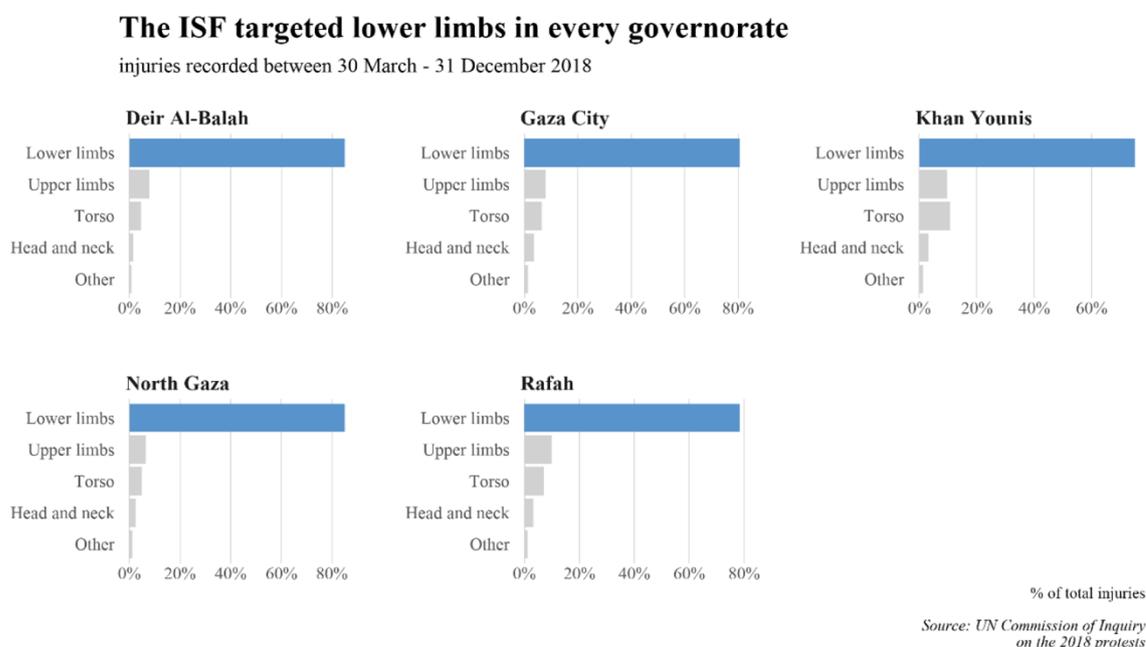
Os especialistas militares e forenses da Comissão analisaram fotos de machucados e a conclusão foi que os danos foram causados por uma munição de alta-velocidade atirada por rifles de assalto de longa distância. (HRC, 2019, p. 163) A descrição do engajamento israelense era feita assim pelos especialistas:

No momento de impacto, uma bala em alta-velocidade transfere muito mais energia cinética ao seu alvo do que uma bala em baixa-velocidade, tais como aquelas atiradas de uma arma de mão de 9 mm. Isso cria um canal de ferida e uma ferida de saída muito maiores, especialmente quando uma bala de alta-velocidade impacta o osso de uma distância curta. (HRC, 2019, p. 162, tradução nossa).

A impressão de uma bala explosiva se dava porque balas de alta velocidade também "[...] quase sempre se fragmentam ou dão uma cambalhota ao entrar no alvo, criando danos devastadores ao tecido, órgãos e ossos." Analisando imagens da cobertura de imprensa no local, o relatório declarava que o exército foi visto

operando “[...] com três pequenas armas de produção padrão que usam munição de alta-velocidade: os rifles de ataque israelense Tavor [...] e os rifles de assalto M24 e SR25, manufaturados nos Estados Unidos, que usam munição 7.62 x 51 mm.” (HRC, 2019, p. 162, tradução nossa). Isso foi confirmado pelo exército israelense, que no período da Marcha seus atiradores usaram “[...] munição padrão de 7.62mm, em uso por exército estatais, incluindo membros da Otan.” (GAZA Q&A IDF, 2019, p. 88).

Figura 4 – Proporção de membros do corpo alvejados pelo exército israelense nas operações na Faixa de Gaza em 2019.



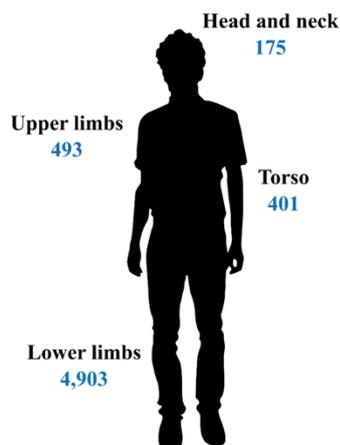
Fonte: HRC, 2019, p. 85.

Os rifles Tavor, de certa forma, contam a evolução das formas de ataque. O Tavor 7, um dos mais avançados rifles de assalto de alta-velocidade, era manufaturado pela IWI, que o promoveu como uma “[...] arma inovadora, poderosa e confiável [...]” depois que foi “[...] rigorosamente testada pelas FDI em terrenos e desempenhou impecavelmente”. (IWI, 2018a; 2018b apud DA’NA, 2019b, p. 190, tradução nossa).

Figura 5 – Números absolutos de membros do corpo alvejados pelo exército israelense nas operações na Faixa de Gaza em 2019.

Live ammunition injuries by body part

Gunshots to legs accounted for more than 80% of injuries



Fonte: HRC, 2019. P. 160.

A Família de modelos de Rifles Tavor foi lançado em 1995, e tinha seu primeiro modelo operacional em 2003, depois que foi testado na 2ª Intifada. Um outro modelo mais avançado foi testado na Operação Chumbo Fundido, em 2009. O comentário do exército israelense sobre o uso do rifle Tavor foi que “[...] a arma era excelente e não há nada a arrumar”. (RONEM, 2009 apud DA’NA, 2019b, p. 190, tradução nossa). Já em 2012, o Tavor substituiu o M16 de manufatura dos EUA nas brigadas de infantaria israelense. (DA’NA, 2019b, p. 190).

Médicos estrangeiros trabalhando em hospitais de Gaza nos três períodos analisados pelo relatório concordaram que “[...] as feridas de armas dos protestos foram causadas por balas de alta-velocidade atiradas de uma distância relativamente curta.” Um dos médicos entrevistados pela Comissão afirmou que usar “[...] balas de alta-velocidade em uma população a 100m de distância não fazia sentido, seria como usar um tanque para matar uma mosca.” (HRC, 2019, p. 163, tradução nossa).

A partir do que a investigação abordou como “Responsabilidade criminal individual”, a Comissão da ONU “[...] encontrou fundamento razoável para acreditar que membros individuais das forças de segurança israelenses, no curso de sua resposta aos protestos, mataram e feriram de forma grave civis que nem estavam participando diretamente das hostilidades, nem apresentavam ameaça iminente

[...]”, o que se configurava como “crime de guerra”. A investigação também apresentou “[...] referências a estruturas militares civis em Israel que carregam responsabilidade primária pela condução das forças de segurança e seu uso de força letal sobre os palestinos participantes da GMR.” (HRC, 2019, p. 225, tradução nossa).

A Comissão também apontou irregularidades das autoridades palestinas, tanto o Hamas quanto a ANP. Mas a principal acusação dirigida a Autoridade Palestina e às autoridades *de facto* de Gaza foi falhar em manter “[...] o direito de reunião pacífica em conexão com protestos em Ramallah e dentro da Faixa de Gaza investigados pela Comissão.” Ambas, portanto, tinham responsabilidade de “conduzir investigações sobre a conduta de suas respectivas forças de segurança em suas repostas a essas demonstrações”. (HRC, 2019, p. 225).

Mas o que mais nos interessa é o item sobre “Obrigações de Estados Terceiros”, ou seja, a responsabilidade de Estados que seriam terceiras partes em relação ao confronto. O relatório apontava que, além da “[...] obrigação primária de responsabilidade que caem sobre Israel e Palestina, Estados terceiros também carregam tais responsabilidades.” A base para acionar essa obrigação “[...] inclui dissuadir o cometimento de qualquer violação dos quatro tratados [...]”, indicando que tal “[...] obrigação tem sido tradicionalmente entendida como a inclusão do dever negativo de não **encorajar, ajudar ou assistir** as outras partes da Convenção a cometer violações.” (HRC, 2019, p. 221, tradução nossa, grifo meu). Como vimos, essas categorias de julgamento não mais servem como formas de medir a participação de agentes externos em contextos locais. Para isso, é necessária uma profunda reflexão sobre aos atuais mecanismos de intervenção na configuração da globalização, de qual o *statebuilding* é um dos principais.

5.3 Vale do Jordão: entre a fronteira colonial e a “indústria da ajuda”

O Vale do Jordão, como vimos no capítulo 2, sempre foi um objeto central da presença israelense na Cisjordânia, sendo o cerne do plano de Allon para o território. Depois de Oslo, como Área C, essa parte do território permaneceu sob total controle israelense, que agia sob uma justaposição contraditória da restrição da lei de ocupação com os procedimentos implicados na “Lei Básica” de Oslo, ou seja, segurança antes da terra.

Os dados sobre a população no Vale do Jordão podem divergir, especialmente porque esses dados estão sob efeito de um constante movimento, provocado tanto pelos ciclos de movimento de pastoreio e cultivo, como da colonização israelense. O Centro Palestino de Desenvolvimento, MAAN, calculava, em estudo de 2010, que havia 58.147 palestinos que viviam em regiões de Área C dos distritos de Jericó, Nablus e Tubas, ou seja, as regiões de Área C do Vale do Jordão. (MAAN, 2010, p. 27). Já o B'tselem, informava que, em 2016, 65 mil palestinos e 11 mil colonos, nos assentamentos israelenses, habitavam o Vale do Jordão³³.

Em termos das práticas israelenses dirigidas à Faixa de Gaza e ao Vale do Jordão, podemos encontrar uma inversão se considerarmos métodos e objetivos, a partir de uma elaboração de James Ron da *fronteira e do gueto*, como lida por Handel. A fronteira é definida como uma região periférica, não incorporada à zona legal de influência do Estado dominante, o que abriria possibilidades de exercício de “violência nacionalista fora da lei”. Já o gueto seria definido como “[...] repositório de populações indesejadas e marginalizadas, mas de qualquer forma incluído dentro da esfera legal de influência do Estado dominante”. No primeiro caso, o objetivo é expulsar as populações, como foi o caso na ex-Iugoslávia ou mesmo a Palestina no período de 1947-1949; no segundo, policiar e governar estritamente. A passagem do gueto para a fronteira implica em mudar de métodos de policiamento e governo para considerar, seja Gaza, seja o Vale, um espaço de guerra. (HANDEL, 2009, p. 212, tradução nossa).

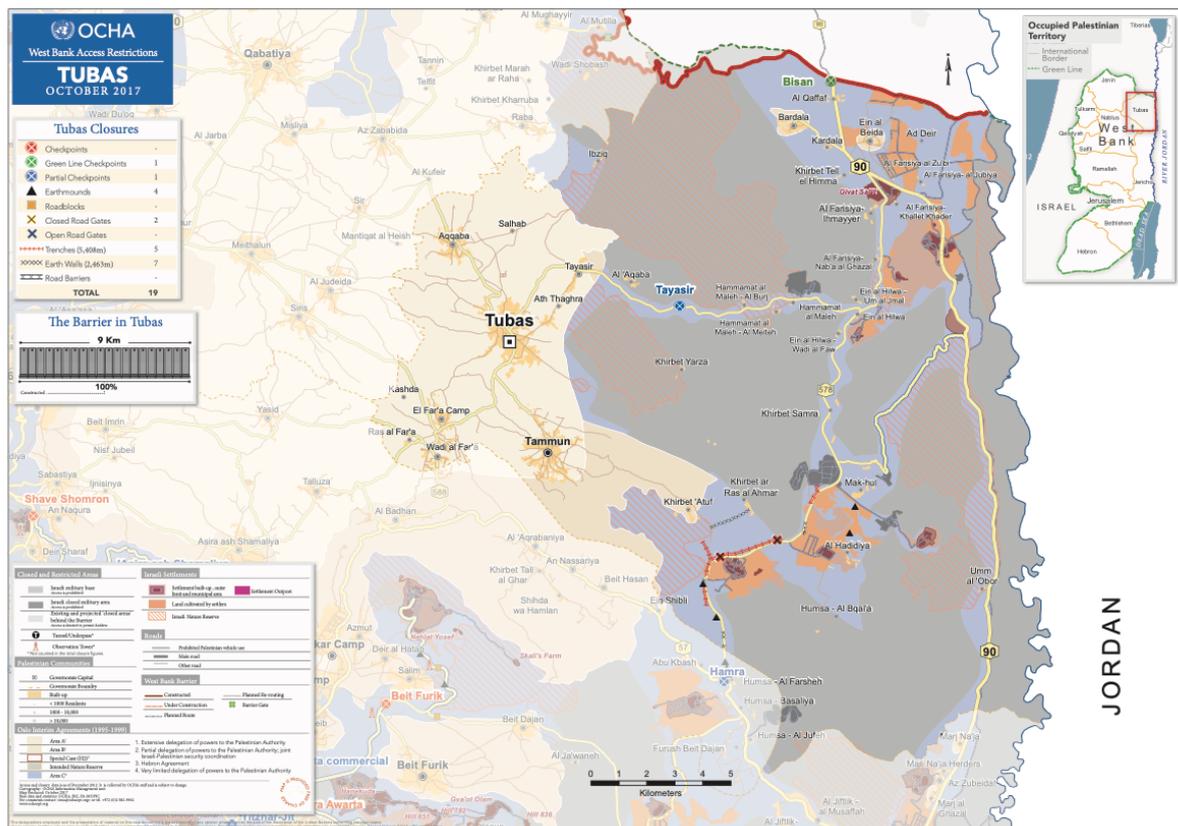
Para Gaza, a reflexão guarda uma contribuição importante, mas esse caso de fronteira, o objetivo ser a expulsão não se aplica, já que o cerco garante que não haja qualquer possibilidade de saída de pessoas. Podemos considerar que ali a violência se configura como um policiamento do comportamento político aliado a políticas de mutilação, realizado por um sistema mais amplo que envolve a comunidade de doadores internacionais. No caso do Vale do Jordão, há um outro conjunto de violências que buscam, do ponto de vista israelense, colonizar o território.

No Vale do Jordão, em 2013, a terra era proibida aos palestinos sob vários pretextos justapostos: 48,7% da área foi definida como terras do Estado, que em

³³ Dados retirados do site do B'tselem. https://www.btselem.org/jordan_valley

parte se localizam dentro das fronteiras de trinta assentamentos; 46,1% do território foi declarado zona militar fechada, incluindo terra municipal de assentamentos e onze zonas de tiro fechadas; Israel também designou 26 reservas naturais, englobando cerca de 20% da área; e em um 1% da terra estão plantadas minas explosivas. A grande maioria da terra restante que sobra está sob a jurisdição dos conselhos regionais dos assentamentos.

Mapa 11 – A parte norte do Vale do Jordão, distrito de Tubas

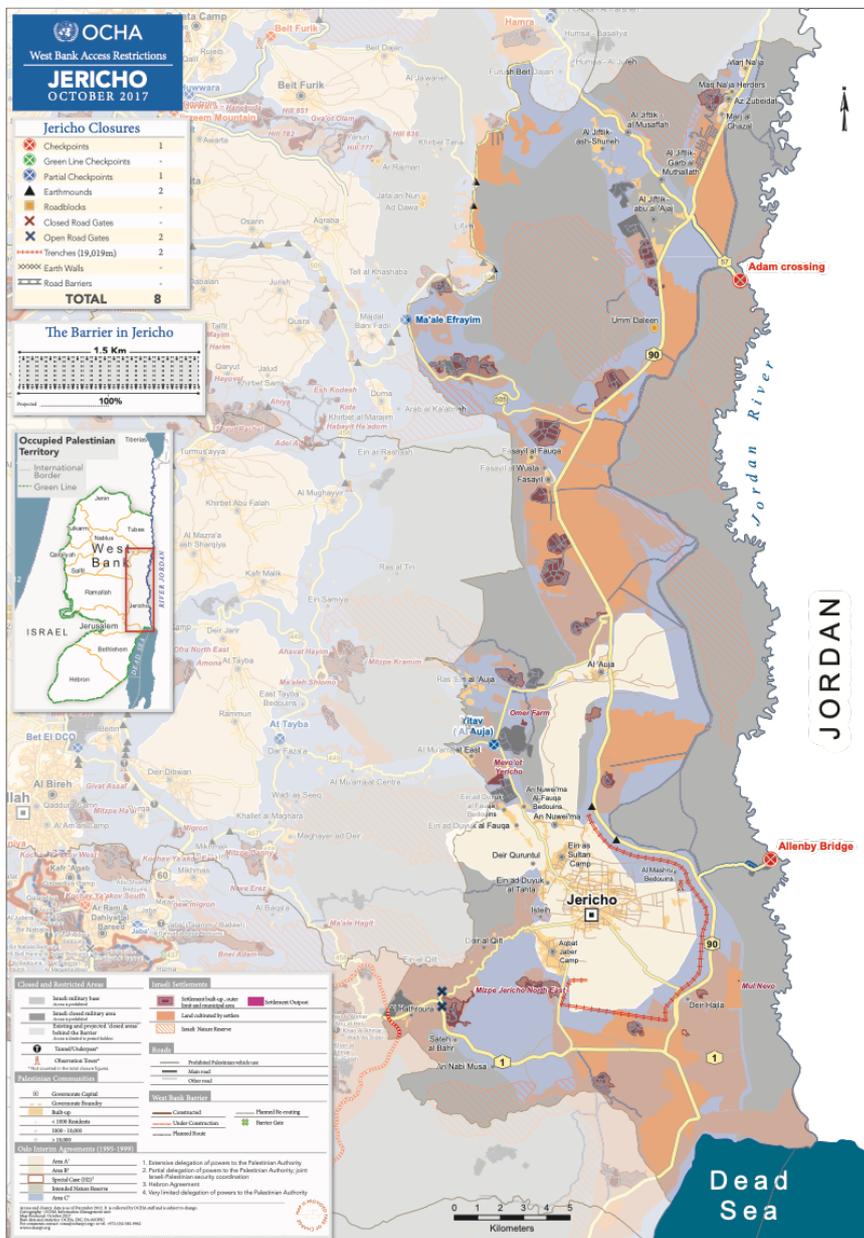


Fonte: OCHA-OPT, disponível em: <https://www.ochaopt.org/maps>

Em suma, depois de considerar as justaposições das áreas citadas, 85,2% da área de terra do Vale do Jordão e do norte do Mar Morto estão fora dos limites para construção e desenvolvimento palestinos. Ainda de acordo com dados do B'tselem, de janeiro de 2006 a abril de 2013, a Administração Civil demoliu pelo menos 308 estruturas residenciais em comunidades palestinas no Vale do Jordão e outro número desconhecido de estruturas agrícolas. As casas demolidas eram lar de pelo menos 1421 palestinos, incluindo cerca de 604 menores. (B'TSELEM, 2013, p. 60). Outra questão chave, como Netanyahu já havia exposto em seu livro

em 2000, é o controle sobre água. Do volume total de água que retira do Vale do Jordão, Israel aloca cerca de 80% para uso em Israel e nos assentamentos israelenses. Em 2011, a média de consumo de água por moradia nos assentamentos do Vale foi de cerca de 450 litros por pessoa por dia, enquanto para os palestinos, na parte central e norte do Vale, a média de consumo de água em 2009 foi de cerca de 80 litros por pessoa por dia. A Organização Mundial de Saúde recomenda cem litros por pessoa por dia. (B'TSELEM, 2013, p. 63).

Mapa 12 – A parte sul do Vale do Jordão, distrito de Jericó



Fonte: OCHA-OPT, disponível em: <https://www.ochaopt.org/maps>

As comunidades palestinas no Vale do Jordão são impedidas pela Administração Civil³⁴ de construir estruturas ou conectar-se ao sistema de água sem uma permissão. No entanto, em geral, tais permissões são negadas porque não há planos mestres desenhados para as áreas de vilas palestinas. O problema é que, para ter água, os residentes dessas comunidades dependem da chuva coletada em cisternas, que demandam licença israelense para serem construídas. Assim eles têm que recorrer a caminhões de água trazidos por empresas privadas. Na média, essa água custa cerca de 25 NIS por metro cúbico. A média do consumo de água dessas comunidades - por exemplo nas vilas de al-Aqabah, al-Hadidiyah, e al-Farisiyah - é de apenas 20 litros por pessoa por dia. (BTSELEM, 2013, p. 64).

A vila de al-Hadidiyah é cortada de qualquer suprimento regular de água, “[...] apesar de sua proximidade com uma bomba da Mekorot (Bekaot2), que provê água para os assentamentos próximos de Ro’i e Bekaot”. A alocação de água diária por pessoa nesses assentamentos, por cada moradia, é acima de 460 litros - cerca de 23 vezes maior do que o consumo de água em al-Hadidiyah. (B’TSELEM, 2013, p. 65, tradução nossa).

Foto 1 – O assentamento de Ro’i (à esq.) e a comunidade de al-Haddidyiah



Crédito: Arturo Hartmann

³⁴ A AC permaneceu atuante nos TPO como braço da administração militar sob um escopo menor, agora apenas cuidando de temas em Área C ou que demandem mediação com ANP em áreas compartilhadas.

Foto 2 – A comunidade de al-Haddidyiah em detalhe



Crédito: Arturo Hartmann

Foto 3 – O assentamento de Ro'i ao fundo



Crédito: Arturo Hartmann

De acordo com o estudo da Maan, de 2014, além da anexação de recursos, com água e terra dirigidas aos assentamentos israelenses, outra política que

impacta os fazendeiros palestinos são as restrições severas de movimento em Área C, que impedem que acessem, cultivem ou façam colheita de suas próprias terras. Por dados da época, “[...] estima-se que 34% da terra agrícola palestina na Cisjordânia não é acessível a seus donos [...], principalmente pela presença dos assentamentos, do Muro, de zonas militares fechadas e vários outros métodos de fechamento e exclusão resultante.” Aqui temos a materialização da convergência do “regime associado”, como mencionado na Opinião Consultiva sobre o Muro de 2004. (MAAN, 2014, p. 27).

Quando o Banco Mundial, no seu relatório de 2016 sobre os gastos da ANP, alertava para a difícil “situação fiscal da Autoridade Palestina” devido à queda do crescimento econômico e da arrecadação de receitas, apontava para problemas de “[...] restrições de movimento e acesso”. Nesse contexto, calculou que pela “[...] inabilidade de os palestinos explorarem oportunidades em a Área C [...]”, em grande parte uma região fértil para agricultura palestina, [...] eliminava um potencial de ganho de até US\$ 3,5 bilhões por ano no PIB, além de um potencial de receita de até US\$ 800 milhões por ano.” (BANCO MUNDIAL, 2016, p. xiii, tradução nossa).

Como a economia estruturada para incentivar os assentamentos, e restringir a atividade econômica palestina, muitos fazendeiros palestinos abandonam suas terras para ir trabalhar nos assentamentos israelenses como mão de obra barata. (MAAN, 2014, p. 27). Essas relações de trabalho se dão, em geral, por meio de contratos temporários de seis meses, em geral na época de colheita. Estimava-se, na época, que 5,5% fossem crianças ou adolescentes, resultado da pobreza e de um sistema educacional precário em Área C, entre outras coisas pela demolição de escolas. (MAAN, 2014, p. 28).

Da vila de az-Zubeidat, Faiza, uma mulher de 60 anos, trabalha nos assentamentos israelenses colhendo e empacotando ervas. Ela substituiu o marido, que “[...] depois de décadas arando a terra nos assentamentos, agora está muito doente para trabalhar.” Ela agora é a provedora da família, mas “[...] com frequência fica doente por conta dos pesticidas usados, e vomita pelo menos uma vez por semana no trabalho por causa deles.” (VICKERY, 2017, p. 47, tradução nossa).

Vickery (2017, p. 4) registra que, no total da Cisjordânia, ou seja, não apenas no Vale do Jordão, algo em torno de 20 mil a 30 palestinos trabalhavam nos

assentamentos. Já pelos dados da Unctad, 127 mil palestinos de uma força de trabalho total de 956 mil trabalhavam ou em Israel ou nos assentamentos. (UNCTAD, 2019).

Rashed Khudeiri é um palestino que mora em Tubas, mas é originalmente da vila de Bardala, no norte do Vale. Em entrevista, ele diz que não só palestinos de Área C trabalham nos assentamentos, mas também “[...] alguns palestinos de Área A, de Tubas, da vila de Yasir, de Nablus, dos campos de refugiados ao redor de Nablus [Balata e Askar], [já que] não conseguem trabalho em Área A.” O problema mais geral é que não há uma indústria agrícola que possa oferecer trabalhos e bons salários para os palestinos. “Acho que em Área C, a maior parte das pessoas ainda têm rebanhos de carneiros, ovelhas e vacas. Alguns de fato trabalham nos assentamentos, mas a maioria não. Já em Área B, porque conseguimos alguma água para agricultura, cerca de 95% trabalham na própria vila.” (KHUDEIRI, jul. 2019).

Vickery registra uma conversa com Mohammed, 21 anos, que expõe: “Se eu pudesse encontrar um emprego na Autoridade Palestina, eu pararia [de trabalhar nos assentamentos]”. Ou então se “[...] ‘eu pudesse ter a chance de começar o meu próprio negócio, construir um projeto [...]. Mas aqui é Área C. Não posso criar nada aqui. Temos que conseguir permissão dos israelenses para fazer isso. E isso é impossível.” Outro palestino, Mahmoud, complementa: “‘Meu tio e um vizinho tentaram fazer uma fazenda de criação de galinhas para que pudessem trabalhar por conta, mas porque estamos em Área C o governo israelense a destruiu’.” (VICKERY, 2017, p. 18-19, tradução nossa).

O trabalho em assentamentos é uma das soluções para os palestinos. Outra é abandonar o Vale do Jordão e migrar para as Áreas A de Tubas, Nablus e Ramallah. A cada cinco anos, entre 10 e 20 famílias saem do Vale do Jordão por restrições de uso da terra e agressões do exército israelense. Junto a isso, há novos assentamentos e mais colonos no Vale do Jordão, [...] onde realizam grandes projetos agrícolas [... de tâmaras, uvas, flores, grande parte para exportar para a Europa” (KHUDEIRI, jul. 2019). Para ele, a região é estratégica para os israelenses porque:

[...] no norte do Vale estão as duas principais fronteiras, a de 1967 e a Linha Verde, a de 1948. Se você olhar para a estrada 90 [ver mapas 11 e 12], a principal estrada no Vale do Jordão, ela conecta 1948 [Israel] com Jerusalém e o Mar Morto, e passa quase toda no meio de nossas vilas.

[...] No Norte também há mais comunidades e vilas palestinas que resistem. Apenas na parte do distrito de Tubas, há cerca de 20 comunidades e vilas palestinas em Área C resistindo. Por outro lado, ali, há sete assentamentos israelenses e bases do exército. (KHUDEIRI, jul. 2019).

O palestino de Bardala enxerga mais recentemente o acirramento de um desenho do mapa para eliminar a presença nativa e abrir caminho definitivo para a consolidação da presença israelense na parte central do Vale do Jordão. “Veja, há regiões de Área C, como al-Aqabah, que não têm casas destruídas, mesmo sem permissão [...]”, disse quando passávamos por um terreno perto de Tubas. No entanto:

Mas eles não fazem o mesmo Al-Hadidyia ou em Ein-Helweh, já que são regiões mais profundas, no interior do Vale. Além disso, são áreas maiores, com mais recursos de água. É dessa forma que empurram os palestinos para Áreas A e B, como aqui em Tubas. (KHUDEIRI, jul. 2019).

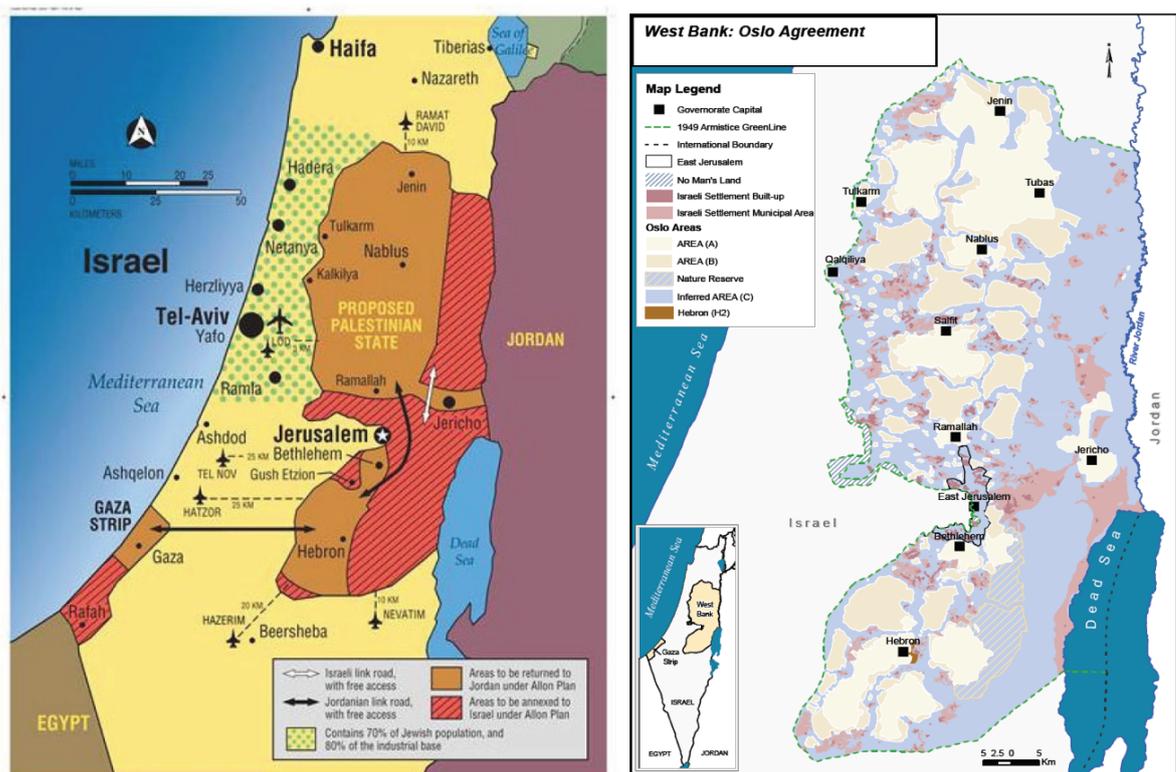
Uma forma de entender como as linhas de Oslo acompanharam os mapas de expansão israelense (ver mapa 13) é que, “[...] entre 1987 e 1995, a Administração Civil desenhou planos mestres para 380 vilas na Cisjordânia [...]”, sendo que apenas seis estavam localizadas no que veio a ser Área C. (B’TSELEM, 2013, p. 16, tradução nossa).

Em um período posterior, um relatório do COGAT registra que a AC aprovou 315 projetos em Área C do começo de 2011 a agosto de 2012, “[...] incluindo pavimentação de estradas, construção de escolas e clínicas médicas, assim como montagem de infraestrutura”. No entanto, em uma análise dos registros de 236 desses projetos, pode-se inferir o que segue: “[...] apenas 19 projetos (8%) são para vilas palestinas localizadas totalmente em Área C [...]”, que contemplam treze vilas para as quais a AC aprovou planos mestres. Já o restante dos projetos detalhados é listado como direcionados para comunidades que estão em terras inteiramente ou em parte localizadas em Áreas A ou B (102), para toda a população da Cisjordânia (104 projetos, incluindo 58 de instalação de antenas de comunicação celular) ou para servir a beneficiários em locais não-especificados. (B’TSELEM, 2013, p. 22, tradução nossa).

Um outro dado revelado pelo relatório do B'tselem é o fato de a AC raramente tomar a iniciativa para desenvolver vilas palestinas ou investir recursos próprios para fazê-lo. Na maior parte dos casos, “[...] a iniciativa e o financiamento para projetos aprovados pela Administração Civil [...]”, como detalhado no relatório

do COGAT, sai “[...] da comunidade internacional ou da ANP.” De acordo com o estudo, “dos 32 projetos de pavimentação de estradas registradas no relatório [do exército] como sendo aprovado e implementado em Área C, em 2011 e 2012, [...] apenas dois eram financiados pela AC. A grande maioria tinha dinheiro da USAID ou da ANP. (BTSELEM, 2013, p. 23, tradução nossa).

Mapa 13 - A superposição do Plano Allon (à esq.) aos termos de Oslo



Fonte: MAAN, 2014, p. 24.

Um palestino³⁵ que trabalha para uma representação de governo europeia (pediu anonimato) explicou que, no Vale do Jordão:

[...] os doadores buscam trabalhar em Área C sob a rubrica de projetos de ajuda humanitária, já que a lei internacional permite atividades humanitárias em territórios ocupados sem a necessidade de pedir a permissão do poder ocupante. Por isso não o definem como trabalho de desenvolvimento, que não é protegido por lei internacional. (ENTREVISTA 2, ago. 2019).

A pesada restrição a desenvolvimento e cultivo da terra faz com que os palestinos em vilas e cidades de Área C sejam dependentes de doadores internacionais para provisão de serviços básicos, como água, escola, e mesmo

³⁵ A pessoa foi um dos casos que pediu anonimato como condição para dar entrevista.

acomodações temporárias para famílias que têm estruturas destruídas. (VICKERY, 2017, p. 87).

Nesse contexto, podemos ver a contradição exposta acima, enxergando Gaza e o Vale do Jordão como duas variações da “fronteira” israelense. Em entrevista a Wildeman, uma pessoa representante de projetos de desenvolvimento da União Europeia³⁶ disse que “[...] os israelenses estão felizes com o trabalho de sua agência em Gaza. [...] Esse trabalho reduz os custos de manter Gaza estável para Israel”. (WILDEMAN, 2018b, p. 76, tradução nossa). No entanto:

[...] em contraste com Gaza, Israel tem um grande problema com doadores que trabalham em Área C. Ele/ela disse que por conta de tal pressão, sua agência é quase o único grande ator presente na Área C, e muitos outros atores com frequência se dirigem a eles como meio de apoiar trabalhos em Área C. (WILDEMAN, 2018b, p. 76, tradução nossa).

O B’tselem informa que, a partir de 2009, “[...] a União Europeia e seus Estados membros começaram a investir fundos no planejamento de comunidades palestinas em Área C.” A Grã-Bretanha e a UE financiaram a redação de planos para 32 vilas junto a organização palestina Centro de Paz e Coordenação Internacional (IPCC), comunidades das vilas e a ANP. Os planos foram finalizados em julho de 2011 e submetidos à Administração Civil. Até 2013, nenhuma resposta havia sido dada. Ainda de acordo com o B’tselem, “[...] dezenas de outros planos foram redigidos naquele momento, tanto pelo IPCC com fundo britânico assim como companhias palestinas privadas com financiamento belga. O investimento europeu corrente [em 2013] no planejamento de comunidades na Área C [era] de 2,7 milhões de euros.” (B’TSELEM, 2013, p. 18, tradução nossa).

Isso levanta um problema de como o trabalho em campo das agências humanitárias ou de desenvolvimento pode reforçar os mecanismos de colonização israelenses. Uma pessoa entrevistada³⁷ ligada à representação da Alemanha disse que “[...] há uma clivagem dentro da comunidade de ajuda de desenvolvimento alemã sobre trabalhar dentro do sistema de permissões em Área C, já que isso pode estar trabalhando em conjunto com a ocupação nesses territórios, também para legitimá-la”. (WILDEMAN, 2018b, p. 88, tradução nossa).

Uma segunda representante³⁸ da agência alemã ressaltava que é preciso:

³⁶ Wildeman se refere a ela como G1.

³⁷ Wildeman se refere a ele/ela como H1.

³⁸ Wildeman se refere a ele/ela como H7.

[...] entender seu poder como doador é agir com cuidado, alertando que você precisa conhecer o contexto e tratá-lo cuidadosamente. Ele/ela deu um exemplo de como, restringidos pelas autoridades israelenses em construir em Área C, muitos doadores voltam construções em Áreas A e B, quando conseguem obter a permissão da ANP. O que acontece então é que os doadores criam um incentivo para empurrar os palestinos para fora de Área C, para as áreas densamente povoadas nos enclaves das Áreas B e C, onde há a maior parte dos serviços, no fim reforçando o esforço israelense de expulsar os palestinos de Área C. (WILDEMAN, 2018b, p. 89, tradução nossa)

De acordo com Springer, a UE separou 55 milhões de euros para desenvolver vilas agrícolas em Área C, de acordo com um desenho do plano do desenvolvimento nacional palestino de 2011-2013. No entanto, de 42 planos mestres submetidos ao governo de Israel a partir de 2011, nenhum foi aprovado. Mais ainda, cerca de 200 projetos de desenvolvimento financiados pela UE foram destruídos entre 2011 e 2013. (SPRINGER, 2015, p. 10).

A jornalista Amira Hass publicou reportagem, em setembro de 2020, sobre duas reuniões que aconteceram no Comitê de Assuntos Exteriores e Defesa do Knesset. A questão colocada em debate era “A tomada palestina da Área C”. Lá, o General israelense Ghassan Alian, chefe da Administração Civil nos TPO, informou que na “[...] batalha da Área C, [...] Israel está acumulando sucessos contra os palestinos e a União Europeia, e reduziu de forma significativa o número de projetos palestinos financiados internacionalmente (especialmente por europeus)”. (HASS, 2020, tradução nossa).

As reuniões ocorreram nos dias 29 de julho e 13 de agosto. No primeiro encontro, foi reportado que o ministro de Relações Exteriores, Gabi Ashkenazi, “[...] considera qualquer atividade europeia em Área C, corrente ou planejada, que não honre procedimentos de construção israelenses, como uma tentativa de intervenção para definir a fronteira”. (HASS, 2020, tradução nossa).

Ashkenazi teria também informado que:

[...] seu ministério tinha deixado claro a representantes europeus que ‘em casos de fracasso na obtenção de uma permissão de atividade na área, devem esperar consequências vindas dessas violações.’ Também Israel rejeita de saída ‘qualquer demanda para o pagamento de compensação por demolição ou confisco do equipamento’. (HASS, 2020, tradução nossa).

Hass informa ainda que, de acordo com dados submetidos ao Comitê do Knesset, o número de projetos palestinos financiados pelos europeus encolheu de

75 em 2015 para 12 em 2019, o que seria resultado da pressão do exército israelense sobre representações europeias. (HASS, 2020).

O problema central para os palestinos, no cenário da ajuda humanitária no Vale, refere-se à agência que possuem na decisão dos projetos. Um palestino membro do conselho político³⁹ da comunidade de al-Mali, perto da região de Ein El-Helwe, disse que havia um problema na ajuda não só de ONGs internacionais, mas também de ONGs palestinas de Ramallah, que “[...] decidem sobre os projetos sem consultar. Eles vêm com o projeto e decidem o que fazer, sendo que muitas vezes não resolve nosso problema. Por exemplo, um tanque de água vazio”. Além disso, “[...] muitas vezes mesmo essa ajuda é destruída pelos israelenses.” Ele revela que, com o acirramento das restrições israelenses e a queda de projetos europeus, muitos palestinos, como ele, estão buscando trabalho em Área A. (ENTREVISTA 3, ago. 2019).

Aquela representante alemã (H7) disse que há um outro processo que ocorre, no qual os palestinos:

[...] distorcem a representação de suas prioridades de forma a pensar que podem fazer o doador mais inclinado a investir em sua comunidade, a despeito de se o que descreve são suas necessidades verdadeiras. Isso não tanto um reflexo o caráter dessas pessoas, mas uma falha da ajuda em ser responsiva à liderança local e a necessidades locais. Esses moradores sabem como o jogo da ajuda funciona [...] e tem que trabalhar no sistema dos doadores”. (WILDEMAN, 2018b, p. 86-87, tradução nossa).

O/a entrevistado, também da representação alemã (H1) diz que “[...] o modelo atual de doação nos TPO constitui a **imposição de uma forma de pensar** sobre pessoas sem lhes dar alternativas.” (WILDEMAN, 2018b, p. 88, tradução nossa).

Para Khudeiri, o problema mais amplo das ONGs é que não constituem uma plataforma para “[...] nos trazer nossos direitos na economia, nos negócios, na educação, cultura, saúde. [Em vez disso], temos ainda 10 mil palestinos que trabalham nos assentamentos”. E completa:

A pergunta é por que não podemos desenvolver nossa indústria agrícola, por que temos que trabalhar nos assentamentos ao mesmo tempo que temos todas essas ONGs ao nosso redor, por que não podemos ter nosso próprio projeto fora desses assentamentos. Vou te dar um exemplo. Falamos dos cerca de 20 mil carneiros e ovelhas que existem no norte do Vale do Jordão, em Bardala, Kardala, Ein el-Behda e outras 17 vilas palestinas. Mas até hoje não temos uma fábrica de queijo. Poderíamos

³⁹ A pessoa foi um dos casos que pediu anonimato como condição para dar entrevista.

fazer essa fábrica em Área A, transportando o leite de Área B ou Área C. [...] Precisaríamos apenas do caminhão para recolher o leite e o queijo das vilas. Mas ninguém constrói essas unidades. (KHUDEIRI, jul. 2019).

O que ocorre é que, em geral:

[...] dinheiro vem por meio de projetos de emergência [...] Se não temos escolas, não constroem escolas. Se falamos que não temos água, eles não constroem uma tubulação de água conectando fontes em Área A ou Área B para Área C. Nos dão um tanque de água no qual se pode guardar 1000l, mas isso não é solução. (KHUDEIRI, jul. 2019).

5.3.1 Zonas Industriais: o plano Allon globalizado

Se por um lado, no Vale do Jordão tínhamos lógicas restritivas ao uso da terra pelos palestinos e ao exercício da ajuda externa, por outro tínhamos novas dinâmicas econômicas resultado da abertura dos TPO pelos israelenses para empreendimentos privados de zonas industriais. Era assim que, a partir de 2007, foi possível enxergar governos estrangeiros e a iniciativa privada desenhando seus próprios mapas, imaginando e produzindo a elaboração do espaço da Palestina ocupada.

Vale destacar que as zonas industriais conjuntas não são uma novidade. Já em 1989, ainda durante a 1ª Intifada, o então ministro da Defesa de Israel, Moshe Arens, pediu a Ezra Sadan, diretor do Ministério das Finanças, “[...] para desenhar um plano com o objetivo de construir uma base industrial **doméstica** ligada à economia israelense, que absorveria trabalhadores palestinos”. O primeiro teste da iniciativa foi a base industrial doméstica de Beit Hanoun, em Gaza. Ali, “[...] o exército facilitou a realocação de empreendimentos industriais para a área e também proveu segurança”. Em suma, a maior parte dos negócios seriam de “[...] propriedade dos israelenses, instalados em terra ocupada, e os trabalhadores seriam palestinos”. O projeto não desafiava a lógica predominante israelense na época, já que a ideia não era prover desenvolvimento aos palestinos, apenas oferecer melhores possibilidades de emprego individuais com a capacidade de produção controlada por Israel. (NAKHLEH, 2012, p. 94, tradução nossa, grifo meu).

Essa experiência ganhou uma nova elaboração com a assinatura dos Acordos de Oslo, com as Zonas Industriais Qualificadas (QIZ, na sigla em inglês). Essas instalações ficariam nos pontos de contato crítico entre Israel e as áreas da ANP. A ideia de zonas industriais na fronteira foi defendida e financiada pelo BM,

com apoio da USAID e do Banco de Investimento Europeu. A noção era simples, direta e conectada com a lógica de Oslo: em um novo ambiente de ‘paz’, as ‘Zonas’ atrairiam investimentos internacionais, regionais e locais, tanto israelenses quanto palestinos. Seria um sistema sem perdedores. Os palestinos teriam empregos, os lucros impulsionariam o processo de Oslo e garantiriam base de apoio às elites políticas palestinas, que poderiam entregar os dividendos de paz. Já Israel teria a oportunidade, devido à localização dessas zonas industriais, de reforçar a segurança em seus pontos vulneráveis, além de ganhar vantagens econômicas com a abertura de mercados regionais de exportação. (DA’NA, 2015, p. 472; NAKHLEH, 2012, p. 95, tradução nossa).

De acordo com Da’na (2015), do modo como seriam estruturadas essas zonas industriais nas margens de território, firmas israelenses poderiam estabelecer usinas no Estado palestino para acessar trabalho barato e então exportar de lá para o resto do Mundo Árabe. Isso traria emprego e tecnologia aos palestinos, enquanto proveria acesso livre para novos mercados maiores a bens israelenses. Era a política que traduzia a ideia do **Novo Oriente Médio** (ver p. 112).

O primeiro experimento desse novo modelo foi, novamente, em Gaza, mas agora na passagem de Karni, iniciado em 1995. Até a 2ª Intifada, haviam ali 200 empreendimentos, metade de propriedade de capital palestino, metade israelense. Antes do levante explodir, o complexo chegou a empregar de 900 a 1300 palestinos, na maior parte em atividades de baixa remuneração, como no setor de têxteis. Mas com a explosão do levante, em 2000, e o Desengajamento todo o complexo foi esvaziado. (NAKHLEH, 2012, p. 96).

Esse modelo de projeto ganha força a partir de 2007, em um nexos liberal que juntava a estratégia de economia de paz (EP), elaborada por Netanyahu, que se elege novamente em 2009, permanecendo no poder até a escrita dessas linhas, e as políticas do “fayyadismo” palestino, numa demonstração que as autoridades locais do confronto tinham introjetado a superioridade de abordagens econômicas sobre a política para resolver o conflito. (DA’NA, 2015, p. 458).

A noção de EP para Netanyahu apoiava-se em duas forças: a segurança de Israel e forças de mercado. Logo que volta ao poder, em 2009, o primeiro-ministro traduz sua visão em um corpo administrativo cujo mandato era avançar cerca de 25 iniciativas econômicas em coordenação com o Quarteto e a ANP. A dinâmica buscada pela EP era mesclar incentivos por meio de atividade econômica e

cooperação de segurança, acompanhada por uma redução parcial do regime de fechamento da Cisjordânia. Com a melhora dos padrões socioeconômicos, esperava-se o enfraquecimento da tendência em direção à violência e garantir a aceitação palestina do *status quo* político. (DA'NA, 2015, p. 466, NAKHLEH, 2012, p. 126).

A EP também se constituía em um componente produtor da fragmentação do território iniciada em 2007. Ou seja, há um elemento disciplinar na política de Netanyahu, em consonância com a racionalidade mais profunda do cerco, de que “[...] ao promover uma Cisjordânia próspera economicamente, os formuladores de política israelenses imaginam um modelo disciplinar para a realidade deplorável de Gaza”. De novo, como já havia apontado Baconi, a expectativa era de que a população se voltasse contra o Hamas na busca de uma realidade socioeconômica similar àquela da Cisjordânia. (DA'NA, 2015, p. 468, tradução nossa).

Já do lado palestino, o plano das Zonas Industriais foi mais um legado do Plano de Reformas de Fayyad. Para o então primeiro-ministro da ANP, a volta dessas zonas industriais eram uma parte essencial da infraestrutura imaginada para incentivar investimentos que apoiariam um desenvolvimento orientado para exportação, o mecanismo que faria reduzir desemprego na Cisjordânia no contexto dos cortes do setor público.

Havia quatro principais zonas industriais, em construção ou parcialmente operacionais, que seriam construídas como multinacionais: Zona de Indústria Franca de Jenin (JIFZ, na sigla em inglês), patrocinada por Turquia e Alemanha; o Lote Industrial Multidisciplinar de Bethlehem (BMIE), com apoio francês; o Parque Agroindustrial de Jericó (JAIP), com apoio japonês; e o Lote Industrial de Tarqumiya, perto de Hebron, com dinheiro da Turquia e do Banco Mundial. (DA'NA, 2015, p. 471, tradução nossa).

Podemos olhar para o caso da JAIP. Em 2006, o governo japonês, por meio de sua Agência de Cooperação Internacional (Jica, na sigla em inglês), lançou uma versão de um plano para o Vale do Jordão chamado “O Conceito do Japão para criar um **Corredor para a Paz e Prosperidade**”. A ideia básica era a crença do governo japonês de que, para atingir uma paz sustentável no Oriente Médio, “[...] é essencial para os povos na região gozarem de dividendos de paz, e para árabes

e israelenses promoverem a confiança entre eles, especialmente entre palestinos e israelenses.”⁴⁰

A lógica geral do projeto é declarada da seguinte forma:

O Japão propõe o seu conceito de criar “o corredor de paz e prosperidade” em cooperação com **israelenses, palestinos e jordanianos**. O conceito é **trabalhar de forma colaborativa para materializar** projetos para promover a cooperação regional para a prosperidade da região, tais como estabelecer um **parque agroindustrial** na Cisjordânia e facilitar o transporte de bens. Apenas quando as circunstâncias permitam, o Japão vai mover esse conceito adiante ao iniciar uma unidade para alcançar esses objetivos. O Japão está pronto para receber o primeiro encontro da unidade em qualquer momento que seja conveniente para todas as partes envolvidas⁴¹.

Já em 14 de março de 2007, sob patrocínio japonês, Israel, Jordânia e ANP assinaram um acordo em Tóquio para desenvolver o parque industrial perto da cidade de Jericó, na Cisjordânia. O objetivo era tornar o parque em um hub de processamento agrícola para o Vale do Jordão, com financiamento será japonês. (NAKHLEH, 2012, p. 100). Um oficial da Autoridade de Zonas Francas e Lotes Industriais da Palestina (Piefza, na sigla em inglês) assim descreveu os benefícios do projeto:

O Parque de Jericó tem o objetivo de mudar a política de *fait accompli* e fortalecer a filosofia de resiliência e desafio... sua filosofia econômica é muito simples: atrair investimentos externos para manufatura e exportação, criar oportunidades de trabalho local, o que irá jogar um grande papel no PIB. (TARTIR, 2012, p. 5, tradução nossa).

Em novembro de 2007, um ano depois de o conceito japonês ser lançado, o “Stop the wall”, uma organização de base palestina que descreve a si mesma como “uma plataforma para forças progressistas e democráticas juntarem-se e desenvolverem ação conjunta”, lançou um relatório de escrutínio do plano japonês. Neste, apontava que a fraqueza central do plano era que a Jica falhou em “consultar integralmente com os palestinos”. Adicionado a isso, como a Agência “[...] não respondia ao povo palestino [...]”, o plano “[...] levava ao desenvolvimento de iniciativas e propostas que não atendem a necessidades regionais e [...] vão

⁴⁰ Ministério de Relações Exteriores do Japão.

https://www.mofa.go.jp/region/middle_e/palestine/concept0607.html (Acessado em, 16 de março de 2019)

⁴¹ Ministério de Relações Exteriores do Japão.

https://www.mofa.go.jp/region/middle_e/palestine/concept0607.html (Acessado em, 16 de março de 2019)

contra os interesses da população local.” Mais além, na medida em que o plano não “[...] se engaja com a realidade política no vale do Jordão [...]”, ignorando “[...] quarenta anos da ocupação israelense”, a proposta “[...] facilitaria a construção de economia e infraestrutura que são inextricavelmente vinculadas à presença da ocupação, efetivamente cimentando a mais séria barreira para o desenvolvimento de longo-prazo.” Na conclusão, na medida que a ideia de “projetos conjuntos” reconhece a presença israelense no Vale sem observar a sua ilegalidade, e não só isso, mas também o molde de segurança que permite o acesso a terras, o projeto era “uma violação da lei internacional” e ia “contra os desejos dos palestinos.” (STOP THE WALL, 2007, tradução nossa).

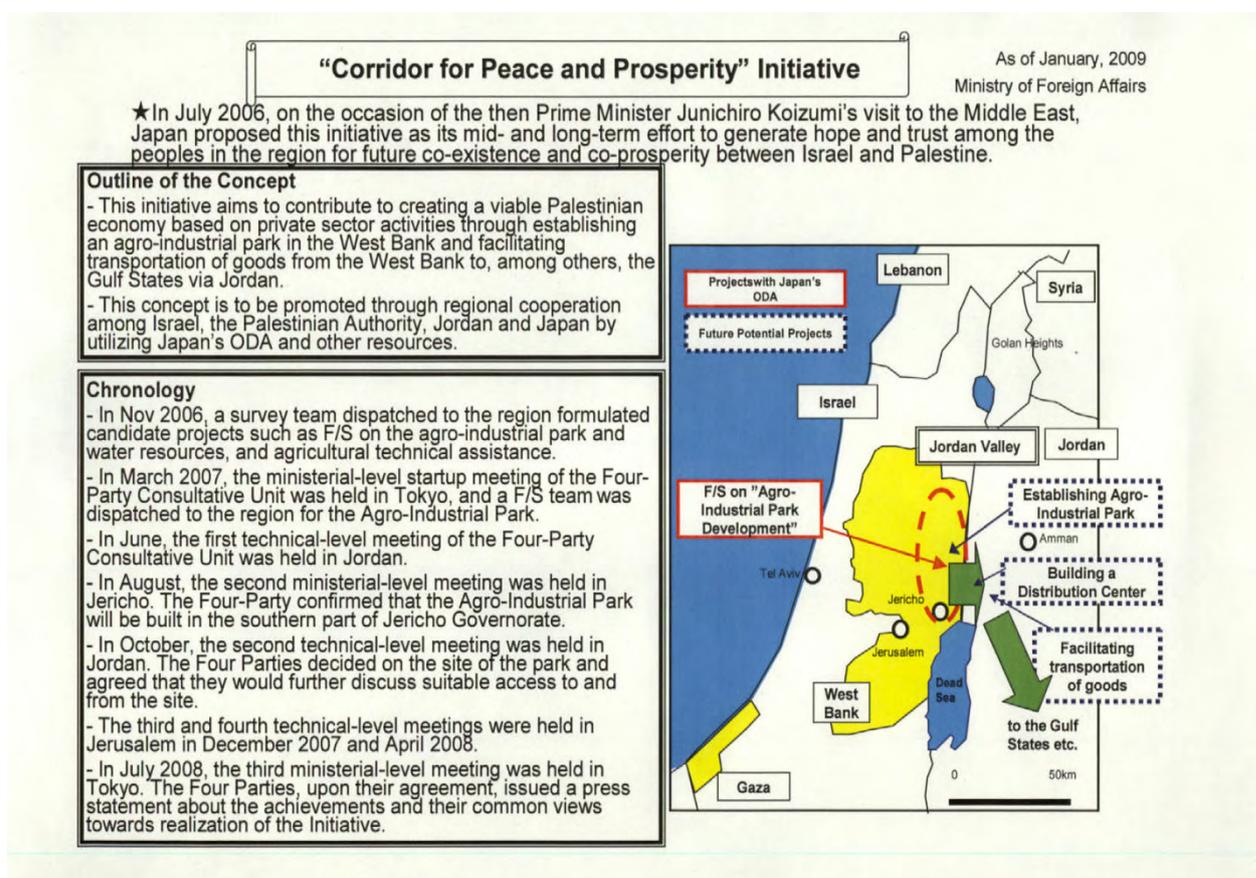
De fato, a primeira desvantagem palestina no projeto seria que as zonas industriais receberiam projetos sujeitos à assimetria de poder existente, favorecendo ou condicionadas a prioridades políticas de Israel. Além de ter uma economia mais forte, a funcionalidade das zonas industriais dependia do controle de terras, eletricidade e água, além de movimento de pessoas e de bens. Isso em um cenário de fazendeiros já restringidos pela ocupação militar em termos de acesso à água e uso da terra. Em vez de trabalhar nos assentamentos, seriam terceirizados em grandes agroindústrias controladas por Israel e o capital regional.

A segunda desvantagem é que agora os palestinos tinham que lidar a inserção não da ajuda, mas do investimento internacional. Em entrevista coletiva, Ismail Du'eik, um ex-ministro da Agricultura da ANP, declarou:

Nós descobrimos problemas consideráveis no trabalho da Agência de Cooperação Internacional do Japão, que financiou um projeto agrícola de três anos nos territórios palestinos, mas se recusou a discutir o tamanho do orçamento do projeto... para descobrirmos mais tarde que o orçamento era de \$6 milhões e a soma gasta nos territórios palestinos era de apenas \$700 mil, enquanto o resto foi desembolsado em especialistas japoneses... companhias japonesas... ou para a JICA... e nós não sabíamos como era gasto... significando que a JICA consumia 89% do orçamento do projeto. (TARTIR, 2012, p. 10, tradução nossa).

A política de privilegiar mão de obra japonesa ou canalizar partes dos fundos de volta para o Japão, como afirma Tartir (2012, p. 11), parece ser algo padrão na atuação da Jica. O problema é que essa ajuda, no contexto palestino, se constitui como um investimento japonês dentro de estruturas da ocupação que não foram desmontadas. É como se as terras palestinas, sobre as quais os palestinos não tinham soberania, estivesse sendo privatizada no interior dos mecanismos do processo de paz.

Mapa 14 – O mapa japonês para o Vale do Jordão



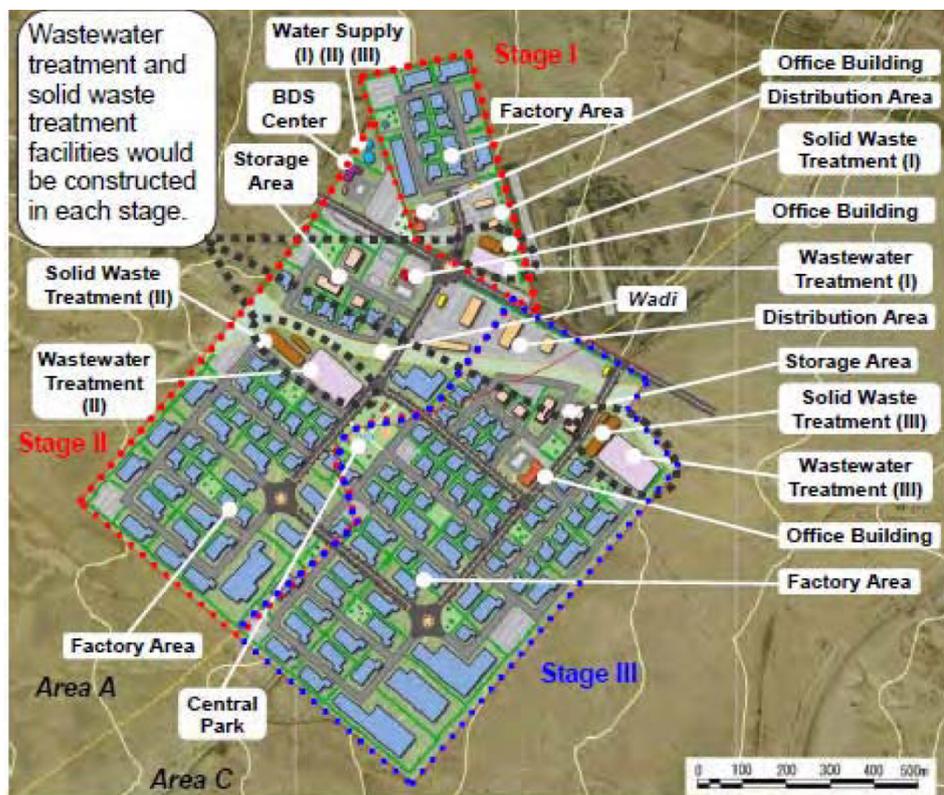
Fonte: Jica, 2009; disponível em: <https://www.jica.go.jp/palestine/english/index.html>

Até 2012, apenas as fases 1 e 2 (que se localizam em Área A) do projeto haviam sido aprovadas, enquanto a fase 3 (em Área C) ainda estava em espera de aprovação. (TARTIR, 2012, p. 9). Mais recentemente, no fim de setembro de 2018, representantes das partes envolvidas no JAIP se reuniram na Jordânia. Os japoneses esperavam expandir o Parque de nove para 32 fábricas, chegando a empregar cerca de 5 mil pessoas. Além disso, de acordo com a reportagem do Haaretz. A informava que o então chefe da equipe de negociação dos EUA, Jason Greenblatt, incentivava Israel a atualizar as estruturas da passagem da Ponte Allenby (passagem de fronteira da Cisjordânia com a Jordânia) para tornar o processo de exportação mais eficiente. Isso poderia ser feito, segundo Greenblatt, com dinheiro europeu. (LANDAU, 2018).

Podemos considerar que o Vale do Jordão, fragmentado do resto da Palestina, como objeto de desejo israelense, como antiga possessão jordaniã, como um local onde empresas estrangeiras poderiam fazer dinheiro, como o local

onde a ANP queria expandir o acesso limitado que tinha, como o local de camponeses nativos que precisavam de emprego, tornava-se um objeto-governança muito próprio (ver capítulo 1, p. 20). A sobreposição de políticas de privatização de espaços no Vale à expansão colonial israelense moldava agora uma colonização compartilhada, impulsionada pelo *statebuilding*. Agora, o Vale não era mais um território que deveria ser devolvido aos palestinos, mas um lugar a ser compartilhado por israelenses, jordanianos e os palestinos, em conjunto com empreendimentos japoneses, turcos e multinacionais.

Mapa 15 – As fases do projeto “Corredor da Paz”



Stage-wise Development of Stages I, II and III

Fonte: Jica; disponível em: <https://www.jica.go.jp/palestine/english/index.html>

5.4 A “bolha” de Ramallah: a produção do desmonte da resistência

Por fim, para refletir sobre o impacto dos mecanismos do processo sobre a sociedade palestina, impacto este que argumentamos constituir-se em violência específica que desmonta o “tema” da resistência no “concerto” do confronto

colonial, podemos partir de um debate sobre a postura de ONGs palestinas no momento da 2ª Intifada.

Para Hanafi e Tabar, o levante dos anos 2000 não foi apenas o retorno a uma luta anticolonial direta contra os ocupantes israelenses, mas também a exposição da “[...] desconexão entre ONGs [locais] e o movimento popular na Palestina”. A crítica parte de uma petição formulada por organizações não-governamentais palestinas que condenavam e pediam o fim da violência de grupos palestinos na 2ª Intifada. O debate mais relevante para os autores era que isso expunha uma diferença na conexão de ativistas e intelectuais com o movimento popular, considerados os dois levantes. No primeiro, no fim dos 1980, ativistas, intelectuais e líderes de comunidade estavam inseridos na luta popular e no movimento nacional de base. No segundo, “[...] ao se dissociarem do movimento, por meio da condenação da violência palestina, os membros de ONGs palestinas se colocam fora do campo político e social palestino, como expectadores da luta nacional.” (HANAFI, TABAR, 2003, p. 207, tradução nossa).

A crítica de Hanafi e Tabar não é propriamente pela condenação da violência, mas sim pela condenação da violência sem apresentar a capacidade de produzir conexões e articulações necessárias entre as aspirações dessas organizações e a independência palestina, ou seja, conectar os objetivos de democracia e justiça social com uma agenda nacional mais ampla. A consequência de fundo é que essas ONGs não tinham base orgânica. (HANAFI, TABAR, 2003, p. 207, tradução nossa).

Esse seria o enquadramento que de certa forma molda esse novo sujeito palestino, produzido na tensão entre os membros de ONGs locais, que são arrastados para novas relações transnacionais enquanto buscam negociar seu lugar dentro da ajuda industrial, e doadores internacionais, agindo sob seus próprios interesses. Por exemplo, logo depois da invasão israelense, por meio da “Operação Escudo Defensivo”, em abril de 2002, doadores e agências de ajuda focaram seu trabalho na recuperação da destruição da massa física e dos danos à infraestrutura, sob a rubrica de ajuda humanitária. As ONGs palestinas entraram em um debate para exigir dos doadores que abordassem o aspecto político da crise, ou seja, que os “[...] doadores reconhecessem as graves violações de direitos humanos cometidas por Israel [...]”, além da “[...] responsabilidade moral e legal do poder ocupante como definido pela Quarta Convenção de Genebra”. O

objetivo, no fim, era tanto “[...] confirmar a necessidade de uma intervenção política [...]” quanto “[...] apoiar estratégias de desenvolvimento mais amplo para empoderar o povo palestino [...]” sob ocupação. No entanto, prevaleceu a posição de uma elaboração de “ajuda alimentar”. (HANAFI, TABAR, 2003, p. 208, tradução nossa).

Isso se consolida a partir de então no que Nakhleh chama de fase “emergência e reconstrução” na relação da ajuda transnacional com grupos locais. Aqui, o foco era promover diversificação de fontes de financiamento e prover ajuda de emergência e humanitária, algo que começa em 2007, logo depois da eleição do Hamas. Isso queria dizer que a relação local-global fazia parte da própria ruptura política do território, com a eliminação política do Hamas, o corte de fundos, o cerco à Gaza e o apoio ao Fatah de Mahmoud Abbas. (NAKHLEH, 2012, p. 208).

A Associação Dalia é um caso interessante das alternativas que podem surgir diante dos dilemas que a cisão colocou aos palestinos. Ela surge em 2007, logo depois da eleição que elegeu o Hamas e a imposição de políticas de condicionalidade colocada pelos doadores à ajuda. A Dalia definiu uma política de não se associar com fundos que impusessem agendas ou restrições qualquer. De saída, não trabalham com fundos da USAID ou do BM. A organização busca doações individuais, como de palestinos na diáspora, ou então realizam campanhas de financiamento para projetos específicos. A diretora de tipos de condicionalidades que ainda são exigidos por doadores internacionais:

O escritório de representação canadense passou a exigir novas condições para organizações recipientes de fundos: assinar um termo de condenação a terrorismo, condenar atos, grupos e partidos políticos terroristas na Palestina. O problema é que, pela definição deles, todos os partidos podem ser considerados terroristas. O modo como eu defino terrorismo é diferente de como eles o fazem. A questão é que essa definição acompanha restrição de atividades, já que muitas vezes, além de uma declaração que temos que assinar, pode haver um sistema de veto, como ocorre por exemplo na USAID [ver p. 215]. Eles exigem os nomes dos participantes do projeto e investigam todos, desde se têm parentes ou se estão envolvidos em ações políticas. Mas mesmo essa definição de envolvimento político não é claramente feita, pois isso pode incluir manifestação no facebook, pode ser alguém muito ativo no BDS [campanha de Boicote, desenvolvimento e Sanções]. Quando soubemos dessa nova demanda, imediatamente recusamos o dinheiro. (HAMMOURI, jul. 2019).

Parte das interações modificadas dentro do confronto colonial na Palestina, entre palestinos, e entre palestinos e a solidariedade internacional, foi enquadrada na formulação liberal do documento de Boutros-Ghali no início dos 1990, que continha o rechaço à violência como forma de mudança social. Essa dinâmica foi inserida de forma concreta no mecanismo político dos Acordos, por meio da “Terra por Paz”, e seus desenvolvimentos posteriores, como expusemos no capítulo 4.

Na Intifada de 2000, isso se materializa por meio de como “[...] aqueles que buscam se solidarizar com o levante palestino acham muito polêmico ou politizado se associar a líderes da revolta, rejeitando de saída a luta armada anticolonial”. Tabar identifica tal postura com a crítica que a Anistia Internacional fez, em 1964, ao desqualificar Nelson Mandela como prisioneiro de consciência por um discurso que argumentava a necessidade de luta armada, dada a brutalidade do estado de apartheid. É assim que “[...] o reenquadramento liberal de modos anticoloniais de luta redefine como ‘muito militantes’ o que são considerados atos legítimos e ilegítimos de resistência [...]”, configurando um molde de sustento do “[...] monopólio de Estados ocidentais imperialistas e coloniais sobre o uso legítimo da violência”. (TABAR, 2016, p. 420, tradução nossa).

Pesam no cenário de Ramallah as limitações econômicas e a falta de opções de trabalho para uma jovem classe média numa economia da ocupação:

Esses foram, de certa forma, os termos de Sallam Fayad. No fim, somos todos parte disso. Com sua reforma, ele libera a contração de empréstimos, e agora estamos de mãos atadas com compromissos financeiros e dívidas para pagar. Isso criou um retrocesso na política e no envolvimento das pessoas, preocupadas como vão alimentar seus filhos, não como vão libertar a si. Isso foi a imaginação de Sallam Fayad. [...] No fim do dia, claro, eu preferiria alimentar meus filhos em vez de ir a reuniões ou engajar-me em qualquer trabalho político. [...] O que ocorreu nesses 18 anos de contato desde 2000 é que nos acostumamos a trabalhar com essas organizações, ninguém pensa em fazer uma coisa por si, fazer trabalho voluntário, ou trabalho de base. Isso é como uma lavagem cerebral. Porque essa é a única forma de viver que você conhece e você é bloqueada de qualquer ideia. (HAMMOURI, jul. 2019).

Foi essa transformação da classe média palestina, de uma classe nacionalista para uma composição e orientação empreendedora resultado das políticas socioeconômicas em um cenário de ocupação militar, que constituíram a dinâmica de engenharia social, destruindo qualquer capacidade de os palestinos

resistirem à colonização israelense de forma coesa. (HADDAD, 2016; KAMVARA, 2016; DA'NA, 2014). Bahour revela que houve tal mudança, de fato:

Antes de Oslo, havia um senso maior de pensamento coletivo, comunal. O ponto mais alto foi visto na 1ª Intifada, quando foi visto sentimento de coletividade, não de individualismo. Acho que o processo de Oslo americanizou nossa sociedade, nos tornamos mais individualistas, agora estamos buscando mais os próprios empregos, menos interessados em trabalho de comunidade, inclusive em relação a seu vizinho. Não estou falando apenas de um trabalho de ativismo, mas quando falamos de um sentimento de comunidade, ele foi severamente diminuído desde o processo de Oslo. (BAHOUR, jul.ago., 2019).

Em campo, a indústria da ajuda, com a profusão de ONGs, ensejou um novo processo de formação de elites nos TPO, uma “[...] *elite palestina globalizada* composta por líderes de ONGs e líderes locais de ONGs internacionais”. Ironicamente, essa nova elite foi formada e composta a partir uma nova classe média de ativistas que ganhou maturidade no fim dos anos 1980, no processo da Intifada. São eles que se conectam “[...] a ONGs, atores e agendas internacionais”. (HANAFI, TABAR, 2003, p. 208). Esse debate proposto aqui completa a descrição inicial que fizemos na seção 3.3 (ver p. 150-153), sobre os impactos e dilemas da sociedade no momento inicial de Oslo. Aqui, já estamos uma geração adiante, que nasceu e cresceu na mudança de paisagem imposta pelas restrições da colonização acoplada aos procedimentos dos Acordos.

Hoje, portanto, é possível observar que, para os palestinos, a economia política da ajuda criou “[...] novas formas internas de capital social e político, assim como novas formas de exclusão”. Para Hanafi e Tabar (2003, p. 210) é essencial reconhecer que a disponibilidade de novas formas de assistência bilateral e multilateral para ONGs induziu a um Estado de competição entre organizações palestinas”. O financiamento de doadores ocidentais introduziu um novo critério de financiamento e novas condições para dispersar ajuda, o que estabeleceu uma hierarquia entre as organizações em termos de acesso a fundos, o que na prática atingiu as sociedades de caridade e comitês populares. Isso cria novas clivagens sob novos marcadores de elite, entre urbano/rural, pró-Oslo/contra-Oslo, fluentes em inglês/árabe local, tecnocratas profissionalizados/ativista militante.

Essa composição impacta como classes subordinadas são incorporadas nas relações sociedade-Estado. Os monopólios e acessos privilegiados a setores da economia por figuras da “Autoridade” desenhados desde o início de Oslo (ver p. 151) resulta também em “[...] monopólio exclusivo sobre as decisões políticas

[...]”, perpetuando círculos de emprego lucrativo em família. Assim que uma nova classe sociopolítica vai ganhando forma através da “[...] demonstração flagrante e extravagante de riqueza, uma mobilidade física não interrompida entre Cisjordânia e Faixa de Gaza, conexões privilegiadas [...] a tomadores de decisão palestinos e [...] às fontes globalizadas de ‘ajuda de desenvolvimento’.” (NAKHLEH, 2004, p. 201, tradução nossa).

Isso ganhou uma produção própria no espaço, uma arquitetura do desmonte do conjunto nacional, a cidade de Ramallah. Siham Rashid, palestina que trabalhou em projetos da ONU, especialmente direcionados a gênero, acredita que Ramallah:

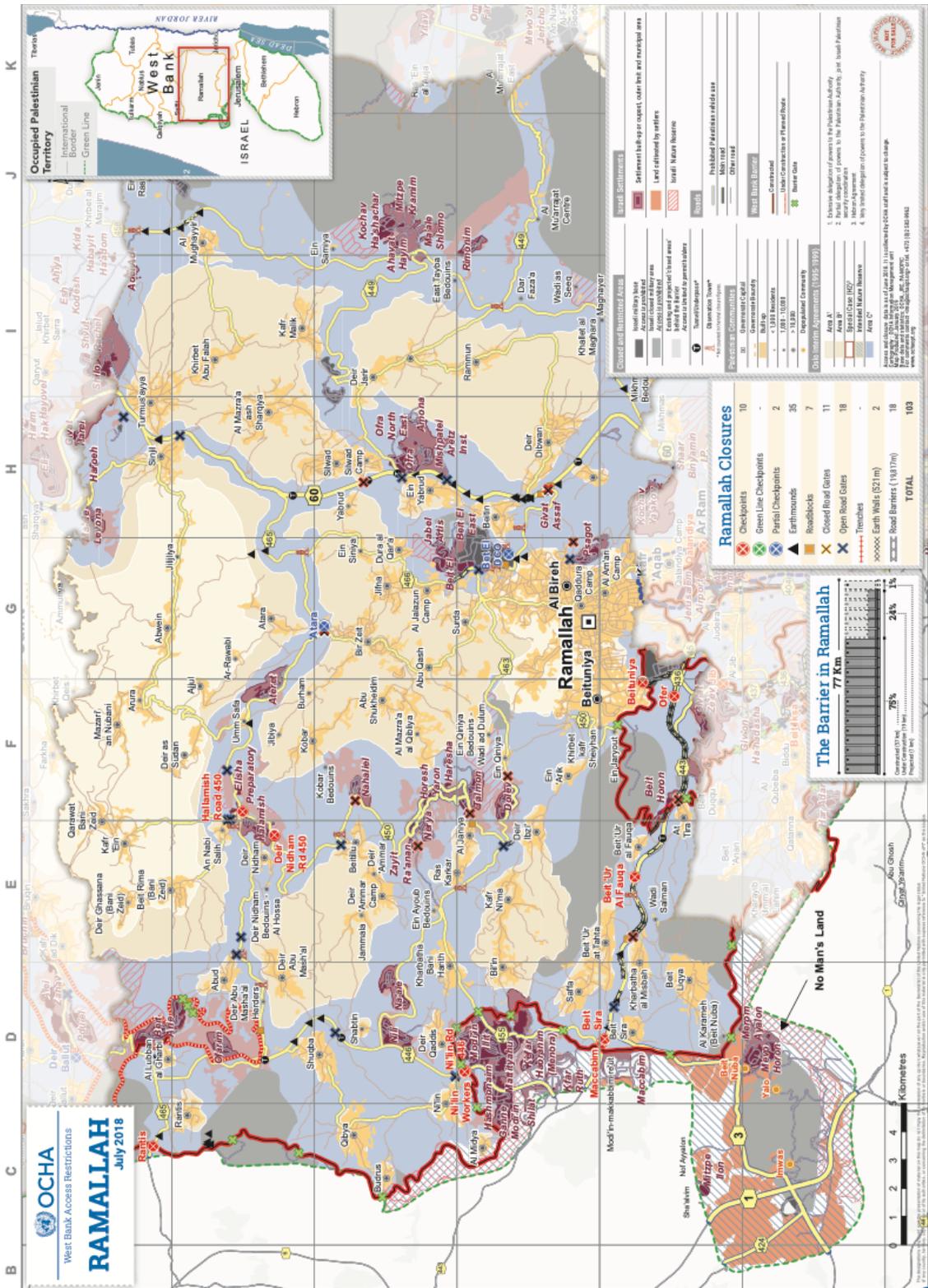
[...] se tornou essa bolha porque as insituições da ANP estão lá, porque as organizações internacionais de governos, as ONGs, as representações de governos, estão lá, há cafés e restaurantes, mas Ramallah está cercada por campos de refugiados. Você dirige por 10 minutos, e a situação é totalmente diferente (RASHID, ago. 2019).

Em entrevista com o economista palestino Ibrahim Shikaki, assim ele descreve o que configurava essa formação:

Eu gosto da imagem da Matrix, do filme. Eu acho que as pessoas aqui realmente se convenceram que esse lugar que nós vivemos é realmente o mundo real. Na realidade, isso não é o mundo real. Mas é muito difícil fazer as pessoas darem esse pulo e perceber isso. Pois é conveniente a muitos deles não reconhecer, e conveniente aos que estão no poder não reconhecer. Porque os pobres, hoje pelo menos, não têm poder e energia para se mover contra isso. Veja, eu não digo que as pessoas esquecem que a ocupação está lá. Apenas que essa formatação das coisas fez a expectativa dos palestinos ter um teto cada vez mais baixo. [...] De um lado você vai e encontra o posto de controle de Qalandia, do outro, o assentamento de Psagot, de outro, o posto de ‘Atara, e aqui o campo da prisão militar de Ofer. Mas por isso é uma ilusão, porque aqui temos cafés, restaurantes, as pessoas têm empregos, então você vai aos poucos se convencendo que a ocupação é uma dificuldade menor ao se mover de um lugar para o outro (SHIKAKI, fev. 2014).

Essa capital transitória dos palestinos, afinal ainda consideram por direito ter sua sede na parte oriental da Jerusalém, torna-se a sede da produção daquela “violência da positividade” de Han (ver capítulo 1, p. 38). O trabalho como potência, mas um trabalho exaustivo, produz sua invisibilidade e não-percepção. Aqui, a violência é internalizada como o automatismo do costume e do hábito. Como apontou Han, é a violência que oferece condições para a manutenção de “relações de domínio” sem emprego de dano físico.

Mapa 16 – Ramallah e seus arredores



Fonte: OCHA-OPT. Disponível em: ochaopt.org/maps

Em entrevista cedida a Wildeman, uma pessoa representante de organização palestina⁴² expunha a artificialidade da situação, que decorria em grande parte da forma como a ajuda flui, de modo que a “[...] ANP e os estrangeiros estejam se dando bem com esse processo, enquanto o resto da população vive na pobreza.” De acordo com a pessoa, isso leva a uma situação distorcida na qual “[...] os palestinos de Ramallah estão ficando cansados dos migrantes do norte que viajam para trabalhar”. (WILDEMAN, 2018b, p. 89, tradução nossa).

Majd Hammouri, diretora da Associação Dalia, explicou em entrevista que é possível hoje ver centenas de pessoas de Nablus, Jenin e outras cidades dos TPO que comutam diariamente para trabalhar em Ramallah. “As grandes corporações, como a Watanyia ou a Jawall (empresas de celulares palestinas), estão aqui. Hoje, pessoas fazem piada sobre as pessoas do norte, como se elas estivessem vindo ‘invadir’ Ramallah.” (HAMMOURI, jul. 2019).

A profunda transformação pela qual passou parte da sociedade palestina, centradas em Áreas A, foi sua constituição em um conjunto social “[...] urbano, ocidentalizado, uma ‘elite globalizada’ palestina profissional, dependente de ONGs externas, agendas de doadores e do **processo de paz** [...]”, agora distante das agendas e agentes locais. (BORNSTEIN, 2009, p. 184, tradução nossa).

Um efeito dessa alienação é o aprofundamento da cisão entre a cidade e o campo. Se a Intifada de 1987 (ver cap. 2, p. 104), foi um momento orgânico de emenda política e social, que formulou uma coesão momentânea e permitiu a organização e sustentação da Intifada, hoje o acoplamento dessa camada de *statebuilding*, aumenta a desconexão, por exemplo, entre Ramallah e o Vale do Jordão.

Khudeiri admite, por contatos com jovens e adolescentes da região mais ao sul dos TPO, que “[...] ainda que este país seja pequeno, a maioria dos palestinos não sabe sobre o Vale do Jordão. Muitos conhecem a região como se fosse apenas a cidade de Jericó”. (KHUDEIRI, jul. 2019). O membro do Conselho da comunidade de Al-Mali faz uma crítica mais profunda, com conotações de classe:

[...] os funcionários e coordenadores [palestinos] dessas ONGs nos convidam para encontros, conferências, almoços. Eles têm altos salários, bons carros enquanto nosso povo trabalha debaixo do sol, nas pedras, sem sapatos. Alguns deles não nos querem nas reuniões [de planejamento], e por vezes recebemos apenas 1% do total da ajuda de um projeto. (ENTREVISTA 3, ago. 2019).

⁴² Wildeman se refere a ele/ela como I1.

A organização contra a ocupação israelense na 1ª Intifada teve um impacto unificador na sociedade civil palestina, um processo que foi interrompido com os Acordos de Oslo e a criação da ANP. A mudança central de eixo ocorre porque a partir de então a tarefa das sociedades civis, palestina e internacional, passou a ser construir o Estado, não organizar uma resistência, no interior de restrições negativas que tinham que ser contornadas com novos comportamentos.

Bornstein cria a expressão *in-betweenness* (em transição) para representar “[...] ativistas, advogados de direitos humanos, líderes de ONGs feministas, consultores de desenvolvimento e acadêmicos [...]” como “[...] intermediários [...]” entre os doadores estrangeiros e a mídia global, por um lado, e as comunidades locais e seus vernáculos, por outro”. (MERRY, 2006 apud BORNSTEIN, 2009, p. 177). Seria a partir dessa inserção de novos comportamentos e hábitos que poderíamos pensar a constituição da pólis-global com agente limitador de potencialidades locais.

A intervenção transnacional por meio de ajuda requereu e encorajou a emergência de novas categorias “hábeis” não-tradicionais para ser o elo de extensão local conectado a uma “elite tecnocrática transnacional” para administrar o fluxo de ajuda na Palestina. Isso criava uma nova camada do que Nakhleh chamou de “corretores de desenvolvimento”, que podia envolver israelenses, palestinos e estrangeiros. A camada se moldava a um padrão de comportamento da intervenção, o que teve um impacto direto sobre a paisagem linguística palestina, incorporando acrônimos diretamente relacionado ao processo de intervenção, o que evoluía para a aquisição de um novo ‘serviço’ de habilidades relacionado primariamente a escrever e formatar propostas de financiamento. (NAKHLEH, 2004, p. 202).

O que era destruído com o crescimento das ONGs e a consolidação da ANP, era o conjunto social formado nas décadas anteriores, que havia chegado ao seu cúmulo na 1ª Intifada, com a eliminação de “organizações de massa, voluntárias, abertas, democráticas mais antigas” que buscavam mobilização no cenário da luta nacional. Desapareciam os “acentos de camponeses” com os discursos de uma política radical. (BORNSTEIN, 2009, p. 184, tradução nossa).

É exatamente essa lógica que sublinha a mudança histórica entre ativistas dentro da esfera de ONGs palestinas, “[...] de seu papel como nexos de um

movimento popular da 1ª Intifada, a seu papel de missionários pregando a importância de *advocacy*, oficinas e treinamento de programas”. (HANAFI, TABAR, 2003, p. 211, tradução nossa). Entre os efeitos sociais desse processo está desconsiderar a **história local** como fonte de conhecimento e a perda de importância de ver o benefício em experiências sociais positivas. Isso, por sua vez, diminuiu o valor cultural do voluntarismo e do sistema de apoio local que tinha dado coesão à 1ª Intifada. (NAKHLEH, 2004, p. 203).

Se desde que pisou nos territórios, em 1967, autoridades israelenses buscaram formas de, a partir da constituição de um sistema de violências, produzir a desmobilização de qualquer expressão coletiva palestina que poderia desafiar a presença colonial, agora, na permanência dos mecanismos do processo de Oslo, é que o corpo da ajuda se encaixa fragmentando a sociedade palestina, e adicionando-se ao encontro contrapontual no território palestino.

Vemos na Palestina, então, que a planejada autonomia não precisava apenas de autoridades palestinas que, dispostas a aceitar o controle israelense, impusessem a ordem em suas vilas e cidades. A novidade da autonomia de “Oslo” é que, como definiu Arantes (ver p. 23), instala-se o princípio universal da concorrência daquela racionalidade neoliberal, ensejando a imposição da competição de mercado como lógica social e um consentimento ativo e participativo dos que são governados. Claro, aqui esse consentimento é aliado da falta de perspectivas e opções do ocupado diante do ocupante.

Mas o que Ramallah, como a quintessência da Área A revela, é, como vimos na reflexão de Dardot e Laval (ver cap. 1, p. 24), um dos impactos avassaladores da racionalidade neoliberal de moldar práticas no campo social produzindo a “[...] **individualização** das relações sociais às custas das solidariedades coletivas [...]” e a “[...] polarização extrema entre ricos e pobres”. Ou a os efeitos da “violência da positividade”, que Han identificou como a apatia, a indiferença política e uma certa infantilização criada na sociedade do desempenho, que, em conjunto, “[...] tornam bastante improvável uma ação conjunta.” O que ocorre, talvez conectado à racionalidade de Dardot e Laval, é que o mundo da globalização “[...] não é habitado por singularidades decididas que resistem de maneira conjunta contra o império [...]”, mas sim “[...] por egos isolados em e para si mesmos, que se comportam de forma antagônica uns com os outros.” A chave está no processo de

produção capitalista contemporâneo, **que une agressor e vítima**, tornando impossível qualquer resistência. (HAN, p. 244, tradução nossa).

A coordenadora de programas de comunidade da Dalia, Lina Ismai'l, acredita que isso é um processo acumulado dos anos da ocupação acoplados ao processo de Oslo. Diz ela que durante:

todos esses anos [...] nossa crença em nossos próprios recursos foi diminuindo e foi se desvalorizando, de modo que ficamos dependentes de ajuda internacional ao ponto de que não podemos mais fazer nada a não ser que consigamos dinheiro de fora ou assistência técnica de fora. (ISMAI'L, ago. 2019).

Ela revela que há um programa na Associação Dalia chamado de Alawni:

Alawuni é um termo que surge pelo fato de a sociedade palestina ser agrária, de um ajudar ao outro no momento da colheita. Culturalmente, é vergonhoso você acabar de colher no seu lote de terra sem antes ir ajudar o seu vizinho a colher o dele. Acontece em festas, casamentos, funerais, na construção de casas. Isso ainda está na nossa cultura, mas cada vez menos no contexto urbano. Muitos elementos surgiram para isso. Com a entrada de ajuda internacional, você é mais dependente, você se torna mais competitivo, mais individual. Isso se relaciona com o sistema neoliberal, com o mercado livre, que criou isso no mundo todo, não apenas aqui. Tudo isso se adiciona à geografia, criada pela ocupação e colonização da Palestina. (ISMAI'L, ago. 2019)

O problema, de acordo com Hammouri (jul. 2019) é que “as pessoas [na Palestina] não confiam umas nas outras, temos hoje uma sociedade muito individualista.” Ela conta um episódio da família para retratar como as coisas mudaram. Ela revela lembrar que seu pai esteve preso por Israel nos primeiro sete anos de sua vida. “Eu lembro da comunidade ao redor de nós, tenho imagens na memória de pessoas que vinham a cada dia a nossa casa. [...] Hoje não há exatamente um sentido de comunidade, foi destruído, muitos valores foram destruídos nessa intifada do processo de paz.”

Bornstein se refere a um processo revelador que ele identifica, por exemplo, no Programa de Reabilitação de Ex-prisioneiros, que agora não se concentrava em “[...] mobilização de longo prazo ou empoderamento [...]”, mas sim em uma intervenção de curto prazo para “[...] normalizar a vida de ex-detidos”. A mudança profunda na sociedade ocorre a partir de um procedimento em que prisioneiros, “[...] um grupo importante para as pessoas nos TPO”, sua vanguarda, “grandes heróis da Intifada”, “símbolos da nação”, passavam a ser “clientes de assistentes

sociais do Estado “[...] precisando de reabilitação”. (BORNSTEIN, 2009, p. 185, tradução nossa).

Um dado essencial dessa engenharia social é a mudança de característica dos estrangeiros envolvidos na questão palestina. “Diferente da rede envolvida na construção de uma solidariedade internacionalista no Terceiro Mundo nas primeiras décadas das lutas anticoloniais [...]”, os referenciados ‘internacionais’ na Palestina revelam um outro conjunto de forças. Uma de suas características é “[...] a formação de redes de solidariedade de atores ligados a um escopo de instituições, estruturas e locais de poder, de ONGS a sistema da ONU ou de ajuda”. (TABAR, 2016, p. 420, tradução nossa).

Dentro da hierarquia administrativa da ONU, a expressão “internacionais” é usada para diferenciar entre equipes estrangeiras e locais, interpolando essas duas categorias dentro de uma hierarquia racializada e de classe na qual estrangeiros recebem um salário muito maior do que a equipe local, junto a privilégios e benefícios exclusivos. (TABAR, 2016, p. 420n31). Portanto, a própria presença de agentes internacionais, que têm uma posição de autoridade sobre os palestinos, salários em dólar e, algo central, privilégios de movimento, exerciam uma forma de **violência estrutural** sobre os palestinos.

Aqui caímos no problema do dilema de *statebuilding*, a que aludimos no capítulo 1 (ver p. 32), ou seja, o risco de que agências internacionais se “entriqueirem” no lugar de uma autoridade pública, mas sem os deveres de responsabilização, de modo a perpetuar contratos de ajuda. Ou então aquelas hierarquias mantidas entre os locais e os agentes ligados a instituições externas de um imperialismo informal (ver p. 42).

Isso pode ser visto em uma crítica de Bahour sobre o que acredita ser problema central palestino:

O desenvolvimento é um direito, um direito sagrado. Ninguém tem o direito de desenvolver em nosso nome e para nós. Isso significa planejar, o que quer dizer tomar conta de forma central de como a comunidade de doadores, seja os conselheiros técnicos ou os financiadores, se relacionam com o governo. E fazendo isso, o envolvimento deles deve servir o programa de planejamento palestino, qualquer que seja. Outra coisa, eles não devem receber brinde para vir trabalhar na Palestina. Quando a USAID veio à Palestina pela primeira vez, Arafat emitiu um decreto que permitiu a eles não estarem sob qualquer supervisão. Acho que quem quiser trabalhar conosco, deve seguir as regras, e se tiver que haver supervisão, que haja, entre outras coisas, para **responsabilização** de suas atividades. (BAHOUR, 2019, grifo meu).

Rashid acredita que parte da reflexão palestina no interior do processo de paz está em refletir sobre o lugar que ocuparam nos mecanismos de violência:

Somos parte desse sistema terrível, não quer dizer que concordamos com ele, mas precisamos de nosso salário. No entanto, como uma feminista, penso como podemos voltar à base. O que precisamos fazer? Precisamos mudar o nosso molde de pensamento, e parte disso... porque além da ocupação israelense, essa mesma ocupação que te envolve, há uma ocupação dos doadores, que é uma forma de colonialismo. Temos, portanto, duas camadas de colonialismo. Mas temos uma terceira camada de supressão, que é a ANP, interconectadas. RASHID, ago. 2019).

6 CONCLUSÃO E CONSIDERAÇÕES FINAIS

Herbert Samuel foi o primeiro Alto-Comissário a governar a Palestina sob controle britânico, assumindo o posto em 1920, depois dos três anos de ocupação militar instalada no contexto da derrota otomana. Em suas memórias, o oficial registra que, ao assumir o posto, recebeu uma nota que o então administrador-chefe da presença militar lhe pediu para assinar: “Recebida do Major General Sir Louis J. Bols, K.C.B. - Uma Palestina, completa”. (SEGEV, 2000, p. 155).

A história contemporânea desse território foi a própria genealogia de sua fragmentação em pedaços, primeiro com os esforços coloniais iniciais do sionismo, especialmente sua política de compra de terras, que, como vimos (ver p. 46), foi o embrião da racionalidade que criou o Estado de Israel e depois moldou suas políticas. No fim, a posterior partição da Palestina entre um Estado árabe e um Estado judeu foi uma sanção internacional à estrutura do confronto colonial que ganharia corpo no decorrer do século XX: uma interação por território e demografia em um “concerto” contrapontual, mediada, em termos gerais, pela violência do colonizador e a contraviolência do colonizado. O irônico é que $\frac{1}{4}$ dessa história, se levarmos em conta o momento em que Samuel chega à Palestina, se deu sob a égide de um processo de paz. Processo este que não desacelerou qualquer uma das dinâmicas de fundo do confronto, mas levou a uma exponencial fragmentação do território em justaposições de normas, regras e procedimentos de divisões, que no fim continuavam a obedecer a chave território e demografia.

“Oslo” não foi a primeira iteração de um esforço internacional para assentar “a questão palestina” pós-criação de Israel e expulsão planejada de $\frac{3}{4}$ da população nativa de seu território no intervalo de 1947-1949. Os Acordos de Camp David, mediados por Carter, deixaram um legado decisivo para o aparato dos anos 1990, mas teria sido mais uma tentativa fracassada não fosse reavivada no pós-Guerra Fria.

Benvenisti, ainda em 1986, olhava com certo desdém para o processo da forma como ele fora moldado nos anos 1970 e 1980. Para ele, a *linguagem* comum que políticos como Peres e o rei jordaniano então compartilhavam era “o jargão diplomático” clínico; já o único *ambiente* seguro para eles era o “procedimento” antisséptico. Nesse ambiente esterilizado, falava-se então uma

“língua morta”, o “latim do Oriente Médio”, com um vocabulário de termos que se encerram em si, que sustentam esses políticos de ‘procedimento’: “‘242 e 338’, ‘fórum’ internacional’, ‘guarda-chuva’, ‘conferência’, o ‘tema’ palestino, ‘congelamento’, ‘condomínio’, ‘confederação’, ‘grupos de trabalho’, ‘realocação’.” Era assim que “[...] enviados confiáveis das partes vinham e iam, os redatores brilhantes produziam papéis de trabalho, conclaves secretos se reuniam e informações vazavam.” Para Benvenisti, o processo de paz era a própria subcultura dos poderosos, encoberta na mística do poder. A sua crítica estava aí, no fato de que o isolamento em salões estéreis era inefetivo, pois o “[...] problema é que o mundo real fala em vernáculos. A operação, no final das contas, deve ser desempenhada **nas condições em campo**.” (BENVENISTI, 1986a, p. 83-84, tradução nossa, grifo meu).

Um fator central, sem dúvida, continuou a ser o papel central dos EUA, potencializado por uma nova conjuntura não mais estruturada por uma oposição bipolar à URSS. Nesse cenário, sem dúvida dirigiu, incentivou e limitou o conjunto internacional mais amplo que se inseriu na Palestina a partir do processo de paz. Era a ação por meio da lógica de Estado, como elaborada por Harvey, baseada no comando e na capacidade de mobilizar recursos para conquistar objetivos políticos, econômicos e militares. Sem dúvida, os EUA agiram como o imperador romano desejado por Brzezinski na nova era pós-Guerra Fria. Já os europeus, que como vimos, pagaram grande parte da conta, tinham interesses regionais, mas, com a exceção da Grã-Bretanha e da Alemanha, não eram tão condicionados por uma agenda de segurança israelense (a eleição do Hamas, com certeza, foi uma exceção relevante).

Mas o que tornou o processo tão insidioso, tão transformador das interações coloniais na Palestina foi que sobreposta à camada da *realpolitik* dos Estados havia o complexo da indústria da ajuda, uma nova camada de atores não-estatais que constituíam uma nova geografia de poder, com suas próprias normas, suas próprias ordens normativas. Esse conjunto de agentes, que trabalhariam para implementar o que era elaborado no nível político, seria o elo “**em campo**” faltante da visão de Benvenisti.

Claro, a ligação entre a formulação do ditado e a implementação não é automática e nem mesmo vazia de tensões. Lasensky, por exemplo, classifica dois campos quando falamos de processos de paz: o das negociações de conversas

de paz e o da implementação de projetos. Não existe uma premissa de convergência ou discordância de posições entre os dois, mas a lógica de ambos difere, já que o primeiro requisita ajuda para fazer avançar negociações, desconsiderando como aquilo pode impactar o território, ou seja, “**as condições em campo**”. (LASENSKY, 2005, p. 49).

E foi nesse nexos que a transformação mais profunda se deu, com uma comunidade de *peacebuilding* inserida em um ambiente altamente politizado, agindo sob uma racionalidade imanente, no sentido lefebvriano (ver p. 50), que organizava a sequências de ações orientadas para uma suposta produção de paz. O complexo que se formou ao redor do processo de Oslo na Palestina era a iteração mais imediata de um complexo mais amplo, regida pela lógica do capital de processos moleculares da acumulação do capital, de fluxos de poder que atravessam fronteiras por meio de **práticas diárias**, que imprimiam no tecido social do confronto os novos consensos de como lidar com conflitos, de forma mais geral, e como atuar no confronto da Palestina, de forma mais específica.

A Agenda para Paz, que deu a linha original da negação da política como forma suprema de enxergar a atuação no mundo, não fez com que o esforço de paz na Palestina evitasse seus males, mas sim que fosse cego aos problemas centrais da disputa local por existência e conexão com a terra. Central para o fracasso do processo entre palestinos e israelenses foi a falha em abordá-lo como um confronto colonial, o que demandaria uma abordagem mais ampla e positiva de paz, de prevenção da guerra e avanço dos direitos humanos e justiça, e, no fim, uma restituição compensatória do momento original do massacre que foi a base principal da clivagem no território.

Em vez disso, a sobreposição do aparato de Oslo, que sancionou uma classificação de território, em Áreas A, B e C, que complementava o mapa de Allon de 1967, foi a tecnologia de produção de um espaço agora globalizado, mais uma camada sobreposta aos incontáveis mapas da Palestina colonizada. Mais do que isso, a intervenção moldada na “Lei Básica” de Oslo II acabou por resolver muitos dos dilemas da expansão territorial demográfica no que concerne custos e responsabilização à lei internacional. Não havia propriamente novidades no exercício colonial israelense. Se voltarmos às categorias de Ron da fronteira e do gueto (ver p. 239), diferentes configurações surgiam, por exemplo, do debate entre Allon e Dayan (ver p. 70), para território e violência.

Allon, podemos dizer, dava preferência à fronteira, a definir uma expansão de território conjugada com um exclusivismo étnico. Foi assim em 1948, no caso de Beit Shean e Safad (ver p. 65), que implicou limpeza étnica. Foi assim também em 1967 na tomada dos TPO, mas, sem a possibilidade de expulsão massiva, Allon enxergava a necessidade de separação, de não incluir a população daquela região ao Estado israelense. Já Dayan advogou o “gueto”, pois ambicionava reter territórios nas montanhas altamente povoadas da Cisjordânia. A estrutura então por ele montada procurava dar conta da fricção que inevitavelmente ocorreria entre a população de colonos e os palestinos colonizados. De qualquer forma, para ambos, as preocupações domésticas, de não minar uma maioria demográfica israelense, e internacionais, ter que responder pela ilegalidade do projeto, permaneceram por todo o período do início da ocupação dos TPO.

Sharon, de certa forma, ainda que pendesse para uma visão mais próxima de Dayan, conjugou um mapa que era a síntese dos desejos coloniais de ambos (ver p. 89). Em um primeiro momento, falhou na acomodação de uma configuração política que destruísse a resistência à expansão israelense. Em suma, Israel buscou, por meio de um sistema de violências que recorria a formas diretas ou estruturais, impor a aceitação de um projeto de expansão territorial enquadrado em termos étnicos. A tomada de territórios foi bem-sucedida; o desmonte da oposição a ela, não. Na verdade, como vimos, as políticas do Likud, de 1977 até 1983, foram o combustível que deu organização à resistência palestina local, que culminou na 1ª Intifada. Esta, inclusive, foi a mensagem, em alto e bom som, que rechaçou planos israelenses de tomada de terras e elaborações externas de intervenção, especialmente a de Reagan.

A solução do Muro, já em 2000, como o monumento mais acabado da Matrix israelense, não bebia apenas dos mapas coloniais israelenses anteriores, mas era o resultado de um novo conceito de produção do espaço e da violência, iniciada logo após a morte de Rabin, que se adaptava às possibilidades abertas com os termos de “Oslo”.

Arantes, na sua leitura do Novo Tempo do Mundo, recorre à chave de Reinhart Koselleck para entender e rastrear a novidade do tempo da globalização. Este estava preocupado em *redefinir a novidade* dos Tempos Modernos, ou seja, a erosão convergente do colonialismo mercantilista e do absolutismo na direção da emergência e constituição do capitalismo industrial. Koselleck dava sentido a

“[...] um campo linguístico sociopolítico demarcado pela **tensão vivida na hora dramática** da nossa passagem para o Novo Mundo pós-colonial”. (ARANTES, 2014, p. 31, grifo meu). Para isso, monta o “par assimétrico constituído pelo **contraponto indissolúvel** entre **Espaço de experiência e Horizonte de expectativa**”. (ARANTES, 2014, p. 32, grifo meu).

Entre as várias conversas travadas por lá com palestinos e israelenses, na pesquisa de campo mais recente e em visitas anteriores ao território, em meio a goles de chá intercalados com tragos de cigarro, uma das frases mais marcantes vinda de um interlocutor palestino da cidade de Beit Sahour, a leste de Bethlehem foi a comparação do processo de paz com a maior tragédia que recaiu sobre os palestinos: “Oslo é a segunda maior tragédia que nos acometeu. Pior que isso, apenas a *nakba* de 1948”.

A paisagem com certeza foi profundamente modificada pela multiplicação de postos de controle e meios de interrupção de movimento. como nas palavras de Tyler, por uma cortina de concreto cujo perfil doentio na paisagem bíblica podia ser visto a enorme distância. Mas não foi apenas isso que transformou o espaço e a violência no território.

A associação perversa e violenta da visão colonial israelense para a palestina com a razão-mundo do neoliberalismo foi a destruição de qualquer horizonte de expectativa para os palestinos. Como Sassen apontou, experimentamos elementos de território e autoridade sob uma condição desnacionalizada (ver p. 18). Isso com certeza foi verdade no interior da questão palestina. Por um lado, o esforço israelense foi em parte privatizado, fazendo da expansão colonial não apenas o efeito de uma ideologia, mas também o resultado de uma intersecção de economias, de mercado bélico ou mercado da paz. Em campo, o aparato de *peacebuilding* sustentou o mecanismo de violência israelense, que operava exercícios de dano físico que se transformaram em *commodity* ao mesmo tempo que não precisava se responsabilizar pelas consequências de seus ataques. Mas o que mudou profundamente o equilíbrio no confronto colonial foi a inserção dos palestinos nas redes sócioeconômicas neoliberais, o que levou a individualização e aumento do abismo entre classes sociais. No fim, o único capital que os palestinos tinham, a acumulação de uma experiência coletiva que poderia sustentar a resistência, foi desmontado por meio de políticas de entidades financeiras e a atuação de ONGs internacionais.

De fato, a inserção da comunidade internacional acabou se moldado nas linhas do “concerto” contrapontual de Said. Por um lado, sustentou de diversas formas a estrutura de domínio israelense, afinal era necessário manter sua “segurança”, enquanto acoplavam práticas de ajuda ao campo nativo mediadas por restrições impostas, para desmontar qualquer possibilidade de violência, em outras palavras, de pacificá-lo. O complexo de “Oslo”, portanto, não apenas proveu fontes de sustentação para o esforço colonial israelense, mas desmobilizou de diversas formas, por uma violência estrutural ou por uma “violência da positividade”, o esforço de resistência e resiliência palestino.

Quando falamos do “Novo Tempo do Mundo” nos termos de Arantes, há toda uma nova camada de violências ensejadas pelo neoliberalismo, pela lógica de mercado que se expande para todas as esferas da vida, pelo novo “trabalho” que surge como uma nova formulação da alienação. Esse rolo-compressor foi desastroso para a Palestina, pois não só afetou as possibilidades de elaborações simbólica e prática de um **horizonte de expectativa palestino** olhando para um momento em que enfim chegaria a liberdade, como desmontou a coesão nacional que alimentava essa possibilidade de futuro.

Claro, fator central para esse movimento foi a entrada da histórica liderança palestinas nos mecanismos do “concerto” reelaborados por Oslo, ou seja, ceder a resistência, a segurança de Israel, como o poder de barganha em uma solução negociada. Aqui, podemos voltar à reflexão de Chandler sobre os Estados formados em processos de *statebuilding*, não desenhados para serem sujeitos políticos independentes, mas fachadas sem conteúdo. Para Chandler, esses Estados sem soberania podem ser tecnicamente sólidos no papel em termos de governança e estruturas administrativas, mas sua esfera política atrofiada obstrui tentativas de fazer coesa sociedades pós-conflito e superar divisões sociais e políticas. (CHANDLER, 2006, p. 43). No caso da Palestina, o próprio *status* de Estado foi uma promessa da comunidade internacional jogada para um futuro condicionado à segurança do projeto israelense. Projeto que se chocava com a própria promessa inicial do fim do conflito.

Mas ainda que a ANP fosse uma autoridade que não chegou a reter qualquer tipo de soberania, obedeceu às formas detectadas de configuração política local em casos de processos de *statebuilding*, quando o Estado cede “[...] o controle de fazer políticas a instituições internacionais [...]”, constituindo “[...]”

Estados fantasmas porque a falta de autogoverno previne que sejam reconhecidos ou legitimados como personificação de uma expressão coletiva de suas sociedades”. Nos casos de Afeganistão, Iraque e Bósnia, eles podem ter “[...] soberania formal e governos eleitos, mas sua relação com a dependência externa significa que a esfera política não pode servir para legitimar as autoridades políticas ou fazer coesa sua sociedade”. (CHANDLER, 2006, p. 44, tradução nossa).

O que o campo político palestino perdeu não foi uma soberania jamais alcançada, mas a coesão social, a unidade política e, talvez o mais importante, uma liderança política que fosse expressão coletiva da sociedade palestina. Isso ocorre no interior de um mecanismo complexo ao qual, junto à assimetria de poder da própria relação colonial e da intervenção dos EUA, juntou-se todo um aparato da “indústria de ajuda” movida por um conjunto de tecnologias e ideias que desmobilizaram o lado palestino da equação do “concerto” colonial.

A paisagem do confronto modificada, desse modo, podia ser percebida pelo uso de rifles Tavor, que evoluíram como materialização das possibilidades de violência, práticas e legais, israelense; dos gráficos de feridos nas pernas em Gaza, o efeito de uma recolocação de Israel como perpetrador de crimes de guerra; o número de demolição de casas e estruturas no Vale do Jordão; ou as ruas e cafés de Ramallah, atendidos por palestinos e estrangeiros (e israelenses) que buscam momento de diversão na arquitetura do enclausuramento produzida por Oslo.

Handel, na análise do controle do uso do espaço palestino por Israel, observou que a destruição de Gaza e no Vale do Jordão indicavam uma escalada do efeito de sistemas de violência israelense. Em uma situação normal, como nos vinte anos da ocupação anteriores a Oslo, a destruição ocorreria em escopos de tempo e espaço limitados. Agora, no entanto, os colapsos são produzidos por Israel se davam de maneira “contínua”, resultando em um cotidiano incerto e um fim indefinido. (HANDEL, 2006, p. 193). A questão central para ele é que uma autoridade que exerce um controle por meios espaciais, **prevenindo não só a organização e resistência**, mas também trabalho, estudo, comércio, atendimento de saúde, “[...] não está tentando restaurar ordem, mas está em vez disso agindo como os principais produtores de caos”, constituindo o que ele chama de **geografia do desastre**. (HANDEL, 2006, p. 194, tradução nossa, grifo meu).

O que argumentamos é que o sistema mais amplo de violências não era mais gerido apenas por Israel, mas agora pelos mecanismos de um processo de

paz que se consolidam como algo mais do que temporários, fazendo de agências internacionais multilaterais, representações de governo e ONGs internacionais parte das inúmeras novas clivagens que recaem sobre os TPO.

A imprevisibilidade do que seria uma estrutural global acoplada ao confronto na Palestina pode ser evidenciada por uma reflexão do estudo de Yusef Sayegh, um economista que apresentou, em janeiro de 1986, o paper “Desposseção e Pauperização”, no Simpósio “Desenvolvimento Econômico sob prolongada ocupação”, que ocorreu, com apoio da WA. Na época, o problema econômico central dos TPO era a falta de “[...] opção de ação para libertar-se da dependência [...]” de Israel. Por consequência, a economia local era “[...] distorcida e tolhida, não por meio do trabalho da **mão invisível das forças de mercado**, mas por meio da imposição e a da mão visível do poder ocupante”. (SAYEGH apud NAKHLEH, 2004, p. 86). De forma desastrosa, esse dia chegaria.

Para concluir, devemos pensar que se há algum horizonte para olharmos, de forma que as sociedades que vivem em Palestina/Israel possam de fato viver em paz, esses elementos devem ser levados em consideração. Afinal, adentramos a terceira geração de palestinos e israelenses vivendo sob o aparato do “processo de paz”. A sociedade israelense está mais conectada a seu “demônio demográfico” do que no momento em que Oslo é assinado, os palestinos estão fragmentados em termos sociais e políticos, e a ajuda internacional tem cada vez mais um papel insidioso no tecido social local. Qualquer reformulação de um esforço de paz deve levar em consideração a relação de poder assimétrica não só da relação colonial, atingindo seus pilares causais, mas também a relação entre os palestinos e os agentes estrangeiros que formulam políticas que afetam suas vidas. Para que a **chave Espaço de experiência e Horizonte de expectativa** não seja o motor propulsor dessa geografia do desastre, mas possa de fato fazer enxergar possibilidades de reconciliação e restituição.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

IV CONVENÇÃO DE GENEBRA (IVGC) relativa à proteção de pessoas civis em tempos de guerra. **As Convenções de Genebra de 12 de agosto de 1949.**

Disponível em: <https://ihl-databases.icrc.org/ihl/INTRO/380>

ABULOF, Uriel. Deep Securitization and Israel's "Demographic Demon". **International Political Sociology**. 8, p. 396-415, 2014.

ACUTO, Michele; CURTIS, Simon. Assemblage thinking in International Relations. *In*: ACUTO, Michele; CURTIS, Simon (org.). **Reassembling International Theory: Assemblage Thinking and International Relations**. Hampshire: Palgrave MacMillan, 2014. p. 1-15.

AHLC, 1993. Establishment of the Ad Hoc Liaison Committee (AHLC), de 5 de novembro de 1993. *In*: AIDAN, Fabrice; LAIQ, Nur; RØD-LARSEN, Terje (orgs.). **The Search for Peace in the Arab-Israeli Conflict: A Compendium of Documents and Analysis**, Oxford: Oxford University, 2014. p. 20-21.

AIDAN, Fabrice; LAIQ, Nur; RØD-LARSEN, Terje. **The Search for Peace in the Arab-Israeli Conflict: A Compendium of Documents and Analysis**, Oxford: Oxford University, 2014.

ALI, Murad. Aid for Development or Foreign Policy: Objectives behind US Foreign Aid Allocations to Israel. **The Dialogue**, v. 8, n. 4, p. 384-397, out.-dez,2013.

ALLEN, Lori. The scales of occupation: 'Operation Cast Lead' and the targeting of the Gaza Strip. **Critique of Anthropology**. v. 32, n. 3, p. 261-284, 2012.

ALPHER, Joseph. Israel's Security concerns in the Peace Process. **International Affairs**. Oxford University, Vol. 70, nº 2, p. 229-241, abril de 1994.

ANDERSON, Mary. **Do no harm: how aid can support peace - or war**. Colorado, Londres: Lynne Rienner, 1999.

ANZISKA, Seth. **Preventing Palestine: a political history from Camp David to Oslo**. Princeton University Press, 2018.

ARANTES, Paulo. **O Novo Tempo do Mundo - e outros estudos sobre a era da emergência**. São Paulo: Boitempo. 2014.

ARRIGHI, Giovanni. Globalização e Macrossociologia Histórica. **Dossiê de Relações Internacionais, Rev. Sociol. Polít.** Curitiba, 20, p.13-23, jun. 2003.

AZOULAY, Ariella, OPHIR, Adir. **The One-State Condition** - Occupation and Democracy in Israel/Palestine. Stanford: Stanford University, 2013

B'TSELEM. **Acting the landlord: Israel's Policy in Area C, the West Bank.** B'TSELEM, 2013.

BAHOUR, Sam. **A vida econômica palestina, a visão de um empreendedor.** [jul. e ago. 2019]. Entrevistador: Arturo Hartmann. Ramallah, 2019. (ca. 46min06s e 1h02min).

BANCO MUNDIAL, 1993. **Developing the Occupied Territories: an investment in peace** (6 volumes). Set. de 1993.

BANCO MUNDIAL. **Disengagement, the Palestinian Economy and the Settlements.** Banco Mundial, 23 jun. 2004. Disponível em: <https://www.un.org/unispal/document/auto-insert-200050/>

BANCO MUNDIAL. **Four Years - Intifada, Closures and Palestinian Economic Crisis: an assessment.** Banco Mundial, out. 2004b. Disponível em: <https://www.un.org/unispal/document/auto-insert-205678/>

BANCO MUNDIAL, **The impending Palestinian Fiscal Crisis, potential remedies.** Banco Mundial (43063). 9 Mai. 2006. Disponível em: <https://www.un.org/unispal/document/auto-insert-203301/>

BANCO MUNDIAL. **Public Expenditure review of the Palestinian Authority: towards enhanced public finance management and improved fiscal sustainability** (AC18454). Banco Mundial. Set. 2016. Disponível em: <https://elibrary.worldbank.org/doi/abs/10.1596/25100>

BARANYI, Stephen. Introduction: What Kind of Peace Is Possible in the Post-9/11 Era?, *In*: BARANYI, Stephen (ed.). **The paradox of peacebuilding after 9/11.** UBC Press, 2008, p. 3-31.

BACONI, Tareq. **Hamas Contained: the rise and pacification of Palestinian resistance.** California: Stanford University, 2018.

BEHRENDT, Sven. **The Secret Israeli–Palestinian Negotiations in Oslo: Their success and why the process ultimately failed.** Londres e Nova York: Routledge, 2007.

BELL, Christine. Peace Agreements: their nature and legal status. **American Journal of International Law.** Vol. 100, nº 2, p. 373-412, abril de 2006.

- BELL, Christine. **On the law of peace** - Peace agreements and the *Lex Pacificatoria*. Nova York: Oxford University, 2008.
- BENJAMIN, Walter. **Reflections**: Essays, Aphorisms, Autobiographical Writings. Nova York: Schocken Books, 1978.
- BENVENISTI, Meron. **The West Bank Data Project**: a survey of Israel's policy. American Enterprise Institute for Public Policy Research, 1984.
- BENVENISTI, Meron. **1986 Report**: Demographic, economic, legal, social and political developments in the West Bank. Jerusalem: The Jerusalem Post, 1986a.
- BENVENISTI, Meron. **The West Bank handbook**: a political lexicon. Jerusalem: The Jerusalem Post, 1986b.
- BERDA, Yael; SHENHAV, Yehouda; The Colonial Foundations of the State of Exception: Juxtaposing the Israeli Occupation of the Palestinian Territories with Colonial Burocracy History. *In*: OPHIR, Adi; GIVONI, Michal; HANAFAI, Sari (eds.). **The Power of Inclusive Exclusion** - the Anatomy of Israeli Rule in the Occupied Territories. Nova York: Zone Books, 2009. p. 337-374.
- BERDA, Yael. **Living Emergency**: Israel's permit regime in the Occupied West Bank. Stanford Briefs, 2017.
- BHUTA, Nehal; MALITO, Debora Valentina; UMBACH, Gaby. Introduction: Of Numbers and Narratives - Indicators in Global Governance and the Rise of a Reflexive Indicator Culture. *In*: BHUTA, Nehal; MALITO, Debora Valentina; UMBACH, Gaby (orgs.). **The Palgrave Handbook of Indicators in Global Governance**. Palgrave Macmillan, 2018.
- BICHLER, Shimshon; NITZAN, Jonathan. **The global economy of Israel**. Londres, Sterling, Virginia: Pluto Press, 2002.
- BORNSTEIN, Avram. In-betweenness and crumbled hopes in Palestine: the global in the local of the occupied territories. **Dialect Anthropol**, 33, 2009. p. 175-200
- BRZEZINSKI, Zbigniew. **The Grand chessboard**: American primacy and its geostrategic imperatives. Basic Books, 1997.
- BUEGER, Christian. Thinking Assemblages Methodologically: Some Rules of Thumb. *In*: ACUTO, Michele; CURTIS, Simon (org.). **Reassembling International Theory: Assemblage Thinking and International Relations**. Hampshire: Palgrave MacMillan, 2014. p. 58-66.

BURNSTEIN, Jessica. **O cerco israelense à Faixa de Gaza** [ago. 2019]. Entrevistador: Arturo Hartmann. Tel Aviv, 2019. (ca. 1h03min).

BUZAN, Barry; HANSEN, Lene. **The Evolution of International Security Studies**. Cambridge, 2009.

CAMP DAVID, 1978. **Camp David Acords**, 17 set. 1978. *In*: AIDAN, Fabrice; LAIQ, Nur; RØD-LARSEN, Terje (orgs.). *The Search for Peace in the Arab-Israeli Conflict: A Compendium of Documents and Analysis*, Oxford: Oxford University, 2014. p. 943-948.

CHALLAND, Benoît. **Palestinian Civil Society: foreign donors and the power to promote or to exclude**. Londres, Nova York: Routledge, 2009.

CHANDLER, David. **Empire in Denial - The Politics of State-building**. Londres: Pluto Press, 2006.

CHANDLER, David. **Peacebuilding - The Twenty Years' Crisis, 1997–2017**. Londres: Palgrave MacMillan, 2017.

CIA. **Intelligence Memorandum: The Allon Plan**. Directorate of Intelligence. CIA-RDP84-00825R000100570001-3, 25 fev. 1969. Disponível em: <https://www.cia.gov/index.html>

COBBAN, Helena. **The Palestinian Liberation Organisation: People, Power and Politics**. Cambridge University Press, 1984.

COLIER, Stephen; ONG, Aihwa. *Global Assemblages, Anthropological Problems*. *In*: COLIER, Stephen; ONG, Aihwa (orgs.). **Global Assemblages - Technology, Politics, and Ethics as anthropological problems**. Oxford: Blackwell, 2005. p. 3-21.

CONFERÊNCIA DE MADRID, 1991. **Madrid Conference: Invitation and Letters of Assurances, 18 de outubro de 1991**. *In*: AIDAN, Fabrice; LAIQ, Nur; RØD-LARSEN, Terje (orgs.). *The Search for Peace in the Arab-Israeli Conflict: A Compendium of Documents and Analysis*, Oxford: Oxford University, 2014. p. 434-440.

COOK, Jonathan. **Israel's starvation diet formula in Gaza and the expansion of the 'Dahiya doctrine'**. Mondoweiss. 24 out. 2012. Disponível em: <https://www.thenationalnews.com/the-starvation-diet-for-gaza-shows-the-blockade-will-fall-1.355292>

CORDESMAN, Anthony. **Israel versus the Palestinians: the "Second Intifada" and Asymmetric Warfare** - Working draft. Washington: Center for Strategic and International Studies. Jul. 2002.

CORRY, Olaf. **Constructing a Global Polity - Theory, Discourse and Governance**. Hampshire: Palgrave MacMillan, 2013.

CORRY, Olaf. Global Assemblages and Structural Models of International Relations. *In*: ACUTO, Michele; CURTIS, Simon (org.). **Reassembling International Theory: Assemblage Thinking and International Relations**. Hampshire: Palgrave MacMillan, 2014. p. 48-56.

CYPEL, Sylvain. **Walled** - Israeli Society at an Impasse. Nova York: Other, 2005.

DA'NA, Tariq. **A vida econômica palestina** [fev. 2016]. Entrevistador: Arturo Hartmann. Ramallah, 2016.

DA'NA, Tariq. Disconnecting Civil Society from its Historical Extension: NGOs and Neoliberalism in Palestine. *In*: TAKAHASHI, Saul (ed.). **Human Rights, Human Security, National Security: The Intersection**. Praeger Security International. 2014. p. 117-138.

DA'NA, Tariq. The symbiosis between Palestinian 'Fayyadism' and Israeli 'economic peace': the political economy of capitalist peace in the context of colonisation. **Conflict, Security & Development**, v. 15, n. 5, p. 455-477, 2015.

DA'NA, Tariq. Lost in Transition: the Palestinian National Movement after Oslo. *In*: TURNER, Mandy (org.). **From the River to the Sea: Palestine and Israel in the Shadow of "Peace"**. Lexington Books, 2019a. p. 63-93.

DA'NA, Tariq. A cruel innovation: Israeli Experiments on Gaza's Great March of return. **Sociology of Islam**, v. 8, p. 175-189, 2019b.

DARBY, John; MACGINTY, Roger. **Contemporary Peacemaking** - Conflict, Peace Processes and Post-war Reconstruction. Londres: Palgrave MacMillan. 2008.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A Nova Razão do Mundo - Um ensaio sobre a sociedade neoliberal**. São Paulo: Boitempo, 2016.

DEAECTO, Marisa; SECCO, Lincoln. Prefácio à edição brasileira. *In*: BRAUDEL, Fernand. O Mediterrâneo e o Mundo Mediterrâneo na Época de Filipe II. Vol. 1. São Paulo: Edusp, 2016. p. 17-57.

DEL SARTO, Rafaella. **Israel under siege**: the politics of insecurity and the rise of the Israeli neo-revisionist right. Washington: Georgetown University, 2017.

DELANDA, Manuel. **Assemblage Theory**. Edinburgh: University Press, 2016.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil platôs, Capitalismo e Esquizofrenia**. vol. 1. São Paulo: 34, 2000.

DERSHOWITZ, Alan. **Em Defesa de Israel**. São Paulo: Nobel, 2003.

DESENGAJAMENTO. Disengagement Plan: General Outline. *In*: AIDAN, Fabrice; LAIQ, Nur; RØD-LARSEN, Terje (orgs.). *The Search for Peace in the Arab-Israeli Conflict: A Compendium of Documents and Analysis*, Oxford: Oxford University, 2014. p. 381-386.

DISCURSO BUSH, **The Rose Garden speech of President George W. Bush**, de 24 de junho de 2002. *In*: AIDAN, Fabrice; LAIQ, Nur; RØD-LARSEN, Terje (orgs.). *The Search for Peace in the Arab-Israeli Conflict: A Compendium of Documents and Analysis*, Oxford: Oxford University, 2014. p. 486-489.

DOP, 2014. **Declaration of Principles on Interim Self-Government Arrangements**, 13 de setembro de 1993. *In*: AIDAN, Fabrice; LAIQ, Nur; RØD-LARSEN, Terje (orgs.). *The Search for Peace in the Arab-Israeli Conflict: A Compendium of Documents and Analysis*, Oxford: Oxford University, 2014. p. 6-17.

DUFFIELD, Mark. **Global Governance and the New Wars - The Merging of Development and Security**. Londres e Nova York: Zed Books, 2001.

ENDERLIN, Charles. **Shattered Dreams**: the failure of the peace process in the Middle East 1995-2002. Nova York: Other Press, 2002.

ENTREVISTA 1, **A estrutura de ajuda aos palestinos** [jul. 2019]. Entrevistador: Arturo Hartmann. Ramallah, 2019. (ca. 10min18s). Entrevistado/a pediu anonimato.

ENTREVISTA 2, **Trabalhar em organizações de ajuda europeias** [ago. 2019]. Entrevistador: Arturo Hartmann. Ramallah, 2019. (ca. 1h). Entrevistado/a pediu anonimato.

ENTREVISTA 3, **A vida política das comunidades no norte do Vale do Jordão**. [ago. 2019]. Entrevistador: Arturo Hartmann. al-Aqabah, Vale do Jordão, 2019. (ca. 38min10s). Entrevistado/a pediu anonimato.

EPSTEIN, Yitzhak. **The hidden question**. Apresentado no 7o Congresso Sionista na Basileia, em 1905. Publicado em agosto de 1907. Disponível em:

<https://balfourproject.org/bp/wp-content/uploads/2014/05/Yitzhak-Epstein.pdf>

ERAKAT, Noura. **Justice for some: law and the Question of Palestine**. Stanford: Stanford University, 2019.

ESSEX, Jamey. **Development, Security, and Aid: Geopolitics and Geoeconomics at the U.S. Agency for International Development**. University of Georgia, 2013.

FANON, Frantz. **The Wretched of the earth**. Nova York: Grove press, 2004.

FARSAKH, Leila. From Domination to Destruction: The Palestinian Economy under the Israeli Occupation, *In*: OPHIR, Adi; GIVONI, Michal; HANAFAI, Sari (ed.). **The power of Inclusive Exclusion: the anatomy of Israeli Rule in the Occupied Territories**. Nova York: Zone Books, 2009. p. 379-404.

FILIU, Jean-Pierre. **Gaza: a history**. Tradução de John King. Londres: Hurst&Company, 2015.

FISK, Robert. **A Grande Guerra Pela Civilização: A Conquista do Oriente Médio**. São Paulo: Planeta, 2005.

FUKUYAMA, Francis. **The end of the history and the last man**. New York, Toronto: The Free Press, 1992.

GABRIEL, Judith. The Economic side of the Intifadah. **Journal of Palestine Studies**, v. 18, n. 1, Special Issue: Palestine 1948, p. 198-213, out. 1988.

GALTUNG, Johan. Violence, peace and Peace Research, **Journal of Peace Research**. Vol. 6, nº. 3, 1969. p. 167-191.

GAZA/JERICÓ, 1994. **Gaza-Jericho Agreement**, de 4 de maio de 1994. *In*: AIDAN, Fabrice; LAIQ, Nur; RØD-LARSEN, Terje (orgs.). **The Search for Peace in the Arab-Israeli Conflict: A Compendium of Documents and Analysis**, Oxford: Oxford University, 2014. p. 45-106.

GAZIT, Shlomo. **Trapped fools: Thirty Years of Israeli policy in the Territories**. Londres, Portland: Frank Cass, 2003.

GERGES, Fawaz. The 1967 Arab-Israeli War: US actions and Arab Perceptions. *In*: LESCH, David; HAAS, Mark (ed.). **The Middle East and the United States**:

History, Politics, and Ideologies. Nova York: Routledge, Taylor and Francis, 2018. p. 139-157.

GHANI, Ashraf; LOCKHART, Clare. **Fixing failed states** - a framework for rebuilding a fractured world. Oxford, New York: Oxford University, 2008.

GOLAN, Galia. Israel and Palestine: Peace Plans from Oslo to Disengagement. Princeton: Marcus Wiener, 2007.

GORDON, Neve. **Israel's Occupation**, University of California, 2008

GORENBERG, Gershom. **Occupied Territories**: the untold story of Israel's settlements. Londres, Nova York: I.B. Tauris, 2006.

GROSS, Aeyal. **The Writing on the Wall**: Rethinking the International Law of Occupation. Cambridge University, 2017.

GUNNING, Jeroen. **Hamas in Politics**: democracy, religion, violence. Londres: Hurst & Company, 2007.

GUZZINI, Stefano. Securitization as a causal mechanism. **Security Dialogue**, v. 42, n. 4-5, p. 329-341, 2011.

HADDAD, Toufiq. **Palestine Ltd.**: Neoliberalism and Nationalism in the Occupied Territory. Londres, Nova York: I.B. Tauris, 2016.

HAHN, Peter. **Crisis and Crossfire**: the United States and the Middle East since 1945. Virginia: Potomac Books, 2005.

HALPER, Jeff. **The 94 Percent Solution: a matrix of control**. MERIP, 2000. Disponível em: <https://merip.org/2000/09/the-94-percent-solution/>

HALPER, Jeff. **War Against the people** - Israel, the Palestinians and global pacification. Londres: Pluto Press, 2015.

HAMMOND, Jeremy. **Obstacle to peace**: The US Role in the Israeli-Palestinian Conflict. Michigan: Worldview, 2016.

HAMMOURI, Majd. **Alternativas à condicionalidade de ajuda**. [ago. 2019]. Entrevistador: Arturo Hartmann. Ramallah, 2019. (ca. 1h21min).

HAN, Byung-Chul. **Topologia da violência**. Petrópolis: Vozes, 2017.

HANAFI, Sari; TABAR, Linda. The Intifada and the aid industry: the impact of the new liberal agenda on the Palestinian NGOs. **Comparative Studies of South Asia and the Middle East**. v. 23. n. 1 e 2, p. 205-214, 2003.

HANDEL, Ariel. Where, Where to, and When in the Occupied Territories: an introduction to geography of disaster. *In*: OPHIR, Adi; GIVONI, Michal; HANAFI, Sari (eds.). **The Power of Inclusive Exclusion - the Anatomy of Israeli Rule in the Occupied Territories**. Nova York: Zone Books, 2009. p. 179-222.

HANIEH, Adam. Palestine in the Middle East: Opposing Neoliberalism and US Power (Part 1). **Monthly Review Online**, 19 jul. 2008. Disponível em: <https://mronline.org/2008/07/19/palestine-in-the-middle-east-opposing-neoliberalism-and-us-powerpart-1/>

HARDT, Michael; NEGRI, Toni. **Império**. Rio de Janeiro, São Paulo: Record, 2002.

HARVEY, David. **The New Imperialism**. Oxford, 2003.

HASS, Amira. **Israel is proud to have halted international projects for Palestinians in Area C**. Haaretz, 13 set. 2020.

HERZILYIA, 2014. **Sharon's Address at Fourth Herzlyia Conference**, 18 de dezembro de 2003. *In*: AIDAN, Fabrice; LAIQ, Nur; RØD-LARSEN, Terje (orgs.). **The Search for Peace in the Arab-Israeli Conflict: A Compendium of Documents and Analysis**, Oxford: Oxford University, 2014. p. 371-375.

HEVER, Shir. **The political economy of Israel's occupation**, repression beyond exploitation. Pluto Press, 2010.

HEVER, Shir. **The privatisation of Israeli security**. Londres: Pluto Press, 2018.

HEWITT, Vernon. Empire, International Development & the Concept of good government. *In*: DUFFIELD, Mark; HEWITT, Vernon (orgs.). **Empire, Development & Colonialism - The past in the present**. Rochester: James Currey, 2009. p. 30-44

HIRST, David. **Beware of small States: Lebanon, Battleground of the Middle East**. Londres: Faber and Faber, 2010.

HOURANI, Albert. **Uma História dos Povos Árabes**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

HRC. Report of the United Nations Fact-Finding Mission on the Gaza conflict. **Human Rights Council, General Assembly**. 25 out. 2009.

HRC. Report of the detailed findings of the independent international Commission of inquiry on the protests in the Occupied Palestinian Territory. **Human Rights Council, General Assembly**. 18 mar. 2019.

HRW. **Rain of fire: Israel's Unlawful Use of White Phosphorus in Gaza**. Human Rights Watch. 2009. Disponível em: <https://reliefweb.int/report/occupied-palestinian-territory/opt-rain-fire-israels-unlawful-use-white-phosphorus-gaza>

HUNTER, F. Robert. **The Palestinian Uprising: a war by other means**. Londres, Nova York: I.B. Tauris, 1991.

IBRAHIM, Nassar. **Illusion of Development under Israeli Occupation: The political motivations of Donors to the Palestinians**. Bethlehem: Latin Patriarchate Press, 2011.

ICISS (International Commission on Intervention and State Sovereignty). **The Responsibility to protect**. Dezembro de 2001. Disponível em:

ICJ. **Legal consequences of the Construction of a Wall in the Occupied Palestinian Territory**. International Court of Justice. 9 jul. 2004. Disponível em: <https://www.icj-cij.org/en/case/131/advisory-opinions>

IDF. **Gaza Border Events: Questions & Answers**. Israeli Defense Forces, 2019. Disponível em: <https://www.idf.il/media/48555/gaza-border-events-questions-and-answers.pdf>

INICIATIVA ÁRABE, 2014. **Arab Peace Initiative**, de 28 de março de 2002. *In*: AIDAN, Fabrice; LAIQ, Nur; RØD-LARSEN, Terje (orgs.). *The Search for Peace in the Arab-Israeli Conflict: A Compendium of Documents and Analysis*, Oxford: Oxford University, 2014. p. 484-485.

ISMAI'L, Lina. **Alternativas à condicionalidade de ajuda 2**. [ago. 2019]. Entrevistador: Arturo Hartmann. Ramallah, 2019. (ca. 37min22s).

JCSS. **The West Bank and Gaza: Israel's options for peace**. The Jaffee Center for Strategic Studies (JCSS), dez. 1988.

JMCC. **The Stone and the Olive branch: Four years of the Intifada from Jabalia to Madrid**. The Jerusalem Media and Communication Center, dez. 1991.

KAHLER, Miles. Networked Politics - Agency, Power, and Governance. *In: Networked Politics - Agency, Power, and Governance*. Ithaca e Londres: Cornell University, 2009. p. 1-20.

KAMVARA, Mehran. **The Impossibility of Palestine**: History, Geography, and the Road Ahead. Yale University, 2016.

KEOHANE, Robert. **Power and Governance in a Partially Globalized World**. Londres: Routledge, 2002.

KHALIDI, Raja. The Structural Transformation of the Palestinian Economy after Oslo. *In: TURNER, Mandy (org.). From the River to the Sea: Palestine and Israel in the Shadow of "Peace"*. Lexington Books, 2019. p. 95-124.

KHALIDI, Rashid. **Palestinian Identity** - the construction of modern national consciousness. Nova York: Columbia University, 1997.

KHALIDI, Rashid. **Sowing Crisis**: The Cold War and American Dominance in the Middle East. Boston: Beacon, 2009.

KHALIDI, Rashid. **Brokers of Deceit**: How the U.S. Has Undermined Peace in the Middle East. Boston: Beacon Press, 2013.

KHAN, Mushtaq. 'Security first' and its implications for a viable Palestinian state. *In: KEATING, Michael; LE MORE, Anne; LOWE, Robert (ed.). Aid, Diplomacy and facts on the ground: the case of Palestine*. Londres: Chatham House, 2005. p. 59-74.

KHUDEIRI, Rashed. **A resistência no Vale do Jordão** [jul. 2019]. Entrevistador: Arturo Hartmann. Bardala, Vale do Jordão, 2019. (ca. 24min17s min).

KIMMERLING, Baruch. **Politicide** - the real legacy of Ariel Sharon. Londres, Nova York: Verso, 2003.

KLEIN, Naomi. **The Shock Doctrine**: the rise of disaster capitalism. Nova York. Picador, 2007.

KRETZMER, David. **The occupation of Justice**: The Supreme Court of Israel and the Occupied Territories. Albany: State University of New York Press, 2002.
MEARSHEIMER, John; WALT, Stephen. **The Israeli lobby and U.S. foreign policy**. Nova York: Farrar, Straus and Giroux, 2007.

KUTTAB, Eileen. Palestinian women in the "Intifada": fighting two fronts. **Arab Studies Quarterly**, v. 15, n. 2, p. 69-85, primavera 1993.

LANDAU, Noa. **Israel, Palestinians meet to discuss Japanese initiative to expand West Bank industrial zone**. Haaretz. 30 abr. 2018. Disponível em: <https://www.haaretz.com/israel-news/.premium-israel-palestinians-discuss-expanding-west-bank-industrial-zone-1.6038612>

LASENSKY, Scott. Chequebook diplomacy: the US, the Oslo processo and the role of foreign aid. *In*: KEATING, Michael; LE MORE, Anne; LOWE, Robert (ed.). **Aid, Diplomacy and facts on the ground: the case of Palestine**. Londres: Chatham House, 2005. p. 41-58.

LE MORE, Anne. **International assistance to the Palestinians after Oslo**, Political guilt, wasted money. Nova York, Londres: Routledge, Taylor and Francis Group, 2008.

LEFEBVRE, Henri. **The Production of Space**. Oxford: Blackwell, 1991.

LÊNIN, Vladimir Ilitch. **O Imperialismo, Etapa Superior do Capitalismo**. Campinas: Unicamp, 2011. *E-book*.

LIPPMAN, Peter. The Nusseibeh-Ayalon Plan: Common Ground or Quicksand?. **International Human Rights & U.S. Foreign Policy**. v.2, iss.2, 2004.

LOCKARD, Joe. US aid: subsidizing collective punishment of Palestinians. **Arab-American Affairs**, n. 29, p. 65-74, verão 1989.

LUSTICK, Ian. To build and to be built by: Israel and the hidden logic of the Iron Wall. **Israel Studies**. Vol. I, no 1, abril de 1996.

MAAN. **Eye on the Jordan**. Ma'an Development Center & Jordan Valley Popular Committees. 2010.

MAKHUL, Makram Khuri. This is not a Revolt-This is a War. **Journal of Palestine Studies**, v. 17, n. 3, p. 91-99, primavera 1988.

MANNA, Jumana; STORIHLE, Sille. The Goodness regime. Fritt Nord, Arts Council Norway (KULTURRADET), 2016. Disponível em: <https://www.thegoodnessregime.com/>

MASALHA, Nur. **Expulsion of the Palestinians** - the concept of "transfer" in Zionist political thought, 1882-1948. Institute for Palestine Studies, 1992.

MBEMBE, Achilles. Necropolítica seguido de Sobre el gobierno privado indirecto. Tradução de Elisabeth Falomir Archambault. Melusina [sic], 2011.

MORRIS, Benny. **The birth of the Palestinian refugee problem revisited**. Nova York: Cambridge University Press, 2004.

MORRIS, Benny. **One State, Two States**: resolving the Israel/Palestine conflict. New Haven, Londres: Yale University, 2009.

NABULSI, Karma. The Peace Process and the Palestinians: a road map to Mars. **International Affairs** (Royal Institute of International Affairs 1944-), v. 80, n. 2, Israeli Palestinian Conflict. 2004. p. 221-231.

NAÇÕES UNIDAS, **United States of America: draft resolution**. 7 nov. 1967. S/8229. Disponível em: <https://unispal.un.org/DPA/DPR/unispal.nsf/0/5EDDD417E21187BE8525730F0050FEE3>

NAÇÕES UNIDAS, **Union of Soviet Socialist Republics: draft resolution**. 20 nov. 1967. S/8253. Disponível em: <https://unispal.un.org/DPA/DPR/unispal.nsf/0/EF952D6E12538A348525730F006AE06E>

NAÇÕES UNIDAS, **Resolução 242**. 22 nov. 1967. S/RES/242. Disponível em: <https://unispal.un.org/unispal.nsf/0/7D35E1F729DF491C85256EE700686136>

NAÇÕES UNIDAS, Secretário-Geral Boutros Boutros-Ghali. **Agenda for Peace - Preventive diplomacy, peacemaking, and peace-keeping**. 17 de junho de 1992. Disponível em:

NADARAJAH, Suthaharan. 'Conflict-Sensitive' aid & Making liberal Peace. *In*: DUFFIELD, Mark; HEWITT, Vernon (orgs.). **Empire, Development & Colonialism - The past in the present**. Rochester: James Currey, 2009. p. 59-73

NAKHLEH, Khalil. **The myth of Palestinian Development**: Political Aid and Sustainable Deceit. Jerusalém: PASSIA, 2004.

NAKHLEH, Khalil. **Globalized Palestine**: the national sell-out of a Homeland. Nova Jersey: The Red Sea Press, 2012.

NAOR, Arye; PERES, Shimon. **The New Middle East**. Henry Holt & Co, 1993.

NETANYAHU, Benjamin. **A durable peace**: Israel and its place among the nations. Nova York: Warner Books edition, 2000 (e-book, 2009).

OCHA. **Humanitarian Snapshot**: casualties in the context of demonstrations and hostilities in Gaza, 30 Mar. 2018-31 Jan. 2019. OCHA. 2019.

O'MALLEY, Pdraig. **The Two State Delusion: Israel and Palestine - a Tale of two narratives.** Nova York: Viking, 2015.

ONU. **Gaza: ten years later.** United States Country Team in the Occupied Palestinian territory. Jul. 2017. Disponível em:
https://unsco.unmissions.org/sites/default/files/gaza_10_years_later_-_11_july_2017.pdf

ORME JR. William. **The I.M.F. Representative to Palestine:** An economist becomes a key figure in Monitoring Foreign Aid. New York Times. 13 jul. 2004.

OSLO II, 2014. **Israeli-Palestinian Interim Agreement on the West Bank and the Gaza Strip** (Oslo II Agreement), de 28 de setembro de 1995. *In:* AIDAN, Fabrice; LAIQ, Nur; RØD-LARSEN, Terje (orgs.). *The Search for Peace in the Arab-Israeli Conflict: A Compendium of Documents and Analysis*, Oxford: Oxford University, 2014. p. 145-323.

PAPPÉ, Ilan. **Ethnic Cleansing of Palestine.** Oxford: OneWorld, 2006.

PAPPÉ, Ilan. **The biggest prison on earth: A History of the Occupied Territories.** Londres: OneWorld, 2017.

PARIS, Roland. **At War's End - Building Peace After Civil Conflict.** Nova York: Cambridge University, 2004.

PARIS, Roland; SISK, Timothy. Introduction - Understanding the contradictions of postwar statebuilding. *In:* PARIS, Roland; SISK, Timothy (ed.). **The dilemmas of statebuilding:** confronting the contradictions of postwar peace operations. Routledge, 2009. p. 1-20

PASSIA. **Area C: The Key to the state solution.** Jerusalem: PASSIA (Palestinian Academic Society for the Study of International Affairs), 2012. Disponível em: <http://passia.org/publications/121>

PEDATZUR, Reuven. More than a Million Bullets. **Haaretz.** 28 jun. 2004. Disponível em: <https://www.haaretz.com/1.4744778>

PRD. **Palestinian Reform and Development Plan, 2008-2010.** Palestinian Authority. 2008.

PROTOCOLO I, **Protocolo Adicional à Convenção de Genebra de 12 de agosto de 1949**, e relacionado a Proteção de Vítimas de Conflitos Armados Internacionais, de 8 de junho de 1977. Disponível em: <https://ihl-databases.icrc.org/ihl/INTRO/470>

PROTOCOLO DE PARIS, 1994. **Protocol on Economic Relations between the Government of the State of Israel and P.L.O., representing the Palestinian people (Paris Protocol), de 29 de abril de 1994.** *In:* AIDAN, Fabrice; LAIQ, Nur; RØD-LARSEN, Terje (orgs.). *The Search for Peace in the Arab-Israeli Conflict: A Compendium of Documents and Analysis*, Oxford: Oxford University, 2014. p. 21-44.

POGODDA, Sandra; RICHMOND, Oliver. Introduction: The Contradictions of Peace, International Architecture, the State, and Local Agency. *In:* POGODDA, Sandra; RICHMOND, Oliver (ed.). **Post-Liberal Peace Transitions Between Peace Formation and State Formation.** Edinburgo: Edinburgh University, 2016. p. 1-26

PUAR, Jasbir K. **The right to maim:** debility, capacity, disability. Duke University, 2017

RABBANI, Mouin. Rocks and rockets: Oslo's inevitable conclusion. **Journal of Palestine Studies.** v. XXX, n. 3. prim. 2001. p. 68-81.

RABINOVICH, Itamar. The Rabin Assassination as a Turning Point in Israel's History. **Israel Studies. Israel at 70; Vision & Reality.** v. 23, n. 3, prim. 2018, p. 25-29.

RASHID, Siham. **Palestinos em na rede internacional de ajuda.** [ago. 2019]. Entrevistador: Arturo Hartmann. Jerusalém Oriental, 2019. (ca. 1h40min).

RAZ, Avi. **The bride and the Dowry:** Israel, Jordan, and the Palestinians in the Aftermath of the June 1967 War. Yale University Press. 2012.

RICHMOND, Oliver. **Failed statebuilding** - Intervention and the dynamics of peace formation. New Haven, Londres: Yale University, 2014.

RITZEN, Joseph. **A chance for the World Bank.** Londres: Anthem press. 2005.

ROBERTS, Nigel. Hard lessons from Oslo: foreign aid and the mistakes of the 1990s. *In:* KEATING, Michael; LE MORE, Anne; LOWE, Robert (ed.). **Aid, Diplomacy and facts on the ground:** the case of Palestine. Londres: Chatham House, 2005. p. 17-26.

RØD-LARSEN, Terje. The crooked course: step by step on the path to peace. *In:* AIDAN, Fabrice; LAIQ, Nur; RØD-LARSEN, Terje (orgs.). **The Search for Peace in the Arab-Israeli Conflict:** A Compendium of Documents and Analysis, Oxford: Oxford University, 2014. p. xxix-xli.

ROSS, Dennis. **Doomed to succeed**: the US-Israel relationship from Truman to Obama. Nova York: FSG, 2016.

ROY, Sara. The Gaza Strip: A case of Economic De-Development. **Journal of Palestine Studies**, v. 17, n. 1, p. 56-88, outono de 1987.

ROY, Sara. Development under occupation?: The political economy of U.S. aid to the West Bank and Gaza Strip. **Arab Studies Quarterly**, v. 13, n. 3/4, p. 65-89, verão/outono 1991.

ROY, Sara. U.S. Economic aid to the West Bank and Gaza Strip: the politics of peace. **Middle East Policy**, v. 4, n. 4, out. 1996.

SAID, Edward. The morning after. **London Review of Books**. Vol. 15, nº 20, de 21 de outubro de 1993. Disponível em: <https://www.lrb.co.uk/the-paper/v15/n20/edward-said/the-morning-after>

SAID, Edward. **Culture and Imperialism**. Nova York: Vintage Books, 1993.

SAID, Edward. **A questão palestina**. São Paulo: Unesp, 2011.

SASSEN, Saskia. **Territory, authority, rights. From medieval to global assemblages**. Oxfordshire: Princeton University, 2006.

SASSEN, Saskia. **A sociology of globalization**. Nova York, Londres: W.W. Norton & Company, 2007.

SASSEN, Saskia. Neither global nor national: novel assemblages of territory, authority and rights. **Ethics & Global Politics**. Vol. 1, nº 1-2, 2008, p. 61-79.

SAYIGH, Yezid. **Armed Struggle and the search for State**: the Palestinian National Movement - 1949-1993. Oxford: Clarendon Press, 1997.

SAYIGH, Rosemary. **The Palestinians**, from peasants to revolutionaries. Londres, Nova York: Zed Books, 2007.

SEGEV, Tom. **One Palestine, complete**: Jews and Arabs under the British Mandate. Tradução Metropolitan Books. Londres: Abacus, 2000.

SEGEV, Tom. **1967**: Israel, the War and the year that transformed the Middle East. Tradução de Jessica Cohen. Londres: Abacus, 2007.

SELBY, Jan. The Political Economy of Peace Processes. *In*: COOPER, Neil; PUGH, Michael; TURNER, Mandy (orgs.). **Whose Peace? Critical Perspectives**

on the Political Economy of Peacebuilding. Londres: Palmgrave Macmillan. 2008. p. 11-29

SELIKAR, Ofira. **Doomed to failure** - the politics and intelligence of the Oslo peace process. Santa Barbara: ABC Clio, 2009.

SHAFIR, Gershon. **Land, Labour and the origins of the Israeli-Palestinian conflict, 1882-1914.** Los Angeles: California press, 1996.

SHAPIRA, Anita. **Land and Power**, the Zionist Resort to force, 1881-1948. Stanford: Stanford University, 1992.

SHEHADEH, Raja. **From Occupation to Interim Accords:** Israel and the Palestinian Territories. Londres: Cimel, 1997.

SHIKAKI, Ibrahim. **A economia e a sociedade organizada pela ANP.** [fev. 2016]. Entrevistador: Arturo Hartmann. Ramallah, 2016. (ca. 1h06min).

SHIKAKI, Khalil. Palestine, 1993-2006: Failed Peacebuilding, Insecurity, an Poor Governance. In: BARANYI, Stephen (ed.). **The Paradoxes of Peacebuilding Post-9/11.** Vancouver, Toronto: UBC Press, 2008.

SHLAIM, Avi. **The Iron Wall:** Israel and the Arab World. Londres, Nova York: W.W. Norton & Company, 2001.

SHLAIM, Avi. **Israel and Palestine:** Reappraisals, revisions, refutations. Londres, Nova York: Verso, 2010.

SJÖSTEDT, Roxanna. Assessing securitization theory: theoretical discussions and empirical developments. In: BUTLER, Michael (ed.). **Securitization Revisited:** contemporary applications and insights. Routledge, 2020. p. 28-46.

SMITH, Charles D. The United States and the 1967 War. In: ROGER LOUIS, Wm.; SHLAIM, Avi. **The 1967 Arab-Israeli War:** Origins and Consequences. Nova York: Cambridge University, 2012. p. 165-192.

SPRINGER, Joanna. Assessing donor-driven reforms in the Palestinian Authority: Building the State or Sustaining Status Quo?. **Journal of Peacebuilding & Development.** v. 10, n. 2, p. 1-19. 2015.

STOP THE WALL. **The Japan International Cooperation Agency's Development proposals for the Jordan Valley.** Stop the Wall Campaign. Nov. 2007. Disponível em:
https://stopthewall.org/enginefileuploads/jica_30_nov_07.pdf

TABAR, Linda. From Third World internationalism to 'the internationals': the transformation of solidarity with Palestine, **Third world Quarterly**, v. 38, n. 2, p. 414-435, 2017.

TAGHDISI-RAD, Sahar. **The Political Economy of Aid in Palestine: Relief from Conflict Or Development Delayed?**. Routledge, 2010.

TAGHDISI-RAD, Sahar. The Economic Strategies of Occupation: Confining Development and Buying-off peace. *In*: TURNER, Mandy; SHWEIKI, Omar. **Decolonizing Palestinian Political Economy: De-development and Beyond**. Londres: Palgrave Macmillan, 2014. P. 13-31.

TARTIR, Alaa. **Jericho Agro-Industrial Park: A corridor for peace or perpetuation of the occupation?**. Bisan Center for Research and Development. Dez. 2012. Disponível em: <https://alaatartir.com/2012/12/07/jericho-agro-industrial-park-a-corridor-for-peace-or-perpetuation-of-occupation/>

TARTIR, Alaa; WILDEMAN, Jeremy. **Mapping of donor funding to the Occupied Palestinian Territories, 2012-2014/15**. Aid Watch. Nov. 2016.

TARTIR, Alaa; SEIDEL, Timothy. The Rule of Power in Palestine: Settler Colonialism, Neoliberal Governance, and Resistance. *In*: TARTIR, Alaa; SEIDEL, Timothy (orgs.). **Palestine and Rule of Power - Local Dissent vs. International Governance**. Palgrave Macmillan, 2019. p. 1-19.

THIESSEN, Charles. Emancipatory Peacebuilding: Critical Response to (Neo) Liberal Trends. *In*: MATYÓK, Thomas, SENEHI, Jessica, BYRNE, Sean (orgs.). **Critical Issues in Peace and Conflict Studies, Theory, Practice, and Pedagogy**. Lanham: Lexington Books, 2011. p. 115-140.

TONGE, Jonathan. **Comparative Peace Processes**. Polity, 2014

TOWARDS. **Towards a State of Independence: The Palestinian Uprising, December 1987 - August 1987**. FACTS, Information Committee Jerusalem, set. 1988.

TURNER, Mandy. **The power of 'Shock and Awe': The Palestinian Authority and the Road to Reform**. **International Peacekeeping**. v. 16, n. 4, p. 562-567, 2009.

TURNER, Mandy. The Political Economy of Western Aid in the Occupied Palestinian Territory Since 1993. *In*: TURNER, Mandy; SHWEIKI, Omar.

Decolonizing Palestinian Political Economy: De-development and Beyond. Londres: Palgrave Macmillan, 2014. P. 32-52.

TYLER, Patrick. **Fortress Israel: the inside story of the military elite who run the country – and why they can't make peace.** Londres: Portobello, 2012.

UNCTAD. **Report on UNCTAD assistance to the Palestinian people: Developments in the economy of the Occupied Palestinian Territory.** United Nations Conference on Trade and Development. 22 jul. 2019.

UNRWA. **Gaza's "Great March of Return": one year on / Impact on Palestine refugees and unrwa services.** United Nations Relief and Works Agency for Palestine Refugees in the Near East. 2019.

USAID. **Updated Ant-terrorism Procedures, Update to Mission Order #21.** United States Agency for International Development. 5 out. 2007. Disponível em: <https://www.usaid.gov/sites/default/files/documents/1883/2007-WBG-26.pdf>

VICKERY, Matthew. **Employing the enemy: the story of Palestinian labourers on Israeli settlements.** Londres: Zed Books, 2017.

VITERBO, Hedi. Outside/Inside. In: BEN-NAFTALI, Orna; SFARD, Michael; VITERBO, Hedi (orgs.). **The ABC of the OPT: a legal lexicon of the Israeli control over the Occupied Palestinian Territory.** Cambridge University Press, 2018. p. 301-326.

VON DER SCHULENBURG, Michael. **On Building Peace - Rescuing the Nation-state and Saving the United Nations.** Amsterdã: Amsterdam University, 2017.

WAAGE, Hilded Henriksen. **'Peacemaking is a risky business' - Norway's Role in the Peace Process in the Middle East, 1993–96.** Oslo: Prio, 2004.

WANIS-ST. JOHN, Anthony. **Back-channel negotiation: security in Middle East Peace Process.** Nova York: Syracuse University, 2011.

WATSON, Geoffrey. **The Oslo Accords, International Law and the Israeli-Palestinian Peace Agreements.** Oxford, 2000.

WEIZMAN, Eyal. **Hollow Land: Israel's Architecture of Occupation.** Londres: Nova York: Verso, 2007.

WESTAD, Odd Arne. **The Global Cold War: Third World Interventions and the Making of Our Times.** Nova York: Cambridge University, 2005.

WILDEMAN, Jeremy. EU Development aid in the occupied Palestinian territory, between aid effectiveness and World Bank guidance. **Global Affairs**, V. 4, nº 1, 2018a. p. 115-128.

WILDEMAN, Jeremy. **Donor aid effectiveness and Do No Harm in the Occupied Territory**: an oral and documentary analysis of western donor perceptions of Development and Peacebuilding in their Palestinian Aid Programming, 2010-2016. Aid Watch Palestine, 2018b.

WILDEMAN, Jeremy. Neoliberalism as Aid for the Settler colonization of the Occupied Palestinian Territories After Oslo. *In*: TARTIR, Alaa; SEIDEL, Timothy (ed.). **Palestine and Rule of Power**: Local Dissent vs. International Governance. Palgrave Macmillan, 2019. p. 153-174.

WILLIAMS, David; YOUNG, Tom. The International Politics of Social transformation - Trusteeship & Intervention in Historical Perspective. *In*: DUFFIELD, Mark; HEWITT, Vernon (orgs.). **Empire, Development & Colonialism - The past in the present**. Rochester: James Currey, 2009. p. 102-115.

WOLFE, Patrick. Settler colonialism and the elimination of the native. **Journal of Genocide Research**. 8:4, Routledge, dezembro de 2006. p. 387-409.

WYE RIVER, 1998. Wye River agreement, de 23 de outubro de 1998. *In*: AIDAN, Fabrice; LAIQ, Nur; RØD-LARSEN, Terje (orgs.). **The Search for Peace in the Arab-Israeli Conflict: A Compendium of Documents and Analysis**, Oxford: Oxford University, 2014. p. 348-355.

YAQUB, Salim. **Imperfect Strangers**: Americans, Arabs, and the U.S.-Middle East Relations in the 1970s. Ithaca, Londres: Cornell University Press, 2016.

YIFTACHEL, Oren. **Etnocracia**, Políticas de tierra e identidad en Israel/Palestina. Madrid: Bósforo, 2011.

YORKE, Valerie. Imagining a Palestinian state: an international security plan. **International Affairs**. Oxford University, Vol. 60, nº 1 (1990). p. 115-136.

YOUNG, Robert. **Empire, Colony, Postcolony**. Wiley Blackwell, 2015.

ZOUGHBIÉ, Daniel. **Indecision points**: George W. Bush and the Israeli-Palestinian Conflict. Cambridge, Londres: MIT press, 2014.